



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PEDRO CONTERNO RODRIGUES

**EMÍLIA VIOTTI DA COSTA: CONTRIBUIÇÕES
METODOLÓGICAS PARA A HISTORIOGRAFIA DA
ESCRavidÃO.**

CAMPINAS
2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PEDRO CONTERNO RODRIGUES

**EMÍLIA VIOTTI DA COSTA: CONTRIBUIÇÕES
METODOLÓGICAS PARA A HISTORIOGRAFIA DA
ESCRavidÃO.**

Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO PEDRO CONTERNO RODRIGUES E
ORIENTADA PELO PROF. DR. PLINIO SOARES DE
ARRUDA SAMPAIO JUNIOR.**

CAMPINAS
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4507-5535>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

R618e Rodrigues, Pedro Conterno, 1989-
Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão. / Pedro Conterno Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior..
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Costa, Emília Viotti da, 1928-2017. 2. Escravidão - Brasil - Historiografia. 3. Pensamento econômico - História. 4. História econômica - Metodologia. I. Sampaio Junior, Plínio Soares de Arruda, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Emília Viotti da Costa: methodological contributions to the historiography of slavery.

Palavras-chave em inglês:

Costa, Emília Viotti da, 1928-2017

Slavery - Brazil - Historiography

Economic thought - History

Economic history - Methodology

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior [Orientador]

Jorge Luís da Silva Grespan

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Data de defesa: 22-01-2018

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PEDRO CONTERNO RODRIGUES

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO.

Defendida em 22/01/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior - Presidente
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP

Ata de Defesa, assinada pelos membros da
Comissão Examinadora, consta no processo
de vida acadêmica do aluno.

*Ao meus avós: Dalva, Geraldo,
Maria de Lourdes (in memória) e Carlos.*

Agradecimentos

Muitas pessoas me acompanharam durante a pesquisa e escrita da minha dissertação. Embora seja muito difícil lembrar de todos e todas que me ajudaram e me apoiaram nessa empreitada, gostaria de mencionar algumas pessoas que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui e que tornaram essa dissertação possível.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente ao Prof. Plínio de Arruda Sampaio Jr., de quem tive o privilégio de receber orientação durante o mestrado. Ao Plínio sou grato por ter me proporcionado uma orientação com ampla liberdade de pesquisa, sem nunca deixar de criticar o que precisava ser ajustado ou elogiar o que estava no caminho adequado. Pela paciência, pela generosidade, por toda dedicação despendida. Acima de tudo, agradeço por me inspirar através da sua atuação coerente como educador e militante político comprometido em debater e enfrentar os problemas históricos brasileiros.

Agradeço ao professor Carlos Viera Cordovano pelas discussões em sala de aula e pelas sugestões e críticas na qualificação e na defesa de minha dissertação. Agradeço também imensamente às sugestões fornecidas pelo professor Jorge Grespan na defesa de minha dissertação, as quais foram fundamentais para aparar algumas arestas que ainda restavam. Agradeço também aos professores Paulo Alves de Lima Filho e Eduardo Mariutti que prontamente se dispuseram a participar da banca de defesa dessa dissertação. Agradeço a professora Maria Alice Rosa Ribeiro pelas sugestões na minha qualificação e pela generosidade que me apresentou muitas documentações sobre a Emília Viotti da Costa que me foram de enorme utilidade nessa dissertação.

Agradeço a professora Milena de Oliveira Fernandes, por ter me auxiliado ao longo de minha pesquisa, seja nos seminários de dissertação ou nas discussões organizadas sobre metodologia e historiografia. Agradeço também aos colegas do Grupo de Estudo de História da Historiografia, professor Nelson, Janaina, Cassiano, Lilian, Carla, Flávia e Marcus, pelas contribuições e conselhos que recebi.

Agradeço aos colegas do Grupo de Estudo Florestan Fernandes (GEFF) pelas discussões organizadas sobre os problemas brasileiros a partir de uma perspectiva crítica. Agradeço em nome de alguns dos membros do GEFF, como Daniel, Arthur, Zullo, Stella e Theo, pelas propostas e conversas que foram de enorme valor para a elaboração dessa pesquisa.

Aos servidores da Unicamp, em especial da Secretaria de Pós-Graduação e da Biblioteca do Instituto de Economia. Sempre atenciosos, profissionais e prestativos, foram

fundamentais para o bom andamento da pesquisa. Agradeço especialmente aos servidores Clayton, Alexandra, Maria de Lourdes, Mirian, Ricardo, Regina, Jean e Andrea, funcionários dedicados que são indispensáveis para o funcionamento do Instituto. Agradeço também às professoras e aos professores do Instituto de Economia da Unicamp, que me proporcionaram uma educação de qualidade e pública durante minha graduação e mestrado.

Aos meus colegas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, que lutam pela construção de uma extensão universitária de caráter popular. Agradeço pelo aprendizado que tive através do convívio com o Fabião, Camila, Nara, Sidélia, Biscoito, Miri, Gabi Goulart, Maíra, Marina, Lívia, Bruna e Igor.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de luta das Brigadas Populares, pelo aprendizado junto à prática e a coerência na diretriz política. Em especial, agradeço ao Pietro, Alisson, Evaldo (Toca), Fer, Dafne, Rayssa, Victor Hugo (Capivari), Emerson e Guilherme, parceiros e parceiras que me orgulho de lutar ao lado.

Às guerreiras e aos guerreiros da ocupação Nelson Mandela, pessoas que tenho o privilégio de conviver e lutar ao lado para a construção de uma nova sociedade. Agradeço especialmente a Célia, o Crispin, a Thamires, a Raquel, a Priscila e a Paula pela confiança recebida e pelo aprendizado que a luta por moradia em Campinas nos tem proporcionado.

Confesso que tive o privilégio de conhecer desde que me mudei para Campinas muitas pessoas que me marcaram e que através do convívio realimentaram minhas energias. Agradeço em especial a amizade da Marina, Doca, Camila Krepsky, Marcelo, Aline, Gaúcho, Bernardo, Dudi, Vini, Franco, Giovani e Reginaldo. Aos meus amigos conterrâneos, que ficaram em Marília ou partiram para outras localidades, com quem ainda tenho o prazer de manter estreita proximidade e afeição. Agradeço ao Vani, Ferrari, Kauê, Piru, Pedrão, Luca, Glaw, César, Pedrão (Lazzarini), Lucas e Felipe. Amigos e amigas que, entre uma roda de música e outra, me ajudam a encontrar a harmonia da vida.

À minha família, por todo afeto, acolhimento e incentivo que recebi ao longo de minha vida e que foram fundamentais para a execução dessa dissertação. Aos meus tios, tias, primos e primas, por me proporcionar encontros sempre repletos de afeto. À minha mãe e ao meu pai, Lucieni e Carlos, por tudo que vocês me proporcionam e que representam para mim. Pelo amor, pelo convívio e pelos ensinamentos que me passam para enfrentar esse mundo que nos rodeia. Agradeço também imensamente ao meu irmão, Daniel, e à minha irmã, Júlia, pela cumplicidade, pelos conselhos e pelo aprendizado que só o convívio com irmãos mais velhos pode proporcionar. Agradeço à Fer e ao Dió pelo afeto, pelas risadas e por harmonicamente ampliarem a família. Aos meus queridos sobrinhos, Otávio e Arthur, pela simpatia que me

apresentam essa parte encantadora da vida que é ser tio. À Chica, cachorra vira-lata, agitada mas preguiçosa, valente mas carinhosa, que me fez companhia e me deu carinho ao longo da minha pesquisa e continua a alegrar meu dia.

Agradeço ao meu amor e companheira, Rena, por existir. Pelo carinho, pela pessoa que você me transformou e pela vida que construímos. Por me auxiliar na compreensão da sociedade que vivemos e por atuarmos conjuntamente para transformá-la. Por todo apoio ao longo da dissertação nas correções, críticas, comentários e elogios. Por me acolher afetiva e emocionalmente. Por me inspirar.

Agradeço por fim à Capes, que através do povo brasileiro me proporcionou recursos financeiros sem os quais a realização dessa dissertação não seria possível.

Resumo

Essa dissertação versa sobre a historiadora Emília Viotti da Costa e suas contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão apresentadas entre as décadas de 1960 e 1990. O objetivo dessa dissertação é debater quais foram as principais mudanças ocorridas na historiografia entre a publicação dos livros *Da senzala à colônia* (1966) e *Coroas de glória, lágrimas de sangue* (1994) e analisar a forma que Emília Viotti da Costa apresenta sua crítica aos caminhos tomados por parte dos pesquisadores. Emília Viotti da Costa nos apresenta uma preciosa contribuição através de sua crítica rigorosa e aguçada. Incorporando algumas proposições das novas correntes de pesquisa sobre a escravidão e o mundo do trabalho em geral, sem nunca perder de vista os avanços teóricos e metodológicos alcançados pelos pesquisadores da geração que pertencera, Emília Viotti da Costa propõe um nova síntese metodológica bastante sofisticada onde articula a visão estrutural, os aspectos econômicos, políticos e ideológicos com a vida cotidiana, as narrativas e as ações das pessoas em seu contexto histórico. Para além dos debates com a historiografia, essa dissertação também apresenta a biografia política e intelectual de Emília Viotti da Costa, onde integram sua formação familiar, sua trajetória acadêmica, a luta contra a ditadura militar enquanto atuou como professora da USP, seu exílio nos EUA e os caminhos que teve que trilhar para recomeçar sua carreira profissional no exterior.

Abstract

This essay is about the historian Emília Viotti da Costa and her methodological contributions to the historiography of slavery presented between the 1960's and the 1990's. The purpose of this essay is to discuss the main changes in the historiography between the publication of the books *Da senzala à colônia* (1966) and *Crown of glory, blood of tears* (1994) and analyze the way Emília Viotti da Costa presents her critics to the path taken by part of the researchers. Emília Viotti da Costa presents us a great contribution through her accuracy and keen criticism. Incorporating some prepositions of the currents of research on slavery and the world of work in general, without losing sight of the theoretical and methodological advances made by the researchers of the generation that had belonged, Emília Viotti da Costa proposes a new methodological synthesis very sophisticated which articulates the structural view, the economic, political and ideological aspects with the daily life, the narratives and the actions of the people in its historical context. In addition to the debates with historiography, this essay also presents the political and intellectual biography of Emília Viotti da Costa that incorporate her academic background, the struggle against the military dictatorship while serving as professor of the University of São Paulo, her exile in USA and the paths she had to take to restart her professional career.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. BIOGRAFIA POLÍTICA E INTELECTUAL.....	27
1.1 – Família, formação secundária e ingresso na USP.	27
1.2 O caminho para a Livre Docência (1954-1964).	31
1.3 Da luta contra a ditadura militar ao exílio nos EUA.....	34
CAPÍTULO 2. DA SENZALA À COLÔNIA: UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE OS ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E IDEOLÓGICOS DA DESAGREGAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NAS ÁREAS CAFFEEIRAS.....	47
2.1 Recorte teórico e metodológico.....	47
2.2 O prelúdio da crise.....	53
2.3 O desenvolvimento da crise.....	68
2.4 O desfecho da crise.....	86
2.5 Conclusão: a especificidade do pensamento de Emília Viotti da Costa frente à sua geração.	102
CAPÍTULO 3. O SURGIMENTO DE UMA ‘NOVA HISTÓRIA’: A CRISE DAS REPRESENTAÇÕES.	108
3.1 As mudanças na historiografia internacional.....	108
3.2. A ‘nova história’ no Brasil.....	121
3.3 Em busca de uma nova síntese.....	129
CONCLUSÃO: O LEGADO DE EMÍLIA VIOTTI DA COSTA.	163
BIBLIOGRAFIA:.....	166

Introdução

Os estudos sobre a escravidão mudaram radicalmente entre os anos 1960 e 1990. A sociedade passou por transformações profundas nesse período e junto a esse processo as ideais, as percepções e as análises sobre o presente, o passado e o futuro também se alteraram. Dentro dessa problemática, o pensamento da historiadora Emília Viotti da Costa é um bom fio condutor para analisarmos de forma crítica o sentido dessas mudanças e o posicionamento que a historiadora assumiu frente aos novos dilemas e lutas que emergiam na sociedade.

Muitas das críticas feitas pelas novas correntes de pensamento, que despontam com mais força a partir da década de 1980, ao invés de superar as limitações e as debilidades das abordagens precedentes, acabaram negando todo o aporte teórico e metodológico que caracterizava a geração que Emília Viotti da Costa se formou. O acerto de contas realizado no período estudado foi profundo e pouco sobrou da perspectiva utilizada pelos pesquisadores das décadas de 1950-70 nas gerações posteriores. As estruturas foram quebradas e dessa fragmentação surgiu um novo enquadramento da história, mais próximo dos indivíduos e de suas experiências particulares, destacando-se as narrativas sobre o cotidiano, os aspectos culturais e das mentalidades.¹

Na contramão da correnteza, Emília Viotti da Costa, que participara ativamente desse debate, nos apresenta uma preciosa contribuição através de sua crítica rigorosa e aguçada. Incorporando alguns proposições das novas correntes de pesquisa sobre a escravidão e o mundo do trabalho em geral, sem nunca perder de vista os avanços teóricos e metodológicos alcançados pelos pesquisadores da geração que pertencera, a historiadora propõe um nova síntese metodológica bastante sofisticada. É com o olhar voltado para o pensamento de Emília Viotti da Costa e suas contribuições metodológicas que essa dissertação versa.

Estudar o pensamento de Emília Viotti da Costa não é tarefa fácil. Não existem muitas pesquisas realizadas sobre suas contribuições, tampouco são frequentes os balanços

¹ Para alguns exemplos de balanços historiográficos que destacam os avanços metodológicos trazidos pelas mudanças nas abordagens de pesquisa, ver: SHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, Sp: EDUSC, 2001; CARDOSO, Ciro Flamorion. *Escravidão e abolição: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge e Zahar, 1988; LARA, Silvia Hunold. "Blowin in the wind": E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil." *Projeto História. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados de História*, v. 12, 1995; SLENES, Robert W. Brazil. In: *Oxford Handbook of Slavery in the Americas*. Org.: Paquette, R. L.; Smith, M. M.. New York, Oxford University Press, 2010; SLENES, Robert. W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, pp. 189-203, 1988.

historiográficos que tentam incorporar seu posicionamento². Soma-se ainda o fato que sua vasta obra está marcada pela densidade das pesquisas documentais e pelo rigor metodológico, características que a historiadora cultivou ao longo de toda sua trajetória intelectual e que tornam nossa pesquisa ainda mais desafiadora. Para mantermos o foco dessa dissertação, nos concentraremos em seus trabalhos sobre a escravidão produzidos entre as décadas de 1960 e 1990.

Para estudar seu pensamento e sua capacidade de crítica aguçada, iremos recuperar nessa introdução a tradição que Emília Viotti da Costa pertenceu, assim como a conjuntura que esteve inserida durante o período estudado³. Na mesma medida, iremos apontar de forma sintética quais foram as principais mudanças operadas nos estudos sobre a escravidão e no pensamento universitário em geral para melhor compreendermos o sentido da crítica da historiadora.

Emília Viotti faz parte de uma geração de pensadores brasileiros fortemente marcada pelos embates políticos, econômica e ideológicos ocorridos durante as décadas de 1950 e 1960. Os tempos eram de intensa disputa entre projetos para o país.⁴ Entre os elementos teóricos e metodológicos que influenciaram a construção do pensamento de Emília Viotti, elencamos os que consideramos mais significativos: o olhar para a longa duração, associado por sua vez a uma perspectiva estrutural; a visão de totalidade e sua capacidade de síntese; o posicionamento político das pesquisas e seu diálogo com as questões do presente; a preocupação com os problemas gerados pela enorme segregação social; o nacionalismo e os dilemas enfrentados para se alcançar a soberania nacional; a articulação entre a formação do capitalismo no Brasil e o processo de desagregação do trabalho escravo; a escravidão como elo fundamental para se entender o conjunto da sociedade brasileira; o marxismo e a importância atribuída aos aspectos econômicos; e por fim, o debate sobre a Revolução brasileira e seu caráter. Para melhor compreender a tradição de pensamento que Emília Viotti pertence, iremos nos ater sobre a forma que esses debates apareciam e em que posição a historiadora se escoa.

² Para um balanço historiográfico que recupera o pensamento de Emília Viotti da Costa e suas contribuições, ver: MARQUESE, Rafael Bivar; Salles, Ricardo. *Escravidão no Brasil oitocentista: História e historiografia*. In: **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX : Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Org.: Marquese, R.; Salles, R.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 99-162.

³ Para realizar essa tarefa, nos inspiramos na perspectiva metodológica apresentada por DOBB, Maurice. **Teorias do Valor e distribuição desde Adam Smith**. Lisboa [São Paulo, SP]: Presença : M. Fontes, 1977.

⁴ Para um debate sobre a formação do pensamento brasileiro e sua relação com os conflitos da sociedade, em especial entre as décadas de 1950 e 1960, ver: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para um revisão histórica**. São Paulo, Ática, 1977.

Começamos pela influência que a perspectiva histórica de longa-duração teve. Certamente, essa influência é resultado da abordagem metodológica característica dos historiadores da USP, fortemente influenciada pela linha de pesquisa construída por Fernand Braudel, o “Embaixador dos Annales na FFCL” segundo François Dosse⁵, e por outros professores da missão francesa. Apesar de Emília Viotti da Costa não ter ingressado no curso de História e Geografia da USP no período de Braudel, sua influência ainda se faz sentir na segunda geração de professores dessa instituição. O pensamento de Braudel herda da primeira geração dos *Annales* a abordagem interdisciplinar e privilegia os aspectos econômicos e geográficos para combater o historicismo. Crítico do empirismo praticado pelos historiadores, busca captar uma história mais lenta, quase imóvel, através da longa duração do tempo histórico. É ao incorporar a abordagem estrutural proposta por Levi Strauss⁶, baseada na etnologia, que pretende ter acesso ao movimento de continuidade, das regularidades.

As abordagens que privilegiavam a longa duração não eram poucas nesse período. Como exemplo, além dos próprios trabalhos de Braudel, podemos citar como participantes dessa corrente Caio Prado Jr., com *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*; Celso Furtado com *Formação Econômica do Brasil*; Nelson Werneck Sodré com *A Formação histórica do Brasil*, Fernando Henrique Cardoso com *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; Octavio Ianni com *As metamorfoses do escravo*; entre outros⁷. Todos esses trabalhos, apesar de suas diferenças, que não são poucas, buscam enquadrar o tempo histórico a partir da perspectiva da longa duração.

O próprio trabalho de Emília Viotti da Costa é um bom exemplo de pesquisa produzida a partir dessa perspectiva, apesar da historiadora não se ater apenas na longa duração e no tempo quase que imóvel, privilegiando também em suas análises as mudanças estruturais e os debates conjunturais. As análises de conjuntura, por sua vez, sempre são situadas em relação às transformações estruturais, da mesma forma que busca articular as diferentes esferas da sociedade entre si. Como a própria autora destaca:

⁵ DOSSE, François. **A história em migalhas: dos ‘Annales’ à ‘nova história’**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992, p. 106.

⁶ STRAUSS, Levi. **A estrutura dos mitos**. Antropologia Estrutural, 1955.

⁷ PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1933; PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000 [1942]; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959]; SODRÉ, Nelson Werneck. **A formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982 [1962]; CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1962]. IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo, Difusão europeia do livro, 1962.

"Somente uma análise minuciosa dessas condições permite compreender a marcha do processo abolicionista, avaliar no jogo das influências recíprocas, a importância das condições econômicas, sociais e ideológicas, o papel da ação humana, as fronteiras de sua liberdade de atuação e escolha, conhecer enfim o grau de consciência possível em cada momento e confrontar a visão subjetiva que os homens têm da realidade que vivem, com a própria realidade que os transcende e os limita."⁸

Mesmo levando em consideração essas especificidades da abordagem de Emília Viotti, a longa duração é a medida temporal que a historiada se apoia para explicar, por exemplo, porque a escravidão brasileira se desagregou tão lentamente. Além desses fatores, a perspectiva da longa duração também se explica pela compreensão que esses pensadores possuíam entre a relação do passado com o presente. Ou seja, essa perspectiva era entendida como um elo intertemporal capaz de dar sentido às estruturas da sociedade brasileira no passado e sua implicação para o tempo presente.

A tradição de Emília Viotti da Costa não privilegiava apenas que o tempo histórico fosse apreendido em sua maior abrangência a partir de suas determinações estruturais. Também era comum o interesse de se olhar para o todo, como um conjunto articulado. O conceito de totalidade tem origem em muitas correntes teóricas e metodológicas, comum entre os pensadores influenciados pela *École des Annales* assim como entre os marxistas. Em ambas as correntes, a ideia de totalidade se relaciona a capacidade de se fazer mediações entre as diferentes esferas de realidade, os diferentes tempos históricos e os diferentes determinantes políticos, econômicos, culturais, ideológicos, etc., que possuem influência nos processos históricos. Diz respeito a compreensão entre os interesses em jogo, suas contradições e as correlações de força existentes expressas ao longo do tempo.

Entre os principais autores que influenciaram Emília Viotti da Costa quanto a abordagem totalizante, destacamos: Caio Prado Jr., com seu conceito de Sistema Colonial; Eric Williams, com a sua metodologia que abrange a relação existente entre a dinâmica do sistema capitalista europeu e a escravidão nas Américas; e Charles Morazé, por quem foi orientada entre 1953/1954 quando residiu na França e certamente a influenciou na abordagem interdisciplinar⁹. Em relação aos dois primeiros, tanto o Sistema Colonial quanto a relação Escravidão-Capitalismo são totalidades que expressam, cada uma com sua especificidade, a conexão existente entre a exploração dos americanos (colônias) pelos europeus (metrópole). Mais do que isso, essas totalidades dizem respeito ao olhar de conjunto que esses autores

⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, Difusão Europeia do livro, 1966, p. 13.

⁹ WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1944]; PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000 [1942]. MORAZÉ, Charles. **Introduction à l'histoire économique**. Armand Colin, 1943.

possuem para decifrar a relação entre o surgimento do capitalismo europeu e a desagregação da escravidão na América¹⁰.

Os autores nomeados desempenharam forte influência no pensamento da historiadora. Para além da interdisciplinaridade, que é uma marca de todos os trabalhos de Emília Viotti da Costa, quando a autora escreve na década de 1960 é evidente que a influência de Caio Prado Jr. é mais presente. Dessa forma, enquadra o Brasil como uma colônia produtora de produtos primários (café, cana de açúcar, ouro, borracha, algodão, etc.), baseada no trabalho escravo e na propriedade latifundiária, inserido em um conjunto maior, que é o Sistema Colonial. O sentido da formação brasileira, por sua vez, é o sentido da colonização, com os interesses voltados para o exterior e com os negócios dominando a organização da sociedade brasileira. A influência de Eric Williams, apesar de também se fazer presente desde seus trabalhos da década de 1960, é mais dispersa, servindo como um enquadramento geral do movimento do sistema capitalista, o enfrentamento entre as nações e sua implicação sobre a desarticulação do sistema escravista.

Um elemento em comum dentro da perspectiva de totalidade é a capacidade de síntese. Esta, por sua vez, se relaciona a habilidade de indicar os principais determinantes que influenciam o movimento histórico. O sentido da história não pode ser decifrado destacando isoladamente apenas alguns aspectos da realidade. É necessário que se entenda qual o vetor resultante das forças que agem sobre cada processo para não se chegar a conclusões parciais. Esse é o papel da totalidade. Ou seja, é a síntese apreendida através da análise das forças em conjunto e a compreensão de seu sentido.

Com essa ideia, podemos passar para a análise sobre a leitura do passado com o olhar atento aos acontecimentos presentes. A forma que qualquer pesquisa é realizada, em especial as da área de história, possui um estreito entrelaçamento com as inquietações do momento presente. No caso específico da história, as perguntas feitas para se entender o passado são elaboradas no presente e dependem da maneira que este é confrontado pelo historiador¹¹. Entendemos que toda obra é expressão de determinada tendência historiográfica, perceptível na metodologia ou teoria utilizada, além de pertencerem a debates de épocas específicas. Um texto, dessa forma, é tanto a visão individual do autor como de uma corrente de pensamento. Nessa dialética entre passado e presente, a ideologia joga um papel fundamental na definição do posicionamento do historiador.

¹⁰ Sobre a relação entre o pensamento de Caio Prado Jr. e Eric Williams ver MARQUESE, Rafael. Prefácio à edição brasileira. In: WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹¹ CARR, Edward Hallett. **Que é história?** Conferências George Macaulay proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª edição, 1982.

Uma análise ideológica é recorrentemente considerada como oposta a uma análise científica, tratada como um conjunto de postulados morais ou juízo de valores. Entretanto, como bem ressaltou a economista Joan Robinson: “quer a ideologia possa ou não ser eliminada do mundo do pensamento das ciências sociais, o fato é que ela é indispensável no mundo das ações da vida social”¹². Mesmo que em diversos casos as conclusões alcançadas não possam ser comprovadas, ou seja, não possam ser cientificamente afirmadas, estas preposições desempenham a função de persuadir as pessoas a realizarem determinadas atitudes ou ações. Dessa forma, a análise da ideologia torna-se fundamental para se relacionar as interpretações do passado com as ações no presente¹³.

Dentro do quadro que surge da turbulenta conjuntura nacional das décadas de 1950 e 1960, podemos encaixar a ideologia de Emília Viotti como defensora de pautas nacionalistas, preocupada com os inúmeros dilemas gerados pela gritante segregação social brasileira e com um propósito revolucionário. Essa era a ideologia da historiadora. Quanto ao primeiro ponto, entendemos que o nacionalismo foi um movimento que cresceu com força durante o governo de Vargas, de Juscelino Kubitschek, principalmente como vertente crítica a suas ações, e em especial durante as manifestações pelas reformas de base durante o governo de João Goulart.

A sociedade brasileira a partir do pós-guerra passou por fortes transformações em sua base produtiva e as contradições relativas à formação de uma nação autônoma e independente afluíram. A execução do *Plano de Metas* de JK modificara a estrutura produtiva brasileira, havendo uma ampliação da participação estatal na economia, principalmente através do financiamento e execução de obras públicas. Ao mesmo tempo, abriu-se cada vez mais o mercado nacional ao capital estrangeiro e viu-se a burguesia brasileira se desenvolver à reboque nesse processo. Esse novo quadro da sociedade brasileira no final do governo de Juscelino foi acompanhado pelo acirramento das contradições trazidas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pelo crescimento das mobilizações populares durante as campanhas pelas reformas de base.

De tal forma, as discussões a cerca do caráter do nacionalismo se tornaram mais intensas, com o crescimento da oposição às propostas trazidas pelo novo modelo de desenvolvimento econômico e social do presidente “bossa nova”, na mesma medida que ganhava corpo o enfrentamento contra o imperialismo. É a partir desse confronto que aparece

¹² Joan Robinson: *Economic Philosophy*. Londres 1964, p. 7-9. Apud DOBB, M. **Teorias do Valor e distribuição desde Adam Smith**. Lisboa [São Paulo, SP]: Presença : M. Fontes, 1977, p. 11.

¹³ Para um debate mais aprofundado sobre o papel da ideologia, ver: DOBB, M. **Teorias do Valor e distribuição desde Adam Smith... op. cit.**, 1977, p. 9-53.

de forma latente o embate entre grupos que defendiam que deveria se seguir um caminho para se alcançar a industrialização de forma autônoma, em bases nacionais, e grupos que alegavam que, em vista do atraso do parque industrial brasileiro comparado aos avanços alcançados pelas economias centrais, o mercado interno deveria se abrir para as empresas estrangeiras.

Dentro dos nacionalistas que lograram galgar espaço nesse debate, destacamos algumas personalidades e grupos. Do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por exemplo, temos Álvaro Viera Pinto, Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos e Josué de Castro; da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) temos o pensamento de Celso Furtado, em especial após as críticas aos caminhos do governo JK; os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), em especial Caio Prado Jr.; e políticos que no período despontaram apoiados em ideias nacionalistas, como é o caso de Leonel Brizola e João Goulart¹⁴.

De acordo com a própria historiadora: "as palavras do momento eram reforma ou revolução"¹⁵. E dentro desse debate, as principais problemáticas diziam respeito ao caráter que o processo de industrialização deveria assumir e a forma que a sociedade deveria se organizar. É interessante notar que os debates acerca da sociedade brasileira começavam a modificar o foco quando comparados ao período anterior, iniciado em 1930. Se na conjuntura marcada pela ascensão do primeiro governo de Vargas os debates se voltavam para a análise sobre *o que era* o Brasil, tendo como base as discussões sobre a formação nacional, a partir de meados da década de 1950 o foco muda e as discussões se voltam para o que o Brasil *poderia vir a ser*, estando no centro do debate temas como a industrialização, o surgimento e desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os dilemas gerados pela segregação social brasileira.

É fundamental destacarmos que Emília Viotti da Costa não fazia parte dos grupos nacionalistas que entendiam que apenas a luta contra o imperialismo somada ao esforço para se construir uma burguesia brasileira autônoma seriam medidas suficientes para se acabar com os problemas históricos brasileiros. Caso esse enfrentamento não levasse em

¹⁴ PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959; PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960; SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960; RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957; RAMOS, Alberto Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960; RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961; RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996 [1960]; CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Casa do Estudante do Brasil, 1952.

¹⁵ COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia: quarenta anos depois. In: **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo, Editora UNESP, 2015, p. 148.

consideração os dilemas gerados pela segregação social, a crítica seria incompleta, ineficiente e, em certa medida, estéril. A soberania nacional depende que o povo, ou seja a população que compõe um país, seja também soberano e esse fenômeno só é possível caso se enfrente a gritante desigualdade social existente no Brasil pela raiz do problema. Dentro dessa questão, uma das principais contribuições de Emília Viotti da Costa foi ter pesquisado como a segregação social se constituiu historicamente no Brasil e qual o papel que a escravidão teve nesse processo.

É a partir dessa preocupação que Emília Viotti da Costa ressalta o papel e a posição dos negros, suas lutas e a forma que foram sistematicamente excluídos dos circuitos mais dinâmicos de reprodução da vida social. Em outras palavras, a historiadora indica que o caminho para se construir uma nação autônoma com um povo soberano não passa somente pela luta contra as opressões praticadas pelo imperialismo ou pelas empresas estrangeiras. É preciso que a segregação social seja eliminada para, então, podermos enfrentar os demais dilemas criados pelas taras do imperialismo.

Ou seja, para entendermos a vertente ideológica que Emília Viotti se identifica é preciso termos em mente algumas questões. É inegável que a historiadora era crítica a forma que o processo de industrialização vinha tomando corpo no Brasil. Entretanto, a simples defesa pela construção e estruturação de uma burguesia brasileira, em sua opinião, não bastava para solucionar esses problemas.¹⁶ De tal forma, defendia que o Brasil só se tornaria um país capaz de decidir os rumos de sua própria história caso enfrentasse conjuntamente os dilemas internos, sendo a segregação social e a situação que a população negra se encontrava um dos mais gritantes.

Essa era de forma geral o posicionamento de Emília Viotti da Costa e da geração que pertencera, a qual galgava espaço dentro da conjuntura política e econômica que antecedeu o golpe militar de 1964. A partir dessa compreensão de mundo, organizou-se inúmeras pesquisas sobre a escravidão no Brasil. Um das marcas dos trabalhos publicados entre as décadas de 1950 e 1960, inclusive de Emília Viotti, era o papel central que o sistema escravista possuía para explicar a história da formação do capitalismo no Brasil.

A escravidão nessa perspectiva tinha a função de articular o conjunto da sociedade brasileira e era responsável pela explicação de inúmeros dilemas que persistiram após sua extinção. Essa é marca dos trabalhos de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Paula

¹⁶ Para um debate sobre o caráter da burguesia brasileira e a articulação formada entre dependência externa e segregação social, ver: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Beiguelmam, Fenando Henrique, Octavio Ianni e de Emília Viotti¹⁷. Diferentemente do que Gilberto Freyre e seus discípulos defendiam, as consequências da escravidão e do sistema colonial que a engendrou foram extremamente negativas e são responsáveis pela origem de muitos problemas que enfrentamos, como a dependência externa, a persistência da pauta primário exportadora hoje transvestida no *agrobusiness*, a aberrante segregação social, o racismo e o frágil nexos moral que permeia a população brasileira. De acordo com Emília Viotti da Costa, para se compreender esses problemas presentes em sua época, era preciso ter um olhar atento para a formação histórica do Brasil:

"O país industrializava-se e os problemas sociais no campo e nas cidades eram cada vez mais prementes. Parecia urgente mudar o país. Para isso era preciso conhecê-lo melhor; examinar suas lideranças políticas, as "elites", como se dizia então; indagar de sua responsabilidade pelo estado deplorável em que se encontrava a grande maioria do povo brasileiro; procurava-se uma explicação para o atraso, o autoritarismo e o elitismo crônico, a sobrevivência das oligarquias e do regime de clientela e patronagem e fraqueza das instituições democráticas."¹⁸

Outro ponto que é fundamental termos em mente para entendermos o pensamento de Emília Viotti da Costa é a influência teórica e metodológica do marxismo. No Brasil, principalmente até a década de 1960, as interpretações marxistas circulavam mais fora da universidade do que no ambiente acadêmico. Os membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), desde sua fundação em 1922, foram os responsáveis por grande parte da produção intelectual sobre o marxismo no Brasil até final da década de 1950. Entre os expoentes que mais se destacaram, elencamos: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Jacob Gorender.

A conjuntura que levou o marxismo migrar para a universidade está marcada pela crise que essa corrente vivencia a partir de meados da década de 1950 e que teve como um dos resultados o progressivo abandono da teoria da práxis. No Brasil, uma das expressões desse movimento é a criação do grupo “Seminário d’o Capital” na FFCL da USP em 1958, que buscava transferir para o ambiente universitário o debate sobre a interpretação marxista como forma de fugir dos ditames do PCB. Em certa medida, embora existam muitas diferenças entre o marxismo de Emília Viotti e dos membros do grupo “Seminário d’o Capital”, é através da maior difusão do marxismo na universidade que Emília Viotti ampliará

¹⁷ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista*. São Paulo, Editora Global, 2008 [1955]; CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional...op. cit.**, 2003 [1962]; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo... op. cit.*, 1962; BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. EdUSP, 2005; FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da Universidade de São Paulo, 1964; BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil: teoria e ação no pensamento abolicionista**. Livraria Pioneira Ed., 1967.

¹⁸ COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia: quarenta anos depois. In: **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo, Editora UNESP, 2015, p. 146.

o seu conhecimento sobre o tema. Entretanto, ainda que o marxismo tenha se “encapsulado” na universidade e que esse movimento represente de forma geral a perda da radicalidade dessa corrente, é notório que Emília Viotti da Costa seja mais influenciada por pensadores marxistas ligados a práxis política radical, como Caio Prado Jr. por exemplo, do que por seus colegas de departamento e demais professores da USP.¹⁹

De toda forma, ainda que seja um período que se observou algumas cisões dentro do marxismo no Brasil e no mundo, suas teorias e metodologias ainda se faziam presentes. Essa influência podia ser percebida na importância atribuída aos aspectos econômicos e, em especial, às discussões que privilegiavam a forma que cada sociedade desenvolvia seu modo de produção. Ou seja, partiam da organização produtiva para compreender o funcionamento da sociedade e a maneira que as mudanças operavam. Muitas são as críticas possíveis aos membros dessa corrente. Entre elas, a que mais se disseminou se refere ao economicismo, ou seja, a redução de todos fatos sociais à dimensão econômica. Essa crítica é válida para alguns autores, como Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender, por exemplo. Mas não para Emília Viotti da Costa. Apesar da autora pautar esse debate, ela não se atém apenas aos aspectos econômicos, incorporando também em sua análise a ideologia, a política e suas inter-relações. De toda forma, é inegável a influência do marxismo para a formação de seu pensamento e o papel atribuído aos aspectos econômicos para se compreender o funcionamento da sociedade.

Além dos autores marxistas brasileiros que influenciaram o pensamento da historiadora, como Nelson Werneck Sodré e, principalmente, Caio Prado Jr., havia também a influência de marxistas estrangeiros, em especial os de língua inglesa. Apesar de pertencerem a vertentes distintas do marxismo, as perspectivas metodológicas de Eric Hobsbawm, Edward P. Thompson e Raymond Williams podem ser percebidas nos trabalhos de Emília Viotti da Costa. As abordagens sobre as transformações econômicas estruturais, o debate sobre a transição de modos de produção, os debates sobre a formação da consciência e sua relação com as experiências vivenciadas, assim como a articulação das relações sociais e econômicas com a cultura e literatura são temas que a historiadora incorpora em suas análises. Essa é uma perspectiva utilizada já no livro *Da senzala à colônia* e que é aprimorada em *Coroa de Gloria, Lágrimas de Sangue*.

¹⁹ Entendemos que um balanço sobre o papel do “Seminário d’o Capital” para a constituição de um pensamento marxista dentro da universidade é de fundamental importância, em especial para distinguir o pensamento de Emília Viotti da Costa dos demais participantes do “Seminário”. Entretanto, apesar da relevância da discussão, não nos ateremos a esse tema para não fugirmos do foco da dissertação. Sobre esse debate ver: RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)**. Tese de Doutorado FFLCH-USP, 2011.

Por fim, para encerrarmos nossa conversa sobre a tradição de Emília Viotti, é necessário que tenhamos em mente que até pelo menos 1968 os debates sobre a revolução brasileira eram recorrentes. Elencamos como exemplo alguns autores que participaram desse debate: Celso Furtado com a *Pré-revolução Brasileira* (1962), Alberto Guerreiro Ramos com *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), Caio Prado Jr. com *A Revolução Brasileira* (1966), Nelson Werneck Sodré com *Introdução à revolução brasileira* (1967), entre outros²⁰. Tendo como parâmetro a visão de Caio Prado Jr., já que esse autor possui forte influência sobre o pensamento de Emília Viotti, usamos a seguinte definição:

“A revolução brasileira, (...), se constitui do complexo de transformações em curso ou potenciais, que dizem respeito à estrutura econômica, social e política do país, e que, contidas e reprimidas pela inércia natural a toda situação estabelecida, se desenrolam de maneira excessivamente lenta e não logram chegar a termo. Nem por isso, deixam de estar presentes, e se revelam e fazem sentir através das perturbações que agitam a vida do país: desequilíbrios econômicos, desajustes e tensões sociais, conflitos políticos de maior ou menos gravidade e repercussão. Cabe precisamente à ação política revolucionária estimular e ativar aquelas transformações implícitas no processo histórico em curso e de que tais perturbações constituem o sistema aparente e mais diretamente sensível. É a programação das medidas necessárias ou favoráveis a esse fim que forma a teoria revolucionária.”²¹

Ou seja, os objetivos da revolução devem se voltar ao combate dos problemas históricos brasileiros. Como já mencionado, a origem de muitos problemas que enfrentamos em nossa sociedade fincam raízes na escravidão e na sua lenta e conservadora extinção. Entendemos que Emília Viotti também partilha dessa posição ao analisar o processo de desagregação da escravidão nas zonas cafeeiras, as mudanças estruturais que possibilitaram sua consumação, assim como os dilemas que persistiram e que ainda precisam ser enfrentados. A escravidão nesta abordagem aparece como um dos elementos constituintes do Sistema Colonial, e a sua desagregação expressa um aspecto dessa crise. De acordo com a autora:

"(...) a liquidação do sistema colonial na América é um longo processo que sob certos aspectos prossegue ainda em nossos dias. O desaparecimento do sistema escravista é uma das etapas desse processo." (Costa 1966, p.12)

Dentro desse parâmetro, Emília Viotti da Costa nos ajuda a identificar os dilemas históricos da sociedade e os caminhos enfrentados pelo povo brasileiro para sua solução. O sentido revolucionário de sua obra aparece ao apontar que apenas medidas parciais não são suficientes para solucionar os problemas engendrados pela formação do capitalismo no Brasil.

²⁰ FURTADO, Celso. **A Pré-revolução Brasileira**. Editora Fundo de Cultura, 1962; RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Zahar, 1963; PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966; SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Editora Civilização Brasileira, 1967.

²¹ PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966, p.209.

São necessárias mudanças profundas, estruturais, e que peguem o problema pela raiz. Nesse sentido, entendemos que a perspectiva revolucionária, da qual Emília Viotti faz parte, tinha como objetivo uma mudança sistêmica, cujo significado às vésperas do golpe militar de 1964 se vinculava ao enfrentamento a dependência externa e a aberrante segregação social brasileira.

O golpe de 1964 mudou completamente esse cenário no Brasil. O caráter repressivo e antidemocrático que assumiu teve como uma das consequências a censura do pensamento crítico na universidade e na sociedade brasileira em geral. Essa censura intelectual se inicia com a consumação do golpe e cresce progressivamente com o avanço do projeto dos militares, escancarando seu caráter a partir da implementação do AI-5 em 1968. Temas comuns à tradição de Emília Viotti da Costa, como a segregação social, o nacionalismo revolucionário, a articulação entre escravidão e capitalismo no debate sobre a formação nacional, o olhar para totalidade, a visão de longa duração, o marxismo e a luta pela revolução brasileira, foram banidos após o golpe.

Em seu lugar, aparecem os debates sobre a internacionalização da economia, os efeitos positivos da “globalização”, a análise fragmentada da realidade e o foco na vida cotidiana e cultural. É evidente que as mudanças que as ciências sociais vivenciaram estão inseridas dentro de um movimento global, mais abrangente. Entretanto, para entendermos como essas transformações operam no Brasil é necessário compreendermos o papel político e ideológico que a ditadura civil-militar desempenhou contra a perspectiva crítica da formação brasileira e da revolução.

A sociedade brasileira sofreu fortes mudanças durante o governo ditatorial, as quais foram duramente conduzidas pelo grupo no poder. A própria atuação política e profissional de Emília Viotti da Costa como professora livre-docente da FFCL entre os anos de 1964 e 1968 foi progressivamente cerceada. Por sua vez, os muitos expurgos de professores nesse período simbolizam quais posicionamentos políticos e ideológicos seriam permitidos dentro da universidade. Na mesma medida, indicam quais vertentes deveriam se calar.

O golpe, em nossa perspectiva, representa a vitória da contrarrevolução. Desde sua consumação, as reformas adotadas pelos militares tiveram o objetivo de preparar o Brasil para vinda do capital internacional que passou a ditar o padrão e o ritmo do desenvolvimento industrial. Junto com a internacionalização do mercado interno brasileiro, observa-se que as discussões aos poucos também mudaram o seu caráter. Esse movimento é explicado, em grande medida, pelo abandono progressivo dos debates sobre a formação histórica do

capitalismo no Brasil. Entre os que discutiam o desenvolvimento brasileiro, desponta a vertente que privilegiava os investimentos industrial em si, ganhando força os debates sobre a internalização do departamento de bens de capital e seu “desenvolvimento endógeno”²². Ou seja, o debate sobre a industrialização parece ter chegado a um ponto final após o golpe: seria guiada pelo capital internacional.

Já entre os que debatiam a escravidão, é notável a recuperação do paternalismo como conceito utilizado para explicar o caráter das relações sociais desenvolvidas no Brasil. Perspectiva fortemente criticada durante a década de 1950 e 1960, ressurgiu com uma roupagem, amparada principalmente no livro *Roll, Jordan, Roll* de Eugene Genovese. Por sua vez, alguns historiadores se apropriaram de conceitos desenvolvidos por Edward P. Thompson, como a experiência e a formação da consciência de classe, com o intuito de dar voz às classes populares e enxergar as suas ações na história²³.

Dois são as vertentes que despontam a partir da década de 1970 e que progressivamente abandonam os debates pautados pela geração de Emília Viotti da Costa. A primeira, impulsionada pelas pesquisas na Universidade Federal Fluminense (UFF), organizadas por Maria Yeda Linhares e Ciro Cardoso, teve como principal trabalho *O arcaísmo como projeto* de João Fragoso e Manolo Florentino²⁴. Por sua vez, na Universidade de Campinas (Unicamp), destacam-se os historiadores Sílvia Lara e Sidney Chalhoub e seus respectivos trabalhos *Campos de violência* e *Visões da liberdade*²⁵.

No caso da UFF, é curioso que, no momento que o Brasil se desintegra na década de 1990 com o avanço das políticas neoliberais e progressiva destruição da indústria, os historiadores buscam enxergar exatamente o oposto em suas pesquisas, ou seja, o desenvolvimento do mercado inteiro e a autonomização da economia do Rio de Janeiro em bases nacionais, embora destaquem que este movimento esteja fortemente marcado por seu caráter arcaico, ganhando-se destaque o papel da terra. Por sua vez, em relação aos historiadores da Unicamp, é notável que na busca de escancarar os confrontos entre senhores

²² MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Campinas, Tese de doutorado Unicamp, 1975.

²³ Para uma crítica a apropriação dos conceitos de Thompson pelos historiadores do IFCH/Unicamp ver: MARQUESE, Rafael Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, n. 169, p. 223-253, 2013.

²⁴ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1993].

²⁵ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. LARA, Sílvia Hunold. **Campos de Violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

e escravos, percam exatamente a capacidade de situar os agentes dentro da história e a real situação da luta de classes.

Esse movimento se evidencia, em grande medida, com o crescente interesse que as análises do cotidiano passaram a despertar entre os historiadores. O que os atraía nessas análises era o desejo de encontrar as ações humanas na história. Entretanto, ao se estreitar o foco temporal da análise, perde-se completamente a capacidade de historicizar os acontecimentos e inseri-los dentro do movimento mais geral e abrangente da história. Apenas a partir de uma perspectiva mais estrutural, de longa duração, é possível observar a totalidade e o sentido da ação dos indivíduos dentro do processo histórico.

Para além dos fatores políticos e ideológicos preconizados pelo governo ditatorial, os quais possuíram um papel fundamental no expurgo do pensamento crítico da universidade, há outros fatores que também influenciaram esse processo, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Primeiramente, é inegável a influência que a expansão dos cursos de pós-graduação em história, principalmente a partir da década de 1970, teve para a “profissionalização” do historiador. Junto com esse aprimoramento de sua técnica de pesquisa e seu “métier”, há um forte movimento de retorno às pesquisas documentais nos arquivos e acervos históricos.

Por sua vez, as mudanças na conjuntura internacional também abalaram fortemente a forma de se fazer história, em especial após a crescente descrença no socialismo soviético e no marxismo. Nessa conjuntura, um trabalho que despertou forte interesse entre os historiadores da escravidão como crítica à ortodoxia marxista e à visão estruturalista foi a *Miséria da Teoria* de E. P. Thompson²⁶. Crítico ao posicionamento de Althusser, o historiador inglês defende em seu livro a necessidade de se analisar o movimento da história não pelas estruturas econômicas, mas através dos aspectos culturais, expressos nas experiências vivenciadas e suas mediações com o processo de formação da consciência de classe.

Vemos que, junto com a conjuntura nacional e internacional, o posicionamento hegemônico dos historiadores da escravidão mudou fortemente a partir de meados de 1970. Esse movimento pode ser percebido nos inúmeros balanços historiográficos realizados no ano de centenário da abolição. Grande parte desses trabalhos indicaram os avanços e ganhos que a historiografia da escravidão teve ao passar a abordar os aspectos culturais e do cotidiano, posicionando-se mais próximo às narrativas das pessoas. Porém, também houve os que não

²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

concordavam com os caminhos tomados por esse vertente. Um primeiro exemplo é o trabalho de Jacob Gorender, *A escravidão reabilitada*²⁷, que defende que as mudanças de perspectiva e, em especial, a recuperação do conceito de paternalismo, ajudaram a criar uma imagem que a escravidão não era tão cruel como se defendia entre os pesquisadores das décadas de 1950 e 1970. Para Gorender, essa nova perspectiva reabilitou a escravidão quanto a sua aceitação e funcionamento. O livro de Gorender, apesar da grande repercussão que possuiu, foi bastante criticado e pouca atenção se deu as suas contribuições.

Por sua vez, também dentro da vertente crítica a esse movimento, temos os trabalhos de Emília Viotti da Costa, principalmente enquanto esteve morando no exílio nos EUA. Apenas para situarmos o sentido da crítica da historiadora, que será desenvolvida ao longo dessa dissertação, indicamos a seguinte citação:

“Visto à distância, no entanto, parece irônico que, num momento em que tantas forças aparentemente incontroláveis pesam sobre a maioria da população brasileira, os historiadores insistam em celebrar a subjetividade e a liberdade do indivíduos e falem em luta de classes como se esta se desse num vazio e pudesse ser simplesmente reduzida a um ato de vontade coletiva sem qualquer referência às condições que definem os parâmetros da luta possível, e que, em nome dos oprimidos, se preocupem cada vez mais com as microfísicas do poder e a resistência isolada do ato cotidiano, ao invés de se preocuparem com as estruturas de dominação – a macrofísica do poder – que os esmaga e com as relações íntimas entre a macro e a microfísica do poder. Isso não quer dizer que a tentativa de resgatar a subjetividade dos agentes históricos não seja válida. Ela é tão válida quanto necessária. Mas nesse tipo de abordagem existe um risco: o de transformar tudo em mera subjetividade e a História apenas numa simples coleção de testemunhos e depoimentos. Nesse caso a História cede lugar à memória. O historiador renuncia a um discurso totalizador que incorpore as múltiplas subjetividades e as transcenda conferindo-lhes significado. Com isso ele corre o risco de produzir ou uma história em que todos os testemunhos são igualmente relevantes, ou uma história parcial, em que o historiador arbitrariamente decide tomar partido em favor de uma versão ou de outra. Nesse caso ele abandona totalmente a ideia de que existe um processo histórico que ao mesmo tempo constituiu o indivíduo e é constituído por estes. Em sua obra tudo se transforma em subjetividade, a do agente histórico e do historiador, tudo fica uma questão de opinião. Nesse contexto, tudo se relativiza, faltam critérios para separar o relevante do irrelevante, o certo do errado, e torna-se inviável a formulação de um método histórico.”²⁸

O processo de redemocratização no Brasil, como é característico de nossa história, ocorre de maneira gradual, garantindo que antes de sua consolidação as interpretações do pensamento brasileiro mais críticas já estivessem esterilizadas.²⁹ O fim do União da Repúblicas Socialistas Soviéticas veio reforçar a consumação desse movimento. A

²⁷ GORENDER, Jacob. **Escravidão reabilitada**. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, Editora Ática, 1990.

²⁸ COSTA, Emília Viotti da. História, metáfora e memória: a revolta de escravos de 1823 em Demerara. **Arquivo & História**, p. 7-20, 1988.

²⁹ Para algumas análises que debatem o abandono da perspectiva crítica no pensamento universitário e da sociedade brasileira em geral, ver: SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999; FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1975; FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

perspectiva crítica sumiu da universidade brasileira e com ela seus intelectuais mais engajados.

Será com o olhar voltado para as mudanças na historiografia da escravidão observadas entre as décadas de 1960 e 1990 e as críticas realizadas por Emília Viotti da Costa que iremos focar a nossa dissertação. Nesse sentido, organizamos a dissertação, fora essa introdução e a última seção que possui caráter conclusivo, em três capítulos. O primeiro, considerado também como uma síntese da biografia política e intelectual de Emília Viotti da Costa, abordará sua trajetória acadêmica e política até aposentar-se pela Universidade de Yale. Serão tratados temas como as relações familiares, o ingresso na USP, o processo de defesa de sua tese de Livre-Docência, a luta contra o regime ditatorial e seu exílio nos Estados Unidos da América. O objetivo dessa seção é analisar de que forma Emília Viotti da Costa, junto com a perspectiva que pertence, foi expulsa da vida universitária brasileira e quais os passos que a historiadora teve que tomar para se reinserir no debate acadêmico.

Já no segundo capítulo iremos analisar a perspectiva teórica e metodológica do livro *Da senzala à Colônia*, publicado em 1966, fruto da sistematização de seu trabalho de livre-docência. O objetivo dessa seção é analisar os temas abordados pela historiadora para explicar o processo lento e conservador da desagregação do trabalho escravo nas zonas cafeeiras.

Por sua vez, no terceiro capítulo, analisaremos como Emília Viotti se insere no debate suscitado pelas mudanças teóricas e metodológicas da historiografia da escravidão, incorporando perspectivas novas ao mesmo tempo que reafirma o seu posicionamento inicial. Para isso, inicialmente iremos analisar alguns autores e correntes internacionais de pensamento e suas influências sobre esse processo, debatendo em seguida como essas transformações metodológicas chegam ao Brasil, para por fim analisarmos qual o posicionamento que Emília Viotti da Costa adota, expresso em seus artigos publicados no exílio e em seu livro *Coroa de glórias, lágrimas de sangue*, onde expõe suas principais críticas ao caminho que a historiografia da escravidão tomou.

Capítulo 1. Biografia política e intelectual

1.1 – Família, formação secundária e ingresso na USP.

Emília Viotti da Costa nasceu na cidade de São Paulo em 28 de fevereiro de 1928. Seu pai, Albano da Costa, natural de Beira Alto, Portugal, emigrou para São Paulo ainda novo

e, de acordo com seus relatos, passou por momentos difíceis até conseguir se firmar como representante comercial. Pouco se conhece sobre os avós paternos de Emília Viotti da Costa, já que seu pai ficou órfão muito cedo. Emília Viotti da Costa conta em entrevista que seu pai era considerado uma pessoa bastante metódica e com uma enorme disciplina, e como tal, exigia o mesmo dos demais. Porém, era sobretudo uma pessoa reservada. Parte em decorrência a sua reserva, e em parte por considerar que a criação de filhos era uma função das mulheres, Emília Viotti da Costa não desenvolveu com seu pai uma relação tão estreita comparada como a que teve com sua mãe.³⁰

Sua mãe, Zilda Abranches Viotti, era brasileira e descendia de uma família composta por políticos, fazendeiros, médicos, advogados, funcionários públicos, eclesiásticos e artistas.³¹ Da família de sua avó materna, apenas para pegarmos alguns exemplos de parentes que tiveram destaque na vida imperial, o bisavô de Emília Viotti da Costa, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, foi presidente das Províncias do Paraná (1873-75) e do Maranhão (1875-76), Conselheiro do Império e, posteriormente, Senador pela Província de São Paulo (1891-92). Se formos mais longe, chegamos no tataravô de Emília, José Maria de Avellar Brotero, que fora Conselheiro do Império e Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo logo após sua fundação. A sua tataravó, Ann Nancy Dabney, era estadunidense e filha do Consul nos Açores. E por aí vai... As histórias que conhecia de sua família foram principalmente repassadas por sua avó materna, cujo primeiro nome é igual ao da neta, Emília Brotero Abranches.

Por sua vez, o sobrenome Viotti tem origem em uma família de imigrantes de Gênova que se instalaram no sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Alguns Viotti se destacaram atuando como profissionais liberais - como médicos, juristas, professores - e outros seguiram carreira política. Seu avô, Heráclito de Magalhães Viotti, era professor e poeta e foi casado com Emília Brotero Abranches, com quem teve cinco filhos, entre eles, Zilda. Emília Viotti da Costa foi a única filha de Zilda e Albano.

Zilda, de acordo com a filha, era platonicamente anarquista, fator que ajudou a estreitar o vínculo entre mãe e filha em seus tempos de adolescência. As ideias anarquistas na famílias de Emília Viotti circulavam principalmente através de seu tio-avô, que era uma leitor atento de diversos jornais anarquistas e que, segundo Emília Viotti afirma, estava sempre disposto a ensinar esperanto para quem tivesse interesse.

³⁰ COSTA, Emília Viotti da. Entrevista. In: **Brasil: História, Texto e Contexto**. São Paulo, Editora da Unesp, 2015, p. 270.

³¹ Este ramo da Família de Emília Viotti da Costa, os Abranches, está no Brasil desde pelo menos meados do século XVIII. Ver: Emília Viotti da Costa. Entrevista... op. cit., 2015, p. 272.

Como podemos notar, apesar da família de Emília Viotti da Costa ser considerada uma família bastante tradicional da classe dominante da sociedade brasileira, não era uma família com um pensamento único. Pode-se ver que circulavam em sua família ideias liberais, anarquistas, conservadoras, progressistas, religiosas, artísticas, etc. De acordo com Emília Viotti, apesar das inúmeras divergências que tivera com seus familiares, os encontros que realizavam eram sempre recheados por intensas e respeitadas discussões políticas. Mesmo sendo filha única, seu núcleo de convívio familiar sempre fora o estendido, estando recorrentemente à presença de seus tios, avôs, primos, etc. Foi este ambiente familiar que introduziu Emília Viotti nas discussões acerca dos rumos do Brasil e ajudou a modelar os primeiros princípios norteadores de seu pensamento.

Para além das discussões e conversas com seus familiares, fato que estimulava sua formação política, Emília Viotti foi desde cedo influenciada por seus pais no hábito da leitura. Zilda era uma assídua leitora de obras literárias e possuía uma biblioteca de causar inveja em apreciadores de romances. Por sua vez, Albano tinha o hábito de acompanhar as discussões políticas e econômicas nos jornais da época, além de participar de atividades políticas em decorrência de seu cargo como representante comercial. Durante o período de adolescência de Emília Viotti, a política entrou em efervescência. Quando das eleições para sucessão de Getúlio Vargas em 1945, Albano flertava com a UDN (União Democrática Nacional) e participou do comício do Brigadeiro Eduardo Gomes. Pouco tempo depois foi ao Estádio Municipal de São Paulo ver o recém liberto Luís Carlos Prestes e o poeta Pablo Neruda. Nessas duas ocasiões, Emília Viotti, que à época tinha dezessete anos, acompanhou o pai e se deslumbrou com as multidões que se formaram. Para além do convívio familiar, podemos afirmar, sem margem para dúvidas, que o principal fator que influenciou a formação do pensamento de Emília Viotti foi o contexto político conturbado que o Brasil vivenciava.

No que concerne a sua formação escolar, frequentou o primário no Colégio Visconde de Porto Seguro, mudando-se para o Mackenzie nos anos ginasiais, onde permaneceu até o segundo ano do colegial, quando, por fim, retornou para Colégio Visconde de Porto Seguro, concluindo o colegial. Seus maiores interesses durante os anos de estudo secundário estavam voltados às matérias das ciências exatas, as quais despertavam grande curiosidade na jovem estudante. Até seu segundo ano do colegial, não tivera bons professores de história. Vislumbrava ser física e não historiadora. Entretanto, já nos seus anos como estudante colegial se destaca em um concurso literário ficando em segundo lugar, atrás de Décio Pignatari e à frente de Hilda Hilst.

Quando se casou pela primeira vez, aos dezoito anos, seu sonho de ser física foi

definitivamente jogado por terra, pois, de acordo com Emília Viotti, com sua nova rotina de casada, não conseguiria se dedicar de forma integral ao curso, sendo este um dos requisitos.³² O seu primeiro companheiro, Décio Mattos Nogueira, era professor de francês e espanhol e também detentor de um extenso acervo de obras literárias. Junto a seu primeiro companheiro teve a oportunidade de viajar por diversos países da América Latina e da Europa e se aprofundar na literatura de língua espanhola e francesa. Seu interesse pela história, que até então se vinculava mais ao hábito de leitura e às histórias familiares, ganha um novo elemento em seu último ano de colegial, quando, finalmente, teve um bom professor, Egon Schaden³³, que a despertou para aquilo que viria ser sua profissão. Hesitou ainda em cursar ciências sociais, entretanto, acabou optando por História e Geografia na Universidade de São Paulo (USP) por considerar que havia maiores possibilidades de trabalho nessa área à época.

O seu ingresso no curso de História e Geografia na USP ocorreu no ano de 1948, formando-se em 1951. Entre 1951-1953 fez um curso de especialização em História Medieval, Moderna e Contemporânea oferecido pela FFCL. Apesar de ter trabalhado durante o período de graduação e especialização com fontes primárias, afirma que conseguiu aperfeiçoar sua técnica de pesquisa documental apenas entre 1953 e 1954, quando recebeu um bolsa de estudo do governo francês para estudar na École de Hautes Études. Em sua estadia em Paris, foi orientada por Charles Morazé e frequentou os seguintes cursos: Sociologie et Histoire, ministrada por George Gurvitch; Histoire Economique et Sociale de la France (1790-1850), ministrada por Paul Leuillio; e Histoire Economique et Sociale de la Révolution, lecionada por Ernest Labrousse. Fora dos muros da universidade, também teve a oportunidade de frequentar um curso de história da pintura francesa oferecido pela École du Louvre.³⁴

Durante sua estadia, pretendia realizar uma pesquisa sobre o período da Restauração e o papel desempenhado pela nobreza francesa. Entretanto, ao voltar para o Brasil e ser confrontada com os acontecimentos que assolavam a vida política nacional, abandonou sua pesquisa inicial e se debruçou sobre o estudo da transição do trabalho escravo

³² COSTA, Emília Viotti da. Conversa com a historiadora. In: **Brasil: História, textos e contextos**. Org. Emília Viotti da Costa. São Paulo, Ed. Unesp, 2015, p. 273. Após seu primeiro casamento, passou a assinar como Emília da Costa Nogueira. Dez anos após realizado o desquite amigável, voltou a assinar como Emília Viotti da Costa. Ver: RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica (1934-1971). In: **Rumos da História Econômica no Brasil. 25 anos da ABPHE** Org: Saes, Alexandre Macchione; Ribeiro, Maria Alice Rosa; Saes, Flávio Azevedo Marques de. São Paulo, Editora Alameda, 2017, p. 172.

³³ Antropólogo de formação, foi professor de Emília Viotti em dois momentos. O primeiro ocorreu nos anos colegiais e o segundo, posteriormente, já como aluna da FFCL.

³⁴ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica (1934-1971)**... *op. cit.*, 2017, p. 172-173.

para o trabalho livre no Brasil³⁵, assim como temas relativos ao ensino de história e sua prática.

1.2 O caminho para a Livre Docência (1954-1964).

Ao retornar para o Brasil, a forma que conseguiu se inserir profissionalmente foi dando aula como professora secundarista - em Sertãozinho, Jundiaí e no Colégio de Aplicação da USP – ao mesmo tempo que lecionava como professora auxiliar³⁶, sem remuneração, na cadeira de História Moderna e Contemporânea da USP nos cursos de Introdução aos Estudos Históricos, Metodologia da História e Teoria da História.³⁷ Em 1956, Emília Viotti da Costa foi contratada como professora assistente pela cadeira de História Moderna e Contemporânea, que tinha Eduardo d’Oliveira França como responsável. Permaneceu como professora assistente por um ano e meio, quando decidiu pedir demissão:

“O incidente que levou a essa decisão teve a ver com o nascimento de uma segunda filha. Quando anunciei que precisaria um ajustamento do horário para amamentar, o professor Oliveira França me fez um discurso dizendo que se eu pretendia ter filhos nunca seria uma intelectual. Furiosa, disse a ele que, se pretendia cercear minha vida pessoal, eu preferia me demitir. Foi o que fiz. No dia seguinte apresentei a demissão do cargo que tanto almejava. Comecei então a dar aulas num curso de Introdução aos Estudos Históricos recém-criado no Departamento e recebi, depois de algum tempo, minha indicação para a nova posição. Encerrara um capítulo importante de minha vida para começar um novo.”³⁸

Antes de defender sua tese de livre-docência, que resultou dois anos mais tarde na edição do livro *Da senzala à colônia*, Emília Viotti já havia publicado 16 artigos sobre a história do Brasil, as especificidades do conhecimento histórico e sobre o ensino da história³⁹.

³⁵ COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia: quarenta anos depois. In: **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo, Editora UNESP, 2015, p. 144-146.

³⁶ Emília Viotti tornou-se professora auxiliar da USP em 1954-55 e professora do Colégio de Aplicação em 1958, concurso que foi aprovada em primeiro lugar. DIÁRIO OFICIAL DE SÃO PAULO. **Colégio Estadual Presidente ‘Roosevelt’**. São Paulo, 22 de fevereiro de 1958, p. 25. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4176079/pg-25-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-22-02-1958/pdfView> >. De acordo com a autora, ser professora auxiliar era uma forma para facilitar que futuramente conseguisse se tornar professora efetiva da USP. Aparentemente essa prática era recorrente.

³⁷ Para mais informações sobre a trajetória acadêmica de Emília Viotti na USP ver duas entrevistas concedidas por Emília Viotti da Costa. A primeira a José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego publicado originalmente no livro **Conversa com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002; e a segunda a Milton Pinheiro e Paulo Douglas Barsotti publicado em COSTA, Emília Viotti. **Brasil: História, textos e contextos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 312-313.

³⁸ BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, **Revista da Adusp**, 1999, p. 21.

³⁹ A referência a alguns desses artigos são: COSTA, Emília Viotti da. Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. Org.: COSTA, Emília Viotti da. São Paulo, Editora da Unesp, 2014, publicado originalmente pela Revista de História da USP em 1956; COSTA, Emília Viotti da. Os objetivos do ensino da história nos cursos secundários. In: **Revista de História**, XXIX, São Paulo: USP, 1957; COSTA, Emília Viotti da. O material didático no ensino da História. in: **Revista de Pedagogia**, X, São Paulo: USP, 1959; COSTA, Emília Viotti da. Sugestões para a melhoria do ensino da história

Parte significativa desses artigos foi produzida através do contato direto que possuía com os seus alunos do ensino secundário do Colégio de Aplicação da USP, trabalho que tinha como objetivo avançar no conhecimento dos problemas que o Brasil enfrentava em sua época.

Quando escreve esses artigos, a pesquisa acadêmica na área de história nas universidades brasileiras ainda era muito desarticulada, com o ensino da história e seu “fazer” pelo historiador ainda não apresentando a profissionalização e especialização que iriam adquirir nas décadas seguintes. Diferentemente dos avanços apresentados nos estudos sociológicos no Brasil, responsável pela hegemonia que esta área desempenhou nas pesquisas desenvolvidas na década de 1960 e que no caso da USP teve como principal orientador de grupos de pesquisa o professor Florestan Fernandes, as pesquisas históricas ainda dependiam do esforço individual e, em certa medida, era uma prática autodidata dos historiadores.

Esse foi em alguma medida o caso de Emília Viotti. É também um dos fatores que explica o tempo que a autora levou para produzir a pesquisa que viria ser sua tese de livre-docência: dez anos. É verdade que os tempos e exigências na universidade eram outros, de toda forma, é de se espantar a quantidade de documentos e acervos históricos que Emília Viotti percorreu para realizar sua pesquisa. Entre as fontes utilizadas encontramos os seguintes acervos: Arquivo do Estado de São Paulo; Arquivo Público Mineiro; inúmeros jornais das províncias de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo; relatórios de ministros; anais da Assembleia legislativa de São Paulo, do Senado e da Câmara dos Deputados do Império; e um grande conjunto de artigos e livros do período do Brasil Império⁴⁰.

Em 25 de novembro de 1964⁴¹, Emília Viotti presta o concurso para professora livre-docente da Cadeira de História da Civilização Brasileira com o trabalho “Escravidão nas áreas cafeeiras: aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do sistema escravista”⁴². Essa cadeira, que até 1958 era uma das mais desprestigiadas e desorganizadas da FFCL, passa por um processo de renovação a partir da chegada de Sérgio Buarque de Holanda e da abertura dos concursos de Livre-Docência. Quando Emília Viotti da Costa se

nos cursos secundários. In: **Revista de História**, ano 6, v. 6, 11/12, 1960; COSTA, Emília Viotti da. **O problema da motivação no ensino de história**. In: **Revista de Pedagogia**, XIII, São Paulo: USP, 1963; COSTA, Emília Viotti da. Concepção do Amor e a idealização da mulher no romantismo: considerações a propósito de uma obra de Michelet. Marília: **Revista Alfa**, v. 4, 1963.

⁴⁰ COSTA, Emília Viotti da. Fontes Citadas. In: **Da Senzala à colônia**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966 p. 468-489.

⁴¹ De acordo com o *Prefácio à segunda Edição* do livro *Da senzala à Colônia*, comenta que a redação do último capítulo de sua tese de livre-docência acabou nos meses que antecederam o golpe. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 26.

⁴² ANDRADE E SILVA, Raul de; CASTRO, Luís Antônio de Moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, **Revista de História da USP**, v. 33, n.67, p. 263-284, 1966. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/124695/121242>>.

aplica para o cargo de professora livre-docente não possuía o título de doutora. Provavelmente, iniciara o doutorado sendo orientada por Sérgio Buarque, entretanto, abandonara a pós-graduação tendo em vista o concurso que se abria. Mesmo não sendo doutora, a banca examinadora a avaliou tendo como parâmetro sua atuação docente, assim como suas publicações e cursos de especialização que realizara.

A banca examinadora para o concurso de professor livre-docente da cadeira de História da Civilização Brasileira foi composta por: Brasil Pinheiro Machado, Eurípedes Simões de Paula, Francisco Iglesias, José Wanderlei de Araujo Pinho e Sérgio Buarque de Holanda. A professora Alice Canabrava havia sido convidada para participar da banca, entretanto, por conta de um evento internacional, não pode comparecer e teve que ser substituída⁴³. O tema da prova didática foi: “As primeiras instituições coloniais. As capitânicas Hereditárias e o Governo Geral.”

Quanto as arguições, as mais interessantes para se analisar são de Sérgio Buarque e Francisco Iglesias. O primeiro pela informação que concede ao afirmar que orientara Emília Viotti durante o período que a historiadora fez doutorado e que o trabalho apresentado no concurso era seu desdobramento. O segundo pelo debate metodológico que suscita. Francisco Iglesias diz que pelo fato de ser um trabalho bastante extenso⁴⁴, a autora excede na descrição em algumas partes, principalmente na seção que aborda a “vida dos escravos nas zonas rurais e urbanas”. De acordo com o historiador, muito do que foi descrito não serve para explicar a desagregação da escravidão nas áreas cafeeiras.

Defendendo-se das críticas, Emília Viotti diz que seu trabalho é a tentativa de equilibrar a abordagem explicativa com a descritiva: “é em certa medida uma experiência metodológica de quem está procurando um método, um sistema, tentando ao mesmo tempo que realiza o trabalho, aprender qual a melhor maneira de se escrever História.”⁴⁵ Tendo como referência Fernand Braudel e a “história do tempo curto” e a “história do tempo longo”, uma referindo-se às estruturas e a outra a conjuntura, afirma que procurou fazer:

“(…)uma história que não se enquadra rigidamente em nenhuma das duas correntes, mas que combinando os dois aspectos, resultasse numa tentativa de conciliação. Na feitura de seu trabalho não se preocupou apenas com os aspectos objetivos, isto é, os aspectos objetivos que se inferem das coisas concretas, mas também com aquilo que pensam os personagens envolvidos nos acontecimentos, embora muitas vezes o que

⁴³ FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRAÇÃO. Protocolo n. 5658. São Paulo, 3 de setembro de 1964.

⁴⁴ A tese de livre docência de Emília Viotti tinha 1001 páginas e estava dividida em três volumes.

⁴⁵ ANDRADE E SILVA, Raul de; CASTRO, Luís Antônio de Moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, *Revista de História da USP*, v. 33, n.67, p. 263-284, 1966.

estes digam ou pensem não seja o que realmente acontece”⁴⁶.

No concurso que Emília Viotti se aplicou também estava participando uma outra historiadora, Nícia Villela Luz. Ambas foram aprovadas e se tornaram professoras livre-docente na cadeira de História da Civilização Brasileira. A atuação de Emília Viotti da Costa dentro da USP não duraria muito tempo. O golpe militar mostrava as suas garras e mordanças.

1.3 Da luta contra a ditadura militar ao exílio nos EUA.

O período compreendido entre a efetivação de Emília Viotti como professora livre-docente pela USP, em 1964, até a data de sua aposentadoria compulsória em 1969⁴⁷, é marcado pelo crescimento do clima de perseguição política e o avanço do projeto de reforma universitária que o governo militar desejava implementar. Que a universidade precisava mudar, todos concordavam. O que não havia acordo era qual projeto adotar.

O início da reforma universitária ocorreu no ano de 1966 após o governo militar baixar um Decreto-Lei que determinava os princípios e normas que as universidades federais deveriam adotar na reestruturação.⁴⁸ Poucos dias depois da publicação do decreto, o jornal Folha de São Paulo revelou que o governo brasileiro estava realizando um acordo com o governo dos EUA para desenvolver um projeto de reforma do ensino universitário. As críticas expostas pelo jornal a este acordo alegavam que o Brasil era capaz de desenvolver um projeto educacional autonomamente e que o modelo estadunidense não era o único que deveria ser tomado como referência. De acordo com o jornal, o professor Rudolph Atcon era “acusado de atuar como representante dos interesses dos EUA em assuntos educacionais na América Latina e autor de um relatório mantido em segredo pelo MEC”⁴⁹. Apesar de Atcon não estar formalmente vinculado a comissão criada para elaborar a reforma, tornou-se um dos principais difusores e defensores do acordo que estava sendo gestado entre Brasil e EUA e que ficou conhecido como MEC-Usaid.

Mesmo que o acordo tenha vindo a público no final de 1966, pouco se sabia sobre suas intenções até 1968, ano em que o debate acerca da reforma universitária ganha maior

⁴⁶ ANDRADE E SILVA, Raul de; CASTRO, Luís Antônio de moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia... *op. cit.*, p. 271-272, 1966.

⁴⁷ Durante os anos como professora na USP foi instrutora da cadeira de História Moderna e Contemporânea, e lecionou nos cursos de Introdução aos Estudos Históricos, Metodologia da História e Teoria da História.

⁴⁸ BRASIL. **Decreto-Lei Nº 53**. Brasília, 8 de novembro 1966.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10053.htm >

⁴⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. **Reforma universitária e participação da Usaid**. São Paulo, 2 de dezembro de 1966, p. 5. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1966/12/02/2/> >

atenção e o movimento estudantil radicaliza sua atuação. Entretanto, aos poucos e na medida que o debate se acirrava, os objetivos da reforma universitária foram ganhando traços mais definidos e explicitavam seu sentido. A proposta defendida pelo governo militar visava estreitar os vínculos entre a universidade e a iniciativa privada, priorizar o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico e fomentar a profissionalização do quadro de professores. Nessa perspectiva, as pesquisas consideradas “retóricas” deveriam ceder espaço para o “rigor científico”.

Em oposição a essa proposta, havia um grupo de professores e estudantes que, apesar de concordarem com alguns pontos referentes a reforma universitária, como por exemplo a rigidez da estrutura da universidade decorrente do sistema de cátedras e a baixa capacidade de pesquisas coletivas, viam na educação um instrumento para se desenvolver as capacidades humanistas da sociedade. Ou seja, eram contrários às medidas que preconizavam que a universidade pública deveria adotar uma lógica empresarial e que sua produção acadêmica se subordinasse aos interesses da iniciativa privada. O grupo contrário às diretrizes da reforma universitária proposta pelo governo militar entendia que a universidade não deveria se voltar para atender apenas as empresas e industriais que se proliferavam pelo país, mas a sociedade como um todo.⁵⁰

Emília Viotti teve um papel fundamental dentro do movimento de oposição ao MEC-Usaid. No início de 1968 foi convidada pelo Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Eurípedes Simões de Paula, para realizar a aula inaugural do curso de filosofia. O tema da aula não poderia ser mais pertinente: “a crise na universidade”. Nesta aula, a partir de uma análise do contexto histórico que englobava o período de formação da USP até seus dias contemporâneos, concluía que era necessário se realizar uma reforma universitária, entretanto, no sentido oposto do que era apregoado pelos militares. A aula fora publicada na revista estudantil da Faculdade de Filosofia e em poucos dias já circulava por todo país através dos jornais dos grêmios estudantis.

Rapidamente, Emília Viotti ganhou papel de destaque na crítica a reforma proposta pelos militares, sendo chamada para participar de inúmeras palestras e eventos em cerca de quarenta universidades diferentes. Talvez o evento mais emblemático foi a participação em um programa de televisão com o Ministro da Educação Tarso Dutra e o líder

⁵⁰ Para o debate sobre a reforma universitária ver: COSTA, Emília Viotti da. Globalização e reforma universitária: a sobrevivência do MEC-Usaid. In: **Brasil: História, textos e contextos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 239-260; ARAPIRACA, José Oliveira. **A Usaid e a educação Brasileira: Um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (FGV), 1979.

estudantil José Dirceu para debater a reforma universitária. Emília Viotti, em uma resposta ao ministro, o critica abertamente sobre as intensões da reforma universitária de privatizar as universidades públicas. Anos mais tarde, atribuiria a essa entrevista um peso importante para a sua aposentadoria compulsória pela USP.⁵¹

A reforma universitária referente a USP⁵² foi encaminhada para discussão no final de junho de 1968 na forma de um Memorial, e exigia que as diferentes unidades dessa instituição discutissem com o corpo docente e discente o projeto de reestruturação. Seguindo este encaminhamento, em 2 de julho foi realizada uma reunião da Congregação da FFCL, aberta a participação dos estudantes, para se debater a proposta. Nesta reunião, Emília Viotti propôs que fosse “discutida a constituição de uma Comissão Paritária geral da FFCL com o objetivo de propor um projeto de Reestruturação da FFCL, tendo em vista a reestruturação da Universidade de São Paulo (...)”⁵³. Emília Viotti, ao propor uma comissão paritária, aproximava-se do posicionamento defendido pelo movimento estudantil através de seu representante Bernardino Figueiredo. A formação da Comissão Paritária foi aprovada pela congregação, mesmo não havendo consenso em relação a essa proposta. Seu caráter, todavia, como ressaltado pelos membros da congregação, não era deliberativo, mas consultivo.

O Departamento de Educação se opôs a sua constituição, alegando que a deliberação contrariava a hierarquia universitária ao permitir que uma comissão paritária formada por professores, estudantes e funcionários deslegitimasse as competências do Conselho do Departamento. Essa crítica a Comissão Paritária realizada por parte do Departamento de Educação pode ser ilustrada na tese de Livre-Docência do professor Heladio Cesar Gonçalves Antunha, defendida três anos após a implementação da reforma:

“Como nunca, a universidade brasileira esteve, então, ameaçada em um dos seus princípios fundamentais: na idéia de que a autoridade e a hierarquia universitárias devem basear-se na evidência do mérito objetivamente comprovado e na maior experiência e maturidade. A instituição das comissões paritárias – e algumas chegaram a funcionar ‘de fato’, mesmo na USP, como um poder paralelo ao dos órgãos tradicionais como o Conselho Universitário, as Congregações e os Conselhos de Departamento – representava na prática a transferência da autoridade e do governo universitário para os estudantes mais radicais e aos professores a eles associados, criando-se, assim, os elementos indispensáveis para se transformar a instituição num instrumento de luta política, num bastião ideológico e numa base logística para as

⁵¹ BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, **Revista da Adusp**, 1999, p. 25.

⁵² Para a análise sobre os debates ocorridos no período de implementação da reforma universitária na USP e, em especial na FFCL, ver: CELESTE FILHO, Macioniro. **A reforma universitária e a universidade de São Paulo – Década de 1960**. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC-SP, 2006; e CELESTE FILHO, Macioniro. A Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1968 e a reforma da Universidade de São Paulo. **IV Congresso Brasileiro de História da Educação (SBHE)**, 2006, p. 1-3.

⁵³ Atas da Congregação da FFCL-USP, 02/07/1968. Livro X. apud CELESTE FILHO, Macioniro. A comissão paritária op. cit., 2006.

incursões revolucionárias contra o regime vigente.”⁵⁴

Embora tenha sido ratificada a maioria dos membros para compor a Comissão Paritária na congregação de 8 de julho, seu caráter consultivo em relação às deliberações da congregação durou apenas um dia. Na medida que o conflito com o movimento estudantil se acirrava em decorrência da ocupação do prédio da FFLC, iniciada em 24 de junho daquele ano, a defesa em relação a legitimidade e funcionamento da Comissão Paritária passou a ser utilizada como moeda de troca e instrumento de barganha para a desocupação. O diretor demissionário da unidade, Erwin Rosenthal, comunicou no dia após a ratificação da comissão que, caso a ocupação da Maria Antônia não acabasse até 10 de julho, a Comissão Paritária perderia o apoio da congregação. A proposta de Erwin foi aprovada pela maioria, com Florestan Fernandes e Bento Prado votando contra e com as abstenções de Octavio Ianni, José Arthur Gianotti e Lindo Fava⁵⁵.

Em 18 de julho, em decorrência da persistência da ocupação, o diretor da FFLC solicitou ao reitor da USP, por meio de ofício, que fossem tomadas as “medidas judiciais cabíveis” para realizar a desocupação. Em nota divulgada a imprensa no dia seguinte a solicitação, comunicava-se:

“Como é de conhecimento público, a administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras vem, desde o dia 24 de junho, data de sua ocupação, tolerando a presença permanente de estudante nas suas dependências, visando a encontrar soluções reais e positivas para os problemas suscitados. A sua congregação, apoiando esta atitude, decidiu até mesmo designar uma comissão paritária de professores e alunos para estudar o problema da reforma universitária.

Diante de fatos, que vem ocorrendo com intensidade sempre maior, vê-se esta administração ameaçada de paralização dos seus serviços, e assim, encaminhou o ofício ao reitor (...).”⁵⁶

A oposição ao regime militar e a suas propostas aumentaram no desenrolar do segundo semestre de 1968, com destaque para a organização da luta armada contra a ditadura militar através da guerrilha urbana e rural e o maior enfrentamento do movimento estudantil. No que concerne ao movimento estudantil na USP, seu ápice ocorre em 3 de outubro, com o confronto da rua Maria Antônia entre os estudantes da FFCL e do Mackenzie. O Manifesto

⁵⁴ ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. **Universidade de São Paulo: fundação e reforma**. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974, pp. 183-184.

⁵⁵ CELESTE FILHO, Macioniro. A Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1968 e a reforma da Universidade de São Paulo. **IV Congresso Brasileiro de História da Educação (SBHE)**, 2006, p. 3.

⁵⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Providências na Fac. de Filosofia**. São Paulo, 19 de julho de 1968, p. 32. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680719-28611-nac-0032-999-32-not>> Ainda nesta edição do jornal havia uma reportagem sobre a desocupação da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco que, segundo o jornal, não fora necessário utilizar a violência policial. Todavia, esse episódio foi a primeira vez que se acionou a polícia militar para fazer um reintegração de posse em prédios da USP. O Estado de São Paulo, 19 de julho de 1968, p. 12.

lançado pela Congregação da FFCL no dia seguinte ao confronto dá um bom quadro do que se passou:

“A Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e os docentes da mesma Faculdade vêm a público denunciar e protestar com energia contra a agressão inominável de que foram alvo os dois prédios da rua Maria Antônia, por parte de estudantes da Universidade Mackenzie e quem sabe outros elementos solidamente entrincheirados no edifício fronteiriço. Trata-se sem dúvida de ato longamente premeditado e cuidadosamente preparado, com emprego maciço de explosivos, bombas e gás, tiros de revólver, rajadas de metralhadora e pedras. A este propósito, é estranhável que estudantes tenham podido acumular semelhante aparato bélico, usado de modo sistemático, parecendo envolver medidas de logística militar. Igualmente estranhável foi a complacência visível da polícia, que desde as primeiras horas da manhã se encontrava no terreno da Universidade Mackenzie em atitude de guarda, ao lado dos agressores, assim permanecendo durante o tempo que durou a agressão, do mesmo modo que outros contingentes que vieram postar-se nas ruas próximas. Não é possível ainda calcular os danos causados, sendo certos a morte de um estudante secundarista e ferimento em vários alunos nossos, atingidos por balas, bombas, pedras e ácidos, quando revidavam na medida de suas pequenas possibilidades de defesa. A opinião pública poderá formar uma idéia do verdadeiro arsenal utilizado, bem como da violência e intensidade do ataque, se souber que o mesmo durou de modo quase ininterrupto das onze às vinte e uma horas; e mesmo quando, pela altura das dezenove horas, nossos alunos abandonaram os prédios e estes ficaram vazios, continuou o arremesso de bombas, com o intuito visível de fazê-los arder. Manifestaram-se, aliás, diversos começos de incêndio, felizmente extintos graças à bravura e abnegação do pequeno contingente de bombeiros que acabaram, eles próprios, vítimas de agressão. Nessa primeira manifestação pública, os abaixo assinados querem protestar contra a referida passividade da força policial que, montando guarda, garantiu de certo modo a ação dos autores de uma das agressões mais brutais de que se há notícia na história da cidade.”⁵⁷

Em decorrência das danificações causadas nas edificações e pela intensidade que o confronto atingiu, as atividades da FFCL foram transferidas para o campus da Cidade Universitária, situado no Butantã. Poucos dias após o confronto na rua Maria Antônia, em 12 de outubro, foram presos em Ibiúna 720 participantes do XXX Congresso da UNE. No mesmo dia da prisão dos principais dirigentes da UNE, Charles Rodney Chandler, capitão do exército estadunidense e aluno especial da FFCL, foi assassinado à queima roupa ao sair de sua casa. Estes dois acontecimentos foram amplamente noticiados pelos jornais no dia seguinte. No caso do Jornal Folha de São Paulo as duas chamadas da primeira página eram: “Congresso da UNE: todos presos” e “SP: Terroristas matam militar dos EUA”. Em relação às prisões a notícia dizia:

“Cerca de mil estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE, iniciado clandestinamente num sítio, em Ibiúna, no Sul do Estado, foram presos ontem de manhã por soldados da Força Pública e policiais do DOPS. Estes chegaram sem serem pressentidos e não encontraram resistência. Toda a liderança do movimento universitário foi presa: José Dirceu, presidente da UEE, Luís Travassos, presidente da UNE, Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes, e

⁵⁷ Atas da Congregação da FFCL-USP, 04/10/1968. Livro X, fl. 59. *apud* de CELESTE FILHO, Macioniro. **A reforma universitária e a universidade de São Paulo – Década de 1960**. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC-SP, 2006, p. 163-164.

Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundários, entre outros. Eles foram levados diretamente ao DOPS. Os demais estão recolhidos ao presídio Tiradentes.”⁵⁸

Por sua vez, em relação ao assassinato:

“Com várias rajadas de metralhadora que lhe atingiram o rosto, braços e abdome, foi assassinado ontem pela manhã o capitão norte-americano Charles Rodney Chandler que de 29 anos de idade, há dois anos estava em São Paulo fazendo o curso Sociologia Política. (...) Os desconhecidos aguardados por um terceiro, fugiram em um Volkswagen deixando no local folhetos afirmando que Chandler fora executado por ‘sentença da Justiça Revolucionária’ e por ser ‘criminoso de guerra no Vietnã’.”⁵⁹

É neste contexto, com aumento da resistência contra a ditadura militar e recrudescimento do aparato repressor do regime militar, que é decretado pelo General Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁶⁰. As consequências desse ato para a USP foram gigantescas. Apenas quatro dias após o início de sua vigência, a moradia universitária da USP (CRUSP) foi ocupada pelos militares. Por sua vez, no primeiro semestre de 1969, foram divulgadas duas listas de professores aposentados compulsoriamente ou demitidos, entre eles o de Emília Viotti da Costa e, mesmo não fazendo parte do corpo docente da USP, o de Caio Prado Jr. Não se expulsava apenas fisicamente os professores, mas também tornava-se interdito circular o pensamento que propagavam.

Na primeira lista, divulgada em 28 de abril de 1969, foram aposentados os professores Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas⁶¹. Na segunda lista, divulgada apenas um dia após a primeira, em 29 de abril, além de Emília Viotti e Caio Prado Jr., estavam presentes os nomes de: Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado Almeida Ferraz Junior, Elza Salvatori Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Helio Lourenço de Oliveira, Isaías Raw, Jean Claude Bernardet, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, José

⁵⁸ Jornal FOLHA DE SÃO PAULO. **Congresso da Une: todos presos**. São Paulo, 13/10/1968, p. 1. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/10/13/2/>>; para a reportagem completa ver: < http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm >

⁵⁹ Jornal FOLHA DE SÃO PAULO. **SP: Terroristas matam militar dos EUA**, 13/10/1968, p. 1.

⁶⁰ Pouco tempo antes de ser aposentada compulsoriamente, em 14 de dezembro de 1968, Emília Viotti da Costa havia sido aprovada em primeiro lugar no concurso para professora de História do Brasil pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Ver: DIÁRIO OFICIAL DE SÃO PAULO. **Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 14 de dezembro de 1968, p. 50. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5665871/pg-50-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-14-12-1968/pdfView>>. Duas semanas antes do AI-5 ser publicado, foi baixado por Decreto-lei as diretrizes da reforma universitária imposta pelos militares. Ver: BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.541**. Brasília, 28 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>

⁶¹ Esses três professores mencionados tiveram seus nomes incluídos no decreto que aposentou mais 39 professores de universidades federais. É curioso notar que Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Artigas eram os únicos professores de universidade estadual. Ver: ADUSP. **O controle ideológico da USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004, p. 45-47.

Disponível em: < <http://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf> >.

Arthur Gianotti, Júlio Puddles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Mário Schenberg, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Olga Baeta Henriques, Paula Beiguelman, Paulo Alpheu Monteiro Duarte, Paul Israel Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini e Sebastião Baeta Henriques.⁶²

No início de 1970 foi publicado pelo diário oficial o processo da Auditoria Militar referente à aposentadoria compulsória de Emília Viotti. Através dele, pode-se ter uma ideia das motivações e instrumentos usados para denunciá-la. Em primeiro lugar, destaca-se o papel dado a Emília Viotti na articulação entre o corpo discente e docente da FFLC para se contrapor a reforma universitária proposta pelo governo militar e propor uma metodologia mais democrática e participativa para pensar a sua reestruturação. Por sua vez, para condená-la, dois professores da USP depuseram contra a professora no intuito de incriminá-la pelas “ações subversivas”. Ficou ainda presa por três dias em sua própria casa durante parte do processo e interrogatório, sendo coibida por policiais do DOPS⁶³. Em 13 de janeiro de 1970 era publicada a seguinte denúncia:

“O representante do Ministério Público Militar, signatária da presente, no exercício de suas normas e atribuições, vem denunciar Emília Viotti da Costa, brasileira, desquitada, filha de Albano da Costa e Zilda Viotti da Costa, residente nessa capital, à Rua Américo Brasiliense, 82, Santo Amaro; José Wilson Lopes Pereira, brasileiro, solteiro, estudante e redator de televisão (...); Maria do Socorro Santos (...), Caetana Maria Damasceno, brasileira, casada, estudante (...), Sinclair Guimarães Sechine (...) Paulo Roberto de Oliveira(...), pelos fatos a seguir expostos: De há muito o pavilhão da Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo vinha sofrendo a ação dos elementos subversivos ali infiltrados, quer no corpo docente, quer no discente, processando-se ele, ora sorradeira metamorfoseada em atividades culturais, ora ostensiva. Ao lado da efervescência provocada pelos arautos do marxismo-leninismo, havia insatisfação pelos alunos pelo ronceirismo que ainda se fazia predominante em determinadas cadeiras, onde o monólogo da cátedra e a ausência de participação dos universitários dava ao curso o colorido das escolas medievais. Crescia, também, no ‘campus’ uma espécie e obnubilação do futuro dos jovens que se dedicavam às ciências humanas, ante a avassaladora invasão do tecnicismo. Para obviar tais inconvenientes, dirigentes universitários, técnicos de educação, elementos interessados na formação da juventude preconizavam uma série de medidas, entre elas as denominadas “comissões paritárias”, como o nome indica, constituída por mestres e alunos, visando, através do diálogo franco, desinibido, buscar soluções mais próximas do ideal. Em várias universidades e mesmo em alguns departamentos da USP tais comissões tiveram resultados amplamente satisfatórios já que aparavam arestas que se formavam, rompendo as barreiras existentes entre professor e aluno, traçaram diretrizes para o ensino. Acontece, entretanto, que os

⁶²Além de Caio Prado Jr., outras cinco pessoas não eram professores da USP. Ver: ADUSP. **O controle ideológico da USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004, p. 47-48. Ver também: Jornal CORREIO DA MANHÃ. **Aposentados pelo AI-5**. Rio de Janeiro: 30 de abril de 1969. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=101208&url=http://memoria.bn.br/docreader# >.

⁶³MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A universidade e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Ver também: SEVILLANO, Daniel Cantinelli. Entrevista com a Professora Emília Viotti da Costa. **Memória 70 anos**, São Paulo, FFCL-FFLCH-USP, 2000. Disponível em: < <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/04/depoimento-de-emilia-viotti-da-costa.html> >.

agentes da subversão, aproveitaram-se da oportunidade que as comissões propiciavam, transformando-as em palanques para pregações espúrias, como ocorreu com o Departamento de História e Geografia. As manifestações delituosas tiveram o seu fulcro na noite de 12 de setembro, quando o Capitão da Força Pública Luiz Sebastião Malvasio, aluno da Faculdade de Filosofia (Departamento de História) assistia as aulas na Cidade Universitária, sendo chamado ao gabinete da diretoria pois para lá havia sido levado o Tenente da mesma corporação José Francisco Profício (...) que estava sendo ameaçado pelos alunos. Enquanto eram feitos os esclarecimentos, Caetana Damasceno, Maria do Socorro, José Wilson Lopes Pereira (...), principalmente, ‘aglutinavam os alunos’ e incitavam contra Malvasio, seus colegas de farda e contra as Forças Armadas. (...) Instaurado o IPM [Inquérito Policial Militar], feitas as investigações, novos ângulos da subversão nos meios universitários tiveram sua análise e elucidação cabal. Ficou plenamente comprovado que Emília Viotti da Costa aproveitando-se de sua condição de professora de alto valor, tomou parte em reuniões paritárias e, fugindo ao [ilegível] escopo destas, insuflou os alunos contra o Governo. Tal atitude teria menor gravidade, caso não se estendesse à sala de aula, onde fez aberta pregação de guerra revolucionária e psicológica (...). O professor Eurípides, Diretor da Faculdade de Filosofia da USP (...) diz claramente que a situação começou a se agravar após aula inaugural da indiciada e que esta, depois da aula em questão, passou a exercer intensa atividade entre os alunos. Também o professor Pedro Moacir Campos (...) conta que Emília Viotti transformou as comissões paritárias em focos de agitação. Na aula inaugural, os conceitos emitidos são, do mesmo modo, incitamento à luta de classes. Assim, Emília Viotti da Costa incitou publicamente à subversão da ordem política-social e a animosidade entre as Forças Armadas e as classes sociais, fazendo-o em épocas e locais diversos, nem sempre esclarecidos nos autos. (...) Por tudo isso, denuncia Emília Viotti da Costa, José Wilson Pereira, Maria do Socorro Santos e Caetana Maria Damasceno como incursos nas penas do art. 33 – I e III do Decreto-Lei nº 314 de março de 1967 (...).”⁶⁴ [Grifos nossos]

Em decorrência da perseguição política que começou a receber, Emília Viotti passa a cogitar deixar o Brasil para tentar em algum outro país se reinserir profissionalmente. Ainda no ano de 1969 visita os EUA, onde recebe um convite de Michael Hall para lecionar como professora substituta pela Universidade de Toulaine (Nova Orleans). Aceita o convite e permanece por um semestre dando aulas nessa instituição e por um ano nos EUA. Durante sua estadia em Nova Orleans, teve a oportunidade de comparecer a um encontro dos Panteras Negras, onde havia uma quantidade enorme de pessoas, alguns agentes do FBI e poucos brancos – sendo ela um deles – e que teve como conferencista Dick Gregory, importante referência do movimento negro estadunidense. Sua vivência nos EUA nesse período proporcionou uma maior aproximação com os grupos sociais oprimidos daquela sociedade, inteirando-se cada vez mais de suas lutas.⁶⁵

Retorna ao Brasil no início de 1971 para assistir a última seção de seu julgamento, pelo qual já havia sido absolvida pelos juízes da Auditoria Militar, mas o Promotor apelara para o Tribunal Federal. Neste julgamento, também foi debatido o caso da estudante Caetana

⁶⁴ DIÁRIO OFICIAL DE SÃO PAULO. **Edital de citação**. 13 de janeiro de 1970, Ano LXXX nº8. Esse processo foi julgado pelo Dr. José Victor Marques dos Santos, Juiz auditor da 4ª Zona Aérea do 6º Distrito Naval. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4336595/pg-48-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-13-01-1970/pdfView> >.

⁶⁵ BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, **Revista da Adusp**, 1999, p.26.

Maria Damasceno, entretanto, quando o juiz se refere a Emília Viotti, troca sua identidade pela da estudante. O juiz afirmou que “Emília Viotti teve um bebê”, o que, apesar de não ser totalmente mentira, já fazia doze anos que seu último filho nascera. Quem acabara de ter um filho era Caetana. Em seguida o juiz teria acrescentado que Caetana tinha sido aposentada. De tal forma que, ao deferir sua decisão final, pede que as acusadas fossem absolvidas, já que Emília Viotti acabara de dar a luz a uma criança e que Caetana já tinha sido aposentada pela universidade⁶⁶(!). O desconhecimento que as próprias autoridades encarregadas de julgar o caso de Emília Viotti tinha era espantoso e, mesmo parecendo cômico, não era motivo de risada, já que se relacionavam de forma geral aos aparatos de perseguição política e cerceamento do pensamento crítico implementados pela ditadura militar.

No período que permaneceu no Brasil após a sua aposentadoria, diferentemente de outros intelectuais aposentados pela USP, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, entre outros, Emília Viotti não conseguiu se inserir no CEBRAP⁶⁷, um dos refúgios que alguns professores aposentados compulsoriamente encontraram para continuar os trabalhos de pesquisa e militância política. Diz em entrevista que “alimentava esperanças de receber um convite para ir trabalhar no Cebrap. O convite, no entanto, nunca aconteceu. Por que? Não sei. Talvez achavam que História era irrelevante. Talvez não me considerassem competente, quem sabe?”⁶⁸ Talvez, não fosse apenas uma questão pessoal, relativa a falta de afinidade de Emília Viotti com os demais membros do Cebrap, mas sim divergências intelectuais e políticas. Assim, quando recebe um novo convite em 1972, desta vez através do professor Joseph Love da Universidade de Illinois, retorna aos EUA, aonde permanecerá até sua aposentadoria em 1999.

Quando parte para os EUA pela segunda vez, em 1972, seus dois filhos mais novos, um menino e uma menina, a acompanharam. Sua filha mais velha ficara no Brasil. Foram os três, já que um ano antes da partida tinha se divorciado de seu segundo casamento. A adaptação à nova vida em terras estrangeira não foi fácil. Emília Viotti relata a sua experiência no exílio em um livro organizado por Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, todas também exiladas,

⁶⁶SEVILLANO, Daniel Cantinelli. Entrevista com a Professora Emília Viotti da Costa. **Memória 70 anos**, São Paulo, FFCL-FFLCH-USP, 2000.

⁶⁷Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, fundado em 1969 principalmente por professores aposentados compulsoriamente da USP.

⁶⁸COSTA, Emília Viotti da. Conversa com a historiadora. In: **Brasil: história, textos e contextos...** op. cit., 2015, p. 284.

intitulado *Memórias das mulheres do exílio*⁶⁹. Através desse relato, podemos ter uma ideia de algumas das angústias e frustrações que enfrentou fora do Brasil.

O clima de insegurança, gerado pelo aumento das condenações pelo regime militar sem que houvessem provas contra os acusados, foi o principal motivo que levou Emília Viotti a deixar o país. De toda forma, quando decide se mudar para os EUA com sua família, no primeiro momento não encarava sua saída como um exílio, pois o que desejava era conseguir continuar seu trabalho onde existisse possibilidades para isso. Mesmo tendo esperanças de rapidamente conseguir se adaptar com a mudança, ao chegar nos EUA sua estabilidade profissional não estava garantida. Muitos dos convites de emprego que recebeu eram temporários e, até conseguir se fixar como professora *tenure*⁷⁰ pela Universidade de Yale, teve que percorrer um árduo caminho. No espaço de um ano, Emília Viotti diz: “(...) mudei-me do Brasil para Illinois, de Illinois para Massachusetts e de Massachusetts para New Haven, Connecticut.”⁷¹

A ida para os EUA ocasionou mudanças em muitos aspectos da vida de Emília Viotti. A língua inglesa foi a primeira barreira que teve que enfrentar. Sem seu domínio e fluência, Emília Viotti e seus filhos tiveram dificuldade nos primeiros anos que moraram no exterior. Para Emília Viotti não ter o domínio da língua ganhava uma especial conotação pois era principalmente através da fala e da escrita que difundia seu pensamento. Sendo a língua um dos principais aspectos através da qual a cultura de um povo se expressa, podemos dizer que as dificuldades de adaptação não se restringiram à comunicação, mas também se estenderam aos hábitos e costumes. Como ela própria afirma: “a linguagem não é só uma questão de palavras, é uma questão de estilo de vida.”⁷²

De acordo com a historiadora, seus filhos também tiveram bastante dificuldade para se inserir na sociedade estadunidense, marcadamente mais competitiva e individualista que a brasileira. De toda forma, conseguiram construir vínculos nesse período entre os grupos sociais oprimidos dessa sociedade – imigrantes, negros e latinos –, onde encontraram acolhimento. Porém, apesar do acolhimento recebido, sua filha, que à época tinha quinze anos, não conseguiu se adaptar e quis voltar para o Brasil. Argumentava que não fazia parte “do grupo dos drogados (fumadores de marijuana), nem do grupo da cerveja, nem do grupo do sexo, nem do grupo dos fanáticos religiosos”. De acordo com sua filha, estes eram os

⁶⁹ COSTA, Albertina de Oliveira; et. Alii. Abril de 1979. In: **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 390-413.

⁷⁰ Que possui contrato vitalício.

⁷¹ COSTA, Albertina de Oliveira; et. Alii. *Abril de 1979... op. cit.*, 1980, p. 391.

⁷² COSTA, Albertina de Oliveira; et. Alii. *Abril de 1979... op. cit.* 1980, p. 392, 394 e 395.

grupos que existiam em sua escola e que a solução seria “ter um namorado firme (e não é minha intensão ainda), ou ficar completamente sozinha”. Dessa forma, afirmava que queria voltar para o Brasil.⁷³

Emília Viotti relata que começou a perceber que sua mudança para os EUA gerava uma incompatibilidade entre sua realização intelectual, profissional e política e a felicidade e os desejos de seus filhos. Ou seja, se por um lado deixar o Brasil significava se reinserir profissionalmente e voltar a participar dos debates que estavam em voga, também acarretou no desenvolvimento de algumas tensões e rearranjos no convívio familiar. A situação chegou a tal ponto que ou voltavam todos para o Brasil, o que correspondia na perspectiva de Emília Viotti o mesmo que estar no ostracismo em seu próprio país, por não encontrar espaço para sua atuação, ou permitia que seus filhos partissem para conseguir continuar seu trabalho nos EUA. Decidiu pela segunda opção. De acordo com o seu relato:

“Foi então que eu descobri que o trabalho tinha sido, no passado, e continuava sendo, extremamente importante para mim. Descobri que não sabia existir sem aquele tipo de trabalho. Que por uma razão ou por outra ensinar teria se tornado numa identidade tão fundamental quanto o meu papel dentro da família. E que não era capaz de abrir mão daquelas possibilidades...Sabia também que mais cedo ou mais tarde meus filhos iriam cuidar de sua própria vida.”⁷⁴

Escolher ficar no EUA não foi uma decisão fácil, mas necessária para que Emília Viotti conseguisse continuar seu trabalho como professora e pesquisadora. De toda forma, sua reinserção profissional não foi tranquila. Além das questões referentes ao aprendizado da língua inglesa e de âmbito familiar já abordados, Emília Viotti teve que enfrentar outros conflitos. De acordo com seu relato, sofreu opressões de gênero enquanto buscava se firmar como professora. Diz que no período que lecionou como professora visitante com contrato temporário, o machismo era menos explícito, já que não estava competindo diretamente com os demais professores já estabelecidos. Nesse período recebia inúmeros elogios e teve um bom acolhimento.

Entretanto, essa situação se alterou quando finalmente foi efetivada como professora da Universidade de Yale, tornando-se a única mulher professora com contrato vitalício entre as setenta sete pessoas que compunham o Departamento de História. A partir de então, passou a ser considerada por muitos colegas de departamento como concorrente e com isso as opressões de gênero passaram a se explicitar com maior intensidade. Assim, os elogios que inicialmente recebera foram substituídos por críticas, tornando-se um alvo dentro da competição universitária a ser desqualificado pelos demais colegas de departamento.

⁷³ COSTA, Albertina de Oliveira; et. Alii. Abril de 1979... *op. cit.* p. 392.

⁷⁴ COSTA, Albertina de Oliveira; et. Alii. Abril de 1979... *op. cit.* p. 392.

Por sua vez, os cursos que passou a ministrar nos EUA não eram os mesmo que realizava no Brasil. Ao invés de poder se focar na História do Brasil, teve que direcionar seus estudos para História da América Latina. Este trabalho trazia novos desafios para a autora do livro *Da Colônia à Senzala*, já que a América Latina não era a sua especialidade, sendo obrigada a se aprofundar no estudo desse tema para poder oferecer suas aulas. Se por um lado existia a dificuldade referente a lecionar sobre temas que não eram sua especialidade, por outro havia o enorme desconhecimento dos alunos estadunidenses sobre assuntos históricos, excetuando a própria história dos EUA. Desta forma, ao realizar suas aulas, era obrigada a fazer uma contextualização geral para que seus alunos conseguissem situar minimamente a América Latina no mundo.

Se estabelecer no exterior também significava em grande medida mudar o público interlocutor. Sobretudo porque os interesses dos públicos são diferentes, assim como os problemas discutidos e a forma de enfrenta-los. Na visão da historiadora, as pesquisas dos acadêmicos estadunidenses eram mais específicas, conseqüentemente menos abrangentes e, em muitos casos, ineficientes e desconectadas da realidade que os cercava. Apesar de existir uma maior produção científica nos EUA, havia um grande número de pesquisas que se encerravam em si, não ultrapassando os limites da universidade ou do próprio departamento, e pouco contribuía para solucionar os problemas daquela sociedade. Dessa forma, o diálogo com um público novo e desconhecido, associado a cultura mais competitiva das universidades estadunidense, formaram uma conjunção de fatores que influenciaram o isolamento que Emília Viotti foi relega nos primeiros anos de exílio.

Quando compara com sua vida profissional no Brasil, defende que as pesquisas nas universidades brasileiras eram mais interdisciplinares e o funcionamento menos competitivo. Também afirma que no período em que atuou na USP, a universidade brasileira era constantemente chamada a participar dos debates sobre os dilemas nacionais, já que existia uma conjuntura política que possibilitava o desenvolvimento do pensamento crítico. O país vivia um momento em que o pensamento desenvolvimentista afluía e inclusive alguns empresários passavam a incentivar que a universidade participasse mais incisivamente nas discussões sobre o futuro do país. De acordo com Emília Viotti, a universidade brasileira de sua época, comparada a estadunidense, estava mais sintonizada com os problemas da sociedade em que se inseria.

A Universidade de Yale, um dos principais centros de pesquisa sobre História dos EUA, com a chegada de Emília Viotti tornou-se também um centro de referência de história

brasileira e latino-americana. De acordo com Judy Biebier⁷⁵, Emília Viotti da Costa é certamente a mulher que mais se destacou como professora de história brasileira nos EUA e é responsável por formar nesse país uma geração de importantes historiadores *brasilianistas* e estudiosos da América Latina. Podemos citar alguns exemplos: Barbara Weinstein, referência *brasilianista* na New York University; John French, professor da Duke University, que estudou o movimento operário do ABC; Jeffrey Gould, da Indiana University, que pesquisou a formação da consciência política e protestos rurais em Nicarágua; Steve Stern, professor da Universidade de Wisconsin-Madison, cuja tese de doutorado aborda a organização dos povos indígenas do Peru na época colonial; entre muitos outros.⁷⁶

De toda forma, apesar das críticas que possuía em relação ao funcionamento das universidades estadunidenses e seus pesquisadores, dos quais muitos não tinham nenhuma consciência social, sua estadia nos EUA foi um período que pode se aprofundar no estudo de inúmeros temas e abordagens e, de forma geral, proporcionou um grande ganho intelectual. Além de ter ampliado seu conhecimento sobre a América Latina, aprofundou-se na pesquisa sobre a escravidão, a dialética e a luta de classes.

O período que vive nos Estados Unidos da América é marcado no campo historiográfico por uma forte inflexão metodológica, principalmente no que diz respeito ao pensamento marxista. Se durante a década de 1960 o marxismo se caracterizava pela visão estrutural, totalizante, com forte influência dos aspectos econômicos e políticos, a partir de meados da década de 1970 essa visão perde hegemonia, sendo substituída por análises que progressivamente passaram a privilegiar a micro história, os aspectos culturais e as narrativas.

De forma geral, vemos que Emília Viotti nesse processo de transformações metodológicas e do pensamento marxista se encontra na contracorrente. Enquanto a corrente soprava para o abandono das conexões globais do desenvolvimento do sistema capitalista, Emília Viotti recupera essa visão, incorporando nela os elementos trazidos pelas transformações metodológicas, como o aprofundamento das análises dos aspectos culturais e religiosos e a representação e auto-representação dos agentes no desenrolar dos processos históricos. Mas, sobretudo, reforça sua posição que já estava presente no livro *Da Senzala à Colônia*. Não em vão, a publicação de seu livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, em 1994, junto com o artigo publicado no mesmo ano intitulado *A dialética invertida*,

⁷⁵ BIEBER, Judy. Brazilian History in the United States. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; Eakin, Marshall C. (Org.). **Envisioning Brazil: A guide to Brazilian studies in the United States, 1945-2003**. Madison: University of Wisconsin Press, 2002.

⁷⁶ GREEN, James E. Emília Viotti da Costa: construindo a história na contracorrente. In: **Brasileiros e brasilianistas: novas gerações, novos olhares**. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014, p. 19-20.

simbolizam uma dura crítica aos caminhos que os estudos históricos tomavam e o respectivo abandono de perspectivas radicais que vislumbrassem uma proposta antissistêmica.

Para entendermos mais profundamente como Emília Viotti se posicionou nos diferentes debates durante sua trajetória intelectual, profissional e política é fundamental que nos debruçemos inicialmente nas ideias contidas em seu livro *Da senzala à colônia*, para em seguida abordamos as contribuições trazidas em *Coroas, de glória, lágrimas de sangue*.

Capítulo 2. Da senzala à colônia: uma interpretação sobre os aspectos econômicos, sociais e ideológicos da desagregação do trabalho escravo nas áreas cafeeiras.

2.1 Recorte teórico e metodológico.

Da Senzala à Colônia teve sua primeira edição em fevereiro de 1966. É fruto da sistematização das principais ideias contidas na tese de livre-docência de Emília Viotti da Costa, apresentada em 1964⁷⁷. O objetivo de seu livro é compreender como ocorre o processo de desagregação da escravidão nas zonas cafeeiras. Para analisar esse movimento, parte de uma perspectiva de longa duração que articula as mudanças estruturais, os cenários conjunturais e uma sucessão de acontecimentos que, através de uma visão de conjunto, ajudam a explicar a desagregação desse sistema.

Emília Viotti da Costa enquadra o processo de mudança e o sentido do movimento histórico a partir de um aguçado olhar dialético. Seus críticos afirmam – equivocadamente – que seu trabalho não passa de uma interpretação econômica da abolição. Ledo engano. Não há dúvida que Emília Viotti parte de uma abordagem materialista, olhar que a permite compreender como as condições objetivas e suas mudanças influenciaram no ritmo da desagregação da escravidão nas zonas cafeeiras. Entretanto, a historiadora estava ciente que apenas as transformações econômicas não são capazes de explicar o desaparecimento da escravidão. Assim, através da perspectiva dialética busca captar o sentido das transformações econômicas e suas implicações sociais. Na mesma medida, relaciona as

⁷⁷ Sua tese de livre-docência totalizava 1.001 páginas. De acordo com a autora, *Da senzala à colônia* “Foi publicada em 1966 pela Difusão Europeia do Livro, depois de muitos cortes a reduziram para quinhentas páginas.” Para mantermos o foco proposto nessa dissertação, não iremos analisar quais foram as partes retiradas e quais permaneceram. A pesquisa para saber exatamente o que foi deixado de lado é um caminho profícuo para os futuros pesquisadores que se interessam pelo pensamento de Emília Viotti. De toda forma, entendemos que o fundamental do pensamento da historiadora foi mantido.

modificações operadas na sociedade com o crescimento das ideologias opostas a escravidão e sua luta para solapar a base teórica e moral desse sistema.

Do ponto de vista do recorte geográfico, a pesquisa de Emília Viotti possui um caráter regional⁷⁸. Seu foco são as zonas cafeeiras localizadas nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Embora realize algumas diferenciações entre essas zonas, como no caso da comparação entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, seu recorte territorial possui um significado especial. O café foi a principal atividade econômica ao longo do século XIX e se tornou o reduto da escravidão no Brasil, sobretudo nas últimas décadas do Império. Nesse sentido, ao analisar o processo de liquidação da escravidão nas áreas cafeeira, a historiadora nos ajuda a compreender os motivos de sua lenta desagregação e seu caráter conservador.

A concepção teórica e metodológica do livro *Da senzala à colônia* está bem expressa na introdução de sua primeira edição (1966). Esta é reforçada ao longo do *Prefácio à segunda edição* (1982), como forma de rebater as críticas que recebera e reafirmar seu posicionamento. Como já destacado na parte introdutória dessa dissertação, Emília Viotti enquadra o processo que levou o fim da escravidão no Brasil dentro do conjunto de transformações do sistema colonial. Esse sistema é característico da fase de acumulação primitiva do capital, desenvolvido predominantemente em sua forma mercantil, e compreende o período que se formaram os Estados Modernos da Europa Ocidental. De acordo com a historiadora:

“As modificações que se operaram na economia, no século XIX, em decorrência da Revolução Industrial e do aparecimento de novas formas de capitalismo, a princípio na Inglaterra e em seguida em outros países da Europa Ocidental determinaram profundas alterações no sistema colonial.”⁷⁹

Complementaria sua perspectiva no *Prefácio à segunda edição*:

“A escravidão teria entrado em crise, quando, com o desenvolvimento do capitalismo, o Estado absolutista e a política mercantilista foram repudiados. A acumulação capitalista, a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção, assim como o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional.”⁸⁰

Mesmo sabendo das profundas mudanças internacionais operadas nesse período, não foca sua pesquisa nesse aspecto. Seu estudo volta-se à interpretação das transformações

⁷⁸ Esse esforço para se analisar a abolição através de um recorte regional era uma perspectiva que crescia à época. Ver, por exemplo os trabalhos de Ianni e Fernando Henrique Cardoso sobre a escravidão no Rio Grande do Sul e no Paraná, respectivamente.

⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966, p. 11.

⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da Costa. Prefácio à segunda edição. In: *Da senzala à colônia*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 29.

ocorridas nas áreas cafeeiras e suas especificidades regionais ao longo do processo de desagregação da escravidão. Nesse sentido, entende que a trajetória da luta contra o sistema escravocrata não seguiu o mesmo caminho nos diferentes casos em que vigorou. O fim da escravidão no sul dos Estados Unidos da América, na América Central ou nas diferentes regiões do Brasil está fortemente associado às condições próprias de cada local. Segundo a historiadora defende:

“O processo emancipador assumiu (...) em cada uma das colônias, seu ritmo próprio em função das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas locais. São essas condições internas as mais significativas para compreensão da desagregação do sistema escravista em cada área. O processo abolicionista dependeu das possibilidades de transição para o trabalho livre, do tipo de economia e do seu nível de produção, da ação consciente dos que lutaram contra a escravidão e do grau de resistência dos setores mais dependentes do trabalho escravo. Um conjunto de circunstâncias diversas explica o caráter mais ou menos violento da abolição e a maior ou menor lentidão com que se chegou à solução definitiva do problema em cada região.”⁸¹

O recorte temporal do livro *Da senzala à colônia* se estende da independência à abolição. Ou seja, analisa a desagregação da escravidão ao longo de quase seis décadas. No início do século XIX, às vésperas da independência, a população de escravos no Brasil se concentrava principalmente nas províncias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa distribuição vai aos poucos se alterando como efeito do crescimento da cultura cafeeira nas regiões do Vale do Paraíba fluminense e paulista, da queda da atividade mineradora em Minas Gerais, e da redução dos rendimentos do açúcar nas regiões norte e nordeste. Apesar do crescimento das ideias liberais e das iniciativas de se organizar o Brasil dentro desses moldes, o surto cafeeiro recrudesciu fortemente a escravidão. Desta forma, a maior demanda por café nos mercados europeus e estadunidenses tiveram como um dos efeitos imediatos a retomada vertiginosa do tráfico e a concentração da população escrava nas áreas cafeeiras. Assim, apesar de terem crescido formalmente as restrições ao tráfico de escravos a partir de 1831, ele foi novamente impulsionado⁸².

Mesmo que algumas vozes – como por exemplo José Bonifácio – ressaltassem a contradição do liberalismo defendido pelas classes dominantes brasileiras, as ideias que denunciavam a escravidão não encontraram acolhimento nesse período. As condições objetivas, relacionadas a extrema dependência do trabalho escravo e ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, e subjetivas, vinculadas à mentalidade tradicional dos

⁸¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966, p. 12.

⁸² De acordo com o Slavevoyages, desembarcaram no Brasil 738.197 pessoas através do tráfico transatlântico de escravos entre 1831-1850, sendo que 574.023, ou 77,7%, desembarcam na região sudeste do Brasil. Ver: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

fazendeiros e a baixa capacidade de organização da luta contra a escravidão, influenciaram fortemente para que a escravidão continuasse a vigorar.

Na outra ponta, a luta contra o tráfico de escravo, ocorrida ao longo da primeira metade do século XIX, esteve intimamente relacionada à pressão internacional, em especial a britânica. Acabar com o trabalho escravo não era interesse dos fazendeiros e comerciantes instalados no Brasil, já que era através dessa forma de espoliação e organização social que adquiriam riqueza e prestígio. Assim, a principal pressão só poderia vir de fora. Parte dessa pressão externa foi exercida através dos acordos realizados com a Inglaterra para o reconhecimento da independência política do Brasil, os quais atrelavam os tratados firmados ao combate do tráfico de escravos pelo Império brasileiro. Negociação iniciada em 1826 e compromissada em 7 de novembro de 1831, permaneceu letra morta até a década de 1850 em decorrência da crescente demanda das fazendas de café por trabalhadores escravos.

A conjuntura que possibilitou a extinção do tráfico de escravo engloba um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, é notável que durante a primeira metade do século XIX a economia cafeeira tenha crescido rapidamente e se organizado através do trabalho escravo. Por sua vez, dada as incertezas relativas ao futuro do tráfico e sua duração, observa-se que muitos fazendeiros de café compraram uma grande quantidade de escravos. Já no que diz respeito aos determinantes externos, há uma crescente atuação de navios britânicos na captura de traficantes, aumentando progressivamente os constrangimentos diplomáticos entre Brasil e Inglaterra. Dessa forma, quando a lei que proíbe o tráfico de escravos para o Brasil é decretada em 1850, não ocorre nenhum desajuste imediato em virtude do grande estoque de mão de obra escrava disponível. Entretanto, com o fim da possibilidade de repor a mão de obra escrava pelo tráfico externo, a crise da escravidão se anunciava.

As mudanças na economia cafeeira começaram a ficar mais explícitas a partir da segunda metade do século XIX, quando os cafezais se expandem para as terras virgens do oeste paulista e atingem o solo basáltico, conhecido por sua elevada produtividade. Ao chegar nas denominadas “terras roxas”, tornam-se rapidamente a cultura predominante. Apesar de Emília Viotti da Costa ressaltar as diferenças entre as fazendas de café do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, há algumas características em comum que unem essas áreas. Ambas regiões organizaram sua produção a partir da grande propriedade estruturada através do trabalho escravo. Entretanto, as diferenças existem e não são irrelevantes. Para além das especificidades climáticas ou geográficas de cada região, a principal diferença diz respeito ao contexto político e econômico que os cafezais do oeste se desenvolveram.

O período que o café se desenvolve no Vale está marcado pela farta disponibilidade de mão de obra escrava e uma baixa articulação dos meios de transporte e comunicação. Por sua vez, a partir de meados do século XIX, a elevação do preço dos escravos ocasionado pelo fim de sua reposição via tráfico transatlântico, junto com a expansão das estradas de ferro, impulsionaram a reorganização lenta e gradual das relações de trabalho. Entretanto, as experiências de trabalho livre que surgiram logo após o fim do tráfico, seja através dos nacionais ou principalmente pelo contrato de colonos imigrantes, foram insuficientes para atender a crescente demanda de mão de obra para as lavouras de café. Dessa forma, embora as condições para aquisição de escravos tivessem sido dificultadas, elas continuaram a ocorrer através da compra de escravos das regiões Norte e Nordeste.

Essas transformações econômicas e sociais resultaram na mudança gradual da ideologia e do caráter da luta política. De acordo com Emília Viotti da Costa, a interrupção do tráfico favoreceu o processo de ladinização da população escrava e fortaleceu sua identidade como grupo, reduzindo – mas não eliminando – as rivalidades existentes entre as diferentes etnias⁸³. A partir das novas formas de sociabilidade, intensificaram-se as redes de solidariedade e se disseminou gradualmente as ideias abolicionistas. A opinião pública mudou na segunda metade do século XIX e com ela aumentaram as contestações contra a escravidão e a suas justificativas morais e econômicas. Por outro lado, ainda que o estoque de escravos nas áreas cafeeiras tenha crescido através do tráfico interno, com a expansão acelerada dos cafezais no oeste paulista, alguns fazendeiros passaram a investir mais intensamente em soluções alternativas para se enfrentar a necessidade crescente de mão de obra.

Como a historiadora defende, as transformações operadas no decorrer do século XIX, principalmente a partir de 1850, criaram condições para que o trabalho escravo pudesse ser aos poucos substituído pelo livre. Isso não quer dizer que estas transformações determinaram a forma que o movimento ocorreu, mas sim que elas permitiram que essa transição se desenrolasse⁸⁴.

É sobre esse longo processo de desarticulação do trabalho escravo nas áreas cafeeiras e suas especificidades econômicas, sociais, ideológicas e políticas que versa o livro *Da senzala à colônia*. Com o intuito de detalhar suas contribuições e expor a forma que Emília Viotti compreende esse processo histórico, iremos organizar o capítulo da seguinte maneira. Ao invés de seguir a mesma organização do livro, que está dividido em três grandes partes que englobam, respectivamente, os aspectos econômicos, sociais e ideológicos, iremos

⁸³ COSTA, Emília Viotti da. Prefácio à segunda edição...*op. cit.*, 1998, p 32.

⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. Prefácio à segunda edição...*op. cit.*, 1998, p 34.

adotar um outro arranjo. Também iremos separar o conteúdo de seu livro em três partes, mas utilizaremos outra divisão. Nos guiaremos pelo movimento da crise do sistema escravista, iniciando por seu prelúdio, passando por seu desenvolvimento e finalizando com seu desfecho. Embora pareça que esse movimento, visto nesses três passos, siga uma dinâmica cronológica, sabemos que ele não é linear, tampouco igual em todas as regiões. Entendemos que o processo de desagregação do trabalho escravo segue um ritmo histórico desigual e combinado. Utilizamos essa organização para apresentar, seguindo a visão de Emília Viotti, a maneira que a crise da escravidão avança, seus passos lentos e os diversos fatores que levaram a sua desagregação.

Primeiramente, abordaremos o processo que levou a escravidão a entrar em crise nas áreas cafeeiras. Compreendemos que, de forma geral, esse movimento ocorre entre as lutas de Independência do Brasil, intensificadas na década de 1820, até o combate efetivo ao tráfico de escravos em 1850. Nessa parte apontaremos como Emília Viotti analisa os seguintes pontos: a estruturação da economia cafeeira em bases escravas; o sistema disciplinar vigente no sistema escravista; a importância do tráfico de escravos para as regiões e seu combate ao longo da primeira metade do século XIX; e a forma que o pensamento emancipador surge e se desenvolve nesse período.

Na segunda parte analisaremos como a crise do sistema escravista se desenvolve. De maneira geral, abordaremos os processos ocorridos entre 1850 e 1870. Para compreender como Emília Viotti interpreta esse período, iremos analisar os seguintes temas: as alternativas para se implementar o trabalho livre através dos núcleos colônias e o sistema de parceria, assim como as razões de seu fracasso; o apego que a maioria dos fazendeiros de café tinham ao trabalho escravo; as melhorias no processo de beneficiamento do café; o avanço das linhas férreas e seu impacto sobre a organização do trabalho; as tradições africanas praticadas; e o declínio da escravidão no meio urbano.

Na terceira parte iremos abordar como Emília Viotti entende o desfecho da crise do sistema escravocrata. Para tal, focaremos, principalmente, nos processos históricos ocorridos entre 1870 e 1888. Com o objetivo de entender como Emília Viotti analisa a dinâmica de desarticulação da escravidão em seus anos finais, discorreremos sobre os seguintes temas: a transformação do pensamento emancipador em abolicionista; o recrudescimento da imigração; e a insurreição nas senzalas.

Por fim, como uma conclusão parcial desse capítulo, debateremos as diferenças existentes entre o pensamento de Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso, que produz contemporaneamente um trabalho sobre o mesmo tema. O objetivo será debater as

especificidades do pensamento de Emília Viotti e as diferenças interpretativas existentes entre os dois pesquisadores.

2.2 O prelúdio da crise.

2.2.1 A escravidão como base: as primeiras plantação de café.

Dentro dos diversos ciclos econômicos que o Brasil passou durante o período colonial e imperial⁸⁵, o cafeeiro se destaca por algumas razões. Obviamente, o que ele possui de especial não é o fato de se tratar de um produto agrícola de exportação. Todos os demais produtos possuem essa característica. O principal elemento que diferencia o café dos outros produtos agrícolas e minerais produzidos anteriormente não é inerente à essa planta, mas diz respeito a conjuntura política e econômica que sua produção se insere. Ao longo do período imperial, o café representou o principal produto da pauta exportadora brasileira e ao redor de sua produção se concentraram muitos embates relativos ao fim do trabalho escravo.

Entre os motivos que ajudam a explicar a expansão do café no Brasil, três se destacam: o impacto da Revolução no Haiti e seus efeitos sobre a reorganização em âmbito global da produção de café; o aumento de seu consumo pelos EUA após sua independência; e o aumento do consumo de café pelos países da Europa Ocidental após o fim do Bloqueio Continental. Impulsionadas por esses três fatores e seus desdobramentos, as primeiras tentativas de se cultivar café no Brasil para fins comerciais ocorreram na Província do Rio de Janeiro, no final do século XVIII⁸⁶. De acordo com Emília Viotti, há o registro que em 1796 foram exportadas pelo porto do Rio de Janeiro aproximadamente oito mil arrobas de café.

Por sua vez, no início do século seguinte, já se observa o progressivo crescimento do café escoado pelo porto de Santos, com a produção oscilando entre mil arrobas, em 1804, e dez mil arrobas em 1813. De toda forma, é somente às vésperas da independência que o café começa a se destacar dentro da pauta exportadora⁸⁷. Inicialmente plantado ao lado da cana-de-açúcar, do algodão e dos bens de necessidades básicas, em pouco tempo toma conta da paisagem do Vale do Paraíba fluminense e paulista e dos municípios da Província de Minas Gerais próximos à fronteira com Rio de Janeiro e São Paulo.⁸⁸

⁸⁵ Dos quais, poderíamos citar os ciclos da madeira, cana-de-açúcar, cacau, tabaco, borracha, ouro, algodão, entre outros exemplos.

⁸⁶ No final do século XVIII o café se tornou um produto colonial, cuja produção e distribuição esteve sob controle das potências holandesas, francesas e inglesas. Ver: PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p. 160.

⁸⁷ De acordo com Emília Viotti, foram exportados em 1818 pelo porto do Rio de Janeiro entre 300 e 400 mil arrobas de café. Apesar de já ser uma quantidade significativa, é extremamente pequena se comparada ao volume que as exportações de café tiveram no avançar do século XIX. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 63.

⁸⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.* 1998, p. 63 e 68.

O preço do café durante as primeiras décadas do século XIX teve, a despeito das oscilações, uma tendência de alta. Acompanhando essa tendência, observa-se a expansão de seu cultivo pelo Vale do Paraíba. Antes da chegada dos cafezais, a região do Vale do Paraíba já desempenhava um importante papel de ligação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. A partir da plantação dos cafezais, essa área passa a deter outro papel crucial para a economia brasileira nesse período: o de concentrar a maior produção cafeeira do Brasil e representar o principal gerador de divisas externas.

A expansão do café pelo Vale do Paraíba durante a primeira metade do século XIX foi marcada pela intensa derrubada de matas e pela expulsão dos pequenos e médios sítiantes por grandes proprietários rurais. Não foi apenas a paisagem que se modificou com a proliferação dos cafezais. Junto com os grandes proprietários de café vieram as levadas de trabalhadores escravos. Comparado com a produção de cana-de-açúcar, o café possibilitava uma maior margem de lucro, uma menor necessidade de investimentos em capital e estava menos sujeito às intempéries relativas ao transporte e a conservação do produto. Todavia, a cultura da cana-de-açúcar ainda não era considerada decadente na região. Apesar do avanço dos cafezais, que alcança rapidamente o Oeste Paulista, em meados do século XIX ainda era possível encontrar muitos municípios que se dedicavam a produção canavieira⁸⁹. De acordo com Emília Viotti da Costa, existiam na Província de São Paulo, por volta de 1850, uma relação de 2.618 fazendas de café e 667 fazendas de cana-de-açúcar, sendo que as primeiras continham 55.834 escravos, enquanto que nos canaviais existiam 15.641 escravos⁹⁰. De tal forma, na medida que o café se expandia, crescia também o número de escravos necessários para desempenhar os trabalhos nos cafezais.

Quando o café começa a se expandir, a tradição de se organizar a produção através do trabalho escravo já perdurava por aproximadamente dois séculos. Especificamente em relação à Província de São Paulo, ainda que existissem escravos antes da chegada dos cafezais, sua quantidade era muito menor. A expansão do café foi a grande responsável por impulsionar a concentração de trabalhadores escravos em São Paulo. Ou como escreveu Emília Viotti: “Com o café vinha o escravo.”⁹¹

No entanto, esse não era o caso das Províncias do Minas Gerais e Rio de Janeiro. Desde o século XVIII, ambas províncias já possuíam uma grande quantidade de escravos. A primeira em virtude da extração do ouro, atividade que exigia uma grande quantidade de mão

⁸⁹ Alguns exemplos são: Capivari, Itu, Porto Feliz e Piracicaba .

⁹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 67.

⁹¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 69.

de obra. Já a segunda, desde sua transformação em capital em 1763, estabeleceu-se como o principal porto escoador da produção de Minas Gerais e seu mercado abastecedor mais importante. Ainda em relação ao Rio de Janeiro, a vinda da Corte Portuguesa em 1808 impulsionou o surgimento de novos mercados consumidores e a elevação do requinte da vida da Província. Todos esses fatores ajudam a explicar porque já existiam escravos nessas duas províncias antes da expansão do café. Muitos desses escravos foram empregados posteriormente na cultura cafeeira.

Quando o café se firma como o produto de destaque da economia brasileira no início do século XIX, os fazendeiros não hesitaram em organizar a produção através do trabalho escravo. Como Emília Viotti acertadamente afirmou:

“Certamente não ocorreria àqueles fazendeiros, tradicionalmente habituados à soluções escravistas, buscar outras fórmulas numa época em que o abastecimento de escravos continuava sem obstáculos. Desde tempos imemoráveis, gerações e gerações haviam-se utilizado do negro. Toda uma mentalidade senhorial e escravista se forjara durante os séculos de economia colonial, o recurso para o trabalho livre não parecia necessário quando o escravo provava até então sua eficácia. Nenhum motivo parecia existir para que se rompesse esta tradição. Nem mesmo o da incongruência que existia no fato de uma nação, que se tornava politicamente independente e inseria em sua carta constitucional a afirmação de que todos eram iguais perante a lei, conservar o sistema escravista. (...) Em 1822, a sociedade não havia ainda amadurecido para compreensão desse contra-senso.”⁹²

Para além dos hábitos dos fazendeiros, outros elementos ajudam a explicar a utilização de escravos para os trabalhos nos cafezais nos primeiros tempos. Para debater essa questão, Emília Viotti pondera as alternativas existentes nesse período e as possibilidades concretas para sua efetivação. Em primeiro lugar, destaca que no início da produção cafeeira seu padrão de organização seguiu o modelo clássico da economia colonial. Ou seja, o café foi plantado em grandes latifúndios que não detinham nenhum tipo de mecanização para aprimorar o processo produtivo. Pelo fato de se tratar de uma cultura extensiva e não possuir mecanismos para aumentar sua produtividade, sua produção dependia de uma grande quantidade de mão de obra.

Em segundo lugar, a expansão dos cafezais alcançou rapidamente regiões com baixa densidade demográfica cobertas por vegetações tropicais. De tal forma, nos períodos iniciais, os trabalhos eram muitos e recorrentes – derrubada de mata, preparação do terreno, plantação dos pés de café, cultivo, etc. – e não existia uma população local disponível que pudesse ser empregada nesses serviços. Na outra ponta, as plantações de café não possuíam atrativos capazes de incentivar a vinda espontânea de estrangeiros.

⁹² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 70.

Optar pela escravidão também fornecia aos fazendeiros benefícios que não poderiam ter em qualquer outra relação de trabalho. Sendo o escravo sua propriedade, o senhor possuía total autoridade para controlar o processo produtivo e ditar o sistema disciplinar. Soma-se ainda o fato do escravo representar uma mercadoria possível de ser vendida e possibilitar ganhos em sua comercialização. Desse modo, embora o escravo fosse uma despesa permanente para o senhor, sua utilização proporcionava lucros econômicos muito superiores. Dentro dessa relação de dominação, eram os senhores quem ditavam o ritmo e a intensidade do trabalho, os quais poderiam ser exacerbados ou amenizados de acordo com os interesses que lhes convinhavam⁹³.

De toda forma, embora os fazendeiros tivessem preferência pelo trabalho escravo, também eram empregados alguns trabalhadores livres. De acordo com Emília Viotti, em meados do século XIX existiam 4.223 agregados e 2.159 colonos trabalhando nas fazendas de café⁹⁴. Mesmo que a participação do trabalho livre tenha sido muito pequena durante esse período, quase que insignificante perto do número de escravos, ele nunca deixara de existir. Geralmente, os feitores e carreiros⁹⁵ eram empregos destinados aos trabalhadores livres. Nas regiões mais povoadas também era comum empregar trabalhadores livres para as tarefas mais perigosas, como a derrubada de árvores e a roçada dos terrenos. Por sua vez, os agregados representavam o maior contingente dentro da população livre. Constituídos por antigos pequenos proprietários, que tiveram suas áreas invadidas pelo latifúndio cafeeiro, e por ex-escravos alforriados, trabalhavam sob a tutela dos fazendeiros e formavam sua clientela.

Na medida que o café prosperava em base escrava, mais distantes ficavam as possibilidades para se adotar o trabalho livre como relação de trabalho predominante. O trabalho livre até meados do século se inseria principalmente nas atividades auxiliares da produção e não representava uma alternativa possível para se estruturar a produção cafeeira. A sociedade imperial brasileira, mesmo que constasse em sua Constituição as premissas do liberalismo, não descartou o trabalho cativo. Ele ainda continuou a ditar o padrão organizacional da economia, da sociedade e da ideologia brasileira por muito tempo.

2.2.2 Escravidão e sistema disciplinar: a crítica ao mito da democracia racial.

⁹³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 72.

⁹⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 67.

⁹⁵ Condutores de carro de boi.

Quando Emília Viotti da Costa aborda o sistema disciplinar praticado nas áreas cafeeiras, seu objetivo é apresentar uma visão crítica a parcela da historiografia que defendia a existência de uma democracia racial no Brasil. A perspectiva de Emília Viotti faz parte de um conjunto mais amplo de pesquisas, desenvolvidas principalmente entre as décadas de 1950 e 1960⁹⁶, que se contrapunham ao pensamento de Gilberto Freyre e seus adeptos. Nesse debate, se para Freyre o Brasil se caracterizava pela “harmonia entre as raças”, para o grupo de pesquisadores que Emília Viotti pertencia o preconceito racial era marca constitutiva da sociedade brasileira. Mais do que sua essência, o racismo desempenhara um papel fundamental na organização do sistema disciplinar da sociedade escravocrata e na construção de sua hierarquia de poder.

Ou seja, Emília Viotti parte da percepção que a sociedade brasileira foi moldada a partir de um sistema baseado na separação entre o mundo dos brancos, dominante, e o mundo dos negros. Mundos apartados. Interdependentes, mas segregados. É nesse sentido que, ao analisar o fenômeno “escravidão-abolição” no Brasil, afirma:

“A súbita equiparação legal entre negros e brancos, em 1888, não destruiu de imediato o conjunto de valores que se elaborara durante todo o período colonial. (...) O negro permaneceu na situação de dependência econômica e as atitudes e representações sociais que regulam as relações entre as raças só, muito vagarosamente, foram modificadas. (...) Subsistiram representações e estereótipos associados à cor e às diferenças raciais forjadas no tempo da escravidão, como por exemplo, a afirmação da inferioridade mental, moral ou social do negro em relação ao branco. (...) O significado que a cor e as diferenças raciais adquiriram sob o regime escravo ajudou a elaborar certos padrões de ajustamento inter-racial que, em muitos casos, persistiram.”⁹⁷

Até meados do século XIX, o convívio entre senhores e escravos era quase cotidiano. A intimidade forçada, nascida desse convívio, esteve, invariavelmente, permeada por inúmeros mecanismos de dominação, com a cor da pele desempenhando um papel central. Segundo Emília Viotti da Costa, esse preconceito se manifestava em todos os espaços e momentos da sociedade brasileira:

“Suas manifestações evidenciavam-se a cada passo. Afirmavam-se em todas as circunstâncias, na rua, nos salões, na mesa do chefe da família, até na Igreja, onde a nuança mais ou menos escura dos fiéis estabelecia barreiras intransponíveis. Mais do que isso: o preconceito era consagrado pela Constituição do Império que recusava formalmente aos libertos os direitos eletivos”⁹⁸.

⁹⁶ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e Negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista**. São Paulo, Editora Global, 2008 [1955]; CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 [1962]; IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

⁹⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 13-14.

⁹⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 334.

Como podemos ver, as restrições impostas pela cor da pele extrapolavam o fato da pessoa ser escrava. Esses limites atingiam também os libertos. As restrições impostas aos libertos impediam que pudessem ser eleitos para cargos de governo, ou ao menos que pudessem votar. Também ficavam vedados da possibilidade de assumir posições como de delegado, juiz, promotor, conselheiro, ou qualquer outro cargo hierarquicamente superior. Assim, Emília Viotti entende que o preconceito racial não se manifestava apenas entre senhores e escravos, mas se constituía como uma marca impregnada em toda sociedade, onde a cor da pele impunha barreiras intransponíveis, mesmo entre os libertos. Na visão de Emília Viotti, as “duas camadas raciais permaneciam, a despeito de toda sorte de contatos, intercomunicações e intimidades, dois mundos, cultural e socialmente separados, antagônicos e irreduzíveis um ao outro.”⁹⁹

É a partir dessa perspectiva que Emília Viotti busca rebater os mitos de uma escravidão branda no Brasil, composta por senhores benevolentes e escravos fiéis, obedientes e subordinados. Fora as questões já enunciadas, um dos temas que aborda para rebater esse mito é o sistema disciplinar vigente na sociedade escravista brasileira. Afinal, um sistema que está fundamentado na violência, frequentemente precisa recorrer a ela para se manter.

A violência servia como principal método para manter a disciplina e o ritmo de trabalho. Também exercia a função de aterrorizar os escravos, cujo intuito de sua prática era, certamente, mantê-los submissos. Não se concebia uma maneira alternativa para manter a disciplina. Mesmo os senhores mais “iluminados”, “humanistas”, que defendiam que era necessário “moderar” os castigos e punições, reconheciam que essa era a única forma para se ter controle sobre os escravos. Nesse sentido, a historiadora defende que:

“Não faltaram senhores benevolentes e dedicados que tratavam seus escravos com humanidade, nem escravos que revelaram sua devoção, às vezes de forma patética, mas a instituição escravista propiciava os excessos, os crimes, a espoliação de um grupo pelo outro. A idealização da escravidão, a ideia romântica da suavidade da escravidão no Brasil, o retrato do escravo fiel e do senhor benevolente e amigo do escravo que acabaram por prevalecer na literatura e na história foram alguns dos mitos forjados pela sociedade escravista na defesa do sistema que não julgava possível prescindir.”¹⁰⁰

Entretanto, como a historiadora ressalta, não era apenas os latifundiários que defendiam a adoção de castigos¹⁰¹. Essa era uma prática que diferentes setores da sociedade

⁹⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 335.

¹⁰⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 335.

¹⁰¹ De acordo com a historiadora, que recorre ao livro *Castigos de escravos* de Artur Ramos, os castigos mais frequentes no Brasil eram o bacalhau, a palmatória e o tronco. Também eram aplicados a golilha, algemas, os anjinhos, a máscara de latão e aprisionamentos. Ver COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 341 e RAMOS, Artur. Castigos de escravos. São Paulo, **Revista do Arquivo Municipal**, Número XLVII. 1938.

aprovavam, como a Igreja, o judiciário e o próprio poder executivo. Uns pregavam sua moderação, outros um castigo mais justo, mas todos entendiam que sem a punição não se alcançaria a disciplina, a submissão, a “humildade”, etc. E, por mais que houvessem vozes que invocassem a parcimônia, esta seria adotada ou não de acordo com as vontades dos proprietários de escravos. A lei, a qual restringia os açoites e a forma que deveriam ser aplicados – número de chibatadas, intervalo de aplicação, ou o tipo de castigo aplicado, como o tronco, palmatória, chicote, etc. – nem sempre era cumprida. Ou como Emília Viotti da Costa afirma, sua aplicabilidade dependia da capacidade para que fosse cumprida. De tal forma, entende que os escravos das fazendas, isolados e desamparados da proteção legal, estavam mais sujeitos às vontades dos senhores do que os que habitavam as cidades.

No campo os senhores representavam o Estado, a igreja, a justiça e o exército. O ritmo de trabalho nas lavouras de café era intenso e incessante. O domínio dos senhores era quase que ilimitado. Segundo Emília Viotti, os trabalhos atingiam uma média de 15 horas diárias, dependendo da etapa da produção. Nos períodos de colheita, por exemplo, os trabalhos aumentavam. Geralmente os escravos possuíam uma hora para o almoço¹⁰², retornando para o eito logo em seguida. Emília Viotti aponta que muitos contemporâneos à escravidão alegavam que a alimentação oferecida aos escravos era absolutamente incompatível com o esforço físico que realizavam, sendo considerada, assim, insuficiente.

As senzalas, ou habitações dos escravos, eram comumente construídas próximas à casa-grande. Isso se explica pela constante necessidade que os fazendeiros possuíam de fiscalizar seus escravos, mantendo-os o mais perto possível, mesmo nos momentos que não estavam trabalhando. Nas senzalas era comum separar a população entre homens e mulheres, com as crianças permanecendo junto às mães. Entretanto, como a própria historiadora defende, também existiam casas construídas separadamente, as quais se destinavam aos casais.¹⁰³

¹⁰² As refeições mais frequentes eram servidas de feijão, angu e farinha de mandioca. Alguns locais também ofereciam carne (charque), abóbora, inhame e frutas. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 292-293.

¹⁰³ Uma das críticas que Emília Viotti recebeu diz respeito a abordagem utilizada para tratar das questões relativas a formação da família escrava. Entre os críticos, encontram-se Robert Slenes e Warren Dean. O primeiro analisa em sua tese de doutorado a demografia da população escrava no Brasil. Já o segundo realiza um estudo sobre o sistema de *plantation* em Rio Claro. Ambos partem dos métodos quantitativos desenvolvidos por Stanley L. Engermann, Robert W. Fogel e Hebert Gutman para embasar seus estudos. Segundo Emília Viotti, os casamentos entre escravos, embora existentes, eram poucos e raros eram os senhores que reconheciam ou incentivavam as uniões matrimoniais. De toda forma, é criticada especialmente por afirmar que existiam nas senzalas uma “grande promiscuidade”. Tanto Slenes quanto Dean buscam mostrar em seus estudos que o número de casamentos entre os escravos teria sido bem maior ao que a historiografia registrara até então. Entretanto, nenhum dos dois teria sido capaz de explicar a significativa quantidade de filhos considerados “illegítimos” e que não possuem em seus registros o nome do pai. Assim, embora defendessem uma posição

A condição de vida que os escravos estavam submetidos possuía grandes implicações para a saúde e longevidade dessa população. Em decorrência da falta de saneamento e higiene que as senzalas estavam expostas e da falta de proteção que os cativos estavam submetidos durante os intensos trabalhos, muitos padeciam jovens, verificando-se nas áreas cafeeiras uma elevada taxa de mortalidade.¹⁰⁴

Apesar de recorrentes e severos, os castigos e os instrumentos disciplinares vigentes no regime escravista não inibiam a ação dos escravos contra o sistema que os oprimia. Muito pelo contrário. Era exatamente por efeito das constantes revoltas, seja boicotando o trabalho, fugindo ou se rebelando, que se justificava a aplicação dos castigos. Entretanto, apesar das revoltas escravas serem recorrentes e praticadas por toda história da escravidão, sua capacidade efetiva de combater esse sistema dependeu dos contextos que foram realizadas. Até meados do século XIX, poucos eram os limites impostos aos proprietários de escravos, de tal forma, o que vigorava era o arbítrio que possuíam. Apesar de existir leis que limitavam os castigos ou que recomendavam moderação, sua aplicabilidade dependia, como dito, da capacidade para que elas fossem cumpridas.

De acordo com Emília Viotti da Costa, a opinião pública jogou um papel fundamental no respaldo à revolta dos escravos. De toda forma, até o início da segunda metade do século XIX, ela ainda pendia favoravelmente em benefício dos proprietários. Assim, em virtude da baixa capacidade das autoridades regionais e locais em limitar o arbítrio dos senhores, somada ao pequeno respaldo que essa causa possuía entre opinião pública,

oposta e bastante requintada, Emília Viotti entende que os dados que apresentam são contraditórios e inconclusivos. Para Emília Viotti, os estudos sobre a formação e organização da família escrava no Brasil estavam (em 1982, quando o prefácio a segunda edição é escrito) muito longe de compreender como essa população se estruturou. Em resposta escrita em uma nota do *Prefácio à segunda edição*, afirma: “No meu entender, qualquer estudo a esse respeito deverá começar pela identificação das práticas sexuais e da organização familiar nas regiões africanas, pois essa tradição deve ter influenciado o comportamento do escravo, principalmente no Brasil, onde o tráfico perdurou até meados do século XIX. A partir desses estudos é possível que se venha a descobrir que, apesar dos esforços da Igreja católica e dos senhores de escravos, um grande número de escravos continuou, dentro do possível, a adotar estruturas familiares características das suas culturas de origem, nas quais, talvez, não houvesse tabu a respeito da virgindade feminina. Em algumas dessas culturas, por exemplo nas regiões onde dominavam os cultos muçulmanos, talvez a concubinação fosse aceita como legítima ou talvez imperassem formas várias de poligamia. (...) Se admitirmos que os padrões familiares e sexuais dos escravos são diferentes dos padrões dos senhores, porque os escravos pautam-se por outras regras, isso nos permitirá entender melhor não só a pecha de promiscuidade que os senhores lançavam contra eles, como também o grande número de crianças ilegítimas que os próprios censos registravam. (...) A conclusão a que se chega é de que, apesar dos louváveis esforços que os historiadores têm feito nos últimos anos, a questão da família escrava no Brasil é ainda uma questão aberta.” Ver: nota 5 do *Prefácio à segunda edição*. In: **Da Senzala à colônia**. COSTA, Emília Viotti da. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 48, 49, 318, 319 e 320; DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro da grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977; SLENES, Robert. **The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888**. University of Standford, 1975.

¹⁰⁴ Emília Viotti analisa de forma detalhada a condição de saúde da população escrava, principalmente nas áreas rurais. Para mais informações a esse respeito, ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia... op. cit.**, 1998, p. 303-317.

Emília Viotti aponta que até as décadas de 1860 e 1870 ainda era possível se ter notícias de mortes de escravos causadas por espancamentos.

As mudanças ideológicas e de hábitos foram impulsionadas lentamente no decorrer da segunda metade do século XIX. Aos poucos, observa-se que alguns senhores passaram a despender maior cuidado com a saúde dos escravos. Na outra ponta, com a crescente repulsa da opinião pública às atrocidades da escravidão, os escravocratas foram aos poucos coagidos a adotar novos hábitos. De tal forma, na medida que essas mudanças se operavam, novas possibilidades foram sendo criadas, com a sociedade aos poucos se reajustando a essas transformações.

2.2.3 O tráfico transatlântico de escravos para as áreas cafeeiras (1830-1850).

As incertezas quanto ao pioneirismo da produção cafeeira no Vale do Paraíba não existiam mais em 1830. Nessa época, a região já se firmava como a principal produtora de café do Brasil e vislumbrava continuar seu desenvolvimento. Como destacamos em ponto anterior, sua organização esteve fortemente baseada no trabalho escravo e este era responsável por ditar o padrão de reprodução da sociedade e da economia cafeeira. Certamente, a principal razão que permitia que a economia cafeeira continuasse a se organizar através da escravidão era o constante e abundante abastecimento que o tráfico transatlântico proporcionava. Atividade altamente lucrativa, desempenhou um papel fundamental no fornecimento de mão de obra para as fazendas de café ao longo da primeira metade do século XIX.

Embora o combate efetivo ao tráfico transatlântico tenha ocorrido só após a década de 1850, as discussões sobre sua proibição já estavam presentes desde o começo do século. Nesse contexto, o ator internacional que mais pressionou o Brasil para combater o tráfico foi a Inglaterra. Sua pressão se inicia com a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808 e se intensifica no processo de reconhecimento de independência política ao longo da década de 1820. Como resultado dos tratados firmados entre Brasil e Inglaterra, a partir de 1831 o comércio de escravos africanos seria considerado ilegal e julgado como pirataria¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Como efeito do acordo firmado, foi decretado em 7 de novembro de 1831 que todos os escravos que chegassem de fora do Império a partir dessa data seriam considerados livres. Essa lei também impunha uma multa de duzentos mil-reis por escravo importado e ficava a cargo do traficante pagar as despesas de sua reexportação para qualquer lugar da África. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 76.

Entretanto, em decorrência da rápida expansão das plantações de café e da baixa disponibilidade de trabalhadores livres, a procura por escravos africanos continuou a aumentar. A economia brasileira se via cada vez mais subordinada às exportações de café, e estas eram estruturalmente dependentes do trabalho escravo. De tal forma, interromper o fornecimento de escravos representava contrariar os interesses dos grandes fazendeiros de café e dos grupos de poder articulados a essa produção. Assim, apesar do crescimento das restrições formais, o tráfico transatlântico se intensificou entre 1830 e 1850, período que a elite cafeeira do vale esteve no controle da política nacional e pouco fez para o seu combate. Como bem salientou a historiadora: “A sorte do café e dos escravos estavam unidas nesses primeiros tempos. A riqueza do senhor era medida pelo número de pés de café que possuía em sua fazenda e pelo número de negros.”¹⁰⁶

A quantidade de escravos traficados ao longo da primeira metade do século XIX, em especial após a década de 1820, é impressionante. Atualmente, a plataforma *Slavesvoyage* é certamente a base de dados mais confiável para se analisar o tráfico internacional tendo como parâmetros o período, a procedência, o destino, a taxa de mortalidade e quantidade de pessoas traficadas. Na época que Emília Viotti da Costa realizou sua pesquisa, como é sabido, não existiam essas bases digitais. Entretanto, apesar de estar um pouco subestimado, Emília Viotti aponta valores próximos aos existentes nessa plataforma. De acordo com a historiadora, entre os anos de 1820 e 1829 foram importados aproximadamente 20 mil escravos por ano pelo porto do Rio de Janeiro. Não fornece dados referentes à década de 1830, mas aponta que de 1840 e 1850 entraram por volta de 370 mil escravos pelo Rio de Janeiro¹⁰⁷.

De acordo com a historiadora, o tráfico, considerado clandestino desde 1831, continuou pois houve conivência da sociedade e receio em contrariar os interesses das classes dominantes locais. Emília Viotti faz referência a inúmeros casos em que Presidentes de Província, juizes, delegados e outras autoridades intervieram com o objetivo de beneficiar os fazendeiros que detinham escravos importados clandestinamente¹⁰⁸. Essa situação começa a se alterar efetivamente em meados da década de 1840, quando a pressão inglesa é intensificada com a Bill Aberdeen. Entretanto, até a efetiva proibição do tráfico, a importação

¹⁰⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 76.

¹⁰⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 76-77. As referências que Emília Viotti utiliza para estimar a quantidade de escravos importados durante a primeira metade do século XIX são: dados da Guarda Costa; SANTOS, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas da produção agrícola e carestia dos gêneros de alimentícios no Império do Brasil.** Rio de Janeiro, 1860; BASTOS, Tavares. **Cartas do solitário.** São Paulo, 1948; MALHEIROS, Perdígão. **A escravidão no Brasil.** Rio de Janeiro, v. 3, 1866; GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil.** Das origens à extinção do tráfico. São Paulo, 1949.

¹⁰⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 86-92.

de escravos aumentou aceleradamente nos últimos anos da década de 1840, superando inclusive os períodos anteriores.¹⁰⁹

A partir de uma combinação de fatores que envolve a esfera política, econômica e ideológica, em meados do século XIX finalmente criou-se condições reais para se interromper o tráfico de escravos transatlântico. A opinião pública estava aos poucos se modificando e começava-se a cogitar a possibilidade de se acabar com o comércio clandestino de escravos. Soma-se o fato que muitos fazendeiros, em decorrência das incertezas quanto ao futuro do tráfico, aumentaram intensamente seus estoques de escravos e passaram a ver a interrupção do tráfico como uma possibilidade para valorização de sua propriedade.

Na outra ponta, os únicos grupos que não abriam mão do tráfico e se mostravam intransigentes foram os fazendeiros das regiões mais novas, cuja necessidade de trabalho era maior, e os comerciantes que tinham seus interesses ligados ao comércio de escravos. Não obstante a influência que esse grupo de fazendeiros e comerciantes ainda desempenhava na política local e nacional, suas posições já não eram mais hegemônicas. Se em 1831, como diz Emília Viotti, a “lei tentara sufocar o tráfico, mas a realidade a desmentira”¹¹⁰, em 1850 as condições já não eram as mesmas e possibilitaram, mesmo que lentamente, avançar no processo de desagregação do trabalho escravo.

De acordo com Emília Viotti da Costa, um conjunto de fatores devem ser elencados para explicar as circunstâncias que levaram o tráfico transatlântico ao seu fim:

“O empolgamento da questão pelo jogo político partidário, a pressão britânica, o recrudescimento da vigilância nos mares pela marinha inglesa, o fato dos setores mais ou menos extensos estarem momentaneamente abastecidos de escravos, criaram as condições que serviram de base para que se resolvesse definitivamente a questão do tráfico.”¹¹¹

A abolição do tráfico transatlântico, principal fonte de abastecimento de mão de obra para as fazendas de café, representou um forte golpe para a economia cafeeira. Apesar dos efeitos não terem sido sentidos imediatamente, já que muitos fazendeiros detinham um grande excedente de escravos, a sua interrupção certamente simbolizou o início de uma nova fase na economia cafeeira. Entretanto, mesmo com o esgotamento do tráfico, as relações de trabalho não se transformaram automaticamente. Como Emília Viotti destaca, essas mudanças

¹⁰⁹ De acordo com Emília Viotti, entraram no Brasil no final da década de 1840 uma média de 50 mil escravos por ano. Segundo a historiadora, em 1846 foram importados clandestinamente 50.324 escravos, aumentando no ano seguinte para 56.172 escravos. Em 1848 a quantidade de escravos africanos importados ilegalmente teria superado os 60 mil. Já no ano anterior a proibição do tráfico, apesar de ter diminuído o ritmo da importação, ela ainda superou a quantidade de 54 mil escravos importados ilegalmente pelo Brasil. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 81.

¹¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 83.

¹¹¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 82.

não seguiram uma tendência linear e tampouco ocorreram de forma abrupta. Elas foram moldadas de acordo com as condições objetivas e subjetivas existentes em cada contexto.

2.2.4 O movimento emancipador: do processo de independência ao fim do tráfico (1820-1850)

O desenvolvimento da ideologia favorável à abolição e o acolhimento das críticas à escravidão pela opinião pública, de acordo com Emília Viotti, não é um movimento possível de ser analisado apenas em âmbito regional. Esse fenômeno possui uma amplitude muito maior que os limites das áreas cafeeiras. Trata-se de um problema nacional, ou como a historiadora defende, o fim do ‘sistema servil’ era uma questão que precisava ser decidida pela nação.¹¹²

Os debates sobre a emancipação do trabalho escravo no Brasil são de longa data. Já no século XVII algumas pregações do padre Antônio Vieira defendiam a necessidade de se oferecer aos escravos um tratamento mais humano. No século seguinte, por sua vez, surgem as primeiras críticas mais contundentes ao tráfico de escravo com o padre Manuel Ribeiro da Rocha. De todo modo, Emília Viotti entende que foi apenas no século XIX que as críticas ao sistema escravista começaram a aparecer com mais recorrência. Essa ideologia foi gestada a partir do contato que a geração dos líderes do processo de independência do Brasil tiveram com o pensamento iluminista europeu.

Para expor como o pensamento emancipador surgiu nas classes dominantes, Emília Viotti analisa as ideias de Maciel da Costa, José Bonifácio, José Eloy Pessoa da Silva, Frederico Leopoldo César Burlamaque e Veloso de Oliveira. Embora existam nuances, a historiadora entende que o pensamento emancipador seguiu, de forma geral, uma mesma linha argumentativa ao longo dos inúmeros debates ocorridos na primeira metade do século XIX.

Em 1821, José Severino Maciel da Costa¹¹³ defendia que o tráfico internacional ainda se fazia necessário e que seria preciso focar as atenções nas condições de trabalho que os escravos estavam submetidos. Segundo Maciel da Costa, a escravidão degradava as relações entre brancos e negros, além de desestimular o trabalho livre. Em suas palavras:

“O maldito sistema de trabalho por escravos, além de outros males, fez-nos o grandíssimo de infamar de tal sorte o trabalho agrícola que os homens livres da mais baixa classe, antes querem morrer de fome, e entulhar as vilas e cidades na mendicância e miséria do que receberem um pão honrado, ganhado por seus

¹¹² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 390.

¹¹³ COSTA, José Severino Maciel da. **Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer, e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar.** Coimbra, 1821.

braços.”¹¹⁴

Para José Severino Maciel da Costa, o trabalho escravo, forçado e coagido, era incompatível com os aperfeiçoamentos das técnicas produtivas e, de tal forma, menos produtivo que o trabalho livre. Em sua visão, a qualidade do trabalho escravo estava marcada pela negligência e indisposição, traduzidas nas palavras de Emília Viotti como a forma de se “fazer o menos possível e o pior possível, no maior tempo possível”¹¹⁵. Entretanto, apesar de criticar a escravidão e o tratamento dispensado aos cativos, por temer a insurreição escrava, não era favorável a emancipação imediata. Na sua perspectiva:

“Convindo pois na necessidade de mudar o método de trabalho por escravos, parecemos todavia indispensável que se faça a mudança de maneira que a nossa indústria atual, se não aumentar, ao menos não retrograde, que haja tempo suficiente para que os proprietários possam cobrir-se das despesas avançadas, e para buscarem novos trabalhadores ou darem nova direção a seus capitais, e bem assim para que as providências auxiliares que se esperam do Governo possam produzir o fruto desejado.”

Para além do ritmo gradual que propõe para a emancipação dos cativos, também sugere algumas medidas que deveriam ser adotadas após a interrupção do tráfico. Entre elas, recomendava: o melhor cuidado com a saúde dos escravos; não designar tarefas que exijam uma força superior à possuída pelos cativos; estimular a educação dos negros; estimular a imigração europeia; e organizar um regulamento capaz de restringir o trabalho das crianças escravas.

Entre os parlamentares que integraram a assembleia geral constituinte do Império Brasil, destaca-se a figura de José Bonifácio. Relator dos temas referentes a escravidão, apresentou um projeto em 1823, publicado em 1825, onde propõe a emancipação gradual da escravidão. Na sua visão, o problema da falta de mão de obra poderia ser enfrentado através do melhoramento dos instrumentos de trabalho. Argumentava que caso as enxadas fossem substituídas pelo arado, muitos braços seriam poupados. Assim como Maciel da Costa, José Bonifácio não defendia que o tráfico fosse interrompido imediatamente. No projeto apresentado, propõe que o tráfico deveria acabar em quatro ou cinco anos. Nas suas palavras: “Não desejo ver abolida a escravidão de repente, tal acontecimento traria consigo grandes males...”¹¹⁶

Em sua proposta também procurava limitar os excessos cometidos pelos senhores, proibir a separação de marido, mulher e filhos, regular o trabalho das crianças e das grávidas, entre outras diretrizes. De acordo com Emília Viotti da Costa, o projeto redigido por José

¹¹⁴ José Severino Maciel da Costa *apud* COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 394.

¹¹⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 394.

¹¹⁶ José Bonifácio *apud* COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 397.

Bonifácio continha o germe do pensamento abolicionista brasileiro, existindo muitas ideias similares na época da abolição, em 1888¹¹⁷.

Outra personalidade que defendeu ideias emancipadoras foi José Eloy Pessoa da Silva, influente militar que assumiu a presidência da Província de Sergipe entre 1837 e 1838. Anos antes, em 1826, Pessoa da Silva havia publicado uma “Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Brasil”. Em seus escritos, critica moralmente a escravidão e sua baixa produtividade quando comparada ao trabalho livre. Defendia que tanto a escravidão quanto o tráfico deveriam ser extintos. Entretanto, da mesma forma que as personalidades que apresentamos acima, acreditava que seu combate deveria ser gradual para não desorganizar a produção agrícola no Brasil. Em sua proposta, defendia o estímulo da colonização de trabalhadores livres, listando três grupos que o governo deveria se focar: a colonização dos nativos, dos europeus e dos negros da Costa Ocidental da África.

Já em 1837, é publicado por Frederico Leopoldo César Burlamaque uma “memória”¹¹⁸ em que são direcionadas algumas críticas ao tráfico de escravos e ao sistema escravista. Em sua opinião, o tráfico de escravos possuía uma feição muito mais cruel que a apresentada por seus defensores. Já no que diz respeito a escravidão, além de considerá-la menos produtiva, entendia que o seu funcionamento trazia muitas influências nocivas para os costumes, a civilização e a liberdade dos brasileiros. Em sua visão, que resume bem os argumentos defendidos pelos emancipadores e abolicionistas, a escravidão contrariava os preceitos do Evangelho e reduziria:

“O Ente feito à semelhança de Deus, de pessoa a cousa, de tudo a nada! Já o tráfico é desumano! Amontoar indivíduos da espécie humana no interior de um navio, carrega-

¹¹⁷ Há um artigo muito interessante escrito por Emília Viotti que aborda o mito que se construiu em torno da imagem de José Bonifácio. Visto com maus olhos pelas autoridades portuguesas, foi transformado em herói da nação na história do Brasil. Para além das lendas e mitos, a historiadora busca entender a relação existente entre o personagem e a estrutura que se insere. Segundo Emília Viotti afirma, sua imagem de “Pai da Pátria” foi forjada no calor das lutas pela independência. Nessa conjuntura, foi retratado inúmeras vezes através de suas qualidades, as quais deveriam ser espelhadas pelos demais brasileiros. Após permanecer no exílio entre 1823 e 1829, retorna ao Brasil em um momento que os conflitos políticos se aguçavam. No início da década de 1830, sua imagem começa a sofrer severas críticas através de seus inimigos políticos (Feijó, Bernardo de Vasconcelos, Evaristo da Veiga, entre outros), os quais buscavam desconstruir seu papel durante o processo de independência. Sua imagem foi ao longo do tempo, de forma geral, sofrendo alteração. De toda forma, apesar das apropriações feitas sobre a imagem de José Bonifácio, Emília Viotti defende que essa ambiguidade se deve, por um lado, pelo fato de suas propostas em termos políticos se aproximarem mais dos conservadores, por outro lado, do ponto de vista social e econômico José Bonifácio estava mais próximo dos liberais. Durante a luta abolicionistas, sua figura foi exaltada reproduzindo-se suas críticas aos males causados pelo sistema escravista. Por sua vez, os positivistas invocavam sua imagem por este ser absolutamente contrário a qualquer movimento revolucionário. Já as autoridades do império e os grupos conservadores destacavam a defesa que José Bonifácio fazia contra os “excessos de democracia” e a necessidade de se “conciliar a liberdade com a ordem”. Para um debate mais profundo, ver: COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: homem e mito. In: **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015, p. 25-80. Publicado originalmente em MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

¹¹⁸ Intitulada: *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*.

los de ferros, exterminá-los ao menor sinal de resistência, dar-lhes um sustento insalubre e mesquinho, negar-lhes as vestimentas que cubram a nudez, trazê-los ao mercado como brutos animais e vender para sempre a sua liberdade, a de seus filhos e descendentes, degradadas assim, uma parte do gênero humano, negando a seu respeito a existência de todos os deveres morais, entrega-la ao exercício contínuo de todas as violências de que a mais refinada tirania pode ser suscetível: eis o quadro resumido dos crimes de que são responsáveis perante Deus e os homens, os primeiros introdutores de escravos, e seus imitadores.”¹¹⁹

De acordo com César Burlamaque, fora os males descritos, possuir escravos implicava na necessidade de se imobilizar uma grande quantidade de capital, expediente que não ocorreria caso o trabalho livre fosse adotado. Diferentemente do escravo, que é responsabilidade de seu proprietário mantê-lo, o trabalhador livre poderia ser dispensado em determinadas etapas do trabalho e seria mais compatível com a introdução de maquinários e aperfeiçoamentos no processo produtivo. Chegaria a afirmar que:

“Se a escravidão é oposta à moral e à religião, se os escravos não dão interesses aos seus proprietários e ao contrário absorvem as poucas riquezas que produzem, é evidente que da sua existência não provindo benefício algum, a sua abolição não trará mal nenhum ao Estado (...)”¹²⁰

Ainda que defendesse que o tratamento dispensado aos cativos deveria ser humanizado, entendia que sua adoção só vigoraria se os proprietários tivessem de acordo com essa prática. Caso contrário, segundo César Burlamaque, nenhuma lei seria capaz de impedir que os proprietários agissem de acordo com o próprio arbítrio. De toda forma, não acreditava que a substituição do trabalho escravo devesse ocorrer de forma radical e abrupta. Em sua visão: “A ideia de marcar um prazo para a abolição total da escravidão, referindo-se a uma época apartada que provavelmente só alcançará a segunda geração da raça dominante, não trará consigo os perigos de uma revolta fatal ao país a todas as raças”.¹²¹

Segundo Emília Viotti, os escritos de Burlamaque de 1837 podem ser considerados o trabalho mais completo sobre a escravidão nesse período, além de resumir os principais argumentos contra esse sistema e ao tráfico que o sustentava. Entretanto, é incontestável que sua visão representava os membros da classe dominante e não os próprios escravos. Para a historiadora, fica evidente que esses pensadores não se preocupavam com a situação dos escravos como humanos, mas com as dificuldades e inconvenientes econômicos e sociais criados a partir desse sistema e, em especial, as implicações que possuíam para os proprietários.

¹¹⁹ Frederico Leopoldo César Burlamaque *apud* COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 400-401.

¹²⁰ Frederico Leopoldo César Burlamaque *apud* COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 403.

¹²¹ Frederico Leopoldo César Burlamaque *apud* COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 406.

Em 1845, com o debate sobre o fim do tráfico internacional em evidência, o desembargador de Pernambuco, Veloso de Oliveira, relacionava as dificuldades para substituir o trabalho escravo com alguns elementos do sistema colonial. De acordo com o desembargador:

“A escravidão pode convir às metrópoles que querem desfrutar as colônias, reduzindo-se a cultura de um ou outro gênero que lhes convenha, e vendendo-lhes de tudo o mais, conservando-as por esse modo na estupidez e no serviço e tornando-as impróprias para a produção e residência de varões ilustres e patriotas que advoguem os seus interesses ou as queiram separar, quando se lhes não concedem vantagens reclamadas; mas um povo livre deve ter outras ideias e muito mofino seria e miserável se não atrevesse a responder pela sua existência, e confessasse que não era capaz de viver senão à custa do trabalho alheio, como os estúpidos ou paralíticos.”¹²²

Vemos que até meados do século XIX, apesar do debate emancipacionista ter avançado e seus argumentos aparecerem com mais recorrência, essa ideologia ainda é incapaz de cativar a opinião pública em geral e, em particular, a dos fazendeiros. De toda forma, ainda que os emancipacionistas pregassem que o fim da escravidão ou do tráfico não deveriam ocorrer de forma abrupta para não desorganizar a produção agrícola nacional, essa vertente de pensamento galgava aos poucos novos adeptos. De acordo com Emília Viotti da Costa, a ideologia emancipadora ganhou apoio da opinião pública na medida que foram operadas transformações na economia cafeeira, como a expansão das ferrovias e o aperfeiçoamento do beneficiamento do café, e na sociedade, com o surgimento de grupos políticos que não possuíam seus interesses vinculados à escravidão.¹²³

2.3 O desenvolvimento da crise.

2.3.1 O fracasso dos núcleos colônias e do sistema de parceria

Os debates no Brasil sobre as alternativas para o trabalho escravo sempre estiveram vinculados à imigração. Ainda que a presença dos trabalhadores nacionais ao longo do século XIX não fosse desprezível, as classes dominantes buscaram em diversas ocasiões a fonte para o abastecimento da mão de obra no exterior. Isso ocorreu com os escravos africanos, durante o período que o tráfico vigorou, e também com as inúmeras experiências de imigração nos momentos que se agitavam os debates emancipacionistas.

Dentro das políticas de imigração realizadas pelo Império Brasileiro, duas orientações se destacam. A primeira diz respeito ao interesse de povoar o território brasileiro, realizada através da implementação de núcleos coloniais. Essas experiências foram tentadas

¹²² Veloso de Oliveira *apud* COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 407

¹²³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 389.

em diferentes Províncias¹²⁴ e tinham principalmente objetivos demográficos. Essa política consistia-se basicamente no fornecimento da propriedade da terra às famílias imigrantes e sua respectiva instalação para fins de colonização. Apesar de ter sido uma proposta executada em conjunturas distintas e que casos específicos tenham logrado êxito, em geral o seu resultado não foi satisfatório.

De acordo com Emília Viotti, o insucesso dessa política se devia a incapacidade do Brasil para atrair espontaneamente a imigração¹²⁵. Sem a resolução desse problema, não seria possível oferecer a abrangência necessária que essa orientação propunha. Segundo a historiadora, algumas razões ajudam a explicar porque a imigração espontânea era muito reduzida e porque as experiências dos núcleos coloniais eram incompatíveis com a sociedade brasileira:

“A primeira era, sem dúvida, a concorrência do braço escravo. Nas zonas cafeeiras, nessa época, eram precárias as condições oferecidas aos colonos. Até 1850, enquanto perdurou o tráfico, houve escravos em abundância, por toda parte, e a estes eram entregues os misteres do campo e da cidade. Preferiam-se ainda os cativos, era mais fácil obtê-los e a este tipo de trabalho estava o fazendeiro habituado por uma longa tradição, que nada obrigava a interromper.” E prossegue: “(...) Forte empecilho à imigração espontânea e obstáculo ao desenvolvimento dos núcleos coloniais era o tipo de economia vigente: tipicamente rural, apoiada na agricultura de molde tropical, dentro de uma estrutura latifundiária. Economia de exportação sustentada sobre um único produto, base da riqueza nacional, ficava na dependência do mercado internacional e internamente sujeito à oscilações. (...) Dentro desse quadro, as perspectivas do trabalho livre eram muito limitadas.”¹²⁶

Em uma conjuntura marcada pela acelerada expansão dos cafeeiros, as terras devolutas, as quais supostamente poderiam ser destinadas aos núcleos coloniais, ficavam mais disputadas. Por outro lado, os fazendeiros monopolizavam as terras mais férteis e, geralmente, os núcleos coloniais eram instalados em regiões pouco povoadas e com baixo adensamento do mercado interno. Em um sistema que o latifúndio exportador dominava a organização da economia e da sociedade, sua convivência com a pequena propriedade se tornava inviável. De tal forma, o fracasso das políticas de criação de núcleos coloniais, salvo exceções, foi disseminado. Apesar das visíveis limitações dessa política nos moldes em que foi realizada, os investimentos destinados a essa orientação variaram de acordo com a composição do quadro ministerial do Império e o vínculo de seus interesses.

¹²⁴ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, entre outras Províncias.

¹²⁵ Os Estados Unidos da América era à época o principal destino dos imigrantes europeus. Emília Viotti aponta que entre 1819 e 1856 saíram dos estados alemães aproximadamente 1.8 milhão de pessoas, das quais 1.2 milhão teve os EUA como destino. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 120.

¹²⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 114-115.

A segunda orientação da política de imigração realizada pelo Império Brasileiro buscou atender os interesses dos grandes fazendeiros de café. Dentro das diferentes vertentes dessa proposta, o sistema de parceria foi o que mais evoluiu na época em que se discutia o fim do tráfico de escravos. É sobre essa experiência, suas premissas e as razões de seu fracasso que iremos nos aprofundar.

Em oposição direta à orientação que visava estimular a pequena propriedade no Brasil, a proposta defendida pelos fazendeiros, principalmente do Oeste Paulista, tinha o objetivo de obter braços para as lavouras de café. As incertezas quanto ao futuro do tráfico entre 1830 e 1850 forçaram os fazendeiros a buscar alternativas para o trabalho escravo. Alguns fazendeiros, como o Senador Vergueiro, tentaram introduzir imigrantes europeus mesmo antes do tráfico de escravos ter sido abolido efetivamente.

A primeira tentativa para substituir escravos nas lavouras de café por trabalhadores europeus feita pelo Senador Vergueiro ocorreu em 1847 em sua fazenda Ibicaba, localizada no município de Limeira. Nessa experiência, foram contratados colonos alemães e suíços através de uma subvenção que o Senador conseguira com o governo imperial, a qual, de acordo com o contrato firmado, deveria ser paga pelos colonos em um prazo de seis anos. O interesse pelos colonos crescia na medida que se multiplicavam as fazendas de café e tornava-se urgente encontrar uma alternativa para o trabalho escravo.

Nos primeiros anos da década de 1850, com o fim do tráfico, essa proposta ganhou novos adeptos, espalhando-se por algumas fazendas do Oeste Paulista. Nas lavouras novas, onde a necessidade de mão de obra era maior, investir no sistema de parceria era, aparentemente, um bom negócio. Entretanto, essa onda de animação foi apenas momentânea. Em pouco tempo a parceria iria mostrar suas limitações e as razões de seu fracasso.

Na época, os contratos de parceria caracterizavam-se pelo excessivo peso que as dívidas contraídas pelo colono representavam dentro de seu ganho total. As negociações eram realizadas no próprio território europeu e os colonos pouco sabiam das condições reais de trabalho que iriam encontrar nas fazendas de café. Como forma de garantir o seu deslocamento até as fazendas, os colonos tinham os gastos de transporte adiantados, os quais deveriam ser pagos através dos trabalhos no cafezal. A cada família de colono era atribuída um determinada quantidade de pés de café, tendo como parâmetro sua capacidade de cultivar, colher e beneficiar. Enquanto os cafezais cresciam, era facultado aos colonos a possibilidade de plantar os víveres entre os pés de café. Quando os arbustos de café se formavam e não havia mais espaço entre seus pés, geralmente era indicado pelos fazendeiros um local onde os colonos poderiam desenvolver sua cultura de subsistência.

Dos produtos que eventualmente as famílias dos colonos conseguiam vender, metade deveria ser alienada em benefício do fazendeiro. Isso servia tanto para a produção particular do colono, quanto à quantidade de café que fora capaz de produzir. Por sua vez, sobre os adiantamentos realizados para a instalação dos colonos era cobrada uma taxa de juros de 6% em média, que começava a ser contabilizada desde o primeiro dia. Além do mais, era vetado ao colono abandonar as plantações de café sem comunicar sua intenção com antecedência e, principalmente, antes de pagar todas suas dívidas¹²⁷.

Esse sistema de parceria vigorou majoritariamente no Oeste paulista, mas também é possível encontrar algumas experiências em outras regiões. De acordo com o relatório da Vergueiro & Cia, principal responsável por estimular essa política entre as décadas de 1840 e 1850, constava a existência desse sistema em fazendas de Campinas, Limeira, Rio Claro, Jundiáí, Constituição, Capivari, Moji-Mirim, Santa Isabel, Amparo, Piraçununga, Ubatuba, Paraibuna, Taubaté e São Sebastião. Segundo Emília Viotti, a maior parte desses contratos fora assinada entre 1852 e 1854. Na maioria das fazendas, apesar de ter crescido a participação de trabalhadores livres, os escravos ainda eram considerados indispensáveis. Os serviços atribuídos a estes eram rigidamente delimitados, havendo raras ocasiões em que colonos e escravos trabalhavam juntos. Segundo a historiadora, apenas os colonos portugueses da Ilha da Madeira e de Açores se adaptaram e realizavam seus trabalhos ao lado dos escravos.¹²⁸

Na segunda metade da década de 1850, poucos anos após o início dessa política, o sistema de parceria já começava a ser visto com desconfiança. As contradições dessa relação de trabalho fizeram eclodir uma pequena revolta na fazenda de Souza Barros em 1853. Outros casos afloravam, ocasionando em fugas e abandono da colheita. Entretanto, a maior revolta nas colônias de parceria ocorreu na Fazenda de Ibicaba, do próprio Senador Vergueiro.

Esse episódio é narrado por Thomas Davatz, um mestre escola suíço que veio para o Brasil trabalhar na fazenda Ibicaba¹²⁹. Em seu relato, Davatz ajuda a expor a condição de trabalho que os colonos estavam submetidos e a maneira que enfrentaram os interesses dos fazendeiros. De acordo com Sergio Buarque de Holanda, que escreve o prefácio e traduz o livro de Davatz do alemão para o português, “a tradição étnica não explica muita coisa se

¹²⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 124.

¹²⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 125-126.

¹²⁹ DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira, 1941.

dissociada das circunstâncias em que pode agir nos movimentos migratórios.”¹³⁰ Para se explicar o fracasso desse sistema, é preciso entender também suas limitações objetivas.

No momento que eclode a revolta em Ibicaba, existiam outras 29 experiências de colônias agrícolas fundadas no sistema de parceria na Província de São Paulo, perfazendo um total de 4.226 famílias de diversas nacionalidades¹³¹. Apesar de aparentemente ser um sistema que poderia substituir o trabalho escravo, muitas foram as queixas em relação a esse sistema. Em primeiro lugar, era comum a reclamação de que os fazendeiros destinavam as terras mais férteis para o trabalho dos escravos, reservando aos colonos os cafezais mais novos e menos produtivos. Além desse fator, os colonos se queixavam das contestáveis deduções realizadas antes de serem pagos. Outra questão de recorrente atrito era os cálculos realizados para conversão de moedas e a contabilidade dos juros¹³².

Por outro lado, havia muitas reclamações quanto ao peso das dívidas que contraíam antes mesmo de chegarem nas fazendas. Em decorrência da relação de subordinação que possuíam, a qual implicava na limitação da mobilidade permitida, eram obrigados a comprar os produtos que necessitavam nos armazéns das fazendas. Por sua vez, discordavam da exigência feita pelos fazendeiros de repartir os ganhos com a venda dos víveres produzidos pelos próprios colonos. Estavam também sujeitos a trabalhos não estabelecidos em contrato, os quais eram executados de acordo com o arbítrio dos fazendeiros. Outros problemas que infringiam os colonos são enunciados por Emília Viotti, como a questão da moradia, religiosidade e acesso à justiça:

“O desconforto das casas que lhes eram concedidas, a lembrar senzalas, constituía outro motivo de desgosto. Havia ainda os problemas de ordem religiosa criadas do fato de não serem reconhecidos os casamentos realizados por escritura, o único possível para aqueles que não professavam o catolicismo. As mesmas complicações surgiam para os recém-nascidos: os pais viam-se obrigados a batizá-los na Igreja Católica, para poderem obter um registro. Sentiam-se desamparados, sem ter a quem recorrer em caso de dissídio, uma vez que a justiça estava sempre a serviço dos patrões. Enfim, consideravam-se espoliados pelos senhores e reduzidos à condição de escravos.”¹³³

Muitas razões contribuíram para que o sistema de parceria fracasse e se transformasse em uma constante ameaça. Na visão dos fazendeiros, era necessário elaborar um sistema capaz de forçar o imigrante a permanecer trabalhando nos cafezais e que conseguisse discipliná-los em moldes mais rígidos. Reclamavam dos recorrentes abandonos

¹³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio do Tradutor. In: Davatz, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira, 1941, p. 9.

¹³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio do Tradutor. In: Davatz, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira, 1941, p. 28-29.

¹³² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 128-129.

¹³³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 129.

das fazendas e do “descumprimento” dos contratos. Também chamavam a atenção para a quantidade de dívidas que recaía sobre os colonos, entendendo que esta era a principal razão para o fracasso desse sistema. Outra crítica bastante comum dizia respeito a qualidade do elemento humano. Reclamava-se dos problemas de embriaguez, da indisciplina, do pouco apreço pelo trabalho e outros hábitos que os fazendeiros atribuíam aos colonos. Segundo Emília Viotti da Costa:

“As dívidas que oneravam os colonos já à sua chegada (...) eram responsáveis pelo descontentamento desses homens, sua irritação e indisciplina. O mau recrutamento dos colonos contribuía para agravar o problema e explicaria a sua relutância e incapacidade em ajustar-se ao sistema de parceria. A falta de um mecanismo disciplinar facilitava desordem e desrespeito aos contratos. Era assim que a maioria dos fazendeiros explicavam o insucesso do sistema. (...) A questão do mau sucesso das parcerias ficava, assim, confundida numa luta entre as boas intenções dos proprietários e as más intenções dos colonos, ou vice-versa. Com essa tomada de posição subjetiva, perdia-se a possibilidade de avaliar, concretamente, a realidade em termos de funcionamento do sistema.”¹³⁴

O fracasso de sistema de parceria se explica, por um lado, pela incompatibilidade dos interesses dos colonos e fazendeiros. Os primeiros estavam desejosos de conseguir uma propriedade onde pudessem melhorar a condição de vida e ascender socialmente. Já os fazendeiros tinham o objetivo exclusivo de garantir a continuação da produção cafeeira à um baixo custo.

Por outro lado, as razões objetivas escancaravam a incompatibilidade entre o sistema de parceria e a produção extensiva cafeeira. Desde os primórdios da produção de café, o requisito básico da organização desse sistema foi a abundância de mão de obra e sua disponibilidade permanente. Por sua vez, até a década de 1860, tampouco eram difundidas as máquinas para beneficiar o café e as estradas de ferro ainda não tinham alcançado o interior, elementos que corroboram para a baixa produtividade da produção cafeeira. Em decorrência do arranjo produtivo pouco mecanizado e com baixa racionalização do sistema de transporte, o lucro auferido com a comercialização do café era reduzido, principalmente quando o preço do café caía.

O elevado custo de produção, as sucessivas perdas decorrentes da má conservação da mercadoria e a baixa articulação do sistema de transporte tornaram a parceria impraticável e fadada ao fracasso. Soma-se a esses fatores o efeito causado pela revolta de Ibicaba, sua ampla dimensão e a atenção que recebera. Se até a data da revolta, em 1857, o número de fazendas que utilizavam o sistema de parceria em São Paulo era próximo a trinta, pouco tempo após já se reduzia a treze. As condições para a substituição do trabalho escravo ainda

¹³⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 134.

não estavam maduras. As mudanças ocorridas a partir da década de 1860 desempenhariam fortes influências para a trajetória da desagregação do trabalho escravo no Brasil.

2.3.2 O apego à escravidão.

Com o fracasso do sistema de parcerias, muitos fazendeiros deixaram de acreditar em alternativas viáveis para substituir o trabalho escravo. Não significou que o trabalho livre, realizado por imigrantes ou trabalhadores nacional, tenha deixado de existir. Nas fazendas de café que persistiram utilizando trabalhadores livres após 1860, os contratos de parceria foram aos poucos sendo transformados em pagamentos por prestação de serviço. De toda forma, embora continuasse a coexistir com o braço escravo, o trabalho livre ainda desempenhava uma função auxiliar e secundária, não sendo capaz de organizar a produção cafeeira através desse molde.

Diversos fatores concorrem para explicar porque a escravidão ainda continuava a ditar estruturalmente as relações sociais e de trabalho nas áreas cafeeiras nos anos de 1860 e 1870. Em primeiro lugar, com as inúmeras denúncias em relação às condições de vida e trabalho que os colonos estrangeiros eram submetidos nas plantações de café, diversos governos da Europa Ocidental proibiram a emigração ou desencorajavam seus compatriotas a emigrarem para o Brasil.

De acordo com Emília Viotti, já em 1846 o governo da Prússia restringia a atuação dos agentes responsáveis por contratar colonos para as fazendas de café, tornando-se proibida a emigração para o Brasil em 1852. Na década de 1870 os governos da França e da Itália também alertavam sua população quanto as dificuldades de vida no Brasil. Essas políticas ajudaram a reduzir as correntes migratórias que tinham o Brasil como destino. Segundo a historiadora, se entre os anos de 1850 e 1860 entraram sete mil colonos, entre 1860 e 1870 entraram apenas 1.600 colonos.¹³⁵

Outra alternativa existente, mas que foi pouco utilizada, era o trabalhador nacional. Diante do fracasso das tentativas de se implementar o trabalho livre através dos imigrantes, alguns fazendeiros e membros da elite defendiam que a “colonização pátria” poderia ser uma alternativa. Entretanto, havia um forte preconceito disseminado entre a classe dominante em relação à população nacional, considerada, de forma geral, pouco produtiva,

¹³⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 169-170.

preguiçosa e avessa ao trabalho¹³⁶. De acordo com a historiadora, alguns proprietários de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro chegaram a pressionar pela criação de uma lei que coagisse a população livre ao trabalho. Todavia, de acordo com a autora, os proprietários eram incapazes de entender as razões que desinibiam a população nacional a procurar emprego nas fazendas:

“Buscavam-se explicações para esse fato no clima, na falta de educação do povo, numa questão de mentalidade, como se a preguiça fosse uma vocação nacional. Mais uma vez lhes escapava a razão profunda: as parcas necessidades de uma população que vivia à margem das grandes correntes econômicas do país, não incorporadas à economia básica de exportação – a única lucrativa no momento – condenada a uma economia rudimentar de subsistência, e raramente de posse da terra que cultivava. Para essa população livre, trabalhar na fazenda, na situação de camarada, era o mesmo que aceitar sua redução à condição de escravo”¹³⁷

Dessa forma, a utilização do trabalhador nacional não era considerada pelos fazendeiros uma alternativa viável para substituir o trabalho escravo. Tentou-se ainda estimular a imigração de chineses, chamados por *coolies* ou *chins*. Os fazendeiros de café que apoiavam essa proposta, como Albino José Barbosa de Oliveira, Campos Salles e Antônio Moreira de Barros, defenderam no Congresso Agrícola de 1878 que a imigração de *chins* possibilitaria uma transição lenta e gradual das relações de trabalho na lavoura. Os *coolies*, de acordo com os fazendeiros, seriam os únicos imigrantes que aceitariam os baixos salários oferecidos nas plantações de café e as árduas condições de vida que estariam sujeitos. Entretanto, ainda que alguns fazendeiros acreditassem que a imigração chinesa poderia ser uma solução, essa proposta teve baixo respaldo. Alegavam que os *chins* não suportariam o trabalho braçal exigido e que eram pessoas “fracas, preguiçosas e indolentes”, cujo caráter moral não seria compatível às necessidades de produção nos cafezais.¹³⁸

As inúmeras alternativas experimentadas entre as décadas de 1850 e 1870 para se difundir o trabalho livre nas fazendas café foram rejeitadas e fracassaram. Nem a imigração europeia, tampouco a chinesa, foram capazes de oferecer soluções para a crescente necessidade de mão de obra. Em seu lugar, o que se observou foi o apego à escravidão e seu revigoramento. O insucesso dos núcleos coloniais, das parcerias e da imigração de chineses

¹³⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 171.

¹³⁷ Há uma nota presente na quarta edição do livro *Da senzala à colônia* que Emília Viotti cita a seguinte passagem de *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado: “Tem-se repetido comumente no Brasil que a causa dessa agricultura rudimentar está no ‘caboclo’, quando o caboclo é simplesmente uma criação da economia de subsistência. Mesmo que dispusesse de técnicas agrícolas muito avançadas, um homem da economia de subsistência teria que abandoná-las pois o produto de seu trabalho não teria valor econômico. A involução das técnicas de produção e da organização do trabalho com o tempo transformariam esse homem em ‘caboclo’”. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 173 e 197; e FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, 1961, p. 141.

¹³⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 184-188.

desestimularam os fazendeiros a prosseguir com a expansão do trabalho livre. A momentânea euforia criada com o aumento da participação do trabalho feito por imigrantes foi rapidamente abandonada.

Diante dessa situação, o trabalho livre passou a ser novamente desacreditado. Muitos fazendeiros voltaram a defender que a única salvação para a produção cafeeira estava em se continuar empregando o trabalho escravo. Essas ideias foram mais frequentes entre os fazendeiros do Vale do Paraíba, que estavam abastecidos de escravos, do que no Oeste Paulista. Ainda que o preço dos escravos estivesse aumentando, muitos fazendeiros de café continuaram a preferir sua utilização à prosseguir contratando trabalhadores livres. Nesse contexto, o tráfico interno foi reativado e os centros urbanos das regiões cafeeiras, junto com as regiões norte e nordeste, tornaram-se os principais fornecedores de mão de obra escrava para as fazendas de café¹³⁹.

Vinte anos após o fim do tráfico transatlântico, a lavoura cafeeira ainda se apoiava estruturalmente no braço escravo. Segundo a historiadora, é muito difícil prever o número exato de escravos que vieram de outras províncias em direção às plantações de café de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Estima que entre 1850 e 1858 entraram legalmente por volta de 3.450 escravos por ano, valor que deve ser acrescido em pelo menos 50% para expressar também os escravos comercializados ilegalmente, perfazendo um total de 5.195 escravos comprados anualmente pelas áreas cafeeiras. Durante a década de 1870 a migração de escravos aumentou ainda mais. Emília Viotti aponta que, apenas no mês de março de 1879, foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro aproximadamente 1.000 cativos provenientes do Norte do Império. Dessa forma, vemos que, quase trinta anos após o fim do tráfico internacional, a economia cafeeira ainda se organizava predominantemente através do trabalho escravo.

2.3.3 Melhorias no beneficiamento do café.

Na medida que a demanda por braços na lavoura crescia, conjuntamente com a progressiva dificuldade para se obter mão de obra escrava, alguns fazendeiros foram

¹³⁹ Em uma nota do *Prefácio à segunda edição*, debatendo com a bibliografia produzida após *Da senzala à colônia*, Emília Viotti defende que o tráfico interprovincial se desenvolve logo após a interrupção do tráfico africano. Essa visão é distinta da apresentada, por exemplo, por Robert Slenes, que argumenta que a compra dos escravos do norte e do nordeste inicia-se apenas na década de 1870. Para Emília Viotti alguns indícios corroboram para a explicação que o tráfico interno tenha começado logo após a interrupção do tráfico transatlântico, como a criação de leis nas províncias da Bahia e Pernambuco já na década de 1850 que visavam inibir o tráfico interprovincial e defender o interesse dos fazendeiros locais. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 51.

pressionados a adotar processos produtivos mais racionais. Até meados do século XIX, eram raros os estabelecimentos que utilizavam mecanismos para aumentar a produtividade, como o monjolo hidráulico, ventiladores e estufas. Ainda preferia-se majoritariamente a utilização do trabalho braçal dos escravos, aplicados de forma rotineira e extensiva.

A adoção de métodos aplicados à lavoura começa a se generalizar apenas na década de 1860, principalmente na região do Centro-Oeste Paulista. Dentre os instrumentos que passaram a ser utilizados, destacam-se o arado, os rodos, as grades e os cultivadores¹⁴⁰. De toda forma, no período do Império, as principais melhorias e ganhos de produtividade não ocorreram nas etapas de plantação ou cultivo, mas no processo de beneficiamento do café. O método mais comum empregado para se beneficiar o café até então consistia-se em socá-lo em pilões ou carretões¹⁴¹.

Lentamente esses instrumentos foram substituídos por outros mais produtivos. Algumas máquinas foram importadas dos EUA, mas, de acordo com Emília Viotti, também existiram máquinas desenvolvidas internamente. Segundo a historiadora afirma, em 1870 constavam na Província de São Paulo mais de 150 máquinas para beneficiar o café, a maioria concentrada no Centro-Oeste Paulista.

No Vale do Paraíba, entretanto, a utilização de maquinários era muito pouco difundida. Segundo a historiadora, nessa época já era possível se observar que no Oeste Paulista adotava-se métodos mais modernos, enquanto que os fazendeiros do Vale do Paraíba ainda se prendiam à rotina do trabalho escravo extensivo¹⁴². No Rio de Janeiro, à semelhança das fazendas do Vale do Paraíba, poucos anos antes da abolição, os fazendeiros ainda preferiam utilizar o trabalho manual à implementar máquinas no processo produtivo.¹⁴³

¹⁴⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 228.

¹⁴¹ instrumento de tração animal utilizado para triturar o café, composto por garfos e uma roda pesada.

¹⁴² A interpretação proposta por Emília Viotti, que diferencia a mentalidade dos fazendeiros do Oeste Paulista da possuída pelos fazendeiros do Vale do Paraíba foi alvo de inúmeras críticas. Um desses críticos foi o historiador Peter Eisemberg, que defende em artigo intitulado *A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878* que não havia grandes diferenças entre as propostas dos fazendeiros do vale e do oeste quanto à política de mão de obra. De acordo com historiadora, uma “análise de documentação mais ampla demonstra, no entanto, a existência de profundas divergências entre os fazendeiros das duas regiões”. Para Emília Viotti, além do fato da maioria dos representantes de São Paulo no Congresso Agrícola ser do Oeste Paulista, ressalta que muitos viajantes apontam que, nessa época, enquanto os cafezais do vale estavam em decadência, no Oeste o que se observa é sua expansão. Ou seja, para a historiadora não era apenas a diferença de mentalidade que marcava os caminhos distintos de cada região, mas a confluência de demais fatores, como o político e o econômico. Entendemos que, muito provavelmente, Emília Viotti parte da visão proposta por Stanley Stein que, ao analisar o caso de Vassouras, ressalta a visão escravocrata partilhada pela maioria dos fazendeiros do Vale do Paraíba. Ver: nota 16 do Prefácio à segunda edição. In: **Da Senzala à colônia**. Costa, E. V. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 29; EISEMBERG, Peter. *A mentalidade dos fazendeiros no congresso Agrícola*. In: LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.; STEIN, Stanley. **Vassouras: a brazilian coffee country**. Cambridge, Harvard Press, 1957.

¹⁴³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 229-230.

A utilização de máquinas era visto como uma alternativa para amenizar a crise criada pela crescente demanda por mão de obras. Entretanto, sua adoção não era uma possibilidade para muitos fazendeiros. Os investimentos necessários eram elevados, e particularmente em relação ao Vale do Paraíba, que via sua produção se esgotar com o envelhecimento dos cafezais, comprar máquinas não era uma opção viável. A crise dos cafezais do Vale, reduzindo significativamente sua produção a partir de meados do século XIX, jogou os fazendeiros dessa região em uma profunda crise financeira. Endividados, não possuíam capital disponível para comprar as máquinas quando estas começavam a se difundir pelas áreas cafeeiras.

Assim, considerando todos esses elementos, Emília Viotti entende que os fazendeiros do oeste paulista estavam “em melhores condições para introduzir as inovações técnicas no setor da lavoura e beneficiamento de café do que os do Vale do Paraíba.”¹⁴⁴ Esse fator é crucial na explicação da historiadora para se entender como cada região reagiu nos últimos anos que a escravidão vigorou.

Embora os processos de beneficiamento do café não tenham sido difundidos por toda região cafeeira de forma homogênea, seu avanço desempenhou um papel importante na alteração do ritmo do trabalho. Nas localidades onde se adotavam máquinas para beneficiar o café, notou-se uma melhora significativa da produtividade, fator que contribuiu para a menor demanda por mão de obra e impulsionou a transição para o trabalho livre onde essas novas técnicas foram adotadas. Junto com as transformações trazidas com a expansão das ferrovias, as melhorias no processo produtivo também tiveram influência sobre a forma e a velocidade que o trabalho escravo foi substituído em cada região.

2.3.4 As transformações nos meios de transporte: o avanço das vias férreas.

Emília Viotti da Costa indica em sua análise que, na medida que as plantações de café se interiorizaram, ficando cada vez mais distantes dos portos, tornaram-se mais recorrentes as reclamações quanto a qualidade das vias de comunicação e dos meios de transportes para escoar a produção. Em decorrência da precariedade das estradas e do tempo levado para que o café chegasse aos portos, parte significativa da carga se deteriorava no caminho. De tal forma, até as décadas de 1860 e 1870, um dos principais custos da produção de café era relativo ao seu transporte.

¹⁴⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...* *op. cit.*, 1997, p. 232.

Especialmente em relação à Província de São Paulo, a historiadora aponta que na maioria das estradas não era possível transportar a produção em carroças. Dada a dificuldade dos traçados, possibilitavam apenas o acesso por tropas de mulas e burros. Descer a serra rumo ao porto de Santos era uma tarefa custosa que despendia grande quantidade mão de obra e recursos. Diante dos perigos que as vias apresentavam, havendo sucessivas mortes dos muares, até os primeiros anos de 1860 o peso máximo carregado não ultrapassava 50 arrobas por animal. Por sua vez, subir a serra com cargas pesadas, como por exemplo maquinarias importadas, era uma tarefa quase que impossível, impraticável no lombo das tropas.¹⁴⁵

Em alguns lugares, como no Vale do Paraíba, inúmeras vezes as tropas tiveram que atravessar os rios à nado. Somando ainda as recorrentes chuvas que molhavam o café, não era incomum que o produto ficasse úmido e degradasse antes de alcançar os portos. A condição do transporte não era melhor na Província de Minas Gerais. Apesar do forte crescimento do café, como nos municípios de Mar de Espanha, Campanha e Rio Preto, os fazendeiros reclamavam constantemente que viam sua produção limitada pelos elevados custos de transporte ocasionados pelas péssimas condições das estradas. De acordo com Emília Viotti, na Província de Minas Gerais:

“Por toda parte, a queixa era a mesma: a economia regredia ou estacionava e a causa desse atraso era o estado miserável em que se encontravam as estradas. A dificuldade dos meios de transporte dificultava toda a vida econômica. A região permanecia fechada numa economia de subsistência que mal dava para o seu consumo e a exportação se tornava impossível. Frequentemente o preço do frete era maior que do produto.”¹⁴⁶

A precariedade das estradas e veredas era generalizada. Como ressalta Emília Viotti, algumas regiões eram bem servidas de estradas, entretanto, destinavam-se a fins particulares. Em outras, existiam poucas estradas e eram totalmente deterioradas. Como consequência da péssima condição das vias de transporte, os governos provinciais eram obrigados a despender recursos significativos apenas para a sua conservação, buscando garantir ao menos que a circulação não ficasse interrompida.¹⁴⁷ Manter as estradas em boa conservação era um interesse prioritário das autoridades de Minas Gerais e do oeste paulista, pois, a partir de meados do século XIX, a capacidade de escoar a produção passou a ditar o ritmo de expansão dos cafezais. Ou, em outras palavras, o valor gasto com o frete limitava a expansão das plantações de café nessas regiões. De acordo com a historiadora:

“(…) as vias de comunicação tão necessárias ao desenvolvimento da lavoura eram deficientes e a urgência da melhoria da rede de estradas se evidenciava na grande

¹⁴⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 202-204.

¹⁴⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 207.

¹⁴⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 202.

preocupação dos administradores. Já insuficientes, diante da lavoura em expansão, os caminhos eram ainda constantemente deteriorados pelas pesadas chuvas que desabavam principalmente no verão, provocando desmoronamentos e profundas escavações, destruindo um sem-número de pontes, formando atoleiros, arruinando calçadas e aterrados, tornando intransitável a maior parte dos percursos, acarretando a interrupção do tráfego.»¹⁴⁸

Para realizar os trabalhos de conservação e construção das estradas, os governos provinciais alugavam escravos a uma média de dois mil-réis por dia¹⁴⁹ e contratavam estrangeiros por prestação de serviço. Assim como na lavoura, o problema da mão de obra também se manifestava nas obras públicas. Por um lado, encontrar trabalho especializado, como de engenheiro, não era tarefa simples. Poucos se interessavam por esses serviços e a quantidade desses profissionais no Brasil era muito reduzida.

Por outro lado, realizar as obras utilizando trabalho escravo também possuía implicações significativas para a economia cafeeira. Além de representar tarefas de alto risco e extremamente desgastantes, quando os governos provinciais alugavam escravos para a construção ou reparação de estradas, eles estavam retirando das lavouras de café a mão de obra, que à época, era tão requisitada pelos fazendeiros. Ou seja, ajudava a agravar a crise gerada pela necessidade crescente de braços na lavoura ao mesmo tempo que impulsionava a elevação do valor do aluguel de escravos.

Segundo Emília Viotti afirma, o governo geralmente contratava as construções das estradas com particulares. Dentro desse arranjo, frequentemente os interesses individuais prevaleciam sobre o interesse público. A partir dessa lógica, muitas estradas foram construídas sem possuir nenhuma diretriz logística racional, incapazes de articular e ligar as diferentes regiões. Nesse quadro, as estradas se multiplicavam, mas sem nenhuma interligação. A situação das estradas dentro das regiões cafeeiras, sua desarticulação e o elevado custo despendido com o transporte impunham sérias dificuldades para a produção cafeeira. A historiadora defende que:

“À medida que crescia a produção, mais insuficientes revelavam-se as vias de comunicação. Os sistemas de transportes tradicionais não davam vazão à produção que aumentava em razão da demanda do mercado exterior. Já em 1855, reconhecia-se na Assembleia Legislativa de São Paulo que era impossível dar saída aos produtores das províncias. Os lavradores de café viam-se impossibilitados de exportar toda sua safra (...). Uma vez que o lote de bestas não conseguia (nas províncias do Vale do Paraíba) fazer o transporte de mil arrobas de café por ano e que raros eram os anos em que as bestas podiam trabalhar durante todo o período, tornava-se impraticável a permanência desse meio de transporte, em regiões que produziam, como as de Pindamonhangaba e Taubaté, mais de quinhentas mil arrobas anualmente. Quantos lotes de bestas seriam necessários para exportação dessa quantidade? Quanta mão-de-obra mobilizada, uma vez que a tropa exigia trato e que, para conduzi-la, era

¹⁴⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 208.

¹⁴⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 212.

necessário, pelo menos, um tocador para cada lote de sete animais? Dai a impossibilidade de manter o sistema tradicional que, além de tudo, resultava extremamente oneroso.”¹⁵⁰

Apesar da citação ser extensa, ela expressa a capacidade de síntese que Emília Viotti possui para sistematizar as principais limitações que o sistema de transporte impunha à economia cafeeira até a década de 1870. De acordo com a historiadora, os cuidados dispendidos com as tropas ao longo das viagens exigiam uma grande quantidade de braços habilidosos. Estima que para realizar as tarefas relativas ao transporte eram deslocados da lavoura cafeeira aproximadamente 20% dos melhores escravos do sexo masculino. Por outro lado, dado a precária situação das estradas, muitos animais morriam ou ficavam inválidos. Dessa forma, o fazendeiro era obrigado a imobilizar uma grande quantidade de capital, seja com a força de trabalho ou com a manutenção e reposição das tropas de muares.¹⁵¹

Dentro desse sistema de transporte, invariavelmente a descida das cargas pela serra não demorava menos que dez dias. Nesse arranjo, em virtude das dificuldades para evitar que os cafés ficassem úmidos, parte significativa da produção sofria séria decomposição e se desvalorizava. De acordo com Emília Viotti, juntando os gastos com força de trabalho, muares, conservação da carga e o tempo de viagem, os custos ultrapassavam, geralmente, um terço do valor da produção total¹⁵². Enquanto vigorou essa organização a margem de lucro da economia cafeeira manteve-se relativamente baixa.

Em virtude dos altos fretes que limitavam a expansão dos cafezais, muitos fazendeiros passaram a defender a necessidade de se construir estradas de ferro para se atender as exigências da lavoura. Entretanto, apesar do massivo apoio que essas propostas recebiam, as construções ocorreram de forma vagarosa e, em certa medida, tardiamente.

A primeira estrada de ferro foi inaugurada pela Companhia Paulista em 1867, ligando Jundiaí a Santos. Cinco anos depois o traçado dessa estrada alcançava Campinas, chegando em 1876 a Rio Claro. A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, responsável por esse ramal ferroviário, era composta majoritariamente por fazendeiros do Oeste Paulista. Por sua vez, a Estrada de Ferro Sorocabana finalizou a ligação entre Itu e Jundiaí apenas em 1872, chegando nos anos seguintes em Piracicaba e São Pedro. Em 1886, às vésperas da abolição, a Sorocabana alcançava Botucatu. No que se refere aos trilhos construídos pela Companhia Mojiana, da data de sua fundação, em 1872, até a década seguinte, seu traçado ligava Moji-Mirim a Campinas, com conexões para Casa Branca, São Simão e Ribeirão Preto, rumo ao

¹⁵⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 217.

¹⁵¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 217.

¹⁵² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 218.

extremo norte da Província de São Paulo, próximo à Minas Gerais¹⁵³. Segundo Emília Viotti da Costa afirma:

“É fácil imaginar que, com a sua construção, uma verdadeira revolução se operava na economia cafeeira: capitais liberados; braços até então desviados da lavoura porque aplicados ao transporte e que podiam agora voltar-se para as culturas; maior rapidez de comunicação; maior capacidade de transporte; mais baixos fretes; melhor conservação dos produtos que apresentava superior qualidade e obtinha mais altos preços no mercado internacional; portanto, possibilidades de maiores lucros para os proprietários; novas perspectivas para o trabalho livre.”¹⁵⁴

O surto ferroviário se estendeu também para as demais áreas cafeeiras. Entre 1870 e 1875 foi construído um ramal que passava pelo interior paulista ligando São Paulo ao Rio de Janeiro. Dentro das províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro também se observa a expansão dos trilhos ferroviários. Em Minas, até meados da década de 1880 já existiam mais de mil quilômetros de trilhos construídos, divididos entre a Companhia Leopoldina, a Companhia União Mineira e Companhia Oeste de Minas. No Rio a expansão foi mais rápida. No início dos anos de 1880 existiam mais de mil e seiscentos quilômetros construídos e outros duzentos em construção.¹⁵⁵ De acordo com Emília Viotti, o surto ferroviário implicou em profundas transformações na economia cafeeira:

“Esse surto ferroviário modificou, fundamentalmente, as condições de transporte das regiões cafeeiras e repercutiu, profundamente, na economia. Maior facilidade e rapidez dos transportes, abandono das tropas, que em muitas regiões foram substituídas pelo carro de boi, o que ampliava a capacidade de transporte, a liberação de muitos braços, até então absorvidos pelos métodos usuais de transporte, a valorização das terras próximas às ferrovias, a decadência de cidades e regiões mais afastadas e que, dificilmente, poderiam concorrer com as mais bem situadas, a possibilidade de fazer vir de fora, com mais facilidade, o que era necessário à vida das fazendas, permitindo aos seus moradores dedicarem-se exclusivamente a uma só cultura, tudo isso repercutiu profundamente na economia da região e afetou consequentemente o problema da mão-de-obra.”¹⁵⁶

A melhoria do sistema de transporte possibilitou que o custo do frete fosse reduzido e viabilizou mais rapidez no escoamento do café. A maior circulação proporcionada pelas ferrovias impedia que o café se deteriorasse nas tulhas, reduzindo os prejuízos relativos a degradação da carga. Segundo a historiadora defende, a transformação do sistema de transporte impulsionou a produtividade da lavoura cafeeira:

“Rapidez, melhor circulação, menores perdas e danos, melhor qualidade do produto, tudo isso significa aumento da produtividade, maiores possibilidades de racionalização do trabalho, liberação de certos capitais anteriormente imobilizados e de mão de obra.”¹⁵⁷

¹⁵³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 220.

¹⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 219.

¹⁵⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 221-222.

¹⁵⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 222.

¹⁵⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 243.

Com a expansão das ferrovias, para além da maior escoação de produtos, cresce também a circulação das pessoas. Sobre esse último ponto, por um lado, as vias férreas favoreceram o processo de urbanização, com, inclusive, muitos fazendeiros indo morar nos centros urbanos. Por outro, na medida que os trilhos se interligavam e ampliavam sua abrangência, aumentaram as fugas dos cativos por esse meio de transporte, sendo um outro elemento fundamental na desestabilização da escravidão.

Na medida que as transformações dos meios de transporte resultavam em mudanças na organização produtiva, o ritmo de trabalho também foi aos poucos se alterando. Essa profunda mudança na economia cafeeira possibilitou que o trabalho pudesse ser organizado em outras bases. O avanço das forças produtivas, expresso na melhoria dos processos de beneficiamento do café e na expansão das ferroviárias pelas áreas cafeeiras, possibilitou objetivamente a transição, embora gradual, do trabalho escravo para o livre. Se as condições subjetivas já vinham sendo moldadas desde o período da independência, é apenas em meados da segunda metade do século XIX que as transformações objetivas surgiram com mais proeminência, movimento que expressa o desenvolvimento desigual e combinado do processo de desagregação do trabalho escravo no Brasil.

2.3.5 As tradições africanas e o declínio da escravidão nas cidades.

Ainda que a maior parte dos escravos fossem utilizados nas zona rurais, sua presença também era constante nas cidades. Empregados no comércio, no transporte ou em demais serviços, os cativos sempre participaram da paisagem urbana do Império brasileiro. Emília Viotti descreve de forma detalhada como esses escravos se organizavam em seus serviços, as tradições que preservavam e as restrições que lhes eram impostas. Por outro lado, aponta que após o fim do tráfico e, principalmente, a partir da década de 1870, quando continua a expansão dos cafezais para o oeste, a população escrava foi deslocada para o campo¹⁵⁸. De tal forma, observa-se o aumento de trabalhadores livres em serviços urbanos que tradicionalmente eram realizados por escravos.

Para ilustrar algumas tradições e costumes pertencentes aos negros escravizados ou libertos das cidades, Emília Viotti descreve seus cânticos de origem africana, as vestimentas que utilizavam, suas festas, as crenças e liturgias que partilhavam. Todas essas expressões, embora tenham sido em grande parte incorporadas pela cultura brasileira, foram bruta e reprimidas pela classe dominante. Não bastava submeter o negro ao cativeiro. Era

¹⁵⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...* *op. cit.*, 1998, p. 280.

necessário combater também as suas resistências simbólicas, inibindo que se auto-organizassem e reafirmassem sua base identitária.

Emília Viotti aponta que não eram raras as tentativas feitas pela classe dominante para proibir a aglomeração de negros em lugares públicos. Tampouco podiam andar nas ruas sem expressa autorização de seus proprietários. Por sua vez, era terminantemente proibido vender aos escravos pólvora, armamento ou qualquer artefato que pudesse ser utilizado como instrumento de ataque. Em alguns lugares, chegou-se a proibir as batucadas e as músicas ecoadas pelos negros. Em especial, os escravos eram obrigados a se converter ao cristianismo e muitas religiões de matriz africana tiveram suas práticas proibidas.

Entretanto, a historiadora afirma que, embora forçados a se converterem ao cristianismo, os escravos não se submeteram de forma unilateral. Diante da multiplicidade das etnias que foram trazidas para o Brasil, Emília Viotti afirma que era recorrente a reinterpretação da religião imposta a partir de suas antigas crenças, modificando-as. Nas palavras da historiadora:

“A escravidão rompia as antigas estruturas sociais, equiparando na mesma situação social elementos pertencentes à nobreza africana e ao povo, misturando povos de origens várias e tradições culturais diferentes. O culto familiar, quando existia, desarticulava-se, as divindades e os ritos modificavam-se. Desarticulava-se o núcleo familiar sobre o qual se assentava, em geral, toda a superestrutura religiosa de procedência africana. Variavam os padrões sociais, o meio, a paisagem, as condições de trabalho: os cultos transportados da África, assim como as antigas tradições, só podiam sobreviver se reinterpretados a partir dos novos quadros. As divindades e os ritos mudavam. Uma outra orientação imprimia-se às representações coletivas tradicionais e a seus significados mais profundos.”¹⁵⁹

Dentro dessas transformações vivenciadas pelos africanos e seus descendentes no Brasil, é compreensível que elementos que antes detinham significados específicos, mudem de acordo com o contexto que se inserem. Nesse sentido, festas para que a terra tenha fecundidade ou outras expressões comuns a algumas etnias africanas perdiam o seu significado quando transpassadas para o Brasil escravocrata. Em seu lugar, outros cultos ressurgiam, como a veneração de Ogum, deus da guerra, Xangô, deus da justiça, e Exu, deus da vingança.

Dentre as formas de resistências praticadas pelos negros, destaca-se a maneira através da qual as religiões cristãs e de matriz africana sincretizaram-se. Ainda que muitos negros fossem de fato devotos da fé cristã, na maioria dos casos, sua assimilação era apenas exterior. Em suas práticas, os negros incorporavam antigos costumes africanos e distorciam os ritos do catolicismo. De acordo com Emília Viotti, essa forma de apropriação se expressa bem

¹⁵⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 283.

nas Congadas, festividades que misturavam danças e tradições africanas com a religiosidade cristã. Por outro lado, também tiveram as etnias africanas que apresentaram maior resistência à aceitação do cristianismo. Etnias que tradicionalmente partilhavam tradições maometanas – como os nagôs, mandingues, goulahs, guruncus, entre outras – eram mais resistentes à submissão religiosa se comparados aos outros grupos. Embora não tenha ocorrido nas regiões cafeeiras uma rebelião escrava da mesma proporção a praticada pelos malês na Bahia, algumas tradições do islamismo foram conservadas, em especial nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo.¹⁶⁰

Além da preservação de tradições religiosas ancestrais, muitas confrarias criadas pelos negros tiveram um papel social fundamental ao permitir que negros escravizados ou libertos se organizassem contra o sistema escravocrata. Através dessas confrarias eram feitas arrecadações para alforriar escravos, servindo também de espaço para a organização do movimento abolicionista. Para a historiadora, a confraria mais importante criada foi a da Nossa Senhora do Rosário, porém muitas outras desempenharam papel similar.

A qualidade de vida dos escravos urbanos era melhor se comparada aos que viviam no campo. As possibilidades para se alcançar a alforria eram maiores, as condições de saúde e sanitárias eram melhores e também estavam mais próximos da “lei”, logo, se encontravam menos sujeitos aos arbítrios de seus senhores.

A população escrava da cidade, por sua vez, vai progressivamente reduzir na medida que avançam as lavouras cafeeiras e não se encontram alternativas para repor o trabalho cativo. Esse movimento ajuda a explicar como que, progressivamente, a população escrava passa a se concentrar quase que exclusivamente no campo. Dessa forma, serviços urbanos que tradicionalmente eram feitos por escravos passaram também a contar progressivamente com a presença de trabalhadores livres.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o transporte, que até a década de 1860 era feito quase que exclusivamente por escravos, passa a ser feito também por trabalhadores livres. Por sua vez, atividades ligadas ao comércio, como o mascate e mercadores, e relativas aos ofícios, como marceneiros, sapateiros, barqueiros, etc., também começaram a ser realizadas por braços livres.

Segundo Emília Viotti indica, uma década antes do fim da escravidão, na Província de São Paulo a proporção de trabalhadores livres já superava a de escravos.

¹⁶⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia...** *op. cit.*, 1998, p. 284-285.

Aumentava-se a população livre, mas até final da década de 1870, o número de escravos permanecia relativamente estável, concentrando-se principalmente nas zonas rurais.¹⁶¹

Ao passo que a escravidão diminuía nas cidades, alguns grupos urbanos ganharam força, formados majoritariamente por profissionais liberais que não tinham seus interesses vinculados com à escravidão. Ao mesmo tempo, a ladinização dos escravos impulsionou aproximações identitárias que anteriormente eram inibidas pelas diferenças étnicas. Com esse fenômeno, características como a cor da pele e a condição de cativo passaram a funcionar também como elos aglutinadores da luta dos negros contra a escravidão.

2.4 O desfecho da crise

2.4.1 O despertar abolicionista: a difusão da consciência antiescravista.

Com o avanço das transformações econômicas e sociais, a ideologia escravista também se alterou. A parcela dos fazendeiros que entendia que a escravidão era um “benefício” concedido ao escravo, com justificativas que iam da “divina” conversão ao cristianismo até os “bons cuidados” que os senhores partilhavam, foi aos poucos perdendo espaço. Em seu lugar, difundiu-se a ideia que a escravidão era “um mal necessário”, que deveria ser eliminada assim que as condições permitissem. Entretanto, embora aumentassem as críticas ao sistema escravista, principalmente a partir da década de 1870, poucos foram os membros da classe dominante que apoiavam seu fim imediato. A maioria defendia sua extinção gradual, sem que o direito de propriedade fosse abalado e sem que a desarticulação do “sistema servil” desorganizasse a produção nacional.¹⁶²

A penetração das ideias abolicionistas, toda via, não seguiu o mesmo ritmo nas diferentes regiões cafeeiras. Embora, de modo geral, em todas essas áreas a formação da consciência antiescravista tenha sido lenta e gradual, a maneira que ela foi aceita pelos diferentes grupos sociais dependeu das condições sociais próprias de cada local. Emília Viotti ressalta que, dentro do quadro geral da desagregação da escravidão no Brasil, as Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em especial as duas últimas, foram as que mais apresentaram resistência à penetração das ideias abolicionistas. Não em vão, essas províncias concentravam até a véspera da abolição a maioria da população escrava existente no Brasil.¹⁶³

¹⁶¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 266.

¹⁶² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 423-424.

¹⁶³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 441.

Aceitar as ideias abolicionistas e concordar com sua crítica não era nada trivial para uma sociedade organizada por mais de três séculos em cima do trabalho escravo. Acabar com a escravidão não significava alterar “apenas” as relações de trabalho historicamente praticadas. Impunha também abandonar a visão senhorial de mundo, suas hierarquias de poder e os respectivos valores e costumes. De tal forma, houve maior resistência às ideias abolicionistas nas localidades onde a produção estava estruturada a partir do trabalho escravo e se viam mais dependentes deste. Apesar de existirem indivíduos provindos da classe senhorial que aderiram ao abolicionismo, Emília Viotti entende que não foi dentro desse grupo que o pensamento abolicionista mais circulou. Parte da percepção que, de maneira geral, foram:

“ (...) os elementos urbanos e as categorias não comprometidas diretamente com o sistema que participaram ativamente do movimento abolicionista quando esse tomou força, o que coincide, aliás, com o processo de urbanização incipiente, mas característico dos últimos anos do Império.”¹⁶⁴

Até meados do século XIX, o principal foco da crítica emancipacionista voltava-se ao tráfico de escravos. Após a lei de 1850, proibido o tráfico, e com o aumento da atuação governamental contra contrabando de escravos, a luta antiescravista sofreu, em certa medida, um forte impacto. A ideia que, com o fim do tráfico, a escravidão acabaria naturalmente ganhou grande adesão, tendo como efeito o arrefecimento das propagandas abolicionista e seu momentâneo silenciamento.

Isso não significou que o pensamento abolicionista tenha desaparecido após 1850. Ele ainda se manifestava, inclusive em âmbito parlamentar. Emília Viotti aponta que, durante as décadas de 1850 e 1860, algumas propostas que visavam melhorar a condição de vida do escravo foram apresentadas na câmara de deputados. Entretanto, ou foram sistematicamente rejeitadas ou permaneceram esquecidas. Segundo defende, a estratégia adotada era: “Não tocar no assunto, evitar, se possível, o debate de tão melindrosa questão e, quando isso não fosse possível, deixar correr os projetos sem nada fazer (...)”¹⁶⁵.

O movimento antiescravista começa a ressurgir com mais vigor a partir do final da década de 1860. Com a declaração de guerra contra o Paraguai (1864-1870), muitos escravos foram recrutados para as fileiras do exército, sendo concedido a liberdade àqueles que servissem a nação. Já no que tange ao debate parlamentar, a historiadora indica que apenas em 1869 foi proibida a venda de escravo em pregões e leilões públicos, diminuindo a exposição que eram forçados a se sujeitar. Assim, embora houvesse resistência no debate

¹⁶⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 442.

¹⁶⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 446.

parlamentar para se abortar os temas antiescravistas, esse se via pressionado pela maior aceitação que a pauta ganhava na opinião pública. Na medida que cresciam os setores sociais que não possuíam interesses diretamente vinculados à escravidão e, ao passo que o ideário que se tinha sobre os negros se transformava com sua participação nas fileiras do Exército Imperial, a imagem em relação aos escravos começou a ser recoberta por outros significados que, embora um pouco romantizados, impulsionaram a luta antiescravista.¹⁶⁶

Emília Viotti aponta que, entre 1870 e 1871, realizou-se um grande movimento propagandista, que abrangeu debates parlamentares e passeatas, onde participaram personalidades como Luís Gama, Rui Barbosa e Américo de Campos. O objetivo desse movimento era preparar a opinião pública para aprovação da Lei do Ventre Livre. Nesse processo, diferentes setores foram chamados ao debate e, em certa medida, as disputas se radicalizaram. Para a historiadora, a conjuntura formada nesse momento permitiu que a dinâmica de debate passasse tanto pelo parlamento quanto pelas ruas das cidades. De tal forma, segundo defende, o debate público foi transformado em um instrumento de ação política, na mesma medida que a questão política teve forte influência sobre a opinião pública.¹⁶⁷

A maior resistência contra o projeto de emancipação dos filhos de escravas veio das regiões cafeeiras de Minas, Rio e São Paulo, seguidas por Rio Grande do Sul e Maranhão. Alegavam, sobretudo, a inconveniência que a lei causaria para o setor agrícola. Inclusive Perdígão Malheiros, parlamentar pela Província de Minas Gerais e abolicionista convicto, que publicara em 1866 um ensaio sobre a situação jurídica do escravo no Brasil¹⁶⁸, fez oposição ao projeto apresentado pelo Visconde do Rio Branco. Previa-se a calamidade, graves danos a sociedade, o fim da agricultura brasileira, entre outras exaltações. De acordo com a visão de Emília Viotti, nenhuma proposta do governo tinha recebido tão caloroso debate e acirrado enfrentamento até então como recebera a Lei do Ventre Livre. O placar da votação no parlamento foi 62 votos a favor e 37 contra, sendo que entre os que votaram não, 27 eram representantes de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro.¹⁶⁹

Embora os debates sobre a libertação dos nascituros tenham despertado de forma apaixonada os ânimos da sociedade brasileira, Emília Viotti entende que sua aprovação na prática representou a protelação do fim da escravidão. Em sua visão, correspondeu apenas a

¹⁶⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 445-447.

¹⁶⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 448.

¹⁶⁸ MALHEIROS, Perdígão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico jurídico social**. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1866.

¹⁶⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 452.

uma concessão aos emancipacionistas. A forma que a lei foi elaborada, prevendo que os fazendeiros pudessem optar ou em utilizar os serviços dos filhos de escravas quando estes tivessem de 8 a 21 anos de idade, ou vendê-los por um valor de seiscentos mil réis, na realidade, possibilitava a perpetuação da escravidão e não seu definhamento natural. De acordo com Emília Viotti, quase a totalidade dos senhores optaram pela prestação de serviço, havendo em 1882 apenas 58 renúncias do serviço dos ingênuos mediante indenização.¹⁷⁰

A Lei Rio Branco, embora severa na linguagem, não esteve isenta de falcatruas. Na interpretação de Emília Viotti, a maioria das irregularidades ocorreram durante a realização das matrículas dos escravos e nas arrecadações obrigatórias para a formação do fundo emancipatório público. Inúmeras crianças livres foram matriculadas como escravas e, por outro lado, embora muitos escravos conseguissem economizar o equivalente a sua alforria, alguns proprietários contestavam o valor recebido e a compra da liberdade não era efetivada.

A historiadora indica que, após o decreto da lei do Ventre Livre, ainda levou alguns anos para conseguir aglutinar os elementos necessários para a sua aplicação generalizada. Por um lado, o Censo encomendado para registrar as matrículas dos escravos demorou mais de meia década para ser realizado. De outro, houve grande relutância dos proprietários na classificação de seus escravos, sendo recorrente os casos de fraude. Segundo os dados que a historiadora indica, existiam, após o fim do recenseamento, 1.410.668 escravos no Império, sendo que a maior concentração estava no Rio de Janeiro (304.774), Minas Gerais (235.115), Bahia (173.639), São Paulo (169.964), Pernambuco (92.855) e Rio Grande do Sul (69.366).¹⁷¹

Em menos de uma década, a Lei do Ventre livre mostrava seu fracasso em relação ao propósito emancipador. Até 1879, os escravos liberados pelo fundo de emancipação não ultrapassavam quatro mil e quinhentas pessoas. Esse montante é muito pequeno se comparado ao número de escravos alforriados por particulares, que desde o início da década de 1870 até então ultrapassavam 25 mil pessoas, e ínfimo se tivermos como parâmetro o número total de escravo. Como forma de burlar a lei, alguns senhores emanciparam seu escravos com a condição que continuassem a prestar serviços por longos períodos, camuflando as antigas relações de dominação. Assim, ao invés estimular a emancipação, a lei teve mais um efeito psicológico do que real, postergando para as gerações futuras a decisão quanto ao fim da escravidão no Brasil.

¹⁷⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 454.

¹⁷¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 459.

Diante do descontentamento gerado pela inércia da Lei do Ventre livre, observa-se a transformação gradual dos emancipadores em abolicionistas. Esse movimento de insatisfação já se manifestava no começo da década de 1870, quando, ante aos poucos recursos obtidos pelos fundos públicos, observa-se a proliferação de inúmeras sociedades emancipadoras e abolicionistas. Compostas por brancos, ex-escravos e negros livres, tinham o objetivo de arcar com os custos referentes à alforria dos escravos e estimular as agitações abolicionistas.

Por outro lado, em virtude da participação de escravos na Guerra do Paraguai e da imagem heroica que se construiu sobre os negros, nota-se o aumento da libertação espontâneas de muitos escravos. Embora seja uma prática que ocorrera ao longo de toda a escravidão, sua incidência cresceu a partir de 1870, aumentando ainda mais às vésperas da abolição. Entretanto, a maioria das libertações ficavam condicionadas a cláusulas de prestação de serviços. De tal forma, embora é possível notar o aumento das libertações espontâneas, sendo muitas publicadas em jornais ou realizadas através de atos públicos, é importante ressaltar que a maioria das relações de dominação e subordinação que os negros estavam sujeitos apenas se alteravam sensivelmente, sem causar grandes mudanças estruturais. Ainda continuavam dependentes de seus antigos senhores, ficando sob os “cuidados” de sua clientela.

Nesse contexto, o movimento abolicionista ganhou progressivamente novos adeptos, principalmente dentro do meio urbano. Entre os grupos que mais aderiram, estavam estudantes, médicos, advogados, jornalistas, indivíduos pertencentes a classe popular e negros libertos ou livres. Na medida que a adesão da população crescia, aumentava-se também a difusão de sua defesa através da imprensa. Emília Viotti aponta que a imagem retratada dos negros nos romances também se alterou junto com a luta abolicionista. Se durante a primeira metade do século XIX os romances retratavam os negros escravizados de forma pitoresca, ressaltando suas “aventuras”, amores proibidos, batuques, etc., a partir da segunda metade, os temas mudam e começam a abordar a vida do negro no cativeiro e seus dilemas, ainda que romantizados e com viés paternalista. Junto com as publicações de artigos pela imprensa, a difusão de uma literatura crítica ao sistema escravista desempenhou um papel fundamental para o despertar da solidariedade da população urbana pela luta abolicionista.

Muitos dos argumentos já ecoados na primeira metade do século XIX, mas que à época tiveram pouca difusão, foram aos poucos retomados e conseguiram encontrar maior aceitação na opinião pública. Entre os representantes da geração da segunda metade do século, destaca-se o papel de Joaquim Nabuco, cuja atuação dentro e fora do parlamento

contribuiu para ampliar a publicidade abolicionista. Em 1882, após defender durante seu mandato propostas abolicionistas, não conseguiu se reeleger para o cargo que vislumbrava no parlamento. Entretanto, no ano seguinte publica aquela que viria a ser sua obra mais conhecida, *O abolicionismo*, livro que recebera à época grande interesse e repercussão.

Recuperando a partir de uma nova roupagem alguns pensamentos já defendidos anteriormente, Nabuco buscou convencer a opinião pública que, em virtude do sistema espoliador que os escravos estavam submetidos, os danos causados aos negros eram gigantescos. Entretanto, sem conseguir se desfazer totalmente de sua roupagem de membro da classe dominante, sua maior preocupação era outra. Via na abolição uma forma de salvar os próprios brancos das atrocidades por eles mesmo cometidas. Não em vão, defendia que a conscientização da opinião pública deveria ocorrer exclusivamente entre os brancos, em espaço parlamentar, de forma a não atirar os negros em nenhuma causa revolucionária.

A escravidão, segundo Nabuco, corrompera em todos os âmbitos a sociedade brasileira. “A mentalidade atrasada” dos negros, “seus instintos bárbaros”, e as “superstições grosseiras” que impregnaram no cristianismo prejudicavam a língua portuguesa, a saúde nacional, com a proliferação de doenças africanas, e provocavam a corrosão dos valores educacionais e religiosos da sociedade. Por outro lado, em sua visão os escravos eram mantidos “em estado puramente animal”, sem educação, vestimenta ou cuidados necessários para que pudessem criar senso de responsabilidade e dignidade, valores que para Nabuco seriam indispensáveis para a formação de um povo íntegro.

Emília Viotti indica que, já no início da década de 1880, formava-se dentro da classe dominante brasileira dois grupos diferenciados. O primeiro, composto pelas elites do norte e nordeste que se mostravam dispostas a discutir o fim do trabalho escravo. Em decorrência da disseminação mais rápida do trabalho livre nessas regiões, viam-se abertos às propostas abolicionistas. Já o outro era formado principalmente pelos representantes do sul do país, em especial das áreas cafeeiras, que ainda se viam dependentes do trabalho escravo, repulsando qualquer proposta que pautasse o fim da escravidão. Nesse contexto, as discussões políticas em âmbito parlamentar passaram a ser cada vez mais impulsionadas pela opinião pública. Segundo Emília Viotti afirma:

“A par disso [das discussões parlamentares], os abolicionistas prosseguiram na ação subversiva tendente a desorganizar o trabalho, promovendo a fuga de escravos, acoitando os fugidos, denunciando os excessos cometidos pelos senhores, zombando dos capitães-do-mato. No Afã de libertar os escravos, não hesitavam em desviá-los de uma província para outra, encaminhando-os de São Paulo para o Rio, do interior das províncias para a capital, até mesmo destas para o Ceará, a partir de 1883, quando, decretada a emancipação total dos escravos, esta província se declarou território livre. (...) A desorganização do trabalho, as ameaças de insurreição, a enervação dos

escravizados, o rastilho aceso da revolta e do crime tornavam a situação dos proprietários cada vez mais insustentável”¹⁷² [grifos nossos]

Segundo a historiadora defende, o ápice da agitação abolicionista ocorreu em 1884, durante o ministério de Dantas, quando apresentou-se o projeto que pretendia libertar os escravos maiores de sessenta anos, sem indenização. De acordo com a interpretação de Emília Viotti, o objetivo da lei apresentada por Dantas era, em parte, reduzir o clamor abolicionista, o qual invocava a lei de 1831 que afirmava que todos os escravos entrados no Brasil a partir dessa data deveriam ser libertos. Nos primeiros anos da década de 1880, quando a Lei do Sexagenário estava sendo discutida, caso a lei de 1831 fosse levada em consideração, a maioria dos escravos deveria ser alforriada pois, ou eram ilegais ou fruto da ilegalidade. Um dos abolicionistas que mais logrou libertar escravos através dessa argumentação foi Luís Gama, um ex-escravo que se tornara nas últimas décadas do Império um dos maiores defensores do pensamento abolicionista, organizando sociedades abolicionistas e defendendo juridicamente escravos que pleiteavam a alforria. Para Emília Viotti da Costa, o projeto de Dantas visava neutralizar essa argumentação, anular os efeitos da lei de 1831 e evitar que a escravidão acabasse de forma abrupta. De acordo com o ministro Dantas, membro do Partido Liberal, sua estratégia era: “Nem recuar, nem parar, nem precipitar. É preciso caminhar, mas caminhar com segurança, marcar a linha que a prudência impõe e a civilização aconselha”¹⁷³.

A questão abolicionista pairava sobre as disputas partidárias. Existiam abolicionistas e emancipadores tanto do lado dos liberais quanto do lado dos conservadores. Quando a lei de 1884 foi apresentada pelo deputado Rodolfo Dantas, filho do ministro Manuel Dantas, os ânimos dentro do Partido Liberal afloraram-se. Emília Viotti indica que, entre os que votaram contra o projeto, muitos eram liberais. Por outro lado, nota-se também a votação favorável por membros historicamente ligados aos conservadores, como Severino Ribeiro, que posicionou-se pela aprovação da lei. Entretanto, apesar da capacidade de retórica dos defensores do projeto, como a de Rui Barbosa, ele foi derrotado contando com os votos de quarenta e dois conservadores e dezessete liberais. Segundo a historiadora, a bancada que representava as regiões cafeeiras de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro votou quase que unanimemente contra o projeto.¹⁷⁴

¹⁷² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 470-471.

¹⁷³ Manuel Pinto de Sousa Dantas *apud* COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 476.

¹⁷⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 480.

Na visão de Emília Viotti, a proposta defendida pelo Ministro Dantas não era radical. Em sua perspectiva, representava a estratégia de “dar um pouco para não perder tudo”:

“Hoje, visto a distância, parece-nos uma tentativa de compromisso com a agitação abolicionista que ameaçava a ordem tradicional. Localizar os escravos, aumentar o fundo de resgate por meio de taxa que recaía sobre todos os contribuintes, libertar os escravos sexagenários eram as linhas básicas do seu programa. Entretanto, a despeito de, no tocante a estes, não se reger pelo princípio da indenização, o projeto não poderia ser considerado audacioso, pois esse critério se aplicava exclusivamente aos escravos sexagenários, que na realidade representavam, muitas vezes, um ônus para o proprietário, e cujo preço era, em geral, baixo. Visto assim, representava uma tentativa de conceder um pouco para não ceder tudo, uma medida tendente a arrefecer os ânimos agitados pelo abolicionismo mais radical, e protelar, por mais algum tempo, a questão.”¹⁷⁵

Embora de caráter conciliador, o projeto foi rejeitado. Os ânimos se aguçavam, as disputas se intensificavam. Não mais se fazia a defesa teórica da escravidão. Justificava-se sua persistência pelo receio de todo sistema desmoronar, acarretando no rompimento da ordem estabelecida e na desorganização da lavoura. Os grupos escravocratas encontravam-se na defensiva. As posições se definiam e se explicitavam. De acordo com Emília Viotti, províncias como o Ceará e Amazonas encabeçaram o movimento abolicionista, enquanto as regiões do Vale do Paraíba paulista, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais compunham a oposição.¹⁷⁶

Frente a derrota do projeto e, dado o apoio que o imperador dava à proposta de Dantas, o parlamento foi destituído. Novas eleições foram chamadas para dezembro de 1884 na perspectiva de se formar uma base capaz de aprovar a medida. Entretanto, ainda que a campanha abolicionista tenha se intensificado, membros ligados aos setores escravocratas assumiram a maioria das cadeiras. Para além do aumento da bancada conservadora, a dissidência liberal veio agravar esse quadro. Um novo ministério foi formado, encabeçado pelo liberal José Antônio Saraiva. Após alterar alguns itens da proposta de Dantas, como a inclusão da indenização e revalorização do braço escravo, o novo projeto foi aprovado. O objetivo político imediato era, sobretudo, deter a onda abolicionista que crescia no país.

Para Emília Viotti da Costa, a partir de 1885, a luta abolicionista entra em uma nova fase. Além de avançar nos debates parlamentares, a causa passa também a ser impulsionada pelo respaldo popular. Na mesma medida, as novas alternativas que surgiam para imigração e, sobretudo, as crescentes revoltas dentro das senzalas abalaram profundamente a sustentação do sistema escravocrata em seus últimos anos de existência.

¹⁷⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 483-484.

¹⁷⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 483.

2.4.2 O recrudescimento da imigração.

Junto com o movimento abolicionista, que cresce a partir da década de 1870, observa-se também a intensificação dos debates sobre as alternativas para o trabalho escravo. As condições para se estimular a imigração estavam aos poucos se alterando e novas possibilidades para o emprego do trabalhador livre surgiam. O avanço progressivo das ferrovias, as melhorias no beneficiamento do café alcançadas por algumas regiões, a valorização da cotação internacional do café, a urbanização incipiente da segunda metade do século XIX, entre outros fatores, ajudaram a modificar o ritmo do trabalho e criaram um novo cenário socioeconômico para as regiões cafeeiras, abrindo novas perspectivas para a organização das relações de trabalho.

Ainda que, de modo geral, as tentativas para se empregar imigrantes nas lavouras de café durante as décadas de 1850 e 1860 tenham fracassado, não alcançando o resultado desejado para nenhuma das partes, elas não foram totalmente abandonadas. Continuaram a existir, embora o escravo persistisse como preferido pelos fazendeiros para os trabalhos com o café. Como destacamos em ponto anterior, a principal queixa existente no sistema de parceria dizia respeito às vultuosas dívidas que caíam sobre as costas dos colonos, inviabilizando que estes pudessem pagá-las ao mesmo tempo que lograssem garantir o próprio sustento.

Dois fatores, um externo e outro interno, ajudam a explicar as razões do recrudescimento da imigração para o Brasil. Em primeiro lugar, o processo de unificação italiana, ocorrido ao longo da década de 1870, impulsionou um enorme deslocamento da população do país e teve como consequência a criação de um significativo estoque populacional disposto a emigrar. Por outro lado, o governo imperial do Brasil e de algumas províncias passaram progressivamente a despender recursos para financiar os custos relativos ao deslocamento dos imigrantes, eliminando o peso das dívidas que recaí sobre eles.

Como forma de organizar a utilização dos recursos destinados à imigração, foi criada em 1871 a Associação Auxiliadora de Colonização, uma empresa privada, formada por fazendeiros e comerciantes, responsável por gerenciar o financiamento do transporte dos que viessem trabalhar no Brasil. O estado brasileiro foi aos poucos chamando para si a responsabilidade pelo financiamento relativo à imigração. Em 1874, o governo brasileiro autorizava a utilização de cem contos de réis pela Associação, sendo que para cada colono que desejasse prestar serviços nas fazendas era subsidiada a quantia de 60\$000 réis e para cada um que se interessasse pelo sistema de parceria era fornecido 70\$000 réis.

Em 1881, a Província de São Paulo autorizou o financiamento de cento e cinquenta contos de réis para o transporte de imigrantes e ordenou a construção de uma Hospedaria que serviria para o alojamento dos recém chegados, antes de serem distribuídos pelas fazendas de café. Durante a década de 1880, sucessivas leis foram aprovadas para ampliar os recursos destinados à imigração.

Na medida que a imigração crescia, aumentavam as esperanças quanto a possibilidade de se substituir o trabalho escravo sem causar grandes desajustes na produção. O projeto imigratório, dessa forma, articulava-se com as propostas emancipadoras que previam que a escravidão deveria desaparecer naturalmente, até o momento que pudesse ser substituída sem grandes alardes. De acordo com Emília Viotti:

“Nos últimos anos, a imigração era favorecida pelos auxílios pecuniários concedidos aos imigrantes, as passagens e conduções gratuitas nas estradas de ferro, a hospedagem durante oito dias nos alojamentos e outros favores. Graças a essas subvenções, ficava o colono liberado das dívidas que, até então haviam pesado sobre ele. Ao mesmo tempo, generalizava-se, em certos meios, a convicção de que o único meio para se chegar à abolição era a intensificação da corrente imigratória.”¹⁷⁷

Porém, como a historiadora aponta, nem todos os fazendeiros de café pensavam assim. A questão da imigração, vista como alternativa para o trabalho escravo, passou a ser encarada com maus olhos pelos proprietários do Vale do Paraíba, que se encontravam abarrotados de escravos e com o problema da mão de obra momentaneamente resolvido. Essa não era, por sua vez, a situação do Oeste Paulista, que apesar de também se estruturar a partir do trabalho escravo, caminhava em direção à implementação de novas formas de organização da produção cafeeira, baseada na utilização de trabalhadores livres e maquinarias que proporcionavam significativos ganhos de produtividade. De acordo com a historiadora, essas especificidades de cada região ajudam a explicar porque os representantes do Vale votaram na assembleia legislativa, sistematicamente, contra os projetos que visavam subsidiar a imigração. Em virtude desse confronto, ainda que esses projetos fossem aprovados, nem sempre foi possível despender todo o recurso empenhado.¹⁷⁸

Outro fator que estimulava o interesse pelo trabalho de imigrantes era a crescente cotação que os escravos passaram a possuir. Nota-se, de forma geral, uma tendência de elevação do preço da mão de obra escrava a partir da década de 1870, estimulada pelo aumento de sua demanda e a progressiva redução de sua oferta. Entretanto, embora a aquisição dos escravos tenha se tornado cada vez mais custosa e, ainda que as transformações operadas na sociedade brasileira permitissem novos arranjos produtivos, a entrada de

¹⁷⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 235.

¹⁷⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 235.

imigrantes até 1885 foi inferior ao requisitado. Emília Viotti indica que, entre 1875 e 1885, entraram na Província de São Paulo pouco mais de quarenta mil imigrantes.

Essa situação se modifica profundamente nos últimos anos que vigorou a escravidão no Brasil. A historiadora aponta que apenas em 1887 entraram trinta e dois mil imigrantes e no ano da abolição, 1888, entraram aproximadamente noventa mil imigrantes. Por sua vez, apenas nos dois anos seguintes à abolição entraram na Província de São Paulo mais de oitocentos mil imigrantes.¹⁷⁹

Parte significativa desses imigrantes que entraram em São Paulo vieram através das empresas criadas especialmente para fazer seu transporte, como a Sociedade Promotora da Imigração e a Sociedade Central de Imigração. As políticas imigratórias foram executadas com maior intensidade a partir do ano de 1886, quando Antônio Prado, um dos maiores fazendeiros do Oeste Paulista e membro da Sociedade Promotora de Imigração, assume o Ministério da agricultura. A partir de sua gestão, o fluxo de imigrantes que se destinou às lavouras de café rapidamente se multiplicou. Também nota-se nessa época a reestruturação de antigos núcleos colônias, assim como a criação de novos. Em decorrência dessas transformações, o fluxo migratório destinado ao Brasil aumentou significativamente, em especial entre os italianos e portugueses. De acordo com os dados que Emília Viotti utiliza, apenas no ano de 1887 saíram da Itália mais de 160 mil pessoas, das quais, aproximadamente 130 mil tiveram o Brasil como destino final.

Emília Viotti entende que, até meados da década de 1880, a remuneração dos trabalhadores livres era, ainda que baixa, mais cara que os custos despendidos com a manutenção dos escravos. Após o fracasso da parceria, os trabalhos passaram a ser pagos por serviço prestado ou salários mensais. Segundo afirma a historiadora:

“Recebia o imigrante um salario variável conforme a região, mas em geral baixo. Em 1879, imigrantes portugueses foram contratados à base anual de 240\$000, num regime de trabalho de dez horas por dia. Em 1883, o salario-dia era de 1\$200; 1\$500 para trabalhadores no campo, de 1\$200 a 2\$000 para operários de fábricas, na zona açucareira de Porto Feliz. Em Piracicaba, na mesma época, oscilavam entre 25\$000 e 30\$000 por mês, com comida, recebendo os diaristas de 1\$400 a 1\$500. Já na região de Lorena, o pagamento era mais baixo. Variava entre 12\$000, 14\$000, 16\$000 e no máximo 20\$000 por mês com comida, e o diarista recebia de 1\$000 a 1\$2000. Esses salários correspondiam ao preço do aluguel de escravos. (...) Calculava-se que a alimentação do escravo custava, então, cerca de 600 réis diários, o que dava uma despesa de 18\$000 mensais, 219\$000 por ano.”¹⁸⁰

A partir de meados da década de 1880, com a intensificação do fluxo migratório e o progressivo aumento do preço dos escravos, as condições para se contratar trabalhadores

¹⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 236-237.

¹⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 239.

livres se tornaram mais vantajosas. As contratações por serviço prestado, que se difundiram após o fracasso do sistema de parceria, foram aos poucos se modificando com as transformações socioeconômicas. Generalizou-se as remunerações mistas, com os imigrantes recebendo moradia, um pouco de pasto para as criações e um hectare para a plantação de alimentos, além de 50\$000 por ano, relativos ao trato de mil pés de café. Também passou a receber pelo montante de café apanhado, pago a uma média de trezentos réis para cada cinquenta litros colhidos. Com o novo sistema de remuneração, a ampliação do financiamento para imigração, a expansão das ferrovias e as melhorias no sistema de beneficiamento, utilizar imigrantes como trabalhadores livres na lavoura cafeeira tornou-se economicamente mais vantajoso para muitos fazendeiros.¹⁸¹

Emília Viotti defende que as mudanças estabelecidas nos contratos de trabalho eram mais benéficas aos fazendeiros do que para os imigrantes. Para o primeiro grupo, assegurava a mão de obra necessária para prosseguir a expansão cafeeira e permitia a contratação de trabalhadores por valores extremamente reduzidos. Já para os imigrantes, o sistema misto de remuneração era menos favorável se comparado à parceria. Pelos novos contratos, a participação que recebiam geralmente não ultrapassava um sexto do valor total da produção.¹⁸² A condição de vida dos colonos nos últimos anos que a escravidão vigorou era extremamente precária. Entretanto, a despeito das péssimas condições que encontravam na lavoura, o fluxo imigratório se intensificou, garantindo o abastecimento da mão de obra requisitada para a prosseguir a produção.

Em 1885 o ciclo da economia cafeeira entrou em um novo surto produtivo, impulsionado pelo aumento da cotação do café no mercado internacional. De acordo com Emília Viotti, tornava-se urgente neste contexto encontrar uma solução definitiva para o problema da mão de obra.

2.4.3 A insurreição nas senzalas.

Ao longo de todo período que a escravidão vigorou no Brasil houve revoltas de escravos contra o sistema que os oprimia. Entretanto, apesar de recorrentes, Emília Viotti entende que não foram muitas as rebeliões de grande vulto, organizadas e capazes de serem concretizadas. Ainda que existissem projetos, planos e desejos de levantes gerais, a capacidade para serem efetivados de forma generalizada não era real. Enquanto o tráfico

¹⁸¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 240.

¹⁸² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 243.

transatlântico vigorou, a rivalidade entre nações e etnias africanas inibia a maior proximidade entre os escravos, inviabilizando a organização necessária para o combate efetivo à escravidão.

Do mais, muitas eram as restrições impostas aos escravos que visavam inibir sua organização. Geralmente os fazendeiros evitavam comprar muitos negros da mesma etnia, estimulando a divisão entre eles. Tampouco tinham os escravos liberdade para circular entre as fazendas, fato que dificultava a articulação entre eles. Por sua vez, era expressamente proibido aos escravos portar ou possuir qualquer instrumento que pudesse ser utilizado como arma. Se não bastasse a árdua dificuldade imposta para inibir os levantes, não era incomum que os planos fossem denunciados antes de sua efetivação, inclusive por escravos, inviabilizando-os.¹⁸³

Em outras palavras, a dificuldade organizativa que os escravos detinham era inerente às próprias vicissitudes do sistema escravocrata. Seja pelas delações dos que desejavam manter a fidelidade aos senhores, agradando-os para receber alguma retribuição, seja pelo enorme aparato de repressão existente para sufocar as revoltas, os cativos encontraram enormes limitações para se organizar contra o sistema escravista. Segundo Emília Viotti afirma, por essas razões os levantes de grandes proporções nas regiões cafeeiras foram raros. Rebeliões como a ocorrida em Vassouras em 1838, relatada pelo historiador Stanley Stein, não se repetiram com frequência. As revoltas mais comuns se concretizavam nas fugas, nos assassinatos, nos boicotes ao trabalho e na formação de quilombos.¹⁸⁴

Emília Viotti analisa em seu livro o caráter que as rebeliões escravas assumiram em inúmeros casos. Em sua visão, com o tempo, os levantes deixaram de se expressar através dos aspectos religiosos e incorporaram progressivamente um caráter político. É evidente que os levantes religiosos também possuíam implicações políticas. Porém, a historiadora defende que, à medida que avançava a ideologia abolicionista e aumentava a proporção de escravos ladinos, as contradições nascidas da luta de classe entre escravos e senhores passaram a ditar cada vez mais as motivações das revoltas escravas. Segundo defende:

“Nas regiões cafeeiras, o negro passa do plano da resistência cultural para o da resistência política, da fidelidade às religiões africanas, à colaboração com os abolicionistas, e a maioria dos levantes parece ter obedecido a motivos outros, que não religiosos, em particular a uma inconformidade natural com o regime da escravidão, capaz de explodir em revoltas surdas. As insurreições de largas proporções foram pouco numerosas, mas os assassinatos, as fugas, o quilombo

¹⁸³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 357.

¹⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 358; STEIN, Stanley. **Vassouras: a brazilian coffee country**. Cambridge, Harvard Press, 1957.

mantinham em permanente temor a população branca, que os boatos de agitação de escravos traziam em frequente alarma.”¹⁸⁵

Dentro de uma conjuntura marcada pela constante ameaça de insurreições, os boatos desempenharam um papel psicológico importante. Em muitos casos, os rumores possuíam procedência real e representavam, de fato, uma ameaça ao sistema. Todavia, também foram espalhados com a intenção de aterrorizar a população. Essa prática era realizada tanto pelos que lutavam pela abolição, com intuito de desestabilizar a ordem vigente, quanto pelos setores escravocratas, que tinham o objetivo de convencer a opinião pública da necessidade de se aumentar o aparato repressor contra as revoltas escravas. Os rumores sobre promessas de liberdade eram recorrentes e rondavam os escravos. Esse fato, certamente, impulsionou muitas insurreições. Da mesma forma, a historiadora narra casos que abolicionistas foram acusados e duramente perseguidos por estimularem a desordem e a sublevação dos cativos por lhes prometerem liberdade. O medo da insurreição era incessante e ampliou-se com o avanço das ações contra o sistema escravista.¹⁸⁶

Para não perder o controle da situação, ao menor boato, acionava-se o sistema policialesco para sua repressão. Emília Viotti descreve alguns casos em que autoridades locais, aterrorizadas com a possibilidade de insurreições, contatavam o governo provincial ou mesmo imperial para o fornecimento de tropas. Se os rebeldes fossem capturados, costumava-se aplicar as punições de forma rigorosa, com o objetivo de desestimular futuras revoltas e para que servissem de exemplo para os demais. Porém, como indica a historiadora, nem sempre as punições inibiam novas revoltas. Relata casos de escravos que fugiram mais de três vezes e de frequentes insubordinações nas mesmas localidades.

De tal forma, com o aumento das fugas, assassinatos e formação de quilombos, o sistema de repressão tornava-se insuficiente. A partir da década de 1870, não mais se tratavam de casos isolados, facilmente reprimidos pela força policial. As ações dos cativos contra a escravidão se generalizavam e, à medida que a inquietação nas senzalas crescia, acirravam-se também os conflitos entre escravocratas e abolicionistas¹⁸⁷.

A base moral e teórica do sistema escravocrata não mais se sustentava. Por sua vez, a desobediência dos negros frente às hierarquias impostas pelo sistema escravista deixou de ser rechaçada e começou a ter maior acolhimento na opinião pública. Para Emília Viotti, a partir da década de 1870:

¹⁸⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 359.

¹⁸⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 360-362.

¹⁸⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 363.

“Passava-se da crença na superioridade natural do branco e inferioridade racial do negro e das justificativas da ordem escravista para a denúncia do caráter explorador do sistema. Nos primeiros tempos, tudo se fizera para convencer o negro da pretensa inferioridade que o condenava à situação de escravo. Depois, rompeu-se o isolamento das fazendas e aí chegara a propaganda abolicionista divulgando as ideias de injustiça e da desumanidade da condição do escravo.”¹⁸⁸

Dentre as ações praticadas pelos cativos contra o sistema escravista, destacam-se as fugas, que com o tempo se tornaram mais recorrentes. Individualmente ou em grupo, muitos negros deixavam as senzalas e escapavam para os centros urbanos ou para dentro das matas, onde formavam seus quilombos. Entretanto, outras formas de revolta também se generalizam com o avanço da luta contra a escravidão. Emília Viotti indica que o número de escravos que assassinaram seus senhores, feitores ou administradores sempre se manteve elevado ao longo de toda a escravidão nas zonas cafeeiras. Não afirma que os assassinatos tenham aumentado com o avanço do pensamento abolicionista. Mas defende que continuaram a ocorrer com frequência, aterrorizando a classe escravocrata. Os mais visados eram, via de regra, os feitores, os quais, subordinados aos senhores, encarregavam-se de manter a disciplina e a ordem nas senzalas e no eito. Segundo indica, nos últimos anos que a escravidão vigorou, a principal motivação dos assassinatos foi a retaliação pelos castigos praticados.¹⁸⁹

Pagava-se bem pela captura dos negros fugitivos. A historiadora descreve diversos anúncios feitos por fazendeiros durante a década de 1870 que retribuíam em uma média de 100\$000 pela captura de fugitivos. Esse valor na década seguinte aumentaria significativamente, chegando a triplicar e, em alguns casos, quadruplicar. Quando o cativo era exitoso e conseguia escapar, por muitos anos teria que se disfarçar entre os negros livres ou se esconder em meio às matas. Em virtude do aumento das fugas, a profissão de capitão-do-mato, embora cada vez mais desprezada, passou por uma forte valorização.¹⁹⁰

Desde os primórdios da escravidão no Brasil formaram-se inúmeros quilombos. Nas zonas cafeeiras nenhum atingira a magnitude do Quilombo dos Palmares. Entretanto, ainda que menores, eram numerosos e representavam um constante amedrontamento ao sistema escravocrata. Para os cativos, o quilombo simbolizava a possibilidade de uma vida livre das imposições senhoriais. Já para os escravocratas, representava a constante ameaça de insubordinação que pairava na sociedade. Nos últimos anos da escravidão, além dos quilombos, algumas cidades, como Santos e Cubatão, tornaram-se centros de atração de fugitivos que rapidamente recebiam acolhimento.

¹⁸⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 365.

¹⁸⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 366-367.

¹⁹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 371.

Com o avanço do sistema ferroviário e o crescimento do apoio que os escravos passaram a receber, principalmente a partir da década de 1880, as fugas se generalizaram. Com sua proliferação, a escravidão estava fadada ao fim. Emília Viotti descreve diversos pedidos de autoridades locais das regiões cafeeiras que se queixam dos acobertamentos praticados e exigem providências judiciais contra esses indivíduos. Entretanto, a despeito dos clamores dos escravocratas, a repressão contra as fugas diminuiu. O pensamento abolicionista já se inseria dentro das forças policiais e estas passaram a contrariar a autoridade senhorial. Por sua vez, a população começa a insurgir contra as apreensões realizadas, inflamando a luta antiescravista. Emília Viotti sintetiza o clima social instaurado no início de 1888:

“O ano de 1888 iniciava-se para os escravistas sob maus prognósticos. A agitação social atingira o auge nos últimos meses. As posições tinham se radicalizado. A violência sucedera à argumentação. A fuga em massa das fazendas ameaçava em certas localidades a ordem pública, alarmando os proprietários e as classes produtoras. Em algumas localidades, tinham ocorrido fatos graves. Em Piracicaba, na fazenda barão da Serra Negra, os cativos revoltados por pouco não eliminavam o senhor. Mesmo os alforriados, com cláusula de prestação de serviço, abandonavam as fazendas. Aglomeravam-se nos centros urbanos, entregando-se, às vezes, à vadiagem e à bebida. Nada podia a polícia contra semelhante agitação. Os senhores já nem mais reclamavam seus escravos. Se estes eram presos, os juízes concediam-lhes *habeas corpus*, pondo-os em liberdade. Tudo isso estimulava atos de insubordinação e revolta.”¹⁹¹

A revolta nas senzalas se generalizou. Emília Viotti narra um episódio, ocorrido em janeiro de 1888 no município de Santa Rita do Passa Quatro, em que cem negros, entre escravos e libertos, reuniram-se ao redor de uma fogueira aos gritos de “Viva a República e Viva a Liberdade”.¹⁹² A agitação se disseminara e tornava-se impossível manter os negros nas fazendas como escravos. Alguns proprietários, na busca de evitar o desabastecimento súbito de mão de obra, alforriaram seus escravos com a condição que permanecessem prestando serviços e não abandonassem a lavoura. Porém, essa estratégia não impediu o êxodo em massa dos cafezais.

Emília Viotti indica que, ainda no mês de janeiro de 1888, a maioria dos fazendeiros do oeste paulista alforriaram seus escravos. Essa prática foi sucedida em outros municípios, como Pindamonhangaba e Taubaté. Em Jacareí, em 13 de março de 1888, solenizava-se o fim da escravidão naquele município. De acordo com o que aponta a historiadora, ainda no mês de março foram realizadas inúmeras liberações coletivas em Itu, Tatuí, Piracicaba, Brotas e Moji-Mirim. Emília Viotti indica que em março de 1887 existiam na Província de São Paulo 107.329 escravos. Após um ano, essa quantidade se reduzia para

¹⁹¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 376.

¹⁹² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 380.

39.538. Se considerarmos que muitos escravos fugitivos não eram retirados das matrículas, podemos concluir que esse valor, na realidade, era ainda inferior.¹⁹³

Emília Viotti defende que a insurreição das senzalas representou o golpe final contra o sistema escravista. Não foi o único. Mas sem ele o processo de desagregação da escravidão nas áreas cafeeiras se torna incompreensível.

2.5 Conclusão: a especificidade do pensamento de Emília Viotti da Costa frente à sua geração.

Interpretar o processo de desagregação do trabalho escravo não é tarefa simples. Por se tratar de um problema que engloba inúmeras esferas da existência, sua análise, necessariamente, precisa ser abordada nessas diferentes perspectivas. Como Emília Viotti habilidosamente expõe, não basta considerar apenas a esfera econômica, analisar seu movimento e as transformações de sua estrutura. Essa é apenas uma parte da explicação. O fundamental é saber como as diferentes esferas se relacionam e, conjuntamente, ajudam a fornecer uma interpretação mais satisfatória. Para tal é indispensável entender de que maneira as transformações econômicas influenciam a luta de classe e como essa, por sua vez, impacta sobre a formação da ideologia.

Da mesma forma, é impossível explicar o fim da escravidão tendo-se uma visão restrita a curta duração. Os diferentes níveis de realidade devem ser levados em consideração para não perdemos de vista o sentido geral do processo histórico. De tal forma, para se explicar o ritmo de transformação a partir de uma visão de totalidade, é imprescindível ser levado em consideração a maneira que os movimentos estruturais e conjunturais se inter-relacionam entre si e com cada acontecimento, para que não se perca a possibilidade de situá-los historicamente.

Assim é o pensamento de Emília Viotti: com o olhar atento para a totalidade, preocupada com a formação histórica de cada processo, suas possibilidades e seus limitações. O sentido da história nessa perspectiva assume um caráter rigorosamente dialético, complexo, com diferentes nuances, mas compreendido dentro de um movimento geral que abarca todas essas situações. Não defende que elementos isolados possam ser responsáveis pela explicação do movimento de toda história. Emília Viotti busca dar as explicações a partir do conjunto. Conjunto esse formado pelas inúmeras influências econômicas, sociais e ideológicas. Para

¹⁹³ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...* *op. cit.*, 1998, p. 382-383.

problemas complexos, como a desagregação do trabalho escravo, é necessária uma explicação complexa, a qual Emília Viotti nos fornece com primor.

Em sua explicação, a abolição da escravidão não aparece como a vontade individual de uma princesa redentora que possuía enorme compaixão. Muito pelo contrário. Realizou-se através de um processo lento, desigual e combinado, com as transformações sendo sedimentadas aos poucos, articuladas de forma dialética. A Lei Áurea, na visão de Emília Viotti, é o ponto culminante de um longo processo que envolve, de forma geral, a desagregação da escravidão no mundo, e de forma específica, as transformações ocorridas nos aspectos econômicos, sociais e políticos do Brasil.¹⁹⁴ A escravidão constituía-se uma das principais engrenagens do sistema colonial. De tal forma, quando o sistema colonial entra em crise, o seu funcionamento é abalado.

Porém, na visão de Emília Viotti, a abolição não significou o rompimento da ordem tradicional. O país continuou organizando-se através da produção de bens primários destinados à exportação, não se modificou a estrutura da propriedade fundiária, a segregação social continuou a ser a marca da nossa sociedade, os colonos que imigraram e os demais trabalhadores continuaram submetidos a relações de trabalho extremamente precárias, similares à escravidão, e os negros foram lançados à própria sorte, perpetuando-se as opressões raciais. De acordo com a historiadora:

“Abolição e República significam, de uma certa forma, a repercussão no nível institucional, das mudanças que ocorreram na estrutura econômica e social do país na segunda metade do século XIX, prenunciando a transição da sociedade senhorial para a empresarial.”¹⁹⁵

Ainda que, de forma geral, o pensamento de Emília Viotti da Costa pertença a uma geração de pensadores que discutiam as “grandes questões”, como o debate da transição e o dilema escravidão-capitalismo, sua interpretação possui especificidades. A mesma problemática foi abordada por Paula Beiguelmam, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, entre outros pesquisadores. Apesar das inúmeras semelhanças, existem especificidades importantes que devem ser levadas em consideração.

Entre os autores citados, entendemos que Fernando Henrique Cardoso, que à época despontava na nova geração de sociólogos da USP, possui a interpretação mais frágil. Não em vão, foi o mais criticado. Entretanto, parte das críticas direcionadas ao sociólogo foram generalizadas para todo o grupo. Algumas válidas. Outras, se postas a um crivo mais rigoroso, são críticas arbitrárias e não se aplicam aos demais.

¹⁹⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 519.

¹⁹⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 531.

A interpretação sobre a desagregação do trabalho escravo apresentada por Emília Viotti da Costa, se analisada em seu conjunto, é muito diferente da proposta por Fernando Henrique Cardoso. Para além do recorte geográfico utilizado por cada um, algumas especificidades devem ser destacadas.

Em primeiro lugar, Emília Viotti é historiadora e Fernando Henrique é sociólogo. Não é mero detalhe, tampouco se trata de um desprezo ao trabalho dos sociólogos. Por partirem de perspectivas distintas, os caminhos que percorrem para alcançar suas interpretações não são iguais. Como bem gosta de salientar o professor Fernando Novais em suas aulas, “o sociólogo explica para depois reconstituir, já o historiador reconstrói para depois explicar.” Essa hipótese defendida por Novais aplica-se bem para a comparação entre os trabalhos de Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso.

Essa característica é explicitada já nas primeiras páginas do livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, na introdução. Em sua análise, utiliza diversos conceitos, definidos à priori, para embasar sua interpretação, como, por exemplo a “*totalidade social concreta*” inserida dentro de um método dialético sociológico. Segundo Fernando Henrique afirma, seu objetivo é introduzir na análise sociológica a perspectiva marxista da dialética. Assim, para se alcançar tal interpretação, alguns procedimentos metodológicos deveriam ser seguidos. Com esse objetivo, parte sua explicação do conceito de totalidade apresentado por Marx em *Contribuições à crítica da economia política*¹⁹⁶.

É bem verdade que os conceitos formulados por Marx e outros críticos são fundamentais para se entender o mundo que vivemos. Não temos dúvida quanto a isso. Entretanto, o que rejeitamos é a aplicação mecânica de conceitos desenvolvidos em contextos diversos que, se não situados historicamente e regionalmente, são estéreis e pouco ajudam para o avanço das pesquisas. Essa é, de forma geral, a maneira que Fernando Henrique se apropria dos conceitos sociológicos, seja os marxista ou mesmo os weberianos. Para os que gostam de interpretações recheadas por conceitos, com a história “reconstruída”, ou melhor, encaixada de maneira a explicar tais conceitos, o livro de Fernando Henrique é um prato cheio.

Como tentamos apresentar nesse capítulo, o pensamento de Emília Viotti muito se diferencia dessa abordagem. Não significa que a historiadora abra mão de conceitos para embasar a sua interpretação. É óbvio que os utiliza. Entretanto, os incorpora na medida que

¹⁹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 28-29. Ver também: MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

reconstrói o processo de desagregação do trabalho escravo. Não os apresenta definidos à priori. Estes são formulados conforme a história caminha e na medida que colaboram para sua explicação, reinterpretando-os a partir da apropriação que tiveram em cada contexto específico.

Poderíamos citar, como exemplo, a forma que Emília Viotti interpreta o evolução do pensamento abolicionista que, embora tenha seguido uma mesma linha argumentativa desde a Independência até a abolição, teve maior aceitação apenas a partir da década de 1870, quando as transformações ocorridas na economia e na sociedade brasileira possibilitaram a generalização de sua defesa. De tal forma, ainda que as ideias fossem semelhantes, foram apropriadas de formas diversas dependendo do contexto vigente.

Em segundo lugar, o processo de mudança é retratado por Emília Viotti de forma dinâmica. Ou seja, a cada momento os sujeitos tomam decisões, as quais possuem implicações políticas e econômicas. Da mesma forma, cada ação é analisada tendo como parâmetro sua capacidade para fazer prevalecer seu interesse, seja no sentido de impulsionar as mudanças ou barra-las. Para a historiadora, o que determina o movimento da história é a luta de classe travada cotidianamente, mas inserida dentro das estruturas sociais, econômicas e ideológicas.

Por sua vez, as mudanças na interpretação de Fernando Henrique são apresentadas a partir de quadros estanques, que evoluem com a incorporação de lógicas mais “racionalis” ao sistema produtivo. As transformações pouco aparecem, ao menos essa é a impressão que temos até alcançarmos o quinto capítulo, quando a “história” apresentada por Fernando Henrique começa a caminhar. Até então são apresentados retratos e exemplos em tempos diversos, que apesar de possuírem um encadeamento cronológico na maioria das vezes, não são necessariamente inter-relacionados.

Nos quatro primeiros capítulos, o sociólogo busca analisar como se organizou o sistema escravista no Rio Grande do Sul nos aspectos econômicos, políticos e disciplinares. Só no penúltimo capítulo que a história começa a ter algum movimento, apesar de haver muitas limitações quanto à ação dos indivíduos. São as estruturas que ditam o passo da história. No último capítulo, o sexto, apresenta aquilo que pode ser considerado sua maior contribuição. Propõe uma interpretação interessante sobre a função e formação do racismo na sociedade pós-abolição, fortemente embasada nas ideias de Florestan Fernandes e Roger Bastide.

Por fim, em terceiro lugar, gostaríamos de destacar o ponto que Fernando Henrique mais foi criticado e que, ao compararmos com a abordagem utilizada por Emília

Viotti, vemos grande diferença. Trata-se da caracterização que faz dos negros durante a escravidão e do papel que desempenharam na desestabilização desse sistema. Fernando Henrique parte da perspectiva apresentada por Perdigão Malheiros, na qual os escravos são tratados como “coisas”. Não apenas em termos jurídicos, como uma mercadoria que pode ser alienada sem poder expressar vontade alguma. Mas inclusive, segundo o sociólogo, por se auto-referenciarem como “coisa”, incorporando essa característica em seus próprios aspectos psicológicos e subjetivos. Para Fernando Henrique, tanto a imagem que a sociedade possuía em relação ao escravo, quanto a imagem que formavam em relação si próprios estavam embasadas na ideias que os escravos eram indivíduos sem vontades, sem desejos e, sobretudo, sem capacidade de ação.

Assim como Emília Viotti, seu objetivo é combater o mito que propagava que a escravidão teria sido benéfica tanto para os senhores quanto para os escravos. Fernando Henrique quer inverter esse argumento e defender que o funcionamento do sistema escravista implicou em uma constante alienação, tanto dos escravos como, inclusive, dos senhores. Porém, para afirmar seu ponto, subtrai as lutas desenvolvidas pelos negros contra o sistema escravista, justificando-se através da existência de um severo sistema disciplinar que lhes impediam insurgir. Em sua visão, o sentido da história é traçado pelos homens livres, não pelos escravos. Ou melhor dizendo, abandona a perspectiva que é luta de classes engendrada pelas contradições do próprio sistema escravista que impulsiona o movimento da história. Embora longa, a passagem a seguir ilustra bem a perspectiva de Fernando Henrique. Em suas palavras:

“Do ponto de vista jurídico é óbvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma *coisa*, sujeito ao poder e à propriedade de outrem, e, como tal, ‘havido por morto, privado de *todos os direitos*’ e sem representação alguma. A condição jurídica de coisa, entretanto, a corresponde à própria condição social do escravo.” E prossegue: “A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, torna-se uma *peça* cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado *coisa*, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações com ‘sentido’, pois eram humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos *senhores*. Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios. Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos.”¹⁹⁷

Para compreender a maneira particular da vida dos escravos no Rio Grande do Sul, o sociólogo diferencia as relações que possuíam dentro dos diferentes espaços da

¹⁹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão**...op. cit., 2003, p. 161.

sociedade gaúcha. Segundo defende, nas estâncias a relação entre escravos e senhores era menos tensa se comparada ao rígido sistema disciplinar das charqueadas. Para justificar sua análise, contraditoriamente, apropria-se das narrativas feitas pelo viajante Saint-Hilaire ora para criticá-las, ora para embasar sua própria crítica. No primeiro caso, contrapõe-se à ideia propagada por Saint-Hilaire que, ao visitar a região pela primeira vez, afirmara que “os senhores trabalhavam tanto quanto os escravos” e que não haveria lugar melhor no Brasil para um escravo viver. Ao fazer essa crítica, Fernando Henrique buscava combater o mito da democracia racial no Rio Grande do Sul. Esse é o foco do segundo capítulo de seu livro¹⁹⁸.

Entretanto, quando esse viajante afirma na segunda vez que visita a região que nas charqueadas o tratamento dispensado aos escravos era mais rigoroso, incorpora em sua argumentação a visão de Saint-Hilaire. Essa apropriação do pensamento de Saint-Hilaire quando lhe convém não passa despercebida. Esse movimento o leva a reproduzir a visão classista do viajante que compara a capacidade de ação dos escravos nas estâncias à dos animais.¹⁹⁹

Acreditamos profundamente não ser essa a perspectiva adotada por Emília Viotti da Costa. Basta ler quaisquer de seus escritos sobre a escravidão para constatar a distância que se encontra da interpretação de Fernando Henrique Cardoso. Quando a historiadora analisa o sistema disciplinar existente nas zonas cafeeiras, ou quando descreve a relação forjada entre senhores e escravos, não considera que, mesmo sob castigos severos, a personalidade dos escravos tenha sido anulada. A condição de escravo para Emília Viotti não pressupõe sua apatia, completa alienação ou incapacidade de se insurgir. Pelo contrário, em inúmeras passagens, como tentamos expor nesse capítulo, indica a resistência dos negros, seja nos aspectos culturais ou nos políticos, assim como o papel fundamental que tiveram para desestabilizar a escravidão e consagrar sua liquidação.

Por sua vez, contrapõe a imagem formada sobre os escravos com a imagem que eles próprios possuíam. Conforme defende, sua interpretação é outra: “Dos escravos, esperava-se humildade, obediência, fidelidade. (...) Nem sempre as expectativas eram satisfeitas: o escravo roubava, era infiel, fugia, quando não praticava desatinos”²⁰⁰. É a partir dessa perspectiva que Emília Viotti busca analisar as fontes históricas que estiveram disponíveis à sua utilização. Embora a maioria da documentação utilizada expresse a voz da classe dominante, a historiadora não se deixa enganar e a reinterpreta, de um modo que ficam

¹⁹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão**... *op. cit.*, 2003, p.105-159.

¹⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão**... *op. cit.*, 2003, p. 164.

²⁰⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**... *op. cit.*, 1998, p. 334.

explícitos os conflitos existentes. Afinal, seria inconcebível se apropriar cegamente do discursos propagados pelas fontes sem submetê-los a uma crítica capaz de discernir os interesses em jogo. Da mesma forma, mais do que discutir se os negros se insurgiram ou não contra a escravidão, o que está em questão é o debate sobre a capacidade de ação que detinham em cada contexto histórico, tendo em vista os fatores estruturais e conjunturais da economia, da política e da ideologia.

Talvez, o grande mérito do trabalho histórico de Emília Viotti, para além de todos já enunciados, seja o enorme interesse de se interpretar o passado para se entender o presente. Presente que no caso seria o da historiadora, mas em virtude da atualidade de seu pensamento, ainda podemos considerar, de certa maneira, o nosso. Ainda ressoam entre nós os conflitos nascidos do processo que levou a escravidão ao seu fim, ainda que com significados mais atuais. Nesse sentido, o trabalho de Emília Viotti nos ajuda a situarmos frente aos problemas históricos que ainda persistem e que precisam ser enfrentados.

Capítulo 3. O surgimento de uma ‘nova história’: a crise das representações.

3.1 As mudanças na historiografia internacional

Muita coisa mudou no período compreendido entre a escrita dos livros *Da senzala à colônia* e *Coroas de glória, lágrimas de Sangue*. Essas mudanças, evidentemente, não dizem respeito às questões pessoais de Emília Viotti. O que mudou foi a sociedade e, com ela, a forma de se fazer história. O tempo do radicalismo passara. O mundo não mais se dividia entre blocos de influência socialista e capitalista. Fazia-se coro entre os franceses que a Revolução tinha acabado e entre os estadunidenses que a História, após a dissolução do bloco soviético, chegara ao seu fim²⁰¹. Os pesquisadores, tomados pela apatia e pelo imobilismo, perderam a capacidade para situar as grandes mudanças históricas e dentro delas se posicionarem.

Como bem destacou Jorge Grespan, a fragmentação dos objetos de pesquisa, uma marca da crise dos modelos historiográficos dos anos 1970 e 1980, correspondeu, na realidade, à própria fragmentação dos sujeitos e a crescente busca para compreendê-los de forma isolada. Dentro desse processo, o próprio conceito de crise mudara. Para os autores da geração de 1960 e 1970, a crise simbolizava a possibilidade existente para se aprofundar os

²⁰¹ FURET, François. **Penser la Révolution Française**. Editions Gallimard, 2013 [1978]; FUKUYAMA, Francis. **The end of history?** The National Interest, summer, 1989; FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

estudos sobre os problemas contemporâneos, ampliar os objetos de pesquisa e suas abordagens desde uma visão de totalidade. Já para a geração formada a partir da década de 1980, as questões deixaram de ser tratadas a partir de suas problemáticas fundamentais e passam a ser interpretadas como aspectos apartados²⁰².

As visões estruturais foram abandonadas e em seu lugar afloraram as narrativas sobre o cotidiano. Os aspectos econômicos e políticos, aos quais eram atribuídos grande relevância explicativa, foram escanteados e substituídos pelas questões culturais e sociais. As análises deixaram de ser guiadas pelos elementos objetivos e passaram a se focar nas impressões subjetivas. As ideologias cederam lugar às mentalidades. A história se transformou em memória. Os grandes marcos teóricos foram abandonados e, no esteio dessa “libertação”, pregou-se o “fim dos paradigmas”.

Tentaremos defender a perspectiva que Emília Viotti da Costa, ativa participante das discussões relativas às transformações na historiografia, deve ser entendida como uma crítica da direção que esse processo tomara. É evidente que a historiadora também se transformou ao longo desse tempo, incorporando algumas das críticas que sua geração recebera. Entretanto, é inegável que as perspectivas teórica e metodológica presentes em seu livro de 1966 foram mantidas em sua completude quase trinta anos depois. O que muda é a forma de expor o processo histórico. As perspectivas teóricas e metodológicas são, rigorosamente, as mesmas.

A crise que atingiu a historiografia teve como um de seus resultados a perda da capacidade explicativa das interpretações históricas. É bem verdade, porém, e deve ser considerado como um efeito positivo, que nesse afã de narrar, descrever e expressar as impressões subjetivas dos indivíduos, a voz das classes populares, dos grupos historicamente excluídos e dos trabalhadores começaram a ecoar com mais frequência. Em grande medida, esse movimento foi possível graças a maior utilização que os historiadores passaram a fazer das fontes orais. Porém, em decorrência do abandono dos aportes teóricos e da perspectiva de longa duração, perdeu-se a possibilidade de situar os sujeitos em seus tempos históricos, suas reais possibilidades de ação e as limitações que os tolhem. Mais do que o sujeito analisado, os próprios pesquisadores perderam a capacidade de se situarem historicamente frente aos dilemas que contemporaneamente enfrentavam.

Para explicar a direção que as transformações das análises historiográficas apontaram, em especial sobre a temática da escravidão, assim como a forma que Emília Viotti

²⁰² GRESPAN, Jorge. O lugar da história em tempos de crise. São Paulo, **Revista de História**, nº 151, dezembro de 2004, p. 9.

a crítica, é necessário levarmos em consideração a conjunção de diversos fatores. Entre os elementos que influenciaram esse processo, destacamos três que consideramos fundamentais: a crise do pensamento marxista; a retirada dos conflitos e das disputas de interesses nas análises sobre a luta de classe; e o crescimento das análises culturalistas amparadas em narrativas do cotidiano.

Começamos pela crise do marxismo. Por um lado, a crise que abatera essa corrente de pensamento pode ser explicada pela constante autocrítica que sempre se submetera e aos recorrentes debates internos. Entre as críticas feitas ao marxismo por marxistas, destacamos a realizada pelo historiador Edward Palmer Thompson às ideias do filósofo Louis Althusser e de seus seguidores. De orientação estruturalista, Althusser foi duramente criticado por Thompson por propagar o reducionismo econômico e realizar abstrações dedutivas ao invés de desenvolver pesquisas empíricas²⁰³. Tanto as ideias de Althusser, em especial até década de 1970, quanto o pensamento de Thompson, principalmente a partir dos anos oitenta, tiveram forte influência sobre o pensamento intelectual desenvolvido dentro das universidades brasileiras. De tal forma, esse debate se torna emblemática para expressar a forma que a crise do marxismo se desenvolveu e sua repercussão sobre os pesquisadores brasileiros.

A crítica realizada por Thompson buscou refutar por completo o pensamento althusseriano, principalmente seu viés estruturalista. Em primeiro lugar, critica o caminho traçado por Althusser para alcançar o “conhecimento”, o qual estaria fortemente marcado por um caráter idealista. Na visão de Althusser, para se chegar a produção do conhecimento, seria necessário seguir um rigoroso caminho metodológico, com três etapas sucessivas. A primeira seria a recepção das informações ou “matérias primas”, as quais devem em seguida ser trabalhadas teoricamente para, por fim, chegar a uma conceitualização estrutural, produzindo-se o que Althusser chamaria de “conhecimento concreto”. Na visão de Thompson, o percurso sugerido por Althusser é incapaz de fornecer explicações satisfatórias. Entende que para o filósofo: “Sua matéria prima (objeto do conhecimento) é uma substância inerte, complacente, sem inércia ou energia própria, esperando passivamente sua manufatura em conhecimento.”²⁰⁴

Para o historiador, Althusser apresenta a elaboração do conhecimento como fatos mentais apartados, que pouco dialogam com a realidade empírica e, sobretudo, que são

²⁰³ GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo, Editora Ática, 1990, p. 99.

²⁰⁴ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 15.

incapazes de captar as experiências vivenciadas pelos indivíduos ou grupos sociais. A dificuldade estaria exatamente na maneira que se deve analisar essas experiências, já que para Thompson elas surgem espontaneamente e refletem o pensamento dos homens e mulheres sobre o que aconteceu com eles e ao seu redor. De acordo com Thompson, Althusser menospreza o diálogo entre o ser social e a consciência social. Na visão de Thompson:

“O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. (...) A experiência, por tanto, não chega obedientemente, da maneira proposta por Althusser.”²⁰⁵

Althusser peca ao propor uma teoria idealista fortemente amparada no determinismo econômico, cuja verdade deve ser extraída através das conceitualizações realizadas na esfera do pensamento. O idealismo de Althusser se caracteriza por negar o postulado da existência de um mundo material exterior e por construir um universo autogerador, de caráter circular, onde chega-se a conclusões trabalhando-se apenas no âmbito das ideias. Segundo Thompson: “A categoria ganhou uma primazia sobre seu referencial material; a estrutura conceptual paira sobre o ser social e o domina”²⁰⁶.

Um dos principais objetivos dos livros escritos por Althusser é o combate ao que chama de “empirismo” ou “historicismo”. Para o filósofo, a única forma para se alcançar a verdade histórica é através de elaborações teóricas, fora do campo histórico. Em suas palavras:

“A história em si não é uma temporalidade, mas uma categoria epistemológica que designa o objeto e uma certa ciência, o materialismo histórico.” E continua: “(...) o conhecimento da história não é histórico, tanto quanto não é açucarado o conhecimento do açúcar.”²⁰⁷

O filósofo francês critica o historicismo por vários ângulos. Em primeiro lugar, defende que é impossível se conhecer os fatos históricos, inclusive os isolados, sem um aparato teórico bem fundamentado, o qual deve ser elaborado antes mesmo das aproximações e comprovações empíricas. Thompson critica essa visão de Althusser pelo fato deste defender que: “o processo histórico é incognoscível como objeto real; o conhecimento histórico é produto da teoria; a teoria *inventa* a história, seja como ideologia ou Teoria (‘ciência’).” Por

²⁰⁵ THOPMSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ...** *op. cit.*, 1978, p. 16.

²⁰⁶ THOPMSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ...** *op. cit.*, 1978, p. 22.

²⁰⁷ Althusser. Lire le Capital... apud THOPMSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 24.

outro lado, em decorrência da não existência de uma Teoria da História para Althusser, esta deve ser emprestada da filosofia e suas interpretações epistemológicas²⁰⁸.

Para Thompson, a crítica propagada contra o “historicismo” ou “empirismo” se deve à dificuldade em se trabalhar com as fontes históricas. É evidente que, caso não se interprete criticamente as fontes, tendo como parâmetro as perguntas feitas para interrogá-las, não serão alcançados grandes resultados, permanecendo apenas na superfície do problema. Ou melhor dizendo, caso não se interrogue como foram registradas, a finalidade para que serviu, os indivíduos envolvidos, etc., não será possível retirar delas informações que ajudem na compreensão dos processos históricos.

Nessa perspectiva, para o historiador marxista inglês os fatos históricos isolados podem ser interpretados de seis maneiras distintas. Inicialmente, podem ser questionados quanto a forma que foram registrados, a finalidade, assim como podem ajudar a confirmar outras evidências existentes acerca do problema pesquisado. Também podem ser analisados quanto aos valores que portam, observáveis em fenômenos sociais ou culturais. Thompson também defende que os fatos históricos isolados podem ser analisados como “neutros” e isentos de ideologia caso tratem de índices estatísticos, como por exemplo de mortalidade ou salariais, devendo ser interpretados frente as questões demográficas, econômicas, agrárias, sociais, etc. Da mesma forma, para o historiador inglês, fatos isolados podem ser entendidos segundo seu encadeamento linear ou cronológico, os quais podem ser úteis para a criação de narrativas. Também defende que podem ser utilizados como elos entre as diferentes esferas de existência para se construir uma imagem provisória da organização da sociedade e seus nexos de poder. Por fim, entende que fatos históricos isolados possam ser interrogados como forma de se estabelecer as “evidências que sustentam a estrutura”²⁰⁹. Em suas palavras:

“(…) os fatos não revelarão nada por si mesmo, o historiador terá que trabalhar arduamente para permitir que eles encontrem ‘suas próprias vozes’. Mas atenção, não a voz do historiador, e sim a sua (dos fatos) própria voz, mesmo que aquilo que podem ‘dizer’ e parte de seu vocabulário seja determinado pelas perguntas feitas pelo historiador. Os fatos não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados.”²¹⁰

Para se entender o processo histórico, Thompson sugere que não existem leis imanentes que determinam sua trajetória, mas, segundo defende, é possível se elaborar uma metodologia que abarque uma “lógica histórica” que poderia ajudar a compreender o seu movimento. Tal lógica teria suas especificidades frente às demais disciplinas, caracterizada pelo dialogo entre conceito e evidência, onde tem-se de um lado as hipóteses levantadas e de

²⁰⁸ THOPMSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, p. 30-31.

²⁰⁹ THOPMSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, p. 38-39.

²¹⁰ THOPMSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, p. 40.

outro a pesquisa empírica comprobatória. Segundo o historiador: “o interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (...); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas.”²¹¹

A lógica histórica para Thompson é distinta da lógica analítica, comum aos trabalhos filosóficos. A lógica histórica deve considerar que os fenômenos analisados estão sempre em movimento e que suas manifestações evidenciam particularidades próprias a cada contexto histórico específico. Dentro desse quadro, a lógica histórica teria um papel importante para se desvelar o processo histórico e fornecer uma explicação racional das causalidades. É curioso que para Thompson a ideia de processo histórico, inclusive dentro da perspectiva do materialismo histórico, vai sendo progressivamente utilizada como substituto das ‘estruturas’. Os conceitos para Thompson são mais fluidos, abertos e precisam ser rigorosamente historicizados. Dentro dessa problemática entende que:

“Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada do que a categoria de classe social; uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou um efeito de um estrutura ulterior, das quais os homens não são os atores mas os vetores.”²¹²

As estruturas e os movimentos sincrônicos somem. Por outro lado, os processos e as trajetórias diacrônicas emergem na análise do historiador inglês. Thompson também entende que o materialismo histórico é uma metodologia que visa estudar os processos históricos em sua totalidade. Entretanto, sua compreensão sobre a maneira que essa abordagem deve ser feita diverge em alguns elementos. O materialismo histórico, que deveria ser entendido como o ponto de encontro das diferentes disciplinas humanas, na visão de Thompson privilegiara em muitos casos os aspectos econômicos, na mesma medida que se mostrou indiferente aos debates antropológicos.

Para Thompson é necessário reequilibrar as disciplinas dentro do materialismo e retomar a primazia da História. Esta disciplina, embora a mais imprecisa, é considerada a mais unitária e, segundo o historiador, é por ela que as análises marxistas devem se guiar. Em suas palavras: “(...) a ‘História’ deve ser reconduzida a seu trono como a rainha das humanidades(...)”²¹³. Em outras palavras, significa que para Thompson deveria ser dado mais atenção para os aspectos antropológicos, que possuem um viés mais culturalista, ao invés de se privilegiar a economia, que em sua abordagem está intimamente ligada ao estruturalismo .

²¹¹ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, p. 49.

²¹² THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, 1978, p. 57.

²¹³ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, p. 83.

Segundo Thompson, a ascensão de uma perspectiva estruturalista dentro do marxismo pode ser justificada pelas experiências históricas vivenciadas no pós-guerra. Na sua visão, no início do século XX o marxismo estava impregnado pelas ideias de progresso econômico e tecnológico propostas pelos utilitaristas, assim como emprestara das ciências naturais vocabulários e conceitos evolucionistas. Essa perspectiva teria atingido seu ápice com a Revolução de Outubro. Dentro desse quadro, a vitória do projeto socialista na Rússia impactou fortemente o pensamento marxismo e fez surgir uma imagem idealizada e fantasiosa da União Soviética. Com os conflitos da II Guerra Mundial, ascende uma nova perspectiva de viés voluntarista, espelhada nos fatos heroicos e de resistência. O fim da guerra, a desaceleração econômica e a acirramento gerado pela Guerra Fria colocariam por terra o voluntarismo. Em seu lugar, emergira o estruturalismo. Para o historiador inglês:

“No Ocidente, nossas cabeças foram projetadas contra o para-brisa da sociedade capitalista; e esse para-brisa foi sentido como – *uma estrutura*. A ‘história’, tão maleável à vontade heroica em 1943 e 1944, pareceu cristalizar-se de repente em duas monstruosas estruturas antagônicas, cada uma das quais só permitia uma margem mínima de movimento dentro do seu âmbito de operação. Por mais de duas décadas todo impulso no sentido de uma movimento de avanço independente, dentro de qualquer um dos blocos (Hungria 1956, Praga 1968, Chile 1973), foi suprimido com uma brutalidade que confirmou o paradigma estrutural.” E afirmaria: “No Ocidente, o fluxo ‘natural’ do processo social coagulou-se, transformando-se numa débil correnteza de hesitante reformismo (cada reforma individual conseguida depois de um esforço imensamente desproporcional)”.²¹⁴

Para Thompson o estruturalismo deve ser compreendido como uma ideologia que buscou justificar a manutenção do *status quo* através de um discurso que privilegiava as forças sincrônicas, as quais impunham uma “normalidade”. Em sua visão, “(...) um historiador, face ao estruturalismo, deve farejar e sentir no ar um cheiro de conservadorismo”²¹⁵. Segundo Thompson, as abordagens estruturais suprimiram a capacidade humana de fazer história e reificaram o pensamento marxista. Assim, de acordo com o historiador inglês, o marxismo de viés estruturalista teria apresentado uma processo histórico sem sujeito e com pouca margem de manobra para se romper com as estruturas. Em suas palavras:

“O estruturalismo de Althusser é, como todos os estruturalismos, um sistema de *fechamento* (...). Não consegue estabelecer a distinção entre processo estruturado que, embora sujeito a determinadas pressões, continua aberto e só parcialmente determinado, e um todo estruturado, dentro do qual o processo está encerrado. Ele opta pelo segundo e passa a construir algo mais grandioso do que um mecanismo. Podemos chama-lo de planetário de Althusser, um mecanismo complexo no qual todos os corpos do sistema solar giram em torno do Sol dominante. Mas continua sendo um mecanismo, no qual, como em todos esses estruturalismos, a prática

²¹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, p. 85-86.

²¹⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ... *op. cit.*, 1978, p. 87.

humana é reificada, e ‘o homem é, de algum modo, desenvolvimento pelo desenvolvimento da estrutura’.”²¹⁶

Por fim, o historiador marxista inglês busca debater se a “luta de classe” é ou não é o motor da história. Embora Karl Marx e Friedrich Engels não tenham escrito expressamente no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 que a “luta de classe era o motor da história”, mas sim que “A história de toda sociedade até hoje tem sido a história da luta de classe”²¹⁷, Thompson entende que o “motor da história”, forma menos precisa para se expressar tal ideia e que se disseminou dentro do pensamento estruturalista, não pode ser considerado como um conceito rigorosamente bem definido, mas uma analogia. Para ele, não seria apenas uma analogia, mas uma analogia ruim. De tal forma, embora tenha sido disseminada a ideia de que a luta de classe é o “motor” da história, na concepção do historiador inglês não se pode tirar nenhuma conclusão dessa afirmação quanto a natureza das classes, tampouco quanto a forma que a luta ocorre.

Em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, publicado pela primeira vez em 1963, Thompson já fazia uma profícua discussão sobre o assunto. Entende que a classe operária “se faz a si mesma tanto quanto foi feita.” Na visão do historiador não se pode separar a formação da “classe” do processo de construção de sua “consciência de classe”, pois ambos fenômenos ocorrem simultaneamente. Tampouco podem ser consideradas como características estáticas, já que estão em constante formação devido a incessante luta entre as classes. Em outras palavras, em sua visão a formação das classes sociais e de suas respectivas autoconsciências são resultado das ações dos próprios sujeitos que a compõe. Isto é, dependem das experiência vivenciadas pelos grupos, suas tradições organizativas, assim como das reações aos interesses contrários. Nessa perspectiva, os indivíduos e grupos sociais recuperam a capacidade para fazer a própria história e suas ações voltam a ser vistas como fundamentais para a definição de suas trajetórias.

Para Thompson, a luta de classe deve sim ser vista como responsável por impulsionar o desencadeamento dos processos históricos, ressaltando o fato que é indissociável seu surgimento como classe de sua respectiva formação de consciência. Dentro desse quadro, as experiências em comum vivenciadas pelas classes e o destaque dado às ações humanas favorecem a proliferação de uma abordagem diacrônica da história, com possibilidades em aberto e definidas em cada situação. Os processos conjunturais e cotidianos,

²¹⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ...** *op. cit.*, 1978, p. 112.

²¹⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Bauru, SP: EDIPRO, 2ª ed., 2011, p. 60.

de menor duração, são priorizados em detrimento dos aspectos estruturais, de viés sincrônico e de maior duração.

É inegável que o debate sobre as rupturas desencadeadas pela ação humana é indispensável para se compreender qualquer processo histórico. Isso não quer dizer, porém, que se deva menosprezar as continuidades e as dificuldades para se impulsionar as mudanças. Afinal, é através das análises que privilegiam a longa duração que podemos nos situar historicamente no presente. Acreditamos que a grande dificuldade e objetivo das pesquisas nas ciências humanas é conseguir combinar os movimentos sincrônicos com os diacrônicos dialeticamente.

Para além da crítica interna existente no marxismo, o fim da URSS também teve forte influência para que essa corrente de pensamento entrasse em completo descrédito. De certa forma, a dissolução do bloco soviético simbolizou o fim das “estruturadas” econômicas, políticas e ideológicas que por mais de meio século ditavam a vida dos comunistas.

Outro ponto que teve forte influência nas mudanças que a historiografia da escravidão apresentou após a década de 1980 é a recuperação do conceito *paternalismo*, depois deste ter sido fortemente criticado e superado pelos pesquisadores brasileiros da geração de 1960. Dentro desse quadro, o livro *A terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*, de Eugene Genovese, possui papel de destaque.

O debate sobre a escravidão possuir ou não um caráter paternalista é de longa data e, de certa forma, foi feita em constante debate entre os pesquisadores brasileiros e estadunidenses. Emília Viotti afirma que ao longo desse debate, ao lado da criação de uma imagem paternal dos senhores, foi sendo desenvolvida uma ideia de que os escravos possuíam caráter infantil, considerados incapazes de zelar pelo próprio cuidado²¹⁸. Essa discussão tem início na década de 1930, quando Gilberto Freyre apresenta sua visão idílica da escravidão no Brasil em *Casa Grande & Senzala*. Para Freyre, a ascensão social dos negros e a ausência de preconceito racial e de cor eram as “comprovações” da existência de uma democracia racial no Brasil, situação que para o sociólogo pernambucano era completamente oposta à vivenciada nos Estados Unidos da América. Para Freyre, a ampla miscigenação praticada no Brasil teria inibido a formação dos problemas raciais comuns aos EUA.

Anos mais tarde, em 1946, Frank Tannenbaum²¹⁹, apoiando-se em Freyre, ressalta que a diferença entre a escravidão no Brasil e nos EUA se justificaria pelos tipos de

²¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. Escravos: imagens e realidade. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo, Ed. UNESP, 2014, p. 82.

²¹⁹ Tannenbaum, Frank. **Slave and citizen**. Beacon Press, 1946.

instituições formadas em cada região. Nessa perspectiva, o Brasil com forte tradição católica foi retratado como um país tolerante e com significativo traço patriarcal. Em oposição, nos EUA de maioria protestante e com poucas instituições vigentes capazes de limitar os abusos dos senhores, criou-se um escravismo “implacável”, intolerante e de forte viés capitalista. No esteio das pesquisas de Gilberto Freyre, Tannenbaum teve forte influência para a construção do mito da democracia racial no Brasil no pós-guerra.

Nas décadas de 1950 e 1960, como já foi destacado, pesquisadores brasileiros criticaram duramente essa visão romântica da escravidão. Entre eles, entendemos que as críticas mais consistentes foram feitas por Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa²²⁰.

Podemos considerar que Eugene Genovese foi um dos principais responsáveis por recuperar a visão paternalista da escravidão no início dos anos 1970. De toda forma, embora retome argumentos em comum, sua ideia de paternalismo é ligeiramente distinta da apregoada por Freyre ou Tannenbaum. Se para estes o paternalismo viabilizava o funcionamento da sociedade escravista sem que o racismo se manifestasse, para Genovese a situação é outra. Em suas palavras:

“O Velho Sul, tanto o negro, como o branco, criou uma espécie de sociedade paternalista *sui generis* do ponto de vista histórico. Insistir na convergência das relações de classe, tal como se manifestaram no paternalismo, não equivale a menosprezar o racismo inerente ou negar as intoleráveis contradições situadas no cerne do próprio paternalismo. (...) O paternalismo sulista, como todos os demais paternalismos, pouco tinha a ver com a ostensiva benevolência do *Ole Massa* [senhor ou mestre], sua cordialidade e seus bons propósitos. Ele surgiu da necessidade de disciplinar e justificar, moralmente, um sistema de exploração. Estimulava a bondade e a afeição, mas também, simultaneamente, a crueldade e o ódio. A distinção racial entre senhor e escravo acentuava a tensão inerente a uma ordem social injusta.” [grifos nossos]²²¹

Genovese, ainda que descreva o paternalismo como um sistema cruel e perverso, entende que esse sistema era “aceito tanto por senhores quanto por escravos”. Da forma que expõe, passa a impressão que a escravidão, dentro de um sistema paternalista, era desejada por ambas as partes. Em sua visão, as duas classes conseguiam se beneficiar da forma que o sistema de dominação funcionava, apesar dos conflitos latentes. De toda forma, para Genovese o paternalismo possui significados diferentes para cada classe social. Em suas palavras:

“Para os senhores de escravos, o paternalismo representava uma tentativa de superar a contradição fundamental da escravidão: a impossibilidade de os escravos virem a tornar-se as *coisas* que se supunha que fosse. O paternalismo definia o trabalho involuntário dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e à direção que lhes davam os senhores. No entanto, a necessidade que tinha estes de ver seus

²²⁰ Para a crítica apresentada por Emília Viotti Costa, ver o ponto 2.2.2 dessa dissertação.

²²¹ GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq. 1988, p.22.

escravos como seres humanos aquiescentes constituía uma vitória moral para os próprios escravos. A insistência do paternalismo em obrigações mútuas – deveres, responsabilidades e, em última instância, até direitos – representava, implicitamente, a humanidade dos escravos.”²²²

De acordo com Genovese, nos locais onde o paternalismo vigorou, invariavelmente existiu maior proximidade dos escravos com o senhores, os quais garantiriam proteção e cuidados, do que entre os próprios escravos. O paternalismo, dentro de um sistema escravista, pautado na hierarquia social construída pelas relações raciais, teria, segundo Genovese, protegido “tanto senhores como os escravos das piores tendências inerentes a suas respectivas condições”. Assim, teria atuado no sentido de mediar conflitos criados por esse sistema e permitido sua reprodução com relativa estabilidade, sem que grandes embates pudessem ameaçar estruturalmente seu funcionamento. Para Genovese, dentro de um sistema escravista guiado pelo paternalismo, as revoltas escravas mais radicais tiveram cunho religioso.

Para o historiador estadunidense, esse sistema, apesar de legitimar a opressão social camuflando seus conflitos, permitira que os escravos formassem formas de resistências a partir das “brechas” abertas pelo paternalismo. A partir dessa perspectiva, passa a ressaltar as resistências “silenciosas”, marginais e individuais. Em sua interpretação, as contradições são acomodadas de tal forma que o paternalismo, embora descrito como um sistema de dominação cruel, possui a função de amenizar a luta de classe e garantir que as “revoltas” se concentrassem majoritariamente dentro dos marcos do sistema escravista. A recuperação do paternalismo a partir dessa perspectiva teria, segundo Jacob Gorender, reabilitado a legitimidade do sistema escravista, difundindo-se a ideia de que era algo “aceitável” por todos que conviveram com a escravidão.

Por fim, resta-nos debater a influência que a proliferação das narrativas sobre o cotidiano tiveram nas pesquisas sobre a escravidão. Uma das principais correntes de pensamento que influenciou essa mudança foi a terceira geração dos *Annales*, que a partir de meados da década de 1970 abandona os aspectos econômicos, sociais e, principalmente, as mudanças, e passam a privilegiar a história cultural²²³. Ou como afirmou Marx Augé,

²²² GENOVESE, Eugene. **A terra prometida...***op. cit.*, 1988, p. 23.

²²³ A história do pensamento dos *Annales* é marcada por mudanças na abordagem metodológica ao longo do tempo, as quais caracterizam, grosso modo, cada geração de intelectuais dessa corrente de pensamento. De forma geral, entendemos que a primeira geração se caracterizou, principalmente através dos trabalhos de Marc Bloch e Lucien Febvre, pelo diálogo entre a História e as Ciências Sociais, a segunda geração, onde se destaca principalmente Fernand Braudel, pelo diálogo entre História e Economia, e a terceira pela aproximação do diálogo entre a História e a Antropologia. Para a apresentação de uma perspectiva sobre esse debate, ver: DOSSE, François. **A história em migalhas: dos ‘Annales’ à ‘Nova História’**. São Paulo: Ensaio; Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 171.

presidente da *L'École des Hautes Études en Sciences Sociales* entre os anos de 1985 e 1995, instituições onde essa corrente de pensamento foi gestada: “Pode-se dizer que questionamos primeiro o sentido, a ordem do aspecto cultural, se isso corresponde a alguma coisa, mas o que estamos a ponto de descobrir é se o econômico pode ser parte integrante deste sentido ou dessa ordem do cultural.”²²⁴

Dentro desse movimento de mudanças nos *Annales*, nota-se o abandono da perspectiva que para os membros da primeira geração dessa escola, como Marc Bloch e Lucien Febvre, era a base: a história-problema. Em seu lugar, proliferam histórias fragmentadas, ou em “migalhas” de acordo com François Dosse, as quais passam a se pautar cada vez mais pelos acontecimentos culturais do cotidiano, apresentados em um campo distante das discussões políticas, sem nenhuma preocupação com o tempo presente ou futuro. É curioso que, na medida que crescem os estudos culturais, essa abordagem passa a reivindicar progressivamente maior autonomia frente as demais disciplinas das ciências humanas. Trata-se de explicar o cultural pelo próprio cultural através dos hábitos, costumes e tradições perceptíveis no cotidiano das pessoas. O foco temporal se encurta e se autonomiza dos demais tempos históricos. Na mesma medida, crescem as pesquisas baseadas em narrações de micro-histórias.

Uma das contribuições que essa vertente prestou às pesquisas históricas, a despeito de suas análises fragmentadas, foi dar voz as classes subalternas através da distinção entre a “cultura erudita” e “cultura popular”. A partir dessa clivagem, os estudos sobre as narrativas das classes populares, que não podiam ser encontradas nos discursos históricos oficiais, aumentaram. Entretanto, para os pesquisadores pertencentes à terceira geração dos *Annales*, em detrimento da supervalorização do âmbito cultural, os conflitos, as contradições e as disputas de interesse só poderiam ser compreendidas se analisadas através dos aspectos culturais, os quais condicionariam a formação social, política e econômica. Em outras palavras, a nova história dos *Annales* se produz através de uma radical inversão de prioridades dos níveis de existência e se caracteriza pelo abandono dos debates políticos e econômicos.

De acordo com François Dosse, tais pesquisadores propuseram uma dialética nova para se entender o tempo cultural. Para a nova história, o tempo da cultura popular, imutável, repetitivo, preso ao tradicionalismo e aos hábitos, diferencia-se do tempo da cultura erudita das “elites”, caracterizado como dinâmico, inovador e volátil. Entretanto, crítico a essa vertente, o historiador francês entende que o pensamento difundido pelos pesquisadores dos

²²⁴ Marc Augé *apud* DOSSE, François. **A história em migalhas...** *op. cit.*, 1992, p. 172.

Annales, principalmente a partir de meados da década de 1970, possui estreita relação com a construção de uma ideologia que ajudou a amparar a nova sociedade (neoliberal) que surgia, amplamente legitimada pelos meios de comunicação de massa. Apesar de longa, a passagem a seguir possui um forte poder de síntese, por isso a reproduzimos:

“(...) Os *Annales* de hoje tiveram novamente êxito na adaptação de seu discurso ao poder e ao discurso dominante.

A influência da etnologia no discurso histórico corresponde a esse poder invasor dos meios de comunicação de massa, que impõe sua lei e suas normas e é portador de uma história cultural. O homem em série, ao sofrer o poder dos meios de comunicação de massa, torna-se um indivíduo impotente, passivo e sua participação social desaparece. Esse homem tem apenas um futuro passivo. Encontramos na escola dos *Annales* um belo exemplo de adaptação a essa sociedade dos meios de comunicação de massa. Ela se instala como moda cultural, ao apresentar um história em migalhas em uma sociedade cada vez mais fragmentada. Esses recuos para o indivíduo e para os tempos antigos imóveis são sintomáticos de um futuro abandonado à única lógica, por vezes louca, do desenvolvimento das forças produtivas não dominadas. A admiração do público pelo historiador dos *Annales* nos anos 70/80 corresponde a esse complemento d’alma necessário à perpetuação e à reprodução do sistema. A fragmentação do corpo social é tal que todos se pensam a partir de sua própria historicidade enquanto indivíduos; trata-se da exaltação de cada um por si e do mercado por todos. (...) Presa entre as contradições Norte-Sul e Leste-Oeste, nossa sociedade prefere refluir para a glorificação dos valores individuais, para o exotismo oferecido pelas gerações precedentes revividas pela memória popular e para uma história etnográfica cultural que não tem mais sentido, já que negou sua relação com o futuro.”²²⁵

Vemos, dessa forma, que o movimento de mudanças das pesquisas históricas sofreu influência de diversas vertentes. Para concluir esse ponto, sintetizaremos as transformações que consideramos fundamentais. Em primeiro lugar, vimos como o marxismo, que possuía um viés estruturalista, foi progressivamente abandonado e em seu lugar surgiu um marxismo a-estrutural, guiado apenas pelas experiências vivenciadas pelos indivíduos e grupos sociais. A partir da crítica de Thompson a Althusser buscamos mostrar como que as análises econômicas e políticas foram sendo rejeitadas, dando-se mais espaço para as pesquisas antropológicas, culturais e, sobretudo, recuperando-se a primazia da história nas análises materialistas.

Em seguida vimos que através da recuperação do conceito *paternalismo* por Eugene Genovese, a perspectiva de luta de classes foi amenizada e acomodada. Embora ressalte o caráter perverso da escravidão, a luta de classe passou a ser entendida como um movimento individual e concentrada principalmente ou nas “brechas” abertas pelo paternalismo ou nos conflitos religiosos. Os conflitos de motivação política e econômica foram silenciados e abandonou-se a perspectiva e os projetos antissistêmicos.

²²⁵ DOSSE, François. **A história em migalhas...***op. cit.*, 1992, p. 180.

Por fim, abordamos a perspectiva defendida pela terceira geração dos *Annales* e a primazia que essa corrente deu aos aspectos culturais e do cotidiano. Como consequência dessa mudança, assistimos a um total abandono das perspectivas de longo prazo e da visão de totalidade. Em substituição vemos a proliferação de narrativas sobre histórias fragmentadas. Vimos que, ao invés de representar uma grande inovação teórico-metodológica, essa virada serviu para legitimar a ordem neoliberal que emergia, com os pesquisadores perdendo por completo a capacidade de se situarem criticamente no presente para agirem a partir de um projeto para o futuro.

Para ilustrarmos como esse debate chega ao Brasil, apresentaremos no ponto seguinte a interpretação de alguns pesquisadores para, na sequência, voltarmos para a crítica realizada por Emília Viotti da Costa aos caminhos que as análises sobre a escravidão tomaram a partir da década de 1980.

3.2. A ‘nova história’ no Brasil.

Em artigo publicado pela Revista do Programa de Pós-Graduação de História da Unicamp, Silvia Hunold Lara resume bem as razões que levaram muitos pesquisadores a buscar uma nova forma de se analisar a escravidão no Brasil. Para isso, traça um paralelo entre as contribuições trazidas por E. P. Thompson, em especial a sua rejeição, ou melhor, suposta²²⁶ rejeição aos conceitos considerados “genéricos” e abstratos, como por exemplo *capitalismo*, com a nova onda de pesquisas históricas sobre a escravidão, que também se desinteressou progressivamente por essas abordagens e que buscou estabelecer uma nova definição para a relação senhor e escravo.

²²⁶ Rafael Marquese, por exemplo, rejeita essa ideia. Para ele, Thompson não considera termos como “capitalismo” ou “feudalismo” abstratos ou incapazes de fornecer explicações satisfatórias, ou até mesmo menos precisos que “paternalismo”. Muito pelo contrário. Para refutar essa afirmação feita por Silvia Lara, Marquese cita, em sua defesa, o próprio Thompson. O trecho utilizado é extraído do livro *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*: “é queixa comum que os termos “feudal”, “capitalista” ou “burguês” sejam demasiado imprecisos para serem úteis numa análise séria, abrangendo fenômenos demasiado vasto e dispares. Entretanto, agora encontramos constantemente o emprego de novos termos, como ‘pré-industrial’, ‘tradicional’, ‘paternalismo’ e ‘modernização’, que parecem estar sujeitos praticamente às mesmas objeções, e cuja paternidade teórica é menos precisa. Talvez seja interessante observar que, enquanto o primeiro conjunto de termos chama a atenção para o conflito ou tensão dentro do processo social, o segundo parece cutucar-nos para que vejamos a sociedade em termos de uma ordem sociológica autorreguladora.” Segundo Marquese, para Thompson termos do segundo grupo, como paternalismo, teriam “especificidades históricas” menos relevantes que “capitalismo” ou “feudalismo” para explicar a sociedade Inglesa do século XVIII. Segundo Marquese, a recepção de Thompson no Brasil “limou seu fundo historiográfico mais amplo, qual seja o do problema da formação do capitalismo na Inglaterra”. Ver: MARQUESE, Rafael Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, N° 169, p. 223-253, julho/dezembro 2013.

Segundo a historiadora, as pesquisas desenvolvidas durante as décadas de 1960 e 1970 estiveram focadas em debater se a escravidão no Brasil havia ou não se constituído como um modo de produção particular, ressaltando principalmente os aspectos econômicos e estruturais, de forma que, apesar dos esforços, ajudaram a consolidar uma visão senhorial da escravidão. Para Silvia Lara, isso se explica, por um lado pela oposição radical que esses pesquisadores fizeram ao paternalismo e, por outro, pela ênfase excessiva que deram à violência desse sistema. Dessa forma, segundo a historiadora, essa perspectiva teria silenciado a voz dos escravos. Em suas palavras:

“Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. Não se trata apenas e simplesmente de passar a estudar o modo de vida dos escravos ou a visão escrava da escravidão. A ‘inclusão dos excluídos’ vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecida através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração.”²²⁷

Como já indicamos no ponto anterior, a partir dessa nova diretriz, muitos historiadores, inspirados principalmente nas ideias de Genovese, passaram a recuperar o conceito de *paternalismo* para buscar compreender como as resistências escravas se consubstanciaram. De acordo com Silvia Lara, é a partir desse conceito que se pode entender a luta de classes na escravidão brasileira. Para a historiadora, os escravos, sendo homens e mulheres, e não coisas, eram capazes de impor limites aos abusos dos senhores. De tal forma, para Silvia Lara, através desses conflitos, os escravos lograram vitórias, algumas marginais, outras mais importantes. Entretanto, segundo defende, essas vitórias do ponto de vista dos senhores eram consideradas concessões paternas, enquanto que para os escravos se traduziam como conquistas obtidas através de muito esforço. Tais conquistas, dentro dessa perspectiva, teriam impulsionado o estabelecimento de “direitos” e “deveres” recíprocos entre senhores e escravos.²²⁸

A partir dessa perspectiva, e com o intuito de dar voz aos negros libertos e escravizados, afloram inúmeras análises pautadas em narrativas do cotidiano. O livro de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade*, é exemplo de análise que busca introduzir uma

²²⁷ LARA, Silvia Hunold. Blowin’ in the wind: Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 12, 1995, p. 46.

²²⁸ LARA, Silvia Hunold. Blowin’ in the wind... *op. cit.*, 1995, p. 47.

interpretação thompsoniana e focar sua pesquisa nos acontecimentos e experiências cotidianas dos escravos. Para tal, recorre a uma documentação pouco utilizada até então – cartas de liberdade e processos crimes – para dar voz aos escravos. Uma das principais partes de seu livro é o primeiro capítulo, onde foca sua análise no processo crime que conta a história de um plano elaborado por escravos (Bonifácio, Constantino, Francisco, Filomeno e mais outras dezessete pessoas) para se livrar do domínio de José Moreira Veludo, comerciante de escravos do Rio de Janeiro.

Segundo aponta, tendo como base o depoimento dos escravos, o objetivo da surrada em Veludo não era para que conseguissem fugir, mas para que não fossem vendidos para o interior, onde seriam obrigados a trabalhar nas fazendas de café. Segundo defende: “Todo o episódio sugere, na verdade, que o atentado contra Veludo havia sido o último recurso disponível a esses negros para influenciarem o rumo que tomariam suas vidas dali por diante.” Para o sucesso do plano e a capacidade de organização, sugere que muitos escravos, por já terem pertencido ao mesmo proprietário, desenvolveram laços de solidariedade ou parentesco²²⁹, fato que teria beneficiado a ação. O resultado final foi a condenação de sete escravos e absolvição dos demais, os quais foram todos alforriados por Veludo.²³⁰

Segundo Chalhoub defende, seu objetivo não é recuperar o caráter benevolente da escravidão, mas problematizar aquilo que se entende por violência na escravidão. Segundo afirma, em decorrência do fato de muitos pesquisadores, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, terem insistido no caráter repressor e violento da escravidão, alguns mitos foram criados. A crítica que faz a Fernando Henrique Cardoso e a Jacob Gorender sobre a visão que pregam do “escravo coisa” e a forma que o escravo assumia como “própria e natural sua condição de animal possuído” é conhecida e teve bastante repercussão. Para Chalhoub: “A violência da escravidão não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação autônoma’, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis.”²³¹

Segundo Chalhoub, embora houvesse violência e arbitrariedades, isso não impedia a ação dos escravos para melhorarem suas condições de vida. Nesse quadro, a ação dos negros é valorizada, ganhando destaque a capacidade que possuíam de frear o impulso

²²⁹As pesquisas sobre o parentesco e a família escrava foram também um dos temas que mais cresceu a partir dessa nova perspectiva. Para alguns exemplos ver: SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Editora Nova Fronteira, 1999; PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)**. Campinas, Editora UNICAMP, 2011.

²³⁰ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 30-32.

²³¹ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade... op. cit.**, 1990, p. 42.

senhorial. Esse freio seria exercido pela grau de aceitação da escravidão pelos negros escravizados, ou em outras palavras, se os negros e negras a consideravam dentro da legalidade ou não. A partir dessa ótica, apresenta o caso de Felicidade, uma negra que, conforme defende:

“(…) conviveu com o cativo apenas enquanto o concebeu como ‘justo’, ou como proveniente de uma situação que, mesmo se percebida na origem como um ato de força ou imposição, só teria continuidade no reconhecimento a certos ‘direitos’ seus que ela exigia que fossem respeitados.”²³²

Da mesma forma, quando analisa o crime cometido contra Veludo, o comerciante de escravo que fora atacado pelos escravos que estavam sob sua procuração, entende que esse ato estava intimamente relacionado com a construção do clima de pânico entre os proprietários, agravado pelo aumento da revolta escrava, a qual teria ajudado “decididamente a cavar a sepultura da instituição”²³³.

Entretanto, embasado na crítica de Thompson à Althusser, e em uma repulsa ao “marxismo vulgar”, sua análise sobre o processo histórico que consumou a escravidão no Brasil se fragiliza ao desconsiderar os determinantes estruturais e totalizantes que embasaram esse movimento. Seu objetivo é dar voz aos escravos e, através dessa prática, criar uma nova narrativa. Porém, ao fazer esse movimento sem que os sujeitos sejam historicamente situados, cotejando-se os aspectos político, ideológico e econômico de longo prazo, sua análise fica prejudicada. Nessa perspectiva, a abolição da escravidão, que em nossa visão deveria ser entendida como um movimento complexo, de longa duração e de múltiplas determinações, passa a ser entendida através da ação cotidiana dos escravos, preso a uma visão de curto prazo. Em suas palavras: “O que acabamos de ver foram exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la.”²³⁴

Através de um apanhado de histórias narradas sobre o cotidiano que mostram a contestação dos escravos, busca apresentar uma visão que rejeita a submissão e a passividade dos escravos. Para Chalhoub, os sujeitos históricos, independente da condição que se encontram, são capazes de moldar suas próprias vidas através de suas ações. Assim, apesar de ter inovado quanto a utilização de documentações quase que inéditas, a abordagem que apresenta se enfraquece ao deixar de lado os processos históricos mais amplos que dizem respeito ao processo de constituição do Estado brasileiro e a forma que as relações

²³² CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade...** *op. cit.*, 1990, p. 51.

²³³ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade...** *op. cit.*, 1990, p. 50-59.

²³⁴ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade...** *op. cit.*, 1990, p. 253.

estabelecidas entre senhores e escravos balizaram a formação de nossa sociedade, fenômenos essenciais para se compreender o fim da escravidão no Brasil²³⁵.

Outro trabalho que teve bastante repercussão entre os pesquisadores brasileiros após a década de 1980 e se organiza através das “novas” abordagens históricas é o livro *Ser escravo no Brasil*²³⁶, escrito por Katia Mytilineou Queirós Mattoso, renomada historiadora greco-brasileira. Esse trabalho, assim como o de Chalhoub, busca inovar quanto a metodologia adotada e as fontes históricas utilizadas. Foi escrito em 1978 e é considerado por parte significativa da historiografia como um dos principais pontos de inflexão das pesquisas sobre a escravidão no Brasil. O principal ponto que iremos debater será a forma que a historiadora recupera o conceito paternalismo. Assim como os demais pesquisadores que seguiram essa tendência analítica, o foco de sua pesquisa é recuperar a narrativa dos cativos ao longo da vigência do sistema escravista. Ou segundo a própria Kátia Mattoso defende: “Seu título [do livro], na voz passiva, não é uma figura de estilo: implica o desejo de adotar o próprio ponto de vista do escravo.”²³⁷

Nos dois primeiros capítulos do livro a historiadora faz uma análise bastante interessante do processo de captura dos negros nas diferentes regiões do continente africano, assim como apresenta sucintamente a dinâmica do tráfico de escravo externo e interno. No terceiro capítulo, por sua vez, apresenta as modalidades de venda dos negros capturados e a formação de seu preço. Entre o quarto e o sexto capítulo, que compõem a segunda parte do livro, apresenta sua interpretação sobre o que significa “ser escravo no Brasil”. É sobre esse ponto que nos debruçaremos um pouco mais.

Kátia Mattoso inicia sua análise apresentando as diferentes formas “materiais e afetivas” vivenciados pelos escravos no Brasil. Seu objetivo é recuperar como a personalidade do escravo se expressa após este ter passado pela captura, cativeiro e venda. Segundo aponta, para se compreender a formação da personalidade dos escravos, não basta definir em que relação de produção estes se inserem. Em sua visão, a identidade do escravo, forjada na sociedade que tenta se adaptar, é definida por seus proprietários. Em outras palavras, a personalidade do escravo é reflexo da posição social e respeito de seu proprietário. Dessa forma, busca debater se a partir das condições estabelecidas pelos senhores os escravos podem recuperar sua personalidade. Para a historiadora, do ponto de vista do direito, com o escravo sendo considerado uma *coisa*, é impossível descobrir sua personalidade. Essa

²³⁵ MARQUESE, Rafael Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, N° 169, p. 223-253, julho/dezembro 2013, p. 236.

²³⁶ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988 [1982].

²³⁷ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**... *op. cit.*, 1988, p. 12.

identificação só seria possível se analisada a partir dos aspectos psicológicos. Em suas palavras:

“É aparentemente inimaginável que seres humanos possam subsistir sem maior ou menor adaptação entre eles. Este ajustamento dependerá das relações que o escravo irá estabelecer com seu novo ambiente, onde as qualidades individuais do senhor, de seus familiares e de seus apaniguados terão papel igual ao das qualidades individuais do próprio escravo e do grupo de escravos entre os quais passa a viver. Finalmente, a nova personalidade do escravo é criada por essa inserção, numa sociedade dominada por um modelo branco, de homens pretos ainda sob a inspiração e padrões africanos. São as tensões continuadas dessa integração difícil que obrigam a própria vida do escravo a adaptar-se às relações de tipo escravista e o levam a todos os esforços, todas as humildades. Todas as obediências e fidelidades para com os senhores infalíveis. Humildade, obediência, fidelidade: sobre este tripé vai ser encenada a vida desses homens (...). Essas três qualidades essenciais conformam a personalidade do ‘bom escravo’, pois assim o negro, que estava marginalizado e a quem o senhor deu um *devoir faire*, adquiriu uma competência, um *savoir-faire*, fonte de poder. Essa força proveniente do *savoir-faire* arrefece o temor, trata certas feridas abertas pelo desenraizamento da terra dos ancestrais, devolve ao homem escravo uma certa linguagem, uma nova morada, uma identidade particular numa espécie de contrato tácito e sólido.”²³⁸

Prossegue afirmando que as relações entre senhores e escravos e a respectiva formação da personalidade destes dependem dos caminhos percorridos, os quais podem ser violentos ou suaves. Em sua visão, no nordeste, região que a autora mais teve acesso às fontes históricas, “os senhores de engenho substituem a violência e as ameaças por uma verdadeira manipulação de caráter patriarcal e paternalista.” Ao longo do processo de construção de sua identidade, ou seja, para se tornar aceito pela sociedade, de acordo com Katia Mattoso, ao mesmo tempo que o escravo se transforma em uma mão de obra humilde e obediente, também cria “uma forma eficaz e sutil de resistência (...) face a uma sociedade que pretende despojá-lo de toda uma herança moral e cultural”²³⁹.

Esse fato ambíguo e dialético seria decorrente das diversas formas que a obediência do escravo poderiam se expressar. Para isso, foca sua análise na escravidão urbana, considerada menos dicotômica que a rural que pouco permitiu a mobilidade social. De forma geral, entende que, apesar de estar menos vigiado e controlado que o escravo do campo, os escravos urbanos também precisavam prestar obediência e fidelidade a seus senhores. Tal obediência não seria em vão, pois através dela conseguiria galgar melhor inserção social, podendo inclusive alcançar a liberdade. Segundo defende:

“(...) trata-se da única estratégia possível, pois o negro, para subir na escala social e conquistar sua parcela de vida privada, precisa utilizar os valores da sociedade branca

²³⁸ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil...** *op. cit.*, 1988, p. 102.

²³⁹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil...** *op. cit.*, 1988, p. 103. É importante destacar que, apesar de Katia Mattoso pretender analisar o que significa ser escravo no *Brasil*, a principal região que analisa assim como a maioria das fontes utilizadas dizem respeito à Província da Bahia.

de adoção. Resguardado na obediência, ele poderá recriar seu mundo destruído, um universo novo com as cores da terra brasileira, mas bem seu.”²⁴⁰

Em determinada altura do livro, Katia Mattoso passa a debater com a historiografia da escravidão produzida no Brasil que, segundo indica, esteve dividida entre os que entendiam que os escravos eram extremamente maltratados e os que a viam como um sistema benevolente, onde os escravos recebiam os melhores cuidados. Em sua visão, apesar de haver inúmeras descrições históricas, principalmente feitas pelos jesuítas, que destacavam as péssimas condições vividas pelos escravos, essa não era a realidade. Entende que o regime alimentar dos escravos era superior em termos de caloria, proteína e hidratos quando comparado aos trabalhadores do século XX²⁴¹. É uma argumentação contraditória, pois tal ponto na verdade fala mais da precária condição dos trabalhadores do século XX do que da real condição do trabalho escravo ao longo do século XIX.

No mesmo sentido, relativiza o excesso de trabalho dos escravos, que seria a explicação alternativa cotejada para se entender a elevada mortalidade e o curto tempo médio de vida dos escravos nas plantações. De acordo com sua interpretação, defende que, ao se consultar amplamente as fontes históricas e recuperar alguns relatos de viajantes, seria possível chegar a uma conclusão distinta, que aponta para a ideia de que o trabalho era duro apenas em algumas fases específicas da produção. Conforme defende: os trabalhos intensos no campo seriam intercalados por fases menos intensas; nas minas, o trabalho seria recorrentemente interrompido em decorrência das chuvas; além de alegar que as jornadas de trabalho eram interrompidas por “várias” pausas, momento que os escravos poderiam descansar e se reidratar. Dentro dessa perspectiva, a causa da alta mortalidade só poderia ser explicada pelas condições precárias de trabalho e as condições de saúde, já que a alimentação e a intensidade do trabalho não poderiam ser considerados como fatores determinantes desse fenômeno²⁴².

Nesse sentido, entendemos que, embora Katia Mattoso avance em alguns pontos, introduzindo novos debates na historiografia da escravidão, como a recuperação de uma perspectiva histórica interessante sobre o processo de captura do negros em território africano e seu transporte para terras brasileiras, sua interpretação passa a impressão que a luta de classes dentro do sistema escravista ocorre através de sucessivas adaptações, aceitações e acomodações que ocultam as contradições mais profundas desenvolvidas nesse sistema. Assim, ainda que busque dar voz às classes oprimidas, ao recuperar a narrativa dos de baixo a

²⁴⁰ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil...** *op. cit.*, 1988, p. 111.

²⁴¹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil...** *op. cit.*, 1988, p. 118-119.

²⁴² MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil...** *op. cit.*, 1988, p. 118-121.

partir dessa abordagem, ajuda a construir um discurso que privilegia os ajustes sutis, pouco conflitantes e que não levam em consideração as mudanças sistêmicas.

Assim, se na visão de Chalhoub, cria-se a impressão que ao escravo tudo é possível, sendo este agente indiscutível de seu próprio destino, de outro, na análise de Katia Mattoso ressurgem as visões da acomodação e o estreitamento das possibilidades de ação dos escravos, presos ao tripé humildade, fidelidade e obediência. Tais características, segundo a historiadora, permitiram a esses indivíduos avançar na escala social e concentrariam as principais formas de resistência cotidiana praticadas. Em nossa visão, ambas abordagens, que fazem parte de forma geral da mesma corrente analítica e metodológica que cresceu principalmente pós 1980, são incapazes de fornecer interpretações satisfatórias. A crítica que Sidney Chalhoub e Katia Mattoso buscam fazer à historiografia da década de 1960 e 1970 focou-se no caráter da escravidão e esqueceu de considerar que esses autores, entre eles a própria Emília Viotti da Costa, estavam interessados em debater o processo de formação da sociedade brasileira, a constituição do capitalismo no Brasil e problemas gerados pela gritante segregação social. Não por acaso, vemos esses debates sumir com o advento dessas novas metodologias de análise.

Ou seja, o debate era, sobretudo, sobre as questões sistêmicas, estruturais e de longo prazo. Ainda que houvessem críticas pertinentes que as pesquisas da década de 1960 e 1970 merecessem receber, se analisarmos caso a caso, vemos que algumas não servem para a interpretação proposta por Emília Viotti da Costa. Através de uma leitura atenta e rigorosa do livro *Da senzala à colônia*, podemos ver que Emília Viotti já incorpora inúmeras perspectivas que é atribuída, via de regra, aos avanços metodológicos da “nova” história que emerge após 1980. Entre esses elementos já adotados por Emília Viotti na década de 1960, poderíamos citar: a preocupação em se analisar a cultura e a ação dos escravos; a diferença entre a visão senhorial e dos escravos; e a utilização de narrativas, a qual é feita de forma alternada com as partes interpretativas.

Entretanto, o que Emília Viotti *não* faz é abandonar a abordagem de longo prazo, estrutural, sua relação com os aspectos conjunturais e, sobretudo, cotejando os diferentes fatores econômicos, políticos e ideológicos, fato que achamos positivo, mas que para a geração pós 1980 é considerado ultrapassado e responsável por reforçar a visão senhorial do mundo. Assim, embora Emília Viotti avance em pontos considerados fundamentais, inclusive para a “nova” história, seu pensamento foi rejeitado por completo, lançando-a no isolamento acadêmico. Seu exílio no Estados Unidos da América reforçou esse movimento. Da mesma forma, dentro dessa conjuntura, a expulsão dessa vertente de pensamento da universidade

brasileira durante a ditadura militar abriu espaço para as novas abordagens, menos preocupadas com as análises sistêmicas, menos “presas” a perspectivas teóricas “abstratas” e, acima de tudo, que privilegiam a acomodação e a conciliação no lugar dos conflitos.

De toda forma, entendemos que embora tenha-se perdido quanto ao rigor metodológico das análises da escravidão, esse movimento desencadeou uma grande diversificação dos objetos de estudo. Entre os temas que afloraram, destacamos: estudos demográficos sobre a população escrava; a escravidão no campo e nas cidades; a formação de um mercado interno; processos de alforria; resistência escrava; cultura e tradições africanas e sua identidade com o mundo do trabalho dos escravos; família escrava e formação de parentesco; entre outros temas. Tais abordagens e temáticas, ainda que nem todas possam ser consideradas inéditas, passaram a ser cada vez mais pesquisadas a partir das novas ferramentas metodológicas que surgiam.

Emília Viotti da Costa, que acompanhou esse debate de forma crítica, irá se reinserir na discussão através de artigos, palestras e, principalmente, com a produção de seu livro *Coroas de Gloria, Lágrimas de Sangue*. Com o intuito de apresentar a crítica realizada pela historiadora, fato que consideramos como uma espécie de “acerto de contas” com a “nova história”, iremos analisar primeiramente alguns artigos seus, principalmente o intitulado *A dialética invertida: 1960-1990*, onde faz um balanço sobre os caminhos que as pesquisas históricas tomaram, para em seguida expormos como a autora de forma magistral apresenta uma visão muito mais satisfatória e sofisticada quanto ao funcionamento das sociedades escravistas e a forma que essa temática deve ser analisada.

3.3 Em busca de uma nova síntese.

3.3.1 A dialética invertida

Ao longo de sua estadia nos Estados Unidos da América como professora da Universidade de Yale, Emília Viotti da Costa continuou a realizar algumas pesquisas sobre o Brasil, majoritariamente expostas através de artigos. Muitos desses artigos escritos no exterior, junto com outros produzidos ainda no Brasil mas não publicados, foram compilados em três livros: *Da monarquia à República* (1998), *A dialética invertida e outros ensaios* (2014) e *Brasil: História, texto e contexto* (2015). Os temas tratados são diversos. No que concerne ao debate proposto nessa dissertação, o segundo livro é o que mais nos ajuda a

desvendar a crítica feita por Emília Viotti às mudanças ocorridas nas abordagens metodológicas das pesquisas históricas e aos rumos tomados pela historiografia da escravidão.

Em artigo intitulado *Escravos: imagens e realidade* (1977), Emília Viotti apresenta sua visão sobre a formação da personalidade do escravo. Cotejando sua análise com a historiografia da escravidão produzida nos EUA, entende que para se compreender a personalidade dos escravos e suas ações, é indispensável que se faça uma investigação que leve em consideração as mudanças operadas na sociedade e as particularidades históricas de cada local.

Analisando os inúmeros estereótipos formados sobre o negro pela literatura brasileira, entende que um em especial se sobressai: a “maioria dos escritores brasileiros enaltece os negros que se distinguiram a serviço dos brancos e que se conformaram com as regras da mobilidade social”. Segundo defende, tais estereótipos seriam fundamentais para manutenção da organização social, reproduzindo-se o sistema de clientelismo e patronagem. Entretanto, ressalta que tais estereótipos falam mais do pensamento e personalidade da elite branca do que dos próprios negros.²⁴³

Entende que, apesar de submetidos ao domínio dos senhores, os escravos foram capazes de criar uma identidade própria, embora houvessem muitas intrigas, conflitos e fatores que os repeliam entre si. Emília Viotti enxerga esse processo através da conservação e reinterpretção das culturas africanas e seu sincretismo com as tradições das classes dominante, como o cristianismo, por exemplo. O escravo, dessa forma, se localizava entre dois mundos distintos, o dos brancos e dos negros, assumindo papéis diversos de acordo com a situação que se encontrava. Nesse sentido, entende que:

“Criar uma comunidade negra na senzala e preservar tradição era resistir à escravidão porque esta implicava não apenas a subordinação e a exploração de um grupo social por outro, mas também o confronto de duas etnias. (...) A existência de duas comunidades, uma branca e outra negra, permitia ao escravo mover-se entre um mundo e o outro. (...) A obrigação de operar em dois mundos diferentes e antagônicos deu ao escravo a possibilidade de usar várias máscaras: uma para o senhor, outra para os companheiros, uma terceira para sua família e provavelmente outra para si mesmo. Sua personalidade era uma síntese de personalidades muitas vezes conflitantes. O escravo devia ser fiel a comunidades distintas e quase sempre se via em uma situação na qual a lealdade a uma grupo significava traição a outro.”²⁴⁴

Dentro dessa perspectiva, recupera a importância das revoltas escravas mais organizadas e planejadas ocorridas no Brasil, expressas nos grandes levantes e na formação dos inúmeros quilombos, através dos quais os negros externalizaram suas resistências

²⁴³ COSTA, Emília Viotti da. *Escravos: imagens e realidade*. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo, Editora UNESP, 2014, p. 94.

²⁴⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Escravos: imagens e realidade... op. cit.*, 2014, p. 100.

políticas mais significativas. Entretanto, acredita que tais experiências, dentro do quadro geral da escravidão, não foram capazes de se organizar a um nível que conseguisse suprimir o sistema vigente. De toda forma, o que está em questão são os diferentes significados que essas revoltas tiveram em cada situação específica. É com base nesse parâmetro que afirma, por exemplo, que a partir do momento que a escravidão no Brasil passou a ser mais contestada, principalmente após 1870, os levantes escravos ganharam um novo significado, tendo como paralelo a mudança da personalidade escrava e sua auto percepção. Conforme defende:

“Ao logo de todo o período, as chances de sobrevivência desses escravos não foram sempre as mesmas e seus atos tiveram sentidos diversos em épocas distintas. Os quilombolas eram deixados em paz contanto que não atacassem as comunidades vizinhas – sobretudo se a demanda por terra e mão de obra não fosse premente; mas eram perseguidos sem piedade sempre que os preços de escravos subiam ou as fronteiras coloniais avançavam em direção às áreas por eles ocupadas.”²⁴⁵

Em outras palavras, para Emília Viotti da Costa a formação da personalidade e da consciência dos escravos está intimamente relacionada ao movimento geral da sociedade, logo, a capacidade de resistência à escravidão e a suas imposições variavam com as circunstância específica de cada momento. No último parágrafo de seu artigo sintetiza bem seu pensamento:

“A personalidade escrava deve ser vista desde uma perspectiva histórica. Muitos estudos sobre a escravidão e sobre os escravos presumiram que categorias como escravidão, opressão, liberdade, resistência e personalidade são constantes a-históricas, quando, na verdade elas mudam de acordo com as circunstâncias históricas. Qualquer tentativa de compreender a personalidade ou a ação do escravo (assim como as formas de resistência à escravidão) a partir de categorias estáticas, que não considerem as mudanças na sociedade em geral e ignorem a natureza histórica da dialética senhor-escravo, ficará aquém da realidade”.²⁴⁶

O artigo *Escravos: imagens e realidade* foi publicado pela primeira vez em 1977, em inglês, e de certa maneira antecipa aquilo que viria a ser um dos principais temas debatidos pela nova onda historiográfica produzida no Brasil. Entretanto, como buscamos apontar, Emília Viotti já chamava a atenção para a necessidade de se analisar a formação da personalidade, da consciência dos escravos, assim como a constituição da identidade dos negros como grupo a partir de parâmetros históricos, nunca de forma estática, e necessariamente de maneira a contemplar o movimento geral da sociedade em seus diferentes aspectos. Onze anos mais tarde, por sua vez, apresentaria um balanço sobre as mudanças ocorridas na historiografia, em artigo intitulado *Estrutura versus experiência – Novas*

²⁴⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Escravos: imagens e realidade... op. cit.*, 2014, p. 109.

²⁴⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Escravos: imagens e realidade... op. cit.*, 2014., 111-112.

*tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha.*²⁴⁷

Assim como no artigo que analisamos anteriormente, a principal corrente historiografia que possui como referência é a produzida no exterior, principalmente nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. Entretanto, apesar de não estar dialogando diretamente com a historiografia brasileira, entendemos que o sentido da crítica da autora contempla nosso objetivo. Através desse artigo buscaremos indicar de que maneira Emília Viotti da Costa ao fazer o balanço historiográfico propõe que, ao invés de se inverter os polos da análise, é necessário chegar a uma nova síntese metodológica que contemple tanto os aspectos estruturais, quanto as experiências cotidianas. Ou seja, incorpora algumas das críticas trazidas pela nova história sem deixar de lado os avanços proporcionados pelas gerações anteriores. Segundo defende, ambos os enfoques não devem ser considerados excludentes, mas complementares.

Embora parte dessas novas tendências metodológicas tenham sido incorporadas pelas vertentes conservadoras, seria equivocado achar que essas mudanças operaram apenas deste lado do espectro político. Esse movimento também ocorreu entre os pesquisadores preocupados com a luta política das classes trabalhadoras e, conforme entendemos, algumas das críticas realizadas às abordagens consideradas “tradicionalistas”²⁴⁸ são válidas e devem ser incorporadas. No meio marxista, onde esse debate também circulou, essa discussão foi recorrentemente tratada como “estruturalistas” versus “culturalistas” ou “antiestructuralistas”. Posicionados em trincheiras consideradas “opostas”, em muitos casos o que ocorreu foi um debate que pouco caminhou para a construção de uma síntese analítica.

Uma das consequências desse movimento foi a difusão de uma crise epistemológica generalizada, a qual por sua vez possui estreita relação com as mudanças operadas nas sociedades europeias, estadunidenses e latino-americanas. Segundo Emília Viotti defende, as mudanças desencadeadas pelas transformações políticas e econômicas projetaram os trabalhadores no centro do debate, ao mesmo tempo que as estratégias historicamente estabelecidas pelo movimento operário passaram a ser progressivamente

²⁴⁷ COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus experiência – Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo, Editora Unesp, 2014, p. 157-176. Esse artigo é a tradução do texto que Emília Viotti apresentou em uma conferência da *Latin American Studies Association* ocorrida em 1988 e publicado no ano seguinte pela *International Labor and Working Class History Review*.

²⁴⁸ Utilizo o termo “tradicional” por ser essa a expressão que mais se difundiu no meio acadêmico e pelo fato de Emília Viotti também utiliza essa denominação no artigo *Estrutura versus experiência*. De toda forma, quando nos referirmos a “historiografia tradicional” estamos tratando dos autores que partiam de uma perspectiva estrutural que privilegia os aspectos econômicos e é comumente relacionada à uma abordagem marxista.

contestadas. Dentro desse quadro, entende que a “nova historiografia” representa do ponto de vista do pensamento hegemônico “um rompimento com o passado.”²⁴⁹

A partir dessa nova abordagem, mudou-se o foco das análises. Se de um lado a historiografia “tradicional” do trabalho privilegiava o estudo do movimento operário, suas organizações sindicais e suas principais lideranças ou personalidades; por outro lado, a historiografia “moderna” esteve mais interessada em estudar as divisões internas dentro dos grupos e suas inúmeras diferenças, as experiências cotidianas e tradições de organização de trabalho, assim como as revoltas consideradas “espontâneas”, ou seja, sem uma liderança bem definida e gerada através dos confrontos nascidos do próprio movimento dos trabalhadores. De acordo com Emília Viotti: “Enquanto no passado os historiadores falavam em estruturas, agora falam de experiência.”²⁵⁰

Para Emília Viotti o conceito de “experiência”, utilizado cada vez mais na historiografia do trabalho, embora tenha se disseminado com grande velocidade, é de difícil definição. Tendo em mente essa dificuldade, questiona:

“Quais seriam os comportamentos relevantes da experiência? O local de trabalho, a região de moradia, o sindicato, as lutas operárias, as relações entre classes sociais, os partidos políticos, as ideologias, a cultura política, o discurso político, o mercado de trabalho, a composição da classe trabalhadora, o tamanho das indústrias, as relações entre Estado e o trabalho, as formas de acumulação de capital, as crises econômicas locais, a recessão mundial, a presença do capital estrangeiro? Não existirá alguma forma de hierarquia entre essas várias experiências, sendo umas mais determinantes do que as outras? Como se articulam? *Em outras palavras, como se estrutura (constitui) a própria experiência?* (...)”

No entanto, quando analisamos o trabalho da maioria dos historiadores revisionistas, descobrimos que de fato cada um escolhe seu ‘próprio conjunto’ de variáveis, cada um tem uma forma diversa de selecionar o que lhes parece significativa para caracterizar a experiência dos trabalhadores²⁵¹ [*grifos nossos*]

Conclui sua ideia afirmando que embora entenda que a nova historiografia tenha ampliado o conhecimento acerca de algumas temáticas, principalmente sobre o cotidiano, elas abandonaram as análises estruturais, enquanto que o necessário seria exatamente o inverso, ou seja, interligar as duas abordagens em uma nova síntese metodológica. Em suas palavras: “Não é minha intenção exumar velhos modelos nem construir novos, mas apenas propor uma síntese entre duas tendências que até aqui se definem como antagônicas.”²⁵²

Anos mais tarde, em 1994, Emília Viotti da Costa apresenta um excelente balanço historiográfico onde aprofunda sua crítica às novas correntes historiográficas e reforça a necessidade de se chegar a uma nova síntese metodológica. Em *A dialética invertida: 1960-*

²⁴⁹ COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus experiência... *op. cit.*, 2014, p. 158-162.

²⁵⁰ COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus experiência... *op. cit.*, 2014, p. 159.

²⁵¹ COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus experiência... *op. cit.*, 2014, p. 165-166.

²⁵² COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus experiência... *op. cit.*, 2014, p. 174.

1990, Emília Viotti se inclui entre os historiadores que reagiram ao movimento dicotômico formado entre os que não davam ouvidos às novas tendências e continuavam a reproduzir os mesmos esquemas interpretativos “tradicionais”, e os que prosseguiram na demolição das perspectivas comuns aos pesquisadores da década de 1960 sem examinar as limitações que as novas tendências traziam. O posicionamento de Emília Viotti é outro:

“Tanto uma postura quanto a outra me parecem igualmente equivocadas. Uma porque se recusa a integrar a teoria às transformações extraordinárias que ocorreram no mundo contemporâneo nos últimos trinta anos, apegando-se a esquemas teóricos que não dão mais conta do real (...); a outra porque, no afã de originalidade, ao inverter simplesmente os postulados da historiografia dos anos de 1960 em vez de integrá-los numa síntese mais rica, corre não só o risco de recriar, sob aparência do novo, um tipo de História bastante tradicional, mas o que é mais sério, no afã de buscar novos temas, pode deixar inteiramente de lado aspectos que são fundamentais para a compreensão da vida do indivíduo em sociedade, deixando-o desprovido dos referenciais necessários para que ele possa se situar no presente e projetar a construção de uma sociedade mais livre e mais justa.”²⁵³

Segundo defende, nos trinta anos compreendidos entre 1960 e 1990 observou-se mudanças profundas que representaram a passagem de um momento que privilegiava as necessidades, relacionados às forças históricas, para um momento que destaca as liberdades, caracterizado pelo desmoronamento das “estruturas”. Esse é retrato do movimento geral, visto por cima, indicado através de suas principais tendências. Isso não quer dizer que dentro desse movimento não surgiram críticas necessárias e salutares, mas a maioria, em muitos casos, acabou simplesmente invertendo a questão. De forma geral, podemos dizer que passamos de um reducionismo para outro, do econômico-estrutural para o cultural-linguístico. Para Emília Viotti da Costa, ambas abordagens são completamente antidialéticas. Em suas palavras: “O que se assistiu foi a uma mera inversão de duas posturas igualmente insatisfatórias, nenhuma das quais faz jus à complexidade da dialética e da teoria da práxis.”

Nesse processo de extermínio das abordagens “tradicionais”, como a historiadora ironicamente indica, houveram várias “vítimas”. A primeira foi o abandono do conceito de classe como categoria interpretativa. Em seu lugar, proliferaram-se estudos que se articulam por problemáticas identitárias (religiosas, gênero, étnicas, etc.) e deixam de lado temáticas como a questão da construção das classes sociais, a forma que esses grupos se inserem no trabalho e, acima de tudo, perdendo de vista os conflitos gerados pelos antagonismos de classe específicos a cada caso. Obviamente, entende que essa disseminação de pesquisas que destacam as temáticas identitárias possuem um papel importante e chamam a atenção para muitas problemáticas que por muito tempo foram menosprezadas. Entretanto, essas análises

²⁵³ COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo, Editora Unesp, 2014, p. 10-11.

poderiam ser mais frutíferas, na visão de Emília Viotti, caso não tivessem abandonado o conceito de classe como categoria interpretativa.

Outra “vítima” foi a perda da noção de “processo histórico”. Insatisfeitos com as explicações teleológicas e “etapistas”, muitos historiadores passaram a negar a ideia que a história seria guiada por um “lógica” própria, inerente à organização societária e resultado das diferentes tensões existentes. Um dos resultados foi o progressivo abandono das análises que vislumbravam uma visão de totalidade. Outra consequência, como já destacamos anteriormente, foi o progressivo descrédito aos modelos e aos debates teóricos. Progressivamente, as abordagens foram perdendo o rigor teórico e conceitual voltaram a se embasar nos estudos empírico. “A volta às fontes”, nesse sentido, se por um lado foi positiva ao possibilitar um melhor embasamento teórico, por outro lado, dentro dos grupos que passaram a rejeitar as teorias, representou uma revitalização do “empirismo”. Nas palavras de Emília Viotti da Costa:

“O empirismo virou moda novamente. Não mais como um momento necessário da teoria, mas como fim em si mesmo. Como se a História inocentemente se revelasse a quem quer que se debruce sobre os documentos. De um modo dedutivo, não dialético, que demonstrava mais do que investigava e que já parecia saber a História de antemão, passou-se a um processo indutivo que jamais se alcança ao nível teórico (...)”²⁵⁴

A partir desse viés empirista sem embasamento teórico, recuperou-se as análises do cotidiano sob novas roupagens e linguagens. Da mesma forma, com o intuito de se fazer uma história a partir “de baixo”, do ponto de vista dos participantes, recuperou-se as memórias e os depoimentos, ganhando destaque a história oral. A subjetividade, que na perspectiva tradicional possuía papel secundário ou mesmo era relegada, foi alçada a um novo patamar e passou a guiar as pesquisas históricas. Emília Viotti sintetiza as implicações desse movimento:

“(…) a atenção dos historiadores deslocou-se da preocupação com as estruturas globais de dominação, os processos de acumulação do capital, o papel do Estado e as relações entre as classes sociais, que haviam preocupado a historiografia tradicional, para as chamadas microfísicas do poder.”²⁵⁵

Visto a partir de seu movimento geral, as consequências desse deslocamento metodológico possuem profundas implicações na forma que nos posicionamos no tempo presente e nossa capacidade para vislumbrarmos um projeto futuro viável. Perdemos a capacidade para nos situarmos no tempo e estamos ludibriados quanto às nossas possibilidades de interferir na história através de ações espontâneas e desconexas. Em tempos em que qualquer ato pode simbolizar uma revolta, ficamos sem parâmetro para medir nosso efetivo

²⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida... op. cit.*, 2014, p. 13-14.

²⁵⁵ COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida... op. cit.*, 2014, p. 14.

poder de ação. Sobre esse debate, Emília Viotti adverte: “o que potencialmente pode significar emancipação também pode facilmente se transformar num beco sem saída, pois é difícil posicionar-se numa História arbitrária, caótica, sem sentido nem direção”²⁵⁶.

Emília Viotti, vendo os caminhos tomados pelas pesquisas históricas, clama pela necessidade de se alcançar uma nova síntese metodológica que leve em conta a história específica dos países latino americanos. A partir desses parâmetros, sugere o sentido que essa nova síntese deveria se guiar:

“O momento favorece uma nova síntese que evite todas as formas de reducionismo e reificação, sejam eles econômicos, linguístico ou culturais, uma síntese que não perca de vista a articulação entre microfísica e macrofísica do poder, que reconheça que a subjetividade é ao mesmo tempo constituída e constituinte, uma síntese enfim que seja centrada na teoria da práxis enriquecida pelas novas experiências e que leve a uma nova historiografia e a uma nova estratégia (que permita coordenar os vários movimentos sociais sem retirar-lhes a autonomia), e que a partir de uma reflexão sobre o passado e o presente prepare os caminhos do futuro.”²⁵⁷

Foi buscando encontrar essa nova síntese que Emília Viotti da Costa escreveu *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. Em decorrência da profundidade, inovação e, sobretudo, rigor com que nos apresenta a história de uma rebelião que envolveu cerca de 12 mil escravos em Demerara no ano de 1823, é necessário dedicarmos um ponto específico para esse debate.

3.3.2 *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: um marco na historiografia da escravidão.*

Escrito nos Estados Unidos da América, *Coroas de glória, lágrimas de sangue* foi publicado pela primeira vez em inglês pela Oxford University Press no ano de 1994, sendo traduzido para o português pela Companhia das Letras quase cinco anos depois, em 1998. Esse livro é fruto de mais de dez anos de pesquisa sobre aquela que pode ser considerada a terceira maior rebelião escrava da América, atrás apenas das revoltas no Haiti em 1791 e na Jamaica em 1831²⁵⁸. O objetivo de Emília Viotti da Costa nesse trabalho é recuperar a história da rebelião escrava ocorrida em Demerara em 1823 a partir de uma abordagem metodológica que leve em consideração tanto as questões estruturais quanto os aspectos do cotidiano, analisados de forma articulada.

²⁵⁶ COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida...* *op. cit.*, 2014, p.15.

²⁵⁷ COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida...* *op. cit.*, 2014, p. 28.

²⁵⁸ COSTA, Emília Viotti da. História, metáfora e memória: a revolta de escravos de 1823 em Demerara. In: *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo, Editora Unesp, 2014, p. 117.

Se compararmos os dois livros, *Da senzala à colônia* e *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, talvez as diferenças sejam a primeira impressão que saltam aos olhos. Tais diferenças de fato existem e podem ser percebidas principalmente em sua estratégia expositiva. Se no primeiro livro a historiadora analisa três aspectos que entende como principais para se compreender a desarticulação do trabalho escravo nas áreas cafeeiras, sendo destinado à cada aspecto uma seção específica do livro; no segundo o fio condutor passa a ser uma rebelião escrava vista através de múltiplas perspectivas, que abarca a voz dos escravos, dos senhores, dos missionários e das autoridades locais e estrangeiras. Também é possível notar diferenças quanto ao destaque dado à luta de classes, sendo uma perspectiva muito mais presente em seu segundo livro.

Porém, se formos analisar a abordagem metodológica utilizada, vemos muitas semelhanças. Emília Viotti parte em ambas pesquisas de uma visão de longo prazo, atenta à totalidade do processo histórico, além de apresentar os aspectos econômicos, políticos, culturais e ideológicos de forma articulada. Da mesma forma, nas duas obras é possível perceber a busca de se conciliar momentos descritivos com momentos interpretativos. Porém, apesar das inúmeras semelhanças, seria um equívoco afirmar que Emília Viotti permaneceu a mesma. Entendemos que ao longo do período que morou e lecionou nos EUA, a historiadora pode aprimorar sua metodologia, tornando-a ainda mais complexa e sofisticada. Esse fenômeno ocorreu graças à incorporação de algumas críticas que recebera, expressas em alguns artigos e no *Prefácio à segunda edição* do livro *Da senzala à colônia*, todos escritos enquanto realizava a pesquisa de seu segundo livro.

Após a publicação de *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, Emília Viotti voltou a ser lembrada entre os historiadores brasileiros. Na nossa opinião, a maior contribuição desse livro é a sua nova síntese metodológica, expressa em sua incrível capacidade de articular a vida e ação dos escravos, dos missionários, dos proprietários, dos administradores e das autoridades com as mudanças mais profundas que ocorriam tanto localmente quando em âmbito global. A sua interpretação é que “todos eram prisioneiros de um processo que em grande parte escapava a seu controle”²⁵⁹. Ou seja, é através desses limites impostos pelo movimento mais profundo da sociedade, junto com as ações dos sujeitos históricos à favor ou contra o sistema escravista estabelecido, que podemos entender a articulação entre estrutura (política, econômica, cultural, ideológica, etc.) e as ações cotidianas.

²⁵⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. Emília Viotti da Costa; Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 16.

Essa, como dissemos, é a nossa opinião. A maioria dos historiadores, no entanto, gosta de valorizar a inquestionável habilidade narrativa que Emília Viotti apresenta, que de fato é algo fora do comum. João José Reis, por exemplo, um historiador renomado, autor de um livro excelente sobre a revolta dos males em 1835 na Bahia, acredita que quando Emília Viotti adota uma postura estrutural está apenas fazendo uma “declaração de princípio”²⁶⁰. Como se fosse possível entender qualquer processo histórico deixando de lado os aspectos estruturais. Sem eles, a análise de Emília Viotti da Costa flutuaria no ar e sua capacidade narrativa teria um impacto muito menor. Felizmente, Emília Viotti não abandona a análise estrutural e as demais abordagens características da geração em que se formou.

Coroas de glória, lágrimas de sangue possui como fio condutor a vida de dois missionários, John Wray e John Smith, ambos metodistas britânicos que foram para Demerara com o intuito de salvar as almas dos escravos e convertê-los para o cristianismo. O primeiro viveu em Demerara entre 1808 e 1813 e o segundo entre 1817 e 1823. Ambos missionários deixaram registros em seus diários, os quais são utilizados por Emília Viotti da Costa para apresentar as relações sociais estabelecidas na colônia e seus aspectos cotidianos. O diário de John Smith possui um significado especial pelo fato deste ter vivido na fazenda contígua àquela onde a rebelião dos escravos se iniciou, além de estar presente em Demerara quando a rebelião estourou. O missionário John Smith fora acusado pelos proprietários de escravos e pelas autoridades locais e britânicas por instigar a revolta, sendo considerado culpado e condenado à morte.

O livro de Emília Viotti da Costa apresenta uma perspectiva que podemos considerar inédita se a compararmos com as demais pesquisas realizadas sobre essa rebelião. A historiografia da revolta de Demerara, produzida principalmente por missionários britânicos, rapidamente buscou destacar as ações de John Smith, que em pouco tempo passou a ser considerado um mártir pelos membros da London Missionary Society. Nessa historiografia, os principais discursos analisados consideravam apenas as versões dos missionários e dos fazendeiros. Dentro desses parâmetros, a rebelião foi por muito tempo entendida ou como culpa dos missionários e abolicionistas que teriam manipulado os escravos, estimulando-os a agir contra a ordem estabelecida, ou como decorrência das ações dos fazendeiros e do duro sistema disciplinar que estes implementavam. Na grande maioria dos casos, os historiadores não se preocuparam em apresentar a versão dos escravos,

²⁶⁰ REIS, João José. A revolta de Demerara. **Jornal de Resenhas**. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, 13 de agosto de 1998.

Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs13089804.htm> >.

principais envolvidos na rebelião, e não se questionaram como estes compreenderam o processo histórico e quais seriam suas motivações para subverter a ordem.²⁶¹

Embora seu objetivo seja incluir a visão dos escravos sobre a revolta, em nenhum momento Emília Viotti menospreza as diferentes versões produzidas. Segundo entende:

“Nenhum dos dois lados foi capaz de apresentar uma narrativa que incluísse a experiência do outro. Isso não significa que tais versões da rebelião devam ser abandonadas. As histórias contadas pelos participantes revelam suas experiências individuais, seus sonhos e pesadelos. Suas narrativas revelam as percepções e o modo como organizam suas experiências. Suas histórias se articulam num marco de referência e numa linguagem ao mesmo tempo constituídos por suas experiências e delas constitutivos.”²⁶²

De toda forma, ainda que atribua grande importância aos diferentes discursos criados pelos sujeitos históricos que vivenciaram a rebelião, Emília Viotti não se atém a esse ponto, imaginando que poderia ser possível retirar uma verdade histórica contrapondo-se as diferentes versões, chegando-se, assim, a uma síntese descritiva. Sua abordagem é diferente. Está ciente que as narrativas feitas pelas pessoas, assim como a forma que estas se auto-definem, não são capazes de expressar por completo como as diferentes experiências históricas se construíram, tampouco são suficientes para explicar o processo histórico de forma mais abrangente. Assim, dando um passo a frente em relação aos historiadores que só se preocuparam em dar voz às classes oprimidas sem relacionar os discursos que produziam com o mundo que viviam, Emília Viotti apresenta uma abordagem alternativa e mais sofisticada:

“O que as pessoas contam tem uma história que suas palavras e ações traem, mas que suas narrativas não revelam imediatamente; uma história que explica os significados específicos por trás da universalidade ilusória sugerida pelas palavras – uma história de que muitas vezes elas próprias não se dão conta.”²⁶³

Da mesma forma, analisa as múltiplas narrativas para compreender como as ideias, dependendo do local, da época e de quem está falando, possuem significados distintos. Assim, sua análise do discurso não se atém apenas ao relato. Ela transcende esse momento para buscar compreender de que forma os discursos expressam uma posição de classe, uma interpretação religiosa, quais seus vínculos com as questões étnicas ou de gênero, para então interpretá-los de acordo com a posição que cada sujeito possui na sociedade. Segundo defende, a construção das identidades, das linguagens e dos significados dependem das relações sociais e de poder existentes em cada sistema, de tal forma que pode-se falar na

²⁶¹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. Emília Viotti da Costa; Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 343.

²⁶² COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 15.

²⁶³ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue ...** *op. cit.*, 1998, p. 15.

criação de normas, tradições e noções de justiça específicas a cada caso. Ou como afirma: “as condições materiais e os sistemas simbólicos estão intimamente relacionados” e seria impossível entendê-los de forma dissociada.²⁶⁴

Em artigo apresentado em 1988, quando expõe a metodologia que estava utilizando na escrita de seu livro, Emília Viotti vai direto ao ponto:

“A análise das falas dos personagens é apenas o primeiro passo para a identificação das questões que precisam ser esclarecidas antes mesmo que se possa entender essa fala. É preciso ir além da subjetividade do escravo, pois esta é constituída a partir de condições objetivas, algumas das quais remetem a condições de vida nas sociedades africanas, outras à Inglaterra do século XIX, e outras ainda às condições locais (...).²⁶⁵

Outro ponto fundamental da pesquisa de Emília Viotti é sua enorme capacidade de relacionar as mudanças internas com as externas. Apesar de ser necessário termos em mente as especificidades de Demerara, seria uma ilusão acharmos que são apenas as condições locais que influenciam a vida dos homens e das mulheres. Nessa sociedade, assim como nas demais coloniais escravistas, as flutuações do mercado internacional de bens primários (açúcar, café, algodão, fumo, rum, etc.) produziam impactos diários na vida dos proprietários, administradores, escravos e autoridades. Para além da variação dos preços, as decisões tomadas na Grã-Bretanha, principalmente após 1803 quando Demerara foi incorporada pelo império inglês, também passaram a exercer forte influência sobre o destino da colônia. A partir desses parâmetros, Emília Viotti busca analisar como que a organização da produção de Demerara influenciava o destino dessa sociedade, delimitando suas possibilidades de ação, assim como apresenta a maneira que se desenvolveram os conflitos entre colônia e metrópole.

O mundo se transformou rapidamente entre o final do século XVIII e o início do seguinte, e tais mudanças tiveram impactos diretos e indiretos na vida em Demerara. A Revolução Industrial, que teve como consequência a expansão das manufaturas inglesas e a difusão do pensamento liberal, junto com a Revolução Francesa e a Revolução do Haiti, trouxeram à tona novas noções sobre igualdade, fraternidade e liberdade que através de um movimento ambíguo, foram incorporadas pelos diferentes sujeitos de Demerara. Dentro desse contexto, marcado por mudanças sociais, econômicas e ideológicas profundas, criou-se uma contradição crescente entre colônia e metrópole. Enquanto nesta se difundia rapidamente o trabalho “livre” assalariado, aquela se tornava cada vez mais dependente da mão de obra escrava.

²⁶⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue ... op. cit.**, 1998, p. 15-16.

²⁶⁵ COSTA, Emília Viotti da. História, metáfora e memória: a revolta de escravos de 1823 em Demerara. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo, Editora Unesp, 2014, p. 127.

Da mesma forma, com a chegada do pensamento revolucionário, acompanhado pelo fortalecimento dos debates abolicionistas, nota-se o acirramento dos conflitos entre senhores e escravos. Muitos escravos começaram a carregar a esperança de conseguir a emancipação justamente em um momento que os fazendeiros exigiam a intensificação do ritmo do trabalho. Ou seja, a visão de totalidade apresentada por Emília Viotti contempla as transformações locais e globais a partir de uma perspectiva que privilegia a análise dos conflitos e dos interesses contraditórios, expressos no acirramento da luta de classe em âmbito regional e internacional.

Como destacamos, não era apenas o mundo exterior que mudava. Entre final do século XVIII e início do seguinte, Demerara também passou por muitas transformações internamente. Esse fenômeno pode ser observado tanto do ponto de vista da organização da produção, com muitas fazendas migrando progressivamente da produção de café e algodão para a produção de açúcar, como do ponto de vista da mentalidade e entendimento do mundo. Os confrontos entre senhores e escravos cresciam e, no esteio desse embate, criaram-se novas noções de justiça, regras e convenções.

Quando os missionários John Wray e John Smith chegaram a Demerara, os conflitos entre senhores e escravos já existiam e a sociedade já se encontrava extremamente polarizada. A tarefa dos missionários era pregar o evangelho para salvar a maior quantidade de almas possíveis, o que incluía os escravos, convertendo-os para o cristianismo e ensinando-os suas normas e regras. Emília Viotti ressalta que, ao chegarem em uma sociedade escravocrata que não conheciam, ignoraram muitas tradições e costumes que regiam o funcionamento da escravidão em Demerara. A partir dessas práticas, criaram rapidamente muitos inimigos e foram acusados de insuflar a desestabilização do sistema vigente.

Após a rebelião de 1823, John Smith e sua esposa foram julgados por, supostamente, instigar os escravos a se rebelar. Ele foi condenado a morte e considerado culpado, com a corte marcial que o julgou atribuindo-lhe papel central na perturbação da ordem na colônia. O objetivo de Emília Viotti é problematizar essa questão e apresentar uma interpretação que articula as diferentes versões sobre a rebelião, destacando os acontecimentos cotidianos, ao mesmo tempo que relaciona os discursos produzidos com os movimentos estruturais e conjunturais da sociedade. Nesse ponto de vista, entendemos que a metodologia adotada por Emília Viotti é inovadora, embora seja possível notar essas mesmas características no seu primeiro livro, mas de forma mesmo sofisticada.

O livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue* está organizado, grosso modo, em duas partes. Na primeira, que abrange os dois primeiros capítulos mais a introdução, a

historiadora apresenta como se conformaram historicamente os conflitos entre colonos e missionários, colonos e metrópole e colonos e escravos. Na segunda, que vai do terceiro ao sétimo capítulo, Emília Viotti analisa as transformações ocorridas local e globalmente desde a chegada do primeiro missionário, John Wray, em 1808, até o julgamento de John Smith, ocorrido em 1824.

Quando a historiadora analisa os inúmeros tipos de conflitos existentes, não os considera em nenhum momento como fenômenos estáticos. Por expressarem necessariamente confrontos históricos, ressalta a importância de termos em mente que a todo momento esses confrontos, de uma forma ou de outra, impulsionam mudanças. Entretanto, em alguns, os conflitos estão mais aflorados e latentes, de forma que as pequenas resistências isoladas podem ser aglutinadas e passam a representar uma real ameaça para a ordem estabelecida. Como a própria historiadora afirma, esses tempos “são tempos de revolução.” Foi nesses tempos que os missionários John Wray e John Smith viveram.²⁶⁶

Muitos fatores indicavam que os tempos eram de mudança. O primeiro grande sinal que explicitava que a ordem tradicional estava sendo abalada pôde ser sentido no terceiro quartel do século XVIII, com as guerras de independência das colônias americanas contra a Grã-Bretanha. A partir de então, iniciou-se um longo debate sobre as regras e costumes vigentes, como o monopólio e os privilégios comerciais, ao mesmo tempo que novas ideias sobre cidadania eram levantadas. O segundo choque a ordem tradicional foi a Revolução Francesa, que suscitou inúmeros debates sobre a organização do Estado, suas atribuições e as mediações que estabelecia com a sociedade. O terceiro grande tremor foi, sem dúvida, a Revolução no Haiti, onde os escravos subverteram o poder dos senhores fazendo reascender os debates sobre a escravidão. De acordo com Emília Viotti, essas três revoluções tiveram diversos significados simbólicos ao desafiar a ordem e suas respectivas normas vigentes. De tal forma, a historiadora os considera na análise para compreender quais foram os seus efeitos na sociedade de Demerara e no império britânico como um todo.²⁶⁷

Na Grã-Bretanha, os debates sobre as reformas políticas e econômicas foram constantes ao longo de todo século XVIII, porém contidos. Entretanto, a partir das revoluções que eclodiam, esses debates rapidamente se proliferaram, principalmente junto aos centros industriais, como por exemplo de Manchester e Sheffield. Dentro desse debate, a pauta da abolição da escravidão ganhou espaço de destaque. A primeira estratégia adotada pelos grupos que defendiam a abolição foi apostar nos confrontos parlamentares, que inicialmente

²⁶⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 23.

²⁶⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 23-24.

mostraram-se frustrantes. A segunda estratégia utilizada foi a defesa pelo boicoto dos produtos que eram fruto da exploração da mão de obra escrava, estimulado através de comitês abolicionistas onde se encontravam médicos, artesãos, barqueiros, comerciantes, donos de manufaturas, clérigos, entre outros. Foi dentro desse contexto que John Smith viveu a sua infância, rodeado pelas ideias abolicionistas que rapidamente se disseminavam entre as classes trabalhadoras.

Emília Viotti ressalta, no entanto, que a defesa pela abolição da escravidão nas colônias estava intimamente relacionada aos interesses de algumas classes sociais na metrópole. Quando se defendia o fim do tráfico, buscava-se ressaltar os princípios democráticos dessa postura. Por sua vez, quando pregavam o fim da escravidão, os interesses estavam voltados para a ampliação dos direitos dos homens livres da metrópole. Dessa forma, embora estivesse relacionada a questões da vida prática, a retórica abolicionista na metrópole possuía um sentido mais metafórico do que literal²⁶⁸. Esse movimento na Grã-Bretanha, embora tenha rapidamente se disseminado, foi brutalmente reprimido pelas classes no poder. Da mesma forma, grupos que previamente apoiavam as pautas libertárias e igualitárias, tendo em vista o aumento do radicalismo desse movimento, recuaram e pediram cautela. Com a declaração de guerra da Inglaterra contra a França, essas posturas passaram a ser duramente censuradas e os principais líderes perseguidos.²⁶⁹

Emília Viotti indica que o debate abolicionista ressurgiu na Inglaterra quando Napoleão tenta restaurar a escravidão no Haiti. A partir do momento que a abolição passou a se vincular aos interesses de expansão do império britânico, podendo ser usada como arma contra a França, diminuíram as repressões, mas mantiveram-se os radicais sob severa vigilância. Cerca de dois anos após o debate sobre a abolição do tráfico ser reintroduzido no parlamento, sua proibição foi aprovada, passando a valer a partir do ano seguinte, em 1808.

Apesar de ainda sufocado, o pensamento radical continuou a existir na Grã-Bretanha, impulsionado principalmente pelas desestabilizações causadas pelos crescentes gastos com a guerra e pelo bloqueio continental imposto por Napoleão, fatores que contribuíam para agravar a situação socioeconômica vivenciada pelos britânicos. Foi através desse amplo fenômeno que o movimento evangélico pode se expandir e angariar novos membros.²⁷⁰

²⁶⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 40.

²⁶⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 25-26.

²⁷⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 27.

É também nesse momento que John Smith alcança a sua maioridade e decide ingressar na London Missionary Society. Como muitos outros jovens que viviam as aflições originadas por momentos de grandes conflitos, torna-se um missionário. Seu objetivo, segundo Emília Viotti aponta, era acabar com as desigualdades gritantes existentes entre ricos e pobres, sem que fosse necessário para isso insuflar uma revolução.

Quando Emília Viotti da Costa debate o caráter que as religiões metodistas possuíam, problematiza a interpretação que E. P. Thompson apresenta em seu livro *The making of the English working class*²⁷¹. Na visão do historiador inglês, esse movimento teria sido responsável por disciplinar os trabalhadores e controlar seus impulsos revolucionários na medida que pregavam a obediência, a disciplina e o apego ao trabalho. Emília Viotti pondera que talvez, de fato, muitos líderes dessas seitas tivessem essa intenção. Entretanto, ressalta a necessidade de analisarmos o outro lado dessa história, destacando três pontos principais.

Em primeiro lugar, nada impede que os desejos dos dirigentes dessas igrejas fossem contestados por seus subalternos. Inclusive indica que talvez estaria aí a razão da cisão entre os Metodistas Primitivos e os Metodistas. Relacionado ao primeiro ponto, Emília Viotti também ressalta que a Bíblia é completamente ambígua, podendo ser usada para justificar as opressões ou para estimular a rebeldia. Em terceiro lugar, pelo fato dos textos bíblicos estarem recheados por inúmeras metáforas, eles podem muitas vezes expressar um caráter simbólico que será interpretado e apropriado por cada fiel através de suas próprias experiências. Dentro desses parâmetros, quando os missionários britânicos, imbuídos de valores de liberdade, fraternidade e igualdade, passam a pregar em uma sociedade escravocrata, suas ideias podem ser apropriadas de formas diversas pelos escravos, configurando-se como um potencial elemento desestabilizador. Segundo defende: “a mensagem do evangelho deu aos oprimidos [escravos] um código para julgar seus opressores.”²⁷² De acordo com a historiadora:

“O metodismo – que no contexto inglês, conforme afirmou E. P. Thompson, era uma ideologia conservadora que visava alienar os operários e domesticar-lhes o trabalho – era visto pelos colonos como profundamente subversivo. Aquilo que para os missionários era meio de controle social, para a maioria dos colonos era fermento revolucionário.”²⁷³

Quando os missionários rumaram para Demerara, embora propusessem salvar “almas” e não “corpos”, não foram bem recebidos pelos fazendeiros. Entretanto, pelo fato de

²⁷¹ THOMPSON, Edward Palmer. **The making of the English working class**. London, Victor Gollancz, 1968.

²⁷² [grifos nossos], ver: COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 28-30.

²⁷³ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 35.

ser um colônia britânica, os fazendeiros foram obrigados a aceitar a presença deles. De toda forma, isso não impediu que os confrontos aflorassem. Os colonos não concordavam com as instruções dadas pelos missionários, que desejavam ensinar os escravos a ler, escrever e introduzi-los nos estudos religiosos. Tampouco aprovavam que fossem tratados como iguais pelos missionários, chamando-os de “irmãos”. Tais ações segundo os colonos iam contra os costumes existentes e impulsionariam, inevitavelmente, uma rebelião escrava. Da mesma forma, eram contra a proibição dos trabalhos aos sábados, ou que os escravos pudessem livremente circular para ir às feiras em Georgetown ou às missas na capela Bethel.²⁷⁴

De acordo com Emília Viotti, no início do século XIX a história parecia tender no sentido oposto aos interesses defendidos pelas classes dominantes de Demerara. As vozes abolicionistas se difundiam rapidamente e a escravidão começava a ser progressivamente contestada, abrindo-se margens para questionamentos quanto a autoridade dos senhores.

Demerara entre 1780 e 1803 mudou de mãos seis vezes, estabelecendo-se a partir de então como colônia britânica. Três quartos das fazendas de Demerara era propriedade de ingleses que majoritariamente não viviam na colônia, contratando um administrador para tocar os negócios. A concentração das propriedades das terras da colônia nas mãos dos britânicos se explica principalmente pelo fato que estes eram os principais credores dos fazendeiros, de tal forma que, ao longo das inúmeras crises econômicas que atingiram Demerara e em decorrência da incapacidade dos fazendeiros em pagar suas dívidas, as propriedades passavam para às mãos dos comerciantes ingleses. Da mesma forma, mesmo para os que conseguiam passar pelas crises, os tempos de bonança foram raros no primeiro quartel do século XIX. Na realidade, o que se nota é a inversão da tendência que até então vigorara, com o preço do café, do algodão e do açúcar alcançando patamares muito reduzidos no mercado internacional.²⁷⁵

Dentro desse quadro, os conflitos entre colônia e metrópole se agravaram. Os colonos, segundo Emília Viotti da Costa defende, estavam presos “à armadilha da lógica capitalista mercantil” e não possuíam liberdade para comercializar com diferentes nações justamente em um período de forte queda dos preços de seus produtos no mercado internacional. Por outro lado, o mesmo processo histórico que impulsionava às ideias abolicionistas, também se vinculava à expansão das exportações dos produtos manufaturados britânicos, os quais passaram a privilegiar outras regiões para além de suas colônias. Diante desses problemas, os colonos se agarraram cada vez mais ao trabalho escravo e se mostraram

²⁷⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 34.

²⁷⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 51.

progressivamente hostis ao pensamento abolicionista ou a qualquer ideologia que pregasse a melhoria das condições de vida dos escravos.

Dado o agravamento da crise econômica, a saída vislumbrada pelos colonos passava pela intensificação do ritmo do trabalho e pela ampliação das nações com quem poderiam comercializar, mantendo-se concomitantemente o acesso privilegiado ao mercado inglês. Em 1823, quando a rebelião estourou, o nível de preços das suas mercadorias alcançava o patamar mais baixo vivenciado até então, ao mesmo tempo que se difundiam com bastante velocidade as ideias abolicionistas.²⁷⁶

Nesse contexto, as ações dos missionários tiveram significados contraditórios. Se por um lado pregavam que os escravos deveriam ser obedientes e submissos a seus senhores, por outro, em decorrência das novas noções de justiça e igualdade que introduziram entre os escravos, aguçavam a esperança pela emancipação. Segundo Emília Viotti defende, é bem possível que as mensagens pregadas pelos missionários fossem interpretadas de formas diversas pelos escravos, podendo haver diferença entre o que os missionários buscavam expressar e o que os escravos de fato entendiam.

Após Demerara se tornar uma colônia britânica, a vida dos escravos sofreu algumas alterações. Entretanto, como a historiadora ressalta, a principal causa dessa mudança não diz respeito à nacionalidade dos fazendeiros, se holandeses ou ingleses, mas ao contexto mais geral de mudanças que todos se inseriam, a despeito dos indivíduos estarem cientes desse movimento mais profundo ou não. O que estava em questão é a maneira que Demerara se reinseria no movimento geral de expansão capitalista após o fim do tráfico e como esse processo afetava os conflitos locais. Segundo a interpretação de Emília Viotti:

“O investimento maciço de capital e a expansão da produção, num momento em que o fornecimento de escravos se reduzia em virtude da interrupção do tráfico, levou os senhores a intensificar a exploração da mão de obra e a cortar muitos ‘privilégios’ dos escravos.”²⁷⁷

Essa situação foi agravada ainda mais pela progressiva migração das culturas agrícolas em Demerara. Em virtude da queda do preço do café e do algodão, muitos fazendeiros passaram a produzir açúcar, atividade que além de exigir maior quantidade de capital, demandava mais dos escravos se comparado com as demais culturas. Para o escravo esse movimento representava, concretamente, mais horas de trabalho em um ritmo maior e mais intenso, menos horas disponíveis para se dedicar à própria horta e menos tempo “livre” para ir às feiras, à cidade ou à igreja.

²⁷⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 53-55.

²⁷⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 63.

Junto às novas circunstâncias econômicas que agravavam a condição de vida dos escravos, os parâmetros de luta também estavam se alterando. Para além das ideias trazidas pelos missionários, o primeiro quartil do século XIX foi marcado por algumas medidas que favoreceram os escravos: a abolição do tráfico em 1808; a implementação pelo parlamento inglês da Registry Bill (1815-16), lei que obrigava os proprietários a cadastrarem seus escravos; e as medidas implementadas em 1823 que visavam melhorar a condição de vida dos escravos. Assim, embora estivessem inseridos em uma ordem que lutava por todas as vias para manter as regras, normas e “acordos” vigentes, criou-se entre os escravos o entendimento que eles possuíam aliados na metrópole e que a rebelião poderia ser bem sucedida. De acordo com Emília Viotti, essas mudanças internacionais, assim como a forma que os escravos e colonos reagiram a elas, só podem ser compreendidas se analisadas no contexto particular que se criou em Demerara.²⁷⁸

Comparada com outras colônias escravistas, Demerara possuía algumas especificidades. Em primeiro lugar, é importante destacar que a região era relativamente pequena, espremida pelos rios Mahaica e Demerara, localizada entre Esséquiibo e Berbice. A lógica adotada, ainda na época da colonização holandesa, foi de instalar as fazendas de forma contígua, interligadas por estradas e canais, resultando em uma grande concentração de escravos em uma área relativamente pequena. Essa disposição das fazendas permitia uma ampla comunicação entre os escravos que, embora proibidos, circulavam pela região.

Nos anos que antecederam a revolta, a população das Colônias Unidas de Demerara e Esséquiibo era composta por 2.500 brancos, a mesma quantidade de negros livres e aproximadamente 77.000 escravos. Entre 1803 e 1805, quando Demerara já pertencia ao império britânico, aumentou-se expressivamente o tráfico, entrando uma média de 20 mil escravos por ano. Após a proibição do tráfico, a população escrava da colônia foi progressivamente caindo, tendo como contrapartida o aumento da população de negros livres. Emília Viotti estima que em uma década após a proibição do tráfico, a população escrava de Demerara reduziu-se em aproximadamente 20%. Essa queda pode ser explicada, para além da redução da entrada de novos escravos, pela elevada taxa de mortalidade acompanhada por uma baixa taxa de natalidade entre os cativos. Como já apontamos anteriormente, a maioria dos proprietários não morava em Demerara, exercendo o controle da produção através dos administradores. Em vista do pequeno convívio que os proprietários possuíam com os escravos, Emília Viotti indica que as práticas paternalistas não eram comuns em Demerara.²⁷⁹

²⁷⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** op. cit., 1998, p. 66.

²⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** op. cit., 1998, pp. 19-21; 67; 73; 77.

A redução da população cativa de Demerara ocorreu justamente em um momento que os proprietários desejavam aumentar o ritmo do trabalho e se apegavam cada vez mais à mão de obra escrava. Embora algumas máquinas tenham sido introduzidas, ganhando-se em produtividade, a intensidade do trabalho também aumentou, tendo como consequência a redução do tempo que os escravos possuíam para se dedicar a suas hortas ou para as demais atividades que estes desejavam fazer, como vender a produção excedente nas feiras ou se reunirem para as obrigações religiosas e festividades. O declínio da população de escravos foi duramente sentido pelos fazendeiros, principalmente pelo fato de ter ocorrido em um período que se expandiam as áreas plantadas e mudavam progressivamente a produção para o açúcar. A situação se agravava ainda mais pois, além exigir mais mão de obra e impor um ritmo de trabalho mais acelerado, ao longo da produção do açúcar existiam mais possibilidades de sabotagem, sendo necessário dessa forma uma maior vigilância por parte dos fazendeiros e administradores.

Uma outra característica da sociedade de Demerara era a grande quantidade de escravos pertencentes a indivíduos que não eram fazendeiros. Dentro desse arranjo, cresceu a importância dos escravos alugados que, via de regra, eram designados para as tarefas mais árduas e perigosas, logo, mais desgastantes. Entretanto, justamente pelo fato de circularem mais entre as fazendas, esses escravos de aluguel tiveram um papel fundamental na articulação da rebelião já que criavam redes de solidariedade em diferentes localidades. Embora esses escravos de aluguel estivessem mais vulneráveis às arbitrariedades, o regime de trabalho em Demerara era extremamente intenso para todos. Emília Viotti indica que os escravos trabalhavam em média 12 horas por dia, estando constantemente ocupados, sem tempo suficiente para realizar suas refeições e com poucas pausas para o descanso.²⁸⁰

De toda forma, apesar de estarem submetidos à autoridade dos fazendeiros e dos administradores, existiam normas, regras e costumes que guiavam o que era considerado aceitável pelos escravos. Nos momentos que essas normas eram violadas, era comum que os escravos se rebelassem, sendo destacado por Emília Viotti que não raro os escravos sabotavam a produção ou mesmo organizavam pequenas greves. Segundo defende, os escravos “construíram uma noção de ‘direito’ a partir das leis e dos costumes” vigentes na sociedade escravocrata de Demerara e herdadas das diferentes culturas que a compunham (inglesa, holandesa, dos missionários, africanas, etc.).

²⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 85-87.

Como já destacamos anteriormente, a interpretação de Emília Viotti da Costa não está pautada pela ideia de paternalismo. Muito pelo contrário. Podemos entender as lutas que travavam e suas reivindicações através do que a sociedade como um todo considerava como aceitável para se reproduzir a vida dos escravos, o que inclui, inclusive, a perspectiva destes. Em nossa opinião, a abordagem de Emília Viotti se aproxima daquilo que Karl Marx atribui como nível tradicional de vida historicamente construído pelas sociedades, exposto em algumas passagens dos *Grundrisse* e no texto *Salário, Preço e lucro*²⁸¹.

Como forma de contestar as violações das “normas”, alguns escravos faziam queixas aos fiscais de Demerara, responsáveis por julgar as arbitrariedades dos fazendeiros. Entretanto, Emília Viotti indica que, apesar do governador de Demerara e as autoridades estrangeiras incentivarem que os escravos fizessem suas queixas, estas eram geralmente rejeitadas pelos fiscais que constantemente tomavam o lado dos fazendeiros ou administradores. De toda forma, ressalta que embora a maioria das queixas feitas pelos escravos não fossem acatadas, é curioso notar que elas continuaram a ocorrer, mesmo que através de uma minoria:

“Esses registros deixam claro que, enquanto os senhores sonhavam com o poder total e a obediência cega, os escravos entendiam a escravidão como um sistema de obrigações recíprocas. Eles presumiam que entre senhores e escravos havia um contrato tácito, um texto invisível que definia regras e obrigações, um texto que usavam para avaliar qualquer violação a seus ‘direitos’. Os escravos esperavam desempenhar ‘uma quantidade razoável de trabalho’, a ser definida conforme as normas do costume e proporcional à força e competência dos trabalhadores individuais. Em troca, atribuíam-se o direito de receber uma cota de alimentos e roupas conforme o costume, de ter o tempo necessário para fazer suas refeições, de ter acesso à terra e tempo ‘livre’ para cultivar suas hortas e áreas para provisões, de ir à feira e à capela e de visitar parentes e amigos. (...) Também acreditavam que não deveriam ser castigados caso cumprissem as tarefas satisfatoriamente e se comportassem de acordo com as regras (...). Sempre que essa norma fosse violada e o ‘contrato’ implícito rompido eles se sentiam no direito de protestar”²⁸²

Da mesma forma, para além das normas e costumes que guiavam a sociedade escravocrata de Demerara, Emília Viotti aponta que os escravos também cultivavam alguns “direitos ocultos”. Esses direitos, muitas vezes silenciados e que não eram manifestados explicitamente, abarcavam a ideia que cada um deveria usufruir do fruto do próprio trabalho, formar e manter uma família tendo como parâmetro os próprios critérios, não serem separados de suas famílias e de poder circular livremente, sem que para isso fossem obrigados a possuir

²⁸¹ Costa, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 89. Ver também: Marx, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 135-181; Marx, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p. 434-435.

²⁸² COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 99-100.

uma permissão de outra pessoa. Em outras palavras, mantinham aceso o “direito oculto” de definirem suas vidas a partir de suas próprias regras e costumes. Tais direitos, por não serem abertamente expressos, só podem ser identificados através dos comportamentos adotados pelos próprios escravos.

Esses direitos ocultos se tornavam públicos nos momentos que os escravos viam uma oportunidade para que as “normas” defendidas fossem reconhecidas. Emília Viotti entende que em Demerara, esses momentos afloraram junto com o ressurgimento dos debates abolicionistas, com a adoção de algumas práticas que beneficiavam os escravos, como por exemplo a proibição de açoite contra as mulheres, e também com a pregação dos missionários que defendiam a proibição dos trabalhos aos sábados e estimulavam os escravos a participarem dos serviços religiosos. Essas medidas e ações foram apropriadas pelos escravos, que rapidamente as incorporaram como ‘direitos’ conquistados.²⁸³

Emília Viotti ressalta que, apesar da maioria dos confrontos entre senhores e escravos se concentrar nas disputas sobre a relação de trabalho, entende que estas não eram as únicas razões que levavam os escravos a se rebelar. Muitos atritos surgiram em Demerara em decorrência das diferentes noções que existiam sobre o que era considerado certo ou errado, justo ou injusto. Essas noções, segundo defende a historiadora, são construídas tanto a partir das leis escritas, quanto dos costumes praticados ou herdados. A criação dessas novas noções está relacionada ao processo de formação de uma nova cultura partilhada pelos negros, que aos poucos perdem suas identidades iniciais ou ancestrais, com a memória se esvaecendo, e a reconstroem a partir dos novos parâmetros vigentes na sociedade que foram inseridos. E como se pode esperar, muitos embates surgiram ao longo da formação dessa nova cultura, com a classe dominante reprimindo os potenciais aspectos subversivos, ao mesmo tempo que outros menos conflitantes eram perpetuados e permitidos. Assim como a classe dominante se apropriou de muitos aspectos e símbolos das culturas reproduzidas pelos escravos, o movimento inverso também foi verdadeiro. Tendo em mente essa perspectiva, Emília Viotti afirma:

“Os escravos também se apropriavam (no limite imposto pela escravidão) de símbolos, valores e práticas da cultura dos senhores. Esse processo complexo de ‘euro-afro-crioulização’ é essencial para compreensão da rebelião de 1823.

Para nós, o que importa aqui é apenas lembrar que, no que concerne aos escravos, sua avaliação dos senhores, os motivos para protestar e as noções de ‘direito’ nasceram de uma variedade de experiências que incluíam a lei escrita (local ou da metrópole), os direitos consuetudinários decorrentes da lida diária com os senhores, funcionários públicos e missionários, e as memórias do passado africano. Ecos da África e da Europa ressoavam numa polifonia dissonante em Demerara. E quando os rebeldes de

²⁸³ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 100.

1823 falaram de seus direitos, levaram às últimas consequências uma longa história de lutas por justiça.”²⁸⁴

As grandes rebeliões não foram a única estratégia de luta adotada pelos escravos de Demerara. Essas práticas exigiam uma ampla organização e planejamento, além de representar um enorme risco por serem implacavelmente reprimidas. As formas mais comuns eram as resistências cotidianas que buscavam melhorar o sistema. Como Emília Viotti ressalta, há uma diferença qualitativa entre resistência e rebelião. Enquanto a primeira visa melhorar as condições de vida do sistema vigente, a segunda tem o objetivo de derrubá-lo. Entretanto, embora possuíssem significados e implicações distintas, ressalta que é um equívoco analisar essas duas formas de protesto como se fossem excludentes. Em suas palavras:

“Embora nem todos os atos de resistência levem a rebeliões, sem as pequenas resistências as rebeliões se tornam quase impossível. Foi na resistência cotidiana que os escravos reafirmaram o apego a seus ‘direitos’ e testaram os limites do poder senhorial. Foi na resistência cotidiana que o ressentimento dos escravos cresceu, que laços de solidariedade se fortaleceram, que líderes se formaram e que atos de desafio individuais se converteram em protesto coletivo.”²⁸⁵

Só depois de ter analisado toda essa problemática, com muito mais rigor e densidade que a exposta nessa dissertação, expressa na construção dos conflitos criados entre colônia e metrópole, colonos e missionários e colonos e escravos, que Emília Viotti da Costa mergulha no processo histórico que levou aproximadamente 11 mil escravos de Demerara a se rebelar, exigindo que seus ‘direitos’ fossem atendidos. Com o objetivo de apresentar e recuperar a interpretação proposta por Emília Viotti, iremos no ponto seguinte expor de forma sintética o desenrolar dessa trama.

3.3.3 A revolta escrava de Demerara em 1823.

John Wray foi o primeiro missionário da London Missionary Society (LMS) que desembarcou em Demerara. Antes de sua chegada, nenhum outro indivíduo havia dado instruções sobre o cristianismo aos escravos. Os colonos temiam pela vinda de missionários e acreditavam que estes insuflariam os escravos à rebeldia. À convite de um fazendeiro holandês, Hermanus Hilbert Post, John Wray partiu da Inglaterra e foi acolhido na fazenda Le Resouvenir em fevereiro de 1808, localizada na Costa Leste de Demerara. Na fazenda de Post viviam 375 escravos, os quais trabalhavam nas plantações de café, algodão e cacau. O pedido feito pelo fazendeiro holandês desagradou muitos membros da classe dominante de Demerara que afirmavam que essa medida transformaria a região em um novo “Haiti”. Embora as

²⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 105.

²⁸⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 109.

autoridades proibissem qualquer “reunião” entre os escravos, poucos meses depois da chegada de Wray foi construída na fazenda a capela Bethel. Tendo como base os registros do diário do missionário, Emília Viotti indica que no dia da inauguração da capela estiveram presentes alguns brancos e aproximadamente 600 escravos.²⁸⁶

Post, diferentemente da maioria dos fazendeiros de Demerara, era um homem bastante devoto e religioso. Com o objetivo de incentivar seus escravos no “caminho da salvação”, permitiu que aos sábados estes fossem à feira da cidade, deixando o domingo “livre” para as obrigações religiosas. Apesar do acolhimento dado por Post, Wray não foi bem recebido na colônia, tanto pelos escravos, pelo fato de ter demorado para ganhar a confiança deles, quanto pelos demais fazendeiros, que lhe faziam oposição. A estratégia adotada por Wray para enfrentar a oposição dos fazendeiros era contatar a LMS através de cartas ou petições, a qual acionaria as pessoas do governo britânico que eram simpáticas ao trabalho dos missionários para intermediar os conflitos. Esse foi o padrão desenvolvido por Wray e perpetuado anos mais tarde por John Smith.

A principal tarefa de Wray e de sua esposa, Ashford, que chegara tempos depois, era salvar as “almas” dos escravos. Ele ficara encarregado de realizar as pregações e ela de instruir as crianças e as mulheres. Diferentemente do outro casal de missionários, Davies e Sanders, Wray e Ashford acabaram adotando uma postura mais conflitante, difundindo noções sobre respeito e controle social diferentes das defendidas pela classe dominante de Demerara. A missão de Wray e Ashford era quase impossível. Para garantir a sua estadia precisava ganhar a confiança dos escravos ao mesmo tempo que conquistava o apoio dos senhores, ações que para uma sociedade escravocrata eram extremamente contraditórias.²⁸⁷

Uma das atividades desenvolvidas foi ensinar os escravos a ler e escrever, tarefa que se mostrou produtiva em diversos casos. Para além da leitura bíblica, os escravos também foram introduzidos a alguns livros comuns aos missionários britânicos e, através dessas leituras, ampliaram suas percepções sobre o mundo de seus senhores. Para Wray, ensinar os escravos a ler e escrever não significava necessariamente uma ameaça. Em sua visão, ao contrário do que afirmavam seus opositores, essa medida reforçaria a obediência, a submissão e a disciplina, guiando os escravos no caminho ordeiro do trabalho. Além do mais, em sua opinião os escravos já estavam familiarizados com o debate abolicionista e tinham pleno conhecimento das regras da escravidão. Em outras palavras, na sua perspectiva essa prática visava estimular o aperfeiçoamento do controle social, não a desordem. Entretanto, como

²⁸⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 114-115.

²⁸⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 118-121.

Emília Viotti ressalta, os instrumentos de controle social defendidos por Wray eram compatíveis apenas com as sociedades com trabalhadores “livres”, não em Demerara, construída em cima da escravidão.²⁸⁸

Para ilustrar como os conflitos se formaram em Demerara e suas especificidades, Emília Viotti problematiza o posicionamento do governador das Colônias Unidas de Demerara e Esséquibo, o general-de-divisão John Murray, que era ao mesmo tempo um fazendeiro na colônia e alguém que tinha feito carreira militar no exército britânico. Sua situação era extremamente delicada. Era obrigado a agradar tanto os ingleses quanto os colonos em um momento marcado por grandes perturbações sociais. Assim como a maioria dos fazendeiros, Murray era contrário a instrução dada pelos missionários aos escravos, principalmente o ensino da leitura. Emília Viotti, com sua enorme capacidade de síntese, descreve a situação que o governador se encontrava:

“Como todos na colônia – escravos, senhores, administradores, comerciantes e missionários –, Murray estava enredado numa contradição histórica sobre a qual não tinha controle. A luta constante entre senhores e escravos estava sendo redefinida por uma tendência nova e, para muitos, perigosa. Os interesses dos colonos e os da metrópole pareciam mover-se em direções opostas e se tornava cada vez mais difícil satisfazer a ambos. Toda essa mudança fazia parte de um processo histórico marcado por lutas entre os que defendiam noções tradicionais sobre hierarquia social, formas de disciplina e castigo, educação e direitos políticos, mão-de-obra e comércio e os que repudiavam tais noções em nome de uma nova ordem social na qual não havia lugar para escravidão e monopólio. E, o que era pior, os escravos vinham se tornando mais ousados. Nesse mundo em mudanças, o papel do governador Murray era cada vez mais difícil de ser desempenhado, particularmente porque ele próprio era proprietário de uma fazenda na Costa Árabe, entre Demerara e Esséquibo.”²⁸⁹

Embora John Wray objetivasse através do ensino da leitura e da instrução religiosa tornar os escravos mais disciplinados e obedientes a seus superiores, a oposição a seu trabalho continuou, não exatamente pelo que ele pregava, mas pelo que simbolizava. O envolvimento pessoal de Wray e seu relacionamento com os escravos não eram aceitos pelos fazendeiros. Pela maior proximidade que estabeleceu com os escravos, Wray passou a intermediar os conflitos entre estes e os fazendeiros ou administradores. Muitos escravos se queixavam da intensidade do trabalho nas fazendas, das proibições de frequentarem a capela e por serem forçados a trabalhar aos domingos. Apesar dos interesses dos escravos se aproximarem do que Wray desejava, dado a necessidade de se aumentar a produção em um momento que a mão de obra escrava se tornava mais escassa, os fazendeiros não tinham interesse em atender as reivindicações do missionário e muito menos dos escravos.²⁹⁰

²⁸⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 122-123.

²⁸⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 125.

²⁹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 128-129.

Dentro de sua tentativa de ao mesmo tempo ganhar o apoio dos fazendeiros e conquistar a confiança dos escravos, apenas esta se mostrava mais frutífera. Muitos escravos, de diferentes fazendas, começaram a frequentar a capela e a tornaram um local de encontros e reuniões. Entretanto, segundo defende Emília Viotti, nem todos os escravos estavam necessariamente interessados nas instruções religiosas, mas continuavam a frequentar a capela usando-a como ponto de encontro e para se livrarem, mesmo que momentaneamente, do controle de seus senhores. Alguns escravos nunca tinham ouvido falar de Jesus e as ideias de Wray sobre o pecado e a morte trouxeram novas perspectivas de mundo para essas pessoas. A maioria dos escravos havia vivido sobre os costumes africanos e era através dessa ótica, junto com as demais visões de mundo presentes na colônia que também conformavam sua cultura, que reinterpretavam o novo mundo no qual foram inseridos. Emília Viotti aponta que em 1817, alguns anos antes da eclosão da revolta, a população escrava da colônia era composta por 55% de africanos, índice que nos ajuda a entender o peso que essas tradições ainda possuíam entre os negros.²⁹¹ Segundo defende Emília Viotti:

“(...) embora os rituais ocupassem um lugar importante em todas as religiões africanas, eles eram relativamente flexíveis, pragmáticos e experimentais. Isso deu às religiões africanas grande capacidade de sobreviver e ao mesmo tempo assimilar outras fês e práticas.”²⁹²

Frente à crescente oposição que os colonos começaram a fazer ao trabalho de John Wray, sua permanência em Demerara tornou-se inviável. Em 1813 ele se mudou para Berbice, sendo substituído por um novo missionário, Richard Elliot, que sabia dos confrontos existentes e adotou uma postura mais conivente com que os fazendeiros e administradores defendiam. Diferentemente de Wray, Elliot não conseguiu ganhar a confiança dos escravos, que ao invés de frequentar a capela, passaram a sabotar o novo missionário. Elliot parou de pregar em Bethel e passou a concentrar suas atividades em Georgetown, instruindo principalmente os brancos.

De Berbice, John Wray continuou a procurar um bom substituto para realizar as pregação entre os escravos na fazenda Le Resouvenir, onde localizava-se a capela Bethel. Ciente do acirrado clima de tensão criado entre fazendeiros, administradores, missionários e escravos, recomendava à London Missionary Society que o novo missionário deveria ser prudente, paciente, perseverante e, sobretudo, apto a intermediar os conflitos entre brancos e negros. Embora a LMS tenha se dedicado a procurar um bom substituto, a ida de John Smith

²⁹¹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 133.

²⁹² COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 134.

para Demerara foi, segundo Emília Viotti, obra do acaso, não sendo necessariamente a pessoa mais preparada para cumprir esses objetivos.²⁹³

John Smith, estudante seminarista em Gosport, marceneiro de profissão e uma pessoa de poucos recursos, ingressara na LMS em janeiro de 1816 e em poucos dias fora designado para ser missionário em Demerara. O principal receio dos que foram contra a indicação de Smith era se ele conseguiria garantir a confiança dos fazendeiros sendo uma pessoa das “condições mais humildes”. Frente às incertezas quanto a capacidade de John Smith, o seu embarque foi postergado por algum tempo. Mas após insistência de sua parte, onde pedia que a LMS reanalisasse sua candidatura para ser missionário em Demerara, foi ordenado em 12 de dezembro e zarpou rumo ao novo destino alguns dias depois junto com sua esposa Jane Godden, chegando em terra firme em 23 de fevereiro de 1817. Quando embarcaram, ele tinha por volta de 25 anos e ela 22. Trocavam-se os missionários, mas não os conflitos. Dentro dessa problemática, a historiadora questiona: seria Smith e Godden capazes de pregar aos escravos a palavra do evangelho de forma que lhes fossem compreensiva, evitando a irritação dos senhores?²⁹⁴

Segundo Emília Viotti defende, o casal, embora provenientes das classes pobres, conseguiu uma relativa estabilidade financeira trabalhando como missionários e abraçaram a ideologia “pequeno burguês”, comum aos produtores independentes. Essa ideologia garantia recompensas aos que fossem bem disciplinados, austeros e que trabalhassem com afinco. Entretanto, era impossível esquecer o passado de pobreza que viveram, o qual fora responsável, segundo a historiadora afirma, pelo desenvolvimento de um senso aguçado para as injustiças e iniquidades que avaliavam “segundo o padrão que a ideologia do pequeno produtor (...) fornecia”. Essa ideologia, comum aos trabalhadores das classes baixas da Inglaterra, misturava-se com o pensamento abolicionista que, às vésperas do embarque de Smith, atingira o seu apogeu.²⁹⁵ Para Emília Viotti:

“Na qualidade de antigo artesão-aprendiz e missionário evangélico, Smith fora particularmente suscetível à campanha antiescravista (...). O discurso abolicionista propiciou-lhe um código segundo o qual avaliava sua experiência na sociedade escravista de Demerara. Esse discurso legitimava a hostilidade contra a opressão e a arbitrariedade. E também fazia com que ele visse capricho e injustiça onde outros viam necessidade, e história onde outros viam natureza.”²⁹⁶

John e Jane, assim como os antigos missionários, passaram a viver na fazenda Le Resouvenir, onde tinham a disposição uma casa em condições precárias, mais

²⁹³ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 157.

²⁹⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 160.

²⁹⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 163-164.

²⁹⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 165.

aproximadamente 200 libras mensais para os demais gastos, providenciados pelo administrador da propriedade. Assim que chegou em Demerara, foi comunicado pelo governador que não seriam aceitas pregações aos escravos sem autorização, algo que ele até então não possuía. Porém, mesmo sem autorização, voltou a celebrar pregações na capela Bethel, todavia preocupado com tom e as passagens que apresentaria para não criar indisposição com os fazendeiros.²⁹⁷

Com o objetivo de conciliar os ensinamentos religiosos com os trabalhos dos escravos, realizava suas pregações aos domingos depois dos serviços que, via de regra, eram impostos pelos fazendeiros. Para instigar o interesse dos escravos, frequentemente fazia comparações das passagens das escrituras com suas vidas, privilegiava o velho testamento que segundo acreditava era preferido pelos escravos, além de comunicar-se da forma mais simples e compreensível possível. Acima de tudo, encorajava os escravos a fazer perguntas e a participar das tarefas da congregação.

Também deve-se destacar que, como membro de uma igreja evangélica independente, estimulava que os membros da congregação tivessem autonomia e iniciativa. Apenas um mês após sua chegada, foram eleitos cinco diáconos, todos escravos, que o ajudariam na pregação em suas respectivas fazendas, além de informarem Smith da situação da congregação. Os diáconos possuíam um papel importante dentro da congregação, sendo-lhes atribuídas inúmeras tarefas de responsabilidade e fundamentais para seu bom funcionamento. Quamina, que era carpinteiro na fazenda Success, virou rapidamente o diácono preferido de Smith por ser alguém que estava a par da situação geral da congregação, além de ser respeitado entre os escravos e os homens livres.²⁹⁸

Emília Viotti afirma que: “Smith tinha ido para Demerara converter os escravos à causa de Cristo, mas estava sendo convertido à causa dos escravos.” Cada vez mais próximo dos membros da congregação, Smith começou a se solidarizar com os escravos e se opor a seus opressores. Essa proximidade pode ser expressa também através da confiança e respeito que os escravos passaram a ter pelo missionário, estando mais presentes à capela, retribuindo-lhe com doações e dízimos, ou mesmo chamando o missionário para intermediar conflitos. Para a historiadora:

“Como Wray (ou talvez até mais), Smith parecia ter ganho a confiança dos escravos – embora, como provaram os acontecimentos, nunca tivessem chegado a confiar nele inteiramente. E (mais uma vez como Wray) ele se envolveu inteiramente nos muitos conflitos e aflições dos escravos.”²⁹⁹

²⁹⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 168-176.

²⁹⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 177.

²⁹⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 180.

Através dos acontecimentos que passou a vivenciar, principalmente quando intermediava conflitos, Smith começou a ter progressivamente uma postura mais crítica a escravidão, considerando-a contrária ao que entendia que deveria ser uma sociedade cristão. Emília Viotti expõe essa mudança de postura do missionário analisando os registros de seu diário, repletos de queixas e reclamações sobre a atitude dos proprietários, onde detalha as agressões e os castigos praticados. Dentre as inúmeras passagens narradas por Emília Viotti, uma resume bem o pensamento do missionário frente a sociedade escravocrata de Demerara: “não me surpreenderia se eles [os escravos] irrompessem numa rebelião aberta. Todavia, espero que não.” Contudo, a ação contra a escravidão foi posta em prática pelo casal em alguns casos, principalmente quando se posicionavam a favor dos escravos e rompiam os limites impostos a suas atividades religiosas.³⁰⁰

Se os fazendeiros já eram contrários às atividades desenvolvidas por Smith, com o seu posicionamento em prol dos escravos, a situação se agravou ainda mais. Segundo Emília Viotti indica, os escravos também perceberam o agravamento entre missionários e colonos e interpretaram a situação a partir de suas próprias visões. Para os escravos, esse conflito indicava que eles possuíam um aliado, além de presumirem, assim como fizeram nos tempos de Wray, que os missionários tinham grande influência no governo britânico, que os apoiariam.³⁰¹

Quando a revolta dos escravos estourou em 1823, os fazendeiros, administradores e autoridades logo acusaram os missionários e abolicionistas como culpados. Segundo suas visões, os escravos só se rebelariam caso tivessem algum tipo de auxílio já que eram considerados incapazes de agir por conta própria. Ao analisar a extensa documentação produzida pelo julgamento da revolta, Emília Viotti nos alerta para alguns pontos importantes. Por se tratar de um julgamento político, é necessário nos atentarmos para as possíveis distorções das versões, muitas das quais foram produzidas pelos brancos ou por negros aterrorizados pela possibilidade de serem incriminados. Da mesma forma, muitas das perguntas, expressões e palavras existentes nessa documentação se relacionam mais à visão dos brancos e suas noções de mundo, podendo haver diferenças caso os negros se expressassem livremente, não só apenas respondendo o que foram questionados, mas expondo aquilo que consideravam mais importante. Ou seja, a historiadora chama a atenção para a

³⁰⁰ [grifos nossos]. Ver: COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 187.

³⁰¹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 191.

dificuldade de analisar essa documentação que em muitos casos é vaga, imprecisa e incompleta.

Emília Viotti ressalta que, apesar da enorme documentação existente, ninguém conseguiu precisar com exatidão quando a ideia da sublevação dos escravos foi formada em suas cabeças, tampouco conseguiram definir qual era a principal motivação. Algumas versões apontam que o objetivo era tomar o controle da colônia à força, outras diziam que se tratava de uma greve, enquanto outros afirmavam que a rebelião foi uma forma para fazer valer as leis aprovadas na Inglaterra que visavam melhorar a condição de vida dos escravos mas que os fazendeiros e administradores se recusavam a implementar. Da mesma forma, Emília Viotti indica que também não é possível saber se os escravos pensavam que as leis aprovadas lhes concederiam a liberdade ou alguns dias de folga na semana. Também não é possível confirmar quando o plano da rebelião começou a ser elaborado. De acordo com uns, havia mais de um ano que alguns escravos planejavam se rebelar, fato que é corroborado pelas tentativas prévias de revoltas em 1820 e 1822. Segundo Emília Viotti defende, é bem possível que alguns fatos isolados de fugas e sabotagens antes da revolta eclodir ajudaram a reforçar o clima de insatisfação entre os escravos e que, de fato, a revolta tivesse sido planejada com antecedência.³⁰² Na interpretação da historiadora:

“A conspiração poderia estar sendo tramada havia algum tempo. Essa interpretação parece ainda mais plausível se considerarmos que a redução do número de escravos, a queda nos preços das mercadorias e a transição para o açúcar ocorrida em algumas fazendas da Costa Leste fizeram com que os senhores aumentassem a exploração da mão-de-obra e transgredissem os direitos costumeiros dos escravos exatamente no momento em que a retórica dos abolicionistas britânicos e a pregação dos missionários evangélicos intensificavam tanto as noções de direito quanto os anseios de liberdade. Em Demerara, a oportunidade apresentou-se quando ocorreram duas situações contraditórias (...). A primeira aconteceu em maio de 1823, quando o governador Murray reeditou a proclamação de Bentinck proibindo que os escravos comparecessem à capela sem os passes. A segunda ocorreu algumas semanas depois, quando os rumores de emancipação começaram a se espalhar pela colônia.”³⁰³

Segundo Emília Viotti aponta, o motivo que levou o governador Murray a exigir que os escravos tivessem permissão para ir à capela foi gerado por conflitos em uma fazenda na Costa Leste, onde os escravos estavam destinados a morrer pelo direito de praticarem a religião, atitude que ia contra os interesses dos administradores. Em vista de evitar possíveis confrontos mais acirrados, o governador reeditou a lei, exigindo que todos os escravos que frequentassem a capela tivessem permissão expressa de seu proprietário. Entretanto, ao invés de acalmar os ânimos, o resultado foi o oposto, acirrando-se ainda mais a tensão entre

³⁰² COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 207.

³⁰³ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 209.

senhores, escravos e missionários. A notícia foi pessimamente recebida pelos escravos e por Smith. Porém, um mês depois a situação já estava relativamente apaziguada, mas como ressalta Emília Viotti, “a semente da discórdia havia sido semeada”.³⁰⁴

Foi dentro desse contexto que rumores de liberdade passaram a circular entres os escravos da Costa Leste de Demerara. De acordo com os escravos, leis que os beneficiavam teriam sido aprovadas na metrópole, mas as autoridades locais se recusavam implementar. De fato, Thomas Fowell Buxton, uma das principais referências do movimento abolicionista britânico, apresentara uma monção no parlamento inglês que exigia que a escravidão fosse abolida gradualmente em todas as colônias britânicas através da maior concessão de alforrias, facilitando a instrução dos negros, incentivando o casamento entre escravos, permitindo que estes tivessem o domingo livre para as obrigações religiosas, além de defender que os testemunhos dos escravos passassem a ser aceitos para se combater os abusos e arbitrariedades dos proprietários. Antes de ser aprovada, a monção foi reeditada pelo Ministro das Relações Exteriores, reforçando que o sentido da abolição deveria ser compatível com a “justiça”, “equidade” e, sobretudo, considerando os interesses da propriedade privada. Através de muita cautela, essas medidas foram retransmitidas à colônia como uma recomendação.³⁰⁵

Como é de se esperar, essas recomendações foram amplamente questionadas por muitos colonos de Demerara que alegavam que a metrópole tentava interferir de forma imprudente e indevida. Por sua vez, os negros interpretaram essas medidas como “novas leis” que os emancipariam. Alguns, inclusive, chegaram a pensar que a liberdade seria alcançada de forma imediata. De acordo com que Emília Viotti defende, assim que souberam das “novas leis”, os escravos passaram a espalha-las, as quais foram interpretadas de formas diversas. A rede de comunicação criada entre os escravos, descrita com detalhes por Emília Viotti, é impressionante. A historiadora apresenta com grande maestria como a informação sobre as “novas leis” começaram a circular entre os escravos, os vínculos que possuíam, como organizaram o plano e quais foram suas estratégias de ação. Do ponto de vista da trama da revolta, o quinto capítulo do livro poderia ser considerado como uma obra de arte pela enorme capacidade narrativa apresentada por Emília Viotti, sem em nenhum momento perder o rigor histórico.³⁰⁶

³⁰⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 212.

³⁰⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 213-214.

³⁰⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 214-235.

Entre os principais articuladores da rebelião estavam: Quamina, principal diácono da congregação de Smith; Jack Gladstone, filho de Quamina; Daniel, escravo pertencente ao governador Murray; Susanna, escrava que foi ex-companheira de Jack Gladstone e na época da revolta era esposa do administrador da fazenda Success; Richard, escravo pertencente a fazenda Success que fugira semanas antes da rebelião mas reaparecera quando ela estourara; entre muitos outros, como Bristol, Paris, Dumfries, Billy e Jacky Reed.

O missionário John Smith não teve participação na organização do plano. Emília Viotti indica que através do diário do missionário é possível notar que este pouco sabia de toda trama da revolta. A historiadora afirma que quando Quamina e Bristol decidiram ir perguntar ao missionário John Smith se este sabia das “novas leis” aprovadas pelo governo britânico, o missionário afirmara que não sabia de nada e que tal notícia não passaria de um rumor sem importância. A posição de Smith não foi capaz de convencer os escravos e alguns começaram a se questionar da lealdade do missionário. A notícia já havia se espalhado pelo campo e pela cidade e aparentemente, segundo as informações recolhidas pela rede de comunicação dos escravos, o governador estava se negando a acatar as novas regras.³⁰⁷

De fato, a desconfiança que os escravos passaram a ter de Smith tinha fundamento. Pouco tempo após ter conversado com Quamina e Bristol, o missionário comunicou a alguns fazendeiros e administradores sobre a agitação entre os escravos. Entretanto, a sorte já estava sendo lançada. Ao mesmo tempo que Smith contava o que sabia sobre a agitação escrava, Quamina e Jack articulavam com os escravos Smart e Dumfries para que fossem à maior fazenda da Costa Leste, onde viviam mais de seiscentos escravos, para espalhar a notícia que as autoridades da metrópole tinham ordenado a emancipação dos escravos, mas os colonos se recusavam a aceitar essas medidas. Após a visita de Smart e Dumfries, foi comunicado a Jack e Quamina que os negros que habitavam os quilombos seriam chamados. Entre os inúmeros laços de solidariedade que se formaram, Emília Viotti ressalta que muitos dos escravos que lideraram essa rebelião eram da mesma etnia, possuíam grande proximidade de parentesco e quase todos haviam participado alguma vez das reuniões na capela Bethel, ainda que nem todos fossem membros da congregação. Da mesma forma, muitos que tramaram a conspiração eram artesãos ou escravos de aluguel.³⁰⁸

Jack Gladstone e Quamina aos poucos se consolidaram como os grandes articuladores da rebelião, apesar da maior hesitação deste. No plano que vislumbravam, seria necessário ter ao menos um escravo em cada fazenda para informar aos demais quando a hora

³⁰⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 221.

³⁰⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 222 e 227.

de se rebelar chegasse. De acordo com que Emília Viotti aponta: “a escolha recaiu naturalmente sobre os ‘professores’ de catequese” pelo respeito e inserção que possuíam entre os escravos de cada fazenda, embora nem todos os líderes fossem professores.

Ao final da tarde de 17 de agosto de 1823, um domingo, um grupo de escravos se reuniu para fazer os últimos preparativos. Após os serviços religiosos, escravos de cada fazenda deveriam se reunir para decidir como dominariam os brancos. Emília Viotti relata o que fora combinado:

“Depois de muito debate, os escravos finalmente concordaram em começar o levante na noite de segunda-feira e confinar administradores e feitores nos troncos, tomando-lhes armas e munição. Os escravos pretendiam forçar o governador a lhes dar liberdade ou pelo menos alguns dias na semana. O disparo de tiro seria o sinal. Billy e Jacky Reed comandariam a região de Mahaica, Joseph, Telemachus e Sandy começariam na Bachelor’s Adventure e tomariam o rumo oeste, descendo a costa até encontrar Paris, e rumo leste em direção a Mahaica até encontrar Jack Reed. Mars e Azor avançariam o mais que pudessem em direção à cidade. Joe se encarregaria da fazenda de Simpson. Os escravos da Thomas subiriam a costa na direção da Success e não tentariam ir para a cidade, onde se concentrava o poder militar da colônia.”³⁰⁹

A primeira fazenda a se rebelar foi a Success, rapidamente seguida pelas demais. Rebelaram-se entre 9 e 12 mil escravos em sessenta fazendas na Costa Leste de Demerara. Apesar das diferentes motivações que impulsionaram os cativos a se rebelar, todos possuíam uma experiência em comum que os unia: a de ser escravo. Emília Viotti apresenta o que deveria significar ser escravo na conjuntura que a rebelião estourou:

“(…) ser escravo nesse ponto da história significava não só estar em Demerara, numa fazenda específica, num lugar específico, sob condições específicas de trabalho; significava também ser parte de um mundo mais amplo, no qual a escravidão vinha sendo atacada. Era um mundo em mudança, no qual a escravidão, outrora uma necessidade, tornava-se uma contingência (...). (...) um mundo em que os processos sociais em curso redefiniam o que era justo, o que era certo e o que era possível, (...); um mundo em que novas ideologias estavam minando o sistema de sanções e assertivas que há séculos havia mantido a escravidão, transformando o que um dia fora um sonho impossível de liberdade numa possibilidade tangível, fazendo brotar esperança onde um dia houvera medo e desespero.”³¹⁰

Como Emília Viotti aponta, muitos escravos que se rebelaram eram membros da congregação de John Smith, fato que levou as autoridades a suspeitar que o missionário teria tido participação no plano da revolta. Na realidade, Smith, apesar de estar ciente das agitações entre os escravos, teve um papel mais no sentido de dissuadi-los do que de instiga-los. Situação difícil de ser compreendida pelas autoridades locais e da Grã-Bretanha que, através de suas visões, acabaram condenando o missionário à morte. Como bem afirmou Emília Viotti:

³⁰⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 234.

³¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue...** *op. cit.*, 1998, p. 243.

“Sem dúvida houve fatalidade e acaso nas vidas de Jack Gladstone e John Smith, e nas vidas de todos os que sobreviveram ou morreram. Também houve escolha e deliberação. Entretanto, embora as opções individuais, os motivos pessoais, os nexos circunstanciais, os sonhos de emancipação tenham todos contribuído para a produção rebelião, eles se subordinaram a uma processo histórico mais amplo que transcendeu a consciência dos participantes e sobre o qual eles não tiveram controle algum, um processo que definiu seus limites, suas possibilidades e até seus sonhos.”³¹¹

Coroas de glória, lágrimas de sangue termina com análises sobre a repressão a rebelião e sobre o julgamento de John Smith. O primeiro objetivo das autoridades de Demerara após terem tido ciência da revolta foi sufoca-la. O segundo foi encontrar os principais responsáveis. Muitos líderes da revolta durante o julgamento incriminaram o missionário, atribuindo-lhe papel central na formação de uma insatisfação entre os escravos. Emília Viotti problematiza os relatos dos escravos nos julgamentos já que estes poderiam estar incriminando o missionário apenas para agradar as autoridades e ter a pena amenizada. Essa perspectiva é corroborada pelas diferentes versões apresentadas, não sendo possível afirmar quem está mentindo e quem está falando a verdade.

O resultado final foi a condenação de mais de cem rebeldes a morte, além do próprio missionário John Smith. O governador Murray e o Rei do império britânico pediram clemência pela vida de Jack Gladstone, atribuindo a seu pai, Quamina, a responsabilidade por organizar a revolta. A maioria dos escravos que foram condenados viviam na vizinhança da fazenda Success e, embora tenha se atribuído grande importância as pregações do missionário, nenhum escravo da fazenda Le Resouvenir foi incriminado.

O livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue* é sem dúvida uma das melhores pesquisas feitas sobre a escravidão. Apesar de ter como foco o processo histórico que levou milhares de escravos a se rebelar em Demerara, os seus ensinamentos são universais. No que diz respeito a essa dissertação, o livro de Emília Viotti carrega uma gigantesca contribuição metodológica e teórica para se analisar a maneira que os processos históricos se constituem. Sem abandonar o processo de longa duração, as estruturas (econômicas, políticas, culturais e ideológicas), as conjunturas e o olhar para a totalidade, apresenta através de seu aguçado rigor metodológico a vida cotidiana das pessoas e a forma que suas ações se inserem no sentido geral de uma história que os engloba, ainda que não estejam cientes. Mais do que uma ferramenta ou uma abordagem para as análises históricas, a perspectiva apresentada por Emília Viotti da Costa contribui para nos situarmos no presente, compreendermos as limitações e possibilidades existentes e traçarmos, a partir dessa perspectiva, um projeto de futuro.

³¹¹ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue... op. cit.*, 1998, p. 243.

Conclusão: o legado de Emília Viotti da Costa.

As contribuições de Emília Viotti da Costa não se restringem aos debates sobre a escravidão. Isso pode ser compreendido a partir de três pontos principais. A primeira, mais óbvia, fundamenta-se no fato que, apesar de seus principais trabalhos versarem sobre a escravidão, a historiadora também pesquisou outros temas. Entre eles, destacamos: o ensino da história e os debates sobre a função da universidades pública. Ainda que nessa dissertação esses outros temas não tenham sido tratados com o mesmo destaque que os debates sobre a escravidão, podemos encontrar muitas críticas interessantes realizadas pela historiadora em alguns artigos e é certamente um caminho profícuo que pode ser aprofundado por pesquisas futuras sobre o pensamento de Emília Viotti da Costa.³¹²

Por sua vez, entendemos que, quando Emília Viotti da Costa está analisando a escravidão e seus inúmeros elementos, suas contribuições extrapolam essa temática e alcançam outras implicações. Isso se deve em grande medida ao fato que Emília Viotti analisa o passado preocupada em compreender a maneira que os processos pretéritos influem no tempo presente. Em nenhum momento Emília Viotti analisa o passado como se os processos históricos não se vinculassem com as problemáticas vividas contemporaneamente à pesquisa. Um dos exemplos mais evidente dessa postura é o seu livro *Da senzala à colônia*, onde busca reconstruir historicamente o processo de desagregação do trabalho escravo e ao mesmo tempo aponta suas limitações e os problemas que foram herdados, como por exemplo a aberrante segregação social, o racismo, a dependência externa, a persistência da pauta primário exportadora, entre outros.³¹³

³¹² Uma das sugestões que temos para os que se interessam por essas temáticas é acompanhar seus artigos publicados principalmente na *Revista de História da USP*, em especial antes da defesa de sua livre-docência. Para os que se interessarem em pesquisar estes artigos, chamamos a atenção para o nome da historiadora, que ao longo de seu primeiro casamento passou a ser assinado como Emília da Costa Nogueira. Também há uma grande quantidade de textos nas duas últimas coletâneas de artigos organizadas e publicadas por Emília Viotti da Costa, intituladas *Brasil: história, textos e contextos* e *A dialética invertida e outros ensaios*, que podem auxiliar nessa empreitada.

³¹³ Uma segunda sugestão de pesquisa para os que se interessam pelo pensamento de Emília Viotti da Costa é fazer uma comparação entre o que estava presente nos três volumes de sua tese de livre-docência, que perfazem mais de 1000 páginas, e o que foi retirado para a publicação do livro *Da senzala à colônia*. Sabemos da existência de uma cópia de sua livre docência que está guardada na USP e outra que está armazenada na Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda, localizada na Unicamp.

Ao longo dos mais de sessenta anos que se dedicou às pesquisas históricas, seja lecionando, publicando textos de sua própria autoria ou organizando coleções, Emília Viotti da Costa manteve-se firme aos seus princípios. Essa postura pode ser confirmada por sua biografia intelectual e profissional, expressa no caminho que teve que trilhar para se firmar como professora da USP, passando pela aposentadoria compulsória e sua reinserção na vida profissional no exílio. Ainda que tenha vivenciado inúmeras experiências desagradáveis e momentos de insegurança, Emília Viotti da Costa durante toda sua carreira profissional atuou de maneira crítica, impulsionada pela busca constante de articular as pesquisas que realizava com os problemas e dilemas da sociedade.

Da mesma forma, em terceiro lugar destacamos que a obra de Emília Viotti deve ser entendida em seu conjunto como uma rigorosa reflexão sobre metodologia de análise histórica, a qual pode servir de inspiração para pesquisas de temáticas diversas. A maneira que a historiadora articula as diferentes esferas da existência, os aspectos estruturais com a conjuntura e o cotidiano, e as narrativas com as transformações mais profundas da sociedade é, sem dúvida, uma das maiores contribuições que Emília Viotti da Costa nos deixa como legado.

Do mesmo modo, ao produzir seu livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, não abandona os princípios teóricos e metodológicos tão caros à geração na qual se formou. De tal forma, ao incorporar algumas das críticas que sua geração recebera, não adota uma postura como em grande medida foi praticada por parte dos pesquisadores, invertendo os polos de análise, ou como a própria historiadora defende, invertendo-se a dialética.

Entendemos que a força de seu pensamento está exatamente em sua capacidade de fazer a crítica e indicar as limitações teóricas e metodológicas apresentadas com a intensão de superá-las, não para negá-las por completo. Afinal, Emília Viotti da Costa busca compreender a história a partir de sua totalidade, que só pode ser interpretada e reconstituída se analisada a partir de suas diferentes expressões, algumas visíveis e “descobertas” através das narrativas, outras mais escondidas e apreendidas apenas através de análises mais consubstanciadas.

O período que Emília Viotti lecionou na USP está inserido em um contexto marcado pelo golpe militar e o progressivo cerceamento ao pensamento crítico. A historiadora finaliza a escrita de sua tese de livre-docência na véspera do golpe e é contratada como professora já sob o regime autoritário. A despeito do acirramento dos conflitos durante o curto tempo que lecionou na USP, mostra-se bastante atuante contra a reforma proposta pelo governo militar e a censura ao pensamento crítico na universidade. Essa postura custara-lhe a necessidade de buscar outros espaços para atuar profissionalmente e o exílio.

O golpe militar e suas implicações representaram a vitória da contrarrevolução. Para a universidade brasileira esse processo simbolizou o progressivo cerceamento do pensamento crítico, que estava preocupado com a formação histórica do capitalismo no Brasil, voltado a solucionar os problemas gerados pela segregação social, de caráter revolucionário e anti-sistêmico. O nosso objetivo ao longo dessa dissertação foi recuperar o pensamento de Emília Viotti da Costa, uma das maiores historiadoras que o Brasil já teve, e analisar suas contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão.

Se formos comparar a “Emília Viotti da Costa de 1960” com a “Emília Viotti de 1990”, vemos algumas diferenças e muitas semelhanças em relação a seu pensamento. As diferenças podem ser percebidas em alguns elementos, como o maior destaque dado aos aspectos relacionados a luta de classe e a forma que expõe suas ideias, incorporando algumas técnicas de narrativas polifônicas. Entretanto, seria um equívoco completo achar que Emília Viotti tenha passado exclusivamente a se dedicar às narrativas e às questões do cotidiano. Essa é uma leitura absolutamente equivocada e basicamente deixa de lado o essencial de seu pensamento. A potencia de sua interpretação é exatamente sua enorme capacidade de articular essas questões com o movimento estrutural, com o sentido da formação do capitalismo, as inter-relações entre os aspectos econômicos, políticos, ideológicos e culturais e a forma que os diferentes ritmos históricos se articulam em uma totalidade que abarca todo o processo investigado. Essa abordagem já estava presente em *Da senzala à colônia* (1966), podendo já nessa época ser considerado uma grande inovação frente às demais pesquisas realizadas, sendo posteriormente aprimorada e tornada mais sofisticada ao escrever *Coroas de glória, lágrimas de sangue* (1994).

Emília Viotti da Costa viveu 89 anos. Faleceu no dia de finados, em 2 de novembro de 2017. Essa dissertação foi escrita em sua grande maioria enquanto a historiadora estava viva. Emília Viotti da Costa nos deixa, mas sua interpretação e sua crítica aguçada ficam como legado para o pensamento brasileiro. Nos resta recuperar suas contribuições com o rigor que a caracteriza e torná-las cada vez mais difundidas. Nos tempos sombrios que vivemos atualmente, onde surge cada vez com mais urgência a necessidade de impulsionarmos a Revolução Brasileira, o pensamento de Emília Viotti da Costa é uma arma poderosíssima e que certamente será de grande utilidade para nós que estamos interessados em atacar as causas dos problemas históricos que afligem nossa sociedade.

Bibliografia:

ADUSP. **O controle ideológico da USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004. Disponível em: < <http://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf> >. Consultado em 21 de nov. de 2017.

ANDERSON, Perry. **Teoría, política e historia. Un debate con E.P. Thompson**. México: DF: Siglo Vientiuno, 1985.

ANDRADE E SILVA, Raul de; CASTRO, Luís Antônio de moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, **Revista de História da USP**, v. 33, n.67, p. 263-284, 1966. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/124695/121242>>. Consultado em 21 de nov. de 2017.

ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. **Universidade de São Paulo: fundação e reforma**. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A Usaid e a educação Brasileira: Um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (FGV), 1979.

BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, **Revista da Adusp**, 1999.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e Negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista**. São Paulo, Editora Global, 2008 [1955].

BASTOS, Tavares. **Cartas do solitário**. São Paulo, 1948.

BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil: teoria e ação no pensamento abolicionista**. Livraria Pioneira Ed., 1967.

_____. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.** EdUSP, 2005.

BIEBER, Judy. Brazilian History in the United States. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; Eakin, Marshall C. (Org.). **Envisioning Brazil: A guide to Brazilian studies in the United States, 1945-2003.** Madison: University of Wisconsin Press, 2002.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 53.** Brasília, 8 de novembro 1966.

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10053.htm >. Consultado em 21 de nov. de 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 5.541.** Brasília, 28 de novembro de 1968. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Consultado em 21 de nov. de 2017.

CARDOSO, Ciro Flamorion. **Escravidão e abolição: novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARR, Edward Hallett. **Que é história?** Conferências George Macaulay proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª edição, 1982.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** Casa do Estudante do Brasil, 1952.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A reforma universitária e a universidade de São Paulo – Década de 1960.** São Paulo: Tese de Doutorado, PUC-SP, 2006.

_____. A Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1968 e a reforma da Universidade de São Paulo. **IV Congresso Brasileiro de História da Educação (SBHE)**, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Albertina de Oliveira; et. Alii. **Memórias das mulheres do exílio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. Os objetivos do ensino da história nos cursos secundários. In: **Revista de História**, XXIX, São Paulo: USP, 1957.

_____. O material didático no ensino da História. in: **Revista de Pedagogia**, X, São Paulo: USP, 1959.

_____. Sugestões para a melhoria do ensino da história nos cursos secundários. In: **Revista de História**, ano 6, v. 6, 11/12, 1960.

_____. O problema da motivação no ensino de história. In: **Revista de Pedagogia**, XIII, São Paulo: USP, 1963.

_____. Concepção do Amor e a idealização da mulher no romantismo: considerações a propósito de uma obra de Michelet. Marília: **Revista Alfa**, v. 4, 1963.

_____. **Da senzala à colônia.** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

_____. **Da senzala à colônia.** São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998.

_____. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823.** Emília Viotti da Costa; Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

_____. História, metáfora e memória: a revolta de escravos de 1823 em Demerara. In: **A dialética invertida e outros ensaios.** São Paulo, Editora Unesp, 2014.

_____. Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados. In: **A dialética invertida e outros ensaios.** Org.: Emília Viotti da Costa. São Paulo, Editora da Unesp, 2014.

_____. Escravos: imagens e realidade. In: **A dialética invertida e outros ensaios.** São Paulo, Ed. UNESP, 2014.

_____. Estrutura versus experiência – Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo, Editora Unesp, 2014.

_____. A dialética invertida. In: **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo, Editora Unesp, 2014.

_____. Entrevista. In: **História, Texto e Contexto**. São Paulo, Editora da Unesp, 2015.

_____. Conversa com a historiadora. In: **Brasil: História, textos e contextos**. Org. Emília Viotti da Costa. São Paulo, Ed. Unesp, 2015.

_____. Da senzala à colônia: quarenta anos depois. In: **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo, Editora UNESP, 2015.

_____. Globalização e reforma universitária: a sobrevivência do MEC-Usaid. In: **Brasil: História, textos e contextos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. José Bonifácio: homem e mito. In: **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

COSTA, José Severino Maciel da. **Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer, e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar**. Coimbra, 1821.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira, 1941.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro da grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

DIÁRIO OFICIAL DE SÃO PAULO. **Colégio Estadual Presidente ‘Roosevelt’**. São Paulo, 22 de fevereiro de 1958, p. 25. Disponível em: <
<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4176079/pg-25-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-22-02-1958/pdfView>>. Consultado em 21 de nov. de 2017.

_____. **Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 14 de dezembro de 1968. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5665871/pg-50-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-14-12-1968/pdfView>>. Consultado em 21 de nov. de 2017.

_____. **Edital de citação**. 13 de janeiro de 1970, Ano LXXX nº8. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4336595/pg-48-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-13-01-1970/pdfView>>. Consultado em 21 de nov. de 2017.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos ‘annales’ à ‘nova história’**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

EISEMBERG, Peter. A mentalidade dos fazendeiros no congresso Agrícola. In: LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da Universidade de São Paulo, 1964.

_____. **A universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1975.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **A questão da USP**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984;

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRAÇÃO. Protocolo n. 5658. São Paulo, 3 de setembro de 1964.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1993].

FUKUYAMA, Francis. **The end of history?** The National Interest, summer, 1989;

_____. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURET, François. **Penser la Révolution Française**. Editions Gallimard, 2013 [1978];

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].

_____. **A Pré-revolução Brasileira**. Editora Fundo de Cultura, 1962.

GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq. 1988.

GORENDER, Jacob. **Escravidão reabilitada**. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, Editora Ática, 1990.

GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil. Das origens à extinção do tráfico**. São Paulo, 1949.

GREEN, James E. Emília Viotti da Costa: construindo a história na contracorrente. In: **Brasileiros e brasilianistas: novas gerações, novos olhares**. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.

GRESPLAN, Jorge. O lugar da história em tempos de crise. São Paulo, **Revista de História**, nº 151, dezembro de 2004.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo, Difusão europeia do livro, 1962.

LARA, Silvia Hunold. **Campos de Violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

_____. "Blowin' in the wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil." **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 12, 1995.

MALHEIROS, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico jurídico social**. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1866.

MARQUESE, Rafael Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, São Paulo, N° 169, p. 223-253, julho/dezembro 2013.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: Williams, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, n. 169, p. 223-253, 2013.

MARQUESE, Rafael Bivar; SALLES, Ricardo. Escravidão no Brasil oitocentista: História e historiografia. In: **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Org.: Marquese, R.; Salles, R.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Bauru, SP: EDIPRO, 2ª ed., 2011.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988 [1982].

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Campinas, Tese de doutorado Unicamp, 1975.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. **Conversa com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORAZÉ, Charles. **Introduction à l'histoire économique**. Armand Colin, 1943.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para um revisão histórica**. São Paulo, Ática, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A universidade e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1933.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000 [1942].

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979 [1945].

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.

PINHEIRO, Milton; BARSOTTI, Paulo Douglas. Entrevista. In: **Revista Margem Esquerda**, n.23, São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. **Consciência e realidade nacional**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)**. Campinas, Editora UNICAMP, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Zahar, 1963.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957;

_____. **O problema nacional do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. **A redução sociológica**. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996 [1960].

_____. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, Artur. **Castigos de escravos**. São Paulo, Revista do Arquivo Municipal, Número XLVII. 1938.

REIS, João José. A revolta de Demerara. **Jornal de Resenhas**. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, 13 de agosto de 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs13089804.htm>>. Consultado em 21 de nov. de 2017.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica (1934-1971). In: **Rumos da História Econômica no Brasil. 25 anos da ABPHE**. Org: Saes, Alexandre Macchione; Ribeiro, Maria Alice Rosa; Saes, Flávio Azevedo Marques de. São Paulo, Editora Alameda, 2017.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)**. Tese de Doutorado FFLCH-USP, 2011.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SANTOS, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas da produção agrícola e carestia dos gêneros de alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1860.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. Entrevista com a Professora Emília Viotti da Costa.

Memória 70 anos, São Paulo, FFCL-FFLCH-USP, 2000.

Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2008/04/depoimento-de-emilia-viotti-da-costa.html>>. Consultado em 21 de nov. de 2017.

SHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888**. University of Standford, 1975.

_____. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. **Revista Brasileira de História**, vol.8, n.16, pp. 189-203, 1988.

_____. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Editora Nova Fronteira, 1999.

_____. Brazil. In: **Oxford Handbook of Slavery in the Americas**. Org.: Paquette, R. L.; Smith, M. M.. New York, Oxford University Press, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982 [1962];

_____. **Introdução à revolução brasileira**. Editôra Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

STEIN, Stanley. **Vassouras: a Brazilian coffee country**. Cambridge, Harvard Press, 1957.

STRAUSS, Levi. **A estrutura dos mitos**. Antropologia Estrutural, 1955.

TANNENBAUM, Frank. **Slave and citizen**. Beacon Press, 1946.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **The making of the English working class**. London, Victor Gollancz, 1968.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Jornais:

CORREIO DA MANHÃ. **Aposentados pelo AI-5**. Rio de Janeiro: 30 de abril de 1969.

Disponível

em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=101208&url=http://memoria.bn.br/docreader# >. Consultado em 21 de nov. de 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Reforma universitária e participação da Usaid.** São Paulo, 2 de dezembro de 1966. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1966/12/02/2/> >. Consultado em 21 de nov. de 2017.

_____. **Congresso da Une: todos presos.** São Paulo, 13 de outubro de 1968. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/10/13/2/> >. Consultado em 21 de nov. de 2017.

_____. **SP: Terroristas matam militar dos EUA,** 13/10/1968.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Providências na Fac. de Filosofia.** São Paulo, 19 de julho de 1968. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680719-28611-nac-0032-999-32-not>>. Consultado em 21 de nov. de 2017.

Plataforma digital:

SLAVEVOYAGES. Disponível em:< <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> >. Consultado em 21 de nov. de 2017.